

Caio Prado Júnior

Organizador: Francisco Iglésias
Coordenador: Florestan Fernandes

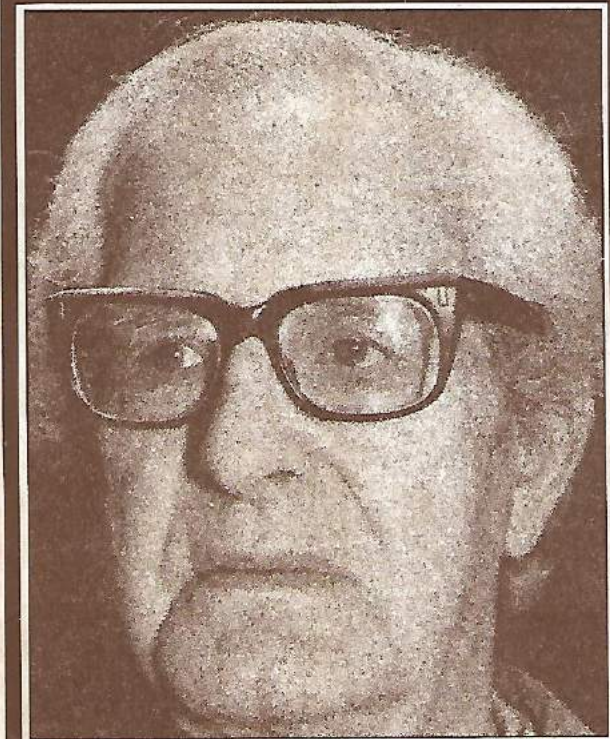
HISTÓRIA

ea
editora ática



GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS

Textos básicos de Ciências Sociais, selecionados com a supervisão geral do Prof. Florestan Fernandes. Abrangendo seis disciplinas fundamentais da ciência social - Sociologia, História, Economia, Psicologia, Política e Antropologia - a coleção apresenta os autores modernos e contemporâneos de maior destaque mundial, focalizados através de introdução crítica e biobibliográfica, assinada por especialistas da universidade brasileira. A essa introdução crítica segue-se uma coletânea dos textos mais representativos de cada autor.



CAIO PRADO

Unindo suas idéias a uma prática cons-

tante, Caio Prado Júnior (1907) nunca deixou de participar da trajetória política do país e do mundo, pois esteve sempre empenhado em ter uma lúcida consciência do processo histórico, que analisou como cientista social e vive como homem.

Estreou em 1933 com o estudo *Evolução política do Brasil*, aplicando o pensamento marxista na abordagem dos fenômenos históricos. Marcou, assim, posição na historiografia brasileira, destacando-se pela originalidade e pela influência exercida em sua geração e nas subsequentes.

Neste volume, Francisco Iglésias traça um painel objetivo do extenso trabalho do autor, que também escreveu sobre filosofia e economia, e abre aos interessados as perspectivas de aprofundamento nas concepções históricas deste grande pensador brasileiro.

Coleção coordenada por
Florestan Fernandes

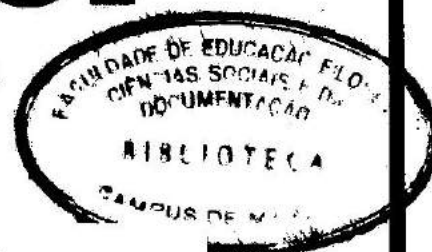
1. **DURKHEIM**
José Albertino Rodrigues
2. **FEBVRE**
Carlos Guilherme Mota
3. **RADCLIFFE-BROWN**
Julio Cezar Melatti
4. **W. KÖHLER**
Arno Engelmann
5. **LENIN**
Florestan Fernandes
6. **KEYNES**
Tamás Szmrecsányi
7. **COMTE**
Evaristo de Moraes Filho
8. **L. von RANKE**
Sérgio B. de Holanda
9. **VARNHAGEN**
Nilo Odália
10. **MARX**
Octavio Ianni
11. **MAUSS**
Roberto C. de Oliveira
12. **PAVLOV**
Isaias Pessotti
13. **MAX WEBER**
Gabriel Cohn
14. **DELLA VOLPE**
Wilcon J. Pereira
15. **HABERMAS**
Barbara Freitag e
Sérgio Paulo Rouanet
16. **KALECKI**
Jorge Miglioli
17. **ENGELS**
José Paulo Netto
18. **OSKAR LANGE**
Lenina Pomeranz
19. **CHE GUEVARA**
Eder Sader
20. **LUKÁCS**
José Paulo Netto
21. **GODELIER**
Edgard de Assis Carvalho
22. **TROTSKI**
Orlando Miranda
23. **JOAQUIM NABUCO**
Paula Beiguelman

Caio Prado Júnior

Organizador: Francisco Iglésias

HISTÓRIA

1401051679



SVE

P921c

Prado Júnior, Caio, 1907-

Caio Prado Júnior : história / organizador
[da coletânea] Francisco Iglésias. — São Paulo :
Ática, 1982.

(Grandes cientistas sociais ; 26)

Inclui introdução sobre Caio Prado Júnior por
Francisco Iglésias.
Bibliografia.

1. Brasil — História 2. Prado Júnior, Caio,
1907- I. Iglésias, Francisco, 1923- II. Título.

82-0546

CDD—981
—900.92

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História 981
2. Historiadores : Biografia e obra 900.92

EDIÇÃO *Copidesque*: M. Carolina de A. Boschi e Wilma S. R. de Moura
Coordenação editorial: Maria Carolina de A. Boschi
Consultoria geral: Prof. Florestan Fernandes

ARTE *Capa*

Projeto gráfico: Elifas Andreato

Arte-final: René Etienne Ardanuy

Texto

Produção gráfica: Elaine Regina de Oliveira

1982

Todos os direitos reservados pela Editora Ática S.A.
R. Barão de Iguape, 110 — Tel.: PBX 278-9322 (50 Ramais)
C. Postal 8656 — End. Telegráfico "Bomlivro" — S. Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Um historiador revolucionário

(por Francisco Iglésias),

7

I. EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E OUTROS ESTUDOS

1. D. João VI no Brasil,	47
2. Organização do Estado nacional,	54
3. A revolta dos cabanos no Pará e a regência de Feijó,	56
4. O fim do Império,	63
5. Roteiro para a historiografia do Segundo Reinado (1840-1889),	66

II. FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO — COLÔNIA

6. Introdução,	76
7. Sentido da colonização,	81
8. Povoamento interior,	96
9. Economia,	100
10. Administração,	112
11. Vida social e política,	126

INTRODUÇÃO

III. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

12. Apogeu de um sistema,	142
13. Expansão e crise da produção agrária: café,	153
14. A industrialização,	165

IV. DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA

15. A base na História,	179
-------------------------	-----

V. SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

16. Em "A revolução brasileira",	184
17. Em "A questão agrária",	189

VI. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

18. História e desenvolvimento,	193
---------------------------------	-----

ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO, 199

Textos para esta edição extraídos de:

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 11. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979; — *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*. 16. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979; — *História econômica do Brasil*. 22. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979; — *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo, Gráfica Urupês, 1954; — *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978; — *A questão agrária*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979; — *História e desenvolvimento*. São Paulo, Gráfica Urupês, 1968.

© Editora Brasiliense, São Paulo.

Francisco Iglésias

Professor de História Econômica
do Brasil da Universidade Federal de Minas
Gerais (Belo Horizonte)

UM HISTORIADOR REVOLUCIONÁRIO

Caio Prado Júnior afirma sua personalidade como político, homem de negócios e intelectual. Como homem de letras, é historiador, economista e filósofo. Se quiséssemos destacar nele uma nota especial, diríamos que é a de escritor, e, como escritor, a de historiador. Nessa área realizou suas obras mais importantes, marcando posição como pioneiro e exercendo profunda influência em sua geração e nas subseqüentes.

Esta obra tem início em 1933 com o ensaio *Evolução política do Brasil*, que o tempo não envelheceu: continua a ser editado e a ter repercussão. Na primeira e segunda edições aparecia com subtítulo de "Ensaio de interpretação materialista da história brasileira", para indicar a originalidade de seu pensamento. Pela primeira vez o marxismo era inteligentemente aplicado na historiografia brasileira, pois as tentativas anteriores eram débeis. O autor depois abandonou o adendo ao título, criteriosamente, e em 1946 publicou o ensaio junto com outros, menores, mas igualmente sérios, como *Evolução política do Brasil e outros estudos*, já em 11.^a edição. Significativo não é o rótulo, mas a realização. A estréia auspiciosa teria continuidade alguns anos depois, com notáveis obras históricas.

Em 1934 o autor publicaria *U.R.S.S., um novo mundo*, no qual se encontra uma das chaves de seu modo de ver — o interesse pela história viva, no caso a experiência comunista da União Soviética, apenas iniciada. Nesse livro, dá conta dos resultados de quanto se fizera, pois pode obser-

vá-la em uma visita, bem como da filosofia que a orienta, o marxismo, já por ele abraçado e ao qual se manterá fiel ao longo de toda a obra. Esta se caracteriza pelo labor incessante, pela coerência: o livro político teve segunda edição em 1935 e não foi mais reeditado; o autor o considerou envelhecido, possivelmente (demais, a censura pré-estadonovista da época criava-lhe dificuldades), mas voltou ao tema vários anos depois, em 1962, em *O mundo do socialismo*. Este, mais ainda que aquele, não é a crônica convencional de uma viagem, mas séria análise da experiência comunista de nosso tempo, sobretudo a da União Soviética e da China, enaltecida em seus feitos e organização. O marxismo continuará a enformar-lhe a obra, sendo a base de seu pensamento, como se vê em quanto escreveu, notadamente em livros de filosofia, a cuja redação se dedica, como se dá em *Dialética do conhecimento*, em 1952, seguido de outros.

Intelectual militante, como convém a um marxista, toda a sua obra é marcada por um sentido pragmático de luta, o que não leva, porém, a distorções no estudo ou na interpretação. O marxismo para ele, como para todos os que seguem essa orientação com lucidez, observando-a em sua essência, é mais um método e uma realidade viva, como o praticou o seu criador, em uma das realizações mais importantes e fecundas do pensamento, em todos os tempos: não seria o que foi se fosse um dogma ou fórmula cômoda de antipensamento. Conta o trabalho do fundador e de seus seguidores, que o encaram com liberdade crítica. Como é o caso do intelectual Caio Prado Júnior.

Além de escritor, ele militou na política, como se viu desde 1928, em 30 e 32 — criação do Partido Democrático, revolução e movimento constitucionalista em São Paulo —, em 1935, na Aliança Nacional Libertadora e no cotidiano do Partido Comunista, do instável Partido Comunista Brasileiro, desde 1931. Dedicou-se ainda ao jornalismo, fundou uma importante revista, de longa continuidade — a *Revista Brasiliense*. Cuidou de negócios, criando a Livraria e Editora Brasiliense, de sério papel na divulgação de estudos fundamentais, notadamente sobre o Brasil. Criou ainda a Gráfica Urupês, uma das mais eficientes do país.

O seu trabalho marcante, que o distingue como personalidade, no entanto, é o de escritor. Marca-lhe o perfil de homem de letras a obra historiográfica. Esta começou cedo, quando, jovem ainda, publicou *Evolução política do Brasil*, de 1933. A estréia teria seguimento menos de dez anos depois, em 1942, com *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*. Devia ser prosseguida com o estudo dos séculos XIX e XX,

mas não o foi. Publicada há quarenta anos, não foi superada e é ainda o que há de mais importante sobre o período colonial. A história reaparece como tema dominante em 1945, em *História econômica do Brasil*, bem como em *História e desenvolvimento*, de 1968.

Como se nota, muitos anos se passaram sem um livro de história, fato que era lamentado pelos cultores dessa disciplina, que não entendiam como alguém que se firmara tão superiormente em um gênero o abandonava por outros, nos quais sua repercussão foi sempre menor. Caio Prado Júnior não elegera uma especialidade para fixar-se nela. Sem ser um diletante ou cultor de uma disciplina estrita, é um pesquisador, alguém que busca a verdade e vai então a outras ciências à sua procura. Nunca deixou de ser estudioso, não tem características de amador, como se dava de certo modo e é origem de injustiças com seu primo Paulo Prado, que escreveu um ensaio impressionista notável — *Retrato do Brasil*, em 1928 — e se dedicou como erudito aos documentos, buscando-os no Brasil e no estrangeiro, editando-os para que fossem aproveitados por outros. O que se deu também, relativamente, com outro ascendente, o tio-avô Eduardo Prado, autor de alguns estudos importantes e cuja nota fundamental é a história. Como Paulo e Eduardo, Caio é um intelectual que não se fixa em uma especialidade, dispersando-se por várias. Não por diletantismo e sim por curiosidade intelectual. De qualquer modo, foi e é mais fiel à história que seus ancestrais, produzindo também uma obra de mais vulto e mais significação. Na historiografia brasileira seu nome tem mais relevo que o de Eduardo e Paulo Prado, que, não obstante, têm o seu lugar assegurado.

As notas de curiosidade e amadorismo sempre foram levantadas, a nosso ver com injustiça, a propósito de Eduardo e Paulo Prado. Veja-se, no caso de Eduardo, no belo ensaio que lhe dedicou em 1898 seu grande amigo e admirador Eça de Queirós, o princípio: “a qualidade dominante de Eduardo Prado (...), a qualidade motora de sua vida pensante, e mesmo de sua expressão social, é certamente a curiosidade”¹. A propósito de Paulo, que também despertou as atenções do romancista português, este escreveu em Paris em 1892: “o gentil Paulo, que vem por cá *trainer son diletantisme*”². O “brazilianist” Darrell E. Levi, que traça

¹ QUEIRÓS, Eça de. *Notas contemporâneas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1961. p. 369 (capítulo sobre Eduardo Prado).

² LEVI, Darrell E. *A família Prado*. São Paulo, Cultura 70, 1977. p. 231.

a história desse clã de 1840 a 1930, dedica-se a Paulo e fala dele como "penetrante e irreverente historiador amador"³.

Ora, não se pode deixar de reconhecer em Eduardo o operoso historiador que foi, bem como seu interesse por documentos, que fez publicar; outro tanto deve ser dito de Paulo — além dos belos livros que escreveu, assinala-se sua busca incessante de documentos, que publicou e fez publicar por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Gilberto Freyre. Há certa injustiça em atribuir-lhe amadorismo ou diletantismo. Por outro lado, a curiosidade não é nota desabonadora. Se o fosse não a empregariamos para Caio Prado Júnior. Se ela foi viva em Eduardo e Paulo e vimos o realce que lhe deu em Eduardo o amigo Eça de Queirós, é viva também em Caio Prado Júnior, o que o leva a escrever sobre história, filosofia, economia e a estudar outras ciências, em traço a nosso ver antes abonador de sua personalidade.

Caio Prado Júnior divide-se entre a obra de cientista social e a militância política. O que o levou à ciência social — notadamente à história do Brasil — foi seu interesse pelo país. Sempre gostou de viajar, em sua terra ou no estrangeiro. Despertava-lhe a atenção a pobreza e mesmo a miséria de quase todo o território nacional ou a prosperidade de outros centros, como alguns da Europa, os Estados Unidos ou a Argentina. A riqueza e o bem-estar destes acentuavam a pobreza nativa. Entregou-se pois a seu estudo, dedicando-lhe livros no desejo de esclarecer o quadro. Estes são de história, de viagens, de filosofia, de economia, de política. A todas as preocupações sobreleva a de historiador. Este é presente mesmo em obras não-históricas, como as de economia e de política. Pragmático, cuida do Brasil não só nos textos de história como nos últimos citados. Caio é um apaixonado por sua terra e seu povo, desejoso de vê-lo em nível menos baixo, com o mínimo condizente com a exigência humana.

Sem precisar de trabalho para viver, poderia ser um *clerc*, entregue apenas ao estudo. Mas desde jovem entrega-se à política. Depois de breves experiências na atividade convencional, sem profundidade, entrou para o Partido Comunista, em opção que lhe marcaria a vida. Assinou sua inscrição em 1931 e nunca mais abandonou essa corrente. Ela vive suas vicissitudes, mas ele se mantém fiel. Pode discordar dela, apontando-lhe equívocos, mas nos seus esforços vê mais nítido o propósito de acertar, com programa decidido de ação. Talvez esteja afastado da

³ Id., *idib.*, p. 267.

militância; contudo não renega esse passado de luta e ainda hoje é no socialismo radical (melhor não falar em Partido Comunista) que julga estar o exato e justo, senão o menos incerto. Sua vida é coerente, harmoniosa. Desde a quarta década, com vinte e poucos anos de idade, é escritor e comunista, em admirável fidelidade e desejo de contribuir para a sua terra e seu povo, em labor de cerca de cinquenta anos.

A obra de Caio Prado Júnior exerce profunda influência. Estreou como historiador em 1933, exatamente na época em que os estudos sociais ganhavam novo rumo no país, em originalidade e profundidade. Superava-se a história de estilo antigo — que dera obras importantes, sem dúvida, mas em orientação a ser reformulada —, com a renovação dos estudos sociais, bem marcada nos anos trinta: começam a produzir Caio Prado Júnior, como historiador; Gilberto Freyre, como sociólogo muito voltado para a história — o que fez de mais valor e repercussão é história social; Sérgio Buarque de Holanda publica em 1936 *Raízes do Brasil*, admirável ensaio impressionista de interpretação da realidade. Começam também a funcionar os cursos de Ciências Sociais, com as Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas, que dão a esses estudos cultivo e profundidade antes desconhecidos.

A partir daí se impõe a interdisciplinaridade, de tão fecundos efeitos: a boa história terá de conviver agora com a sociologia, a antropologia, a economia, a ciência política, atingindo outras dimensões. Já se notavam antes os ecos das grandes correntes de pensamento: assim é que no século XIX pode-se apontar em alguns dos melhores historiadores a presença de Comte, Spencer, Buckle e outras figuras que marcaram a inteligência, muitas vezes transpostos mecanicamente ao país, com obras de discutível valor. O marxismo é ausente: decerto sua grande influência ocorre no século atual, quando se torna dominadora, como, aliás, se observa na perspectiva universal. Chega ao Brasil tímida e canhestramente, projeção mais de um ideário político que científico. Este só se notará a contar da década de trinta e tem em Caio Prado Júnior sua expressão mais nobre, como se verá. Havia uma tradição historiográfica no país, vinda dos primeiros tempos. Nos séculos XIX e XX ela tem raras e notáveis manifestações, em trabalhos que se distinguem pela erudição ou pelo sentido interpretativo. Na verdade, a preocupação com uma História mais do que simples crônica, de modo sistemático, é recente.

Ela é sensível nos anos vinte, quando se dá uma tentativa de redescoberta do Brasil. O país crescera em população e vê o despertar de

uma consciência crítica mais profunda e menos episódica — antes só alguns poucos autores a apresentavam, os expoentes da *intelligentsia* nativa. O abalo da Grande Guerra, com o primeiro golpe na supremacia britânica, a Revolução Comunista de 1917, o surgimento dos Estados Unidos como potência dominante e o início da derrocada colonialista; o começo do abalo da ideologia do colonialismo, ante os avanços das ciências sociais, notadamente a etnologia; a idéia de que é preciso superar a economia estritamente agrícola e dependente da exportação por outra mais diversificada, com a atividade industrial; os constantes atritos políticos com suas práticas obsoletas, tudo, enfim, sacode a nação no que tem de mais vivo. O centenário da Independência coloca o problema da realidade dessa independência, confirmando o problema da importância de certas datas — no caso, um centenário — no despertar ou dramatização de consciência crítica dos elementos mais lúcidos da geração que a comemora, como já estudou muito sociólogo. E surgem as ideologias no debate, com a pregação da esquerda e da direita, em crítica funda ao que há.

O movimento modernista impõe uma reavaliação da inteligência nacional, ou, como assinalou seu protagonista e crítico Mário de Andrade, impõe “a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional”⁴. O tenentismo transpõe os quartéis e assiste-se a uma fase de lutas políticas culminando na Revolução de 30. O proletariado também se manifesta, expressão da mudança do quadro. Enfim, o país agita-se à procura de identidade e do rumo a seguir. Há uma transformação qualitativa na vida brasileira, sutil e sub-reptícia, de difícil apreensão e impossível data. Aos poucos o país muda em sua essência, sem que o maior número se dê conta do fato. Toda essa inquietação aparece na vida intelectual, quando a consciência crítica questiona tudo. As ciências sociais são atingidas e se impõem aos poucos. Será a vez também da história.

Além das velhas filosofias da Europa que se traduziam em poucas obras, muitas vezes contestáveis pelo seu mimetismo, sem tradução concreta, há o interesse pelas correntes mais novas. Entre elas, entre as modernas orientações historiográficas, pujantes na Europa e nos Estados Unidos, algumas vêm repercutir no Brasil: os historiadores se deixam influenciar, por exemplo, pela Escola de Síntese de Henri Berr e pela

⁴ ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. In: —. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo, Livraria Martins, s.d. p. 242.

escola dos *Annales*, ou da *nouvelle Histoire*, de Marc Bloch e Lucien Febvre, pela persistência do estilo francês. O novo país vive nova fase, em fecunda efervescência intelectual. Nem todos percebem quanto se passa e repetem velhos modelos, anquilosados na tradição. A vanguarda da inteligência, porém, começa a percorrer outros caminhos. É nesse quadro de reformulações e aprofundamento que se inscreve a obra dos inovadores. Entre elas a de Caio Prado Júnior, uma das expressões dessa vanguarda.

Esboço de biografia

Caio Prado Júnior nasceu em São Paulo, capital do Estado, dia 11 de fevereiro de 1907, filho de Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado da Silva Prado. De família abastada, que deu e continuaria a dar políticos, fazendeiros e homens de negócios, escritores, desconheceu dificuldades materiais e pôde levar uma vida de conforto e até luxo. Fez os estudos primários em casa, com professores particulares, como era comum nessas famílias. Já o secundário foi feito no famoso Colégio São Luís, dos jesuítas, em São Paulo. Durante um ano estudou no exterior, em Eastborn, na Inglaterra, no Colégio Chelmsford Hall. O curso superior, convencionalmente, na Faculdade de Direito de São Paulo, núcleo de muitas tradições. Frequentou-a entre 1924 e 28.

São Paulo fora dominado politicamente pelo Partido Republicano Paulista — o famoso P.R.P. —, uma vez que a República desconhecia partidos nacionais. Atribuíam-lhe, com fortes razões, os vícios da política clientelística e oligárquica, contra a qual a luta se acentuava desde 1922, pela participação do segmento militar dos tenentes. Contra esse partido criou-se o Partido Democrático, que reuniu os elementos dispersos da oposição à ordem vigente. O jovem Caio inscreveu-se no novo partido em 1928 e atuaria intensamente: foi sua primeira experiência política. Se não ocupou cargos de relevo, teve notória atuação. Militante ativo, colaborou na organização da entidade nos bairros da capital e no interior do Estado, em serviços de rotina e em comícios. O grande empenho do Partido Democrático foi a participação na Campanha Liberal, sustentando a candidatura de luta de Getúlio Vargas contra o nome oficial de Júlio Prestes, imposto pela obstinação de Washington Luís. Caio entregou-se à causa, trabalhando no Partido Democrático contra o Republicano Paulista, na sua organização e no esforço arregimentador

de massas. Colaborou na recepção do candidato oposicionista em São Paulo, um dos momentos culminantes da campanha.

Seu exaltado entusiasmo aparece em certo episódio: em cerimônia da candidatura oficial, na presença de Júlio Prestes e do oficialismo federal e estadual, deu um viva a Getúlio Vargas, ousadia que lhe valeu a prisão — seria a primeira de uma série que teve muitos momentos. Revelava na tendência ao radicalismo a recusa de acomodação. Como Júlio Prestes fosse eleito, as forças da causa oposicionista multiplicaram esforços, já em sentido revolucionário, para recusar pelas armas o visto como esbulho de farsa eleitoral no velho estilo. Caio atuou intensamente: era moço e dedicava-se apenas à política. Trabalhou na ligação de conspiradores, no estímulo aos hesitantes, na sabotagem de vias de comunicação que seriam usadas por forças destinadas a destruir o avanço das forças revolucionárias que viriam do Sul. Vitoriosa a revolução que levou Getúlio ao poder, como chefe do governo provisório, teve atividades no interior do Estado. Foram organizadas delegacias revolucionárias, para apurar os erros e desvios do passado, que procederam a grandes inquéritos. Caio foi mandado para a de Ribeirão Preto, lá ficando três meses. Trabalhou muito, até perceber que não se chegaria a resultado nenhum. E os inquéritos foram para os arquivos.

As dissensões entre os vitoriosos e sua falta de programa logo desencantaram o moço revolucionário. Os choques entre políticos tradicionais e a vanguarda dos tenentes, em impasse sem solução à vista, o desiludiram. Tornou-se então em 1931 membro do Partido Comunista, força atuante sem maior expressão numérica, mas com um programa decidido e radical. Essa escolha há de marcar-lhe a vida até os dias de hoje. A causa em que se empenhara antes não lhe dava qualquer satisfação aos anseios renovadores, era preciso buscar algo mais forte. São Paulo continua o principal cenário de disputas no período pós-30, em crise contínua, culminante com a chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Defrontavam-se os políticos antigos que desejavam a restauração da ordem, a seu ver só possível com a pronta reconstitucionalização do regime, fim da ditadura, e os jovens tenentes, desejosos de aproveitar o momento para realizar algumas reformas profundas na ordem política e social. A aliança de políticos tradicionais e o novo segmento militar revelava a inviabilidade de sobrevivência, pois os separavam motivos profundos — afinal, não fora contra a política por eles praticada que surgiu o movimento dos tenentes? Getúlio, revelando já sua capacidade de jogo que depois lhe modelaria a fisionomia ambígua, garantindo-lhe êxitos, apoiava-se antes no radicalismo dos tenentes, de-

pois passou aos políticos, dos quais era expressão. Os políticos perderam a batalha, mas ganharam a guerra: a contar daí, Getúlio, talvez por temer as atitudes radicais dos jovens militares, apóia-se mais naqueles e o movimento militar começa a esvaír-se, até perder o domínio da situação. Caio, ao contrário das pessoas de seu grupo social — os velhos paulistas —, não apoiou a causa dita constitucionalista, embora não chegasse a identificar-se com a dos tenentes.

Comunista recente, entregava-se ao trabalho de organização do proletariado. Vivia os primeiros momentos da militância comunista, que o punham em contato com gente bem diversa daquela com quem convivera até então: o homem da alta burguesia misturava-se ao povo no que ele tem de mais modesto, no operariado. Assim, inclinado para a esquerda, ficou antes contra os revoltosos de 32, nos quais via o perigo de restauração da ordem antiga, que não tinha a seus olhos valor a ser preservado. Interessava-se cada vez mais pelo Partido Comunista: não ocupou cargos expressivos, foi militante comum, trabalhando na organização das bases. A experiência teve importância pelo contato com o povo e pelas perspectivas que a atividade lhe abriu. Embora servisse como simples militante, aprendeu muito: passa a conhecer e compreender o povo, em extraordinária aventura humana.

Ao lado da militância teve tempo de escrever seu primeiro livro sobre o Brasil, no qual o povo comparece em lugar de relevo, dado desconhecido pela historiografia até então. Fez uma visita à União Soviética para conhecer a primeira experiência comunista, fato marcante em sua vida e que lhe valeria também um livro. Como se vê, o intelectual e o militante coexistem, produzem em harmonia. O Brasil vive as lutas da primeira metade dos anos trinta, quando a política assume conotações ideológicas. Há a pregação intensa e bem sucedida da direita, com a Ação Integralista Brasileira, como há a da esquerda, de resultados menos espetaculosos, enquanto o governo se encaminha nos moldes tradicionais. A direita tem toda a ajuda, conta com a Igreja e com o Exército, em segmentos consideráveis, com parte da burguesia mais rica, enquanto a esquerda só tem pequena parte do povo mais simples e a perseguição das forças estabelecidas. Há a Constituinte de 34 e a eleição indireta de Vargas para a presidência da República. Ele explora as dissensões, apoiando-se ora na direita, ora nos políticos e lançando mesmo certos olhares à esquerda, pois pode precisar contar com todos.

A esquerda carinha para a formação de um movimento amplo, que será a Aliança Nacional Libertadora, de atuação em 1935. Tem como

presidente de honra Luís Carlos Prestes, que custara a aderir ao Partido Comunista, embora recusasse convívio com os políticos e não participasse de 30. Não obstante muito aliciado, desde 1927, quando o esquerdismo quer capitalizar a legenda do Cavaleiro da Esperança, não entra no partido. Só o fará em 34. A Aliança Nacional Libertadora teve trajetória acidentada e cometeu sérios erros, pelas interpretações falsas de seus líderes, que, alienados da realidade, supunham o momento maduro para a revolução. O que foi esta, em levantes armados no Nordeste e no Rio, sem perspectivas de êxito, é bem sabido. A ação criou o ambiente para reforçar a reação e levar ao golpe de 37, experiência fascista no Brasil, como se verificava em várias partes do mundo, em momento de ascensão da direita.

A Aliança Nacional Libertadora teve expressão em São Paulo, embora não se chegasse no Estado à luta armada. Seu presidente foi o general Miguel Costa, ex-comandante da Coluna Prestes, seu vice-presidente Caio Prado Júnior. Pela primeira vez ele ocupou lugar de relevo. Ante o malogro das armas, em novembro, a Aliança foi ainda mais perseguida; fechada por lei já o fora em julho de 35. Agora a perseguição é feroz. Caio, como outros chefes do movimento, foi preso. Tivera larga atuação como vice-presidente, percorrendo o Estado e participando de dezenas de comícios, mesmo em regiões fora de São Paulo. A prisão desta vez será para valer, mantendo-se por cerca de dois anos. Com o tempo, readquire liberdade e vai para a Europa. Pouco depois começa o Estado Novo; ele saiu no momento exato. O clima do Brasil é de repressão. É o ano de 37, de campanha sucessória, a empolgar candidatos e a desagradar Vargas, desejoso de permanecer na presidência. Tudo conduz para o golpe, vitorioso em 10 de novembro de 37. O Integralismo parece próximo do poder, mas quem vai manter-se, pelo golpe inteligentemente dado, é Vargas, com a instauração do Estado Novo, de vida longa — de 37 a 45, coincidindo com a conjuntura internacional favorável à direita e depois com seu declínio, pela derrota dos países do Eixo na guerra. A vitória das chamadas democracias o derruba, reiniciando-se o processo dito democrático em fins de outubro de 45, com a queda de Vargas e outra experiência política de cunho pretensamente liberal.

Volte-se a 35: depois dos incidentes da Aliança, aos esquerdistas ou mesmo aos liberais só resta o ostracismo ou o exílio. Caio escolheu este e, ao sair da cadeia, foi para a França, onde terá atuação política. É a época da guerra civil espanhola. Enquanto a Itália e a Alemanha ajudam Franco, as democracias deixam a República espanhola entregue

a própria sorte (só a União Soviética deu-lhe ajuda eficaz). Caio liga-se ao Partido Comunista Francês, que tenta auxiliar os republicanos espanhóis. Como a fronteira estava interdita e o governo francês, embora dizendo-se socialista, procurava impedir a passagem de quantos fugiam de Franco e dos muitos — e de várias nacionalidades — que pretendiam colaborar na luta antifascista, indo da França para a Espanha, o Partido Comunista Francês montara uma organização destinada a facilitar a passagem clandestina da fronteira nos dois sentidos. Caio, estrangeiro insuspeito, conhecedor do francês e do inglês e de um pouco de alemão e, como todo brasileiro, sabendo o suficiente de espanhol para ser entendido, podia dar auxílio na tarefa. E assim fez, com eficiência, dando ajuda à causa espanhola do lado antifascista. Teve sua participação pois na guerra civil da Espanha, desgraçadamente perdida pelos democratas por falta de suficiente apoio, enquanto este não faltou às forças de Franco.

Como a Europa estivesse em vésperas de segunda grande guerra, apesar do Estado Novo reinante no Brasil, Caio preferiu regressar à sua terra. É 1939. Terá exercido certa militância, mas restrita, que o partido estava na clandestinidade e o policiamento e a repressão eram severos. Nunca deixou de haver certa atividade, contudo. Depois, com a entrada do Brasil na guerra, com os aliados, começa a haver algum afrouxamento, pois o país luta juntamente com a União Soviética. Com a vitória aliada no horizonte, começa a crescer a oposição ao governo. Afinal, em 1945 ela se torna clara. Exigem-se as eleições e o governo é forçado a conceder. Desmorona-se, aos poucos a ordem vigente. Vargas é forçado a sair em 29 de outubro de 1945. Sob governo dirigido pelo Judiciário, fazem-se as eleições para a Assembléia Constituinte e para a presidência da República. O Partido Comunista disputa as duas: seu candidato à presidência não tem possibilidades, mas obtém votação expressiva. Para a Constituinte o partido faz 15 deputados e um senador. Em eleição de janciro de 47, para os legislativos estaduais e suplementar para a Câmara Federal, faz nessa mais dois deputados. Nas eleições estaduais faz vários deputados em algumas legislaturas: a mais significativa é a do Distrito Federal, onde o partido obtém maioria, com 18 deputados. Também em São Paulo a bancada comunista é expressiva: nela tem assento Caio Prado Júnior, juntamente com seis companheiros.

Pela primeira vez ocupa um cargo no Legislativo (no Executivo nunca teve oportunidade, por motivos óbvios). Deputado estadual, dedicar-se-á com afinco às funções: foi atuante, incansável, como aliás todos os deputados comunistas, nos planos federal ou estaduais. Como

eram em pequeno número, tinham de agir muito para compensar. A presença comunista marcante no Parlamento assustou os conservadores. Como a lei dizia que os partidos antidemocráticos estavam impedidos, acusou-se o PC de antidemocrático e antinacional, obediente à orientação externa. Um processo na Justiça declarou o partido fora da lei. As forças reacionárias apoiavam a interpretação, inclusive o Parlamento. Repercutia no país a guerra fria, orientadora da política internacional anticomunista. Declarado fora da lei, seus representantes foram excluídos, o mandato cassado. Foi uma batalha feroz no Congresso, na qual os comunistas se defenderam ardentemente. Nada podiam fazer contra a coligação de tudo que o país tinha de reacionário. E o voto popular foi desrespeitado, os representantes expulsos das casas nas quais tinham assento legítimo, em 1947. A participação comunista durara cerca de um ano, agitando o ambiente com problemas antes descurados, com atuação notável e profícua.

Caio Prado Júnior, dinâmico e culto, terá sido dos mais trabalhadores, na Assembléia Paulista. Deixou marcas sua passagem. Mandato cassado, continuou seu trabalho, mas, evidentemente, com menor repercussão. Curioso, apesar de sua diligência e cultura, não ocupou posições de relevo no partido. Ter sido deputado foi sua única oportunidade, depois de ter sido vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora em 35. Será que a origem na alta burguesia o tornava suspeito? Impossível, pois seu procedimento foi sempre de máxima lisura. Na militância partidária, como em tudo mais, não se pode questionar-lhe a integridade. Seu modo de ser, elegante e distinto, não o afastava dos companheiros, pois é reconhecida sua sociabilidade, o trato ameno, o sentido perfeito da igualdade. No partido foi um militante como os outros, embora se distinguisse na diligência e dedicação. O certo é que nunca teve postos de destaque, nem os reivindicou. Terá atuado, no caso, o complexo antiintelectual do partido, a propalada meta de proletarização, a afastar os intelectuais como suspeitos. A hipertrofia desse rumo leva ao obreirismo, fato comum e episodicamente verificável em todos os partidos comunistas do mundo. Demais, deve ter contado o fato de Caio ser de família tradicional. Como gosta de dizer, o que o partido lhe deu foi exatamente o senso de igualdade. Sua modéstia é natural, nada tem de impostura ou afetação. Na militância lidou com operários, em plano de absoluta igualdade. O partido dá de fato a seus membros esse sentido: o cosmopolita, rico e culto Caio Prado Júnior trata como iguais os operários, eles o vêem como igual também. A solidariedade é perfeita,

os camaradas são todos iguais. Uma certa nuvem nas relações entre eles, porém, nunca deixa de haver, como o presente caso comprova.

Já antes de ser deputado entregou-se aos negócios, criando a Livraria Brasiliense, também Editora de amplas atividades. A idéia nasceu de sua convivência estreita com Monteiro Lobato, sempre às voltas com editoras e muito ligado a Caio, sobretudo no fim de sua vida. Sem gosto especial por iniciativas empresariais, viu-se envolvido em uma editora vitoriosa, publicando muito. A ela associou-se uma gráfica — a Urupês —, também de largo êxito. Auxiliado pelos filhos, acabou por fazer pouco, pois a estes cabia o principal. Não considera perdido o tempo empenhado no empreendimento, se a prática da economia lhe abriu perspectivas para a teoria, como acontecera já a alguns economistas eminentes, que não foram apenas autores e professores.

Da iniciativa surgiria também a idéia de uma revista: e a *Revista Brasiliense* teve seu primeiro número em setembro-outubro de 1955, com manifesto de apresentação assinado em agosto por vários intelectuais. Sairá regularmente por muitos anos, debatendo os problemas políticos do dia, notadamente os do país, abordando todos os assuntos. Reuniu muito do melhor da intelectualidade nativa, de modo que sua coleção é um bom retrato da época, do que pensou e viveu o Brasil. Bimestral, teve como diretor responsável Elias Chaves Neto, mas Caio Prado Júnior foi seu verdadeiro centro: em quase todos os números ele está presente, com artigos ou estudos longos, com comentários da realidade do país e do mundo. Assina às vezes mais de um título. A revista publicou cinquenta e um números, suspendendo o aparecimento pelo clima de intolerância e repressão instaurado em 1964, pelo golpe militar que se rotulou de revolucionário. O número 52, correspondente a março-abril de 1964, teve a sua composição, já pronta para ser impressa, destruída pelos agentes da nova ordem. E assim acabou a *Revista Brasiliense*.

A contar de 64 recomeçam suas visitas às prisões. É vigiado, sempre o chamam para depor, é preso algumas vezes. Enfim, pega uma pena que o coloca detido por algum tempo. Afinal obtém a liberdade, pois nada consta de comprometedor contra a sua pessoa.

De volta ao período anterior, lembre-se de que ele se candidatou à cátedra de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O episódio tem algo de aventura. Ele não precisava ser professor para viver e não finha veleidades de catedrático. Sabia o que era a Escola, na qual havia estudado e se diplomara. É conhecido o

conservadorismo, senão o reacionarismo das escolas de direito, mais vivo na de São Paulo. Apegada às suas tradições, algumas até bem liberais, não se esquece ter sido o palco de muito da mais intensa luta abolicionista e republicana: apesar de tudo é retrógrada e tem frequentemente procedimento pouco recomendável, que seria reprovado por aqueles heróis. Para essa congregação, era inconcebível um comunista como professor de Economia Política. Caio foi desafiado a fazer o concurso por companheiros do partido, bem como por amigos intelectuais não-comunistas, na suposição de ser chegado o momento de quebrar a rigidez intolerante. Aceitou submeter-se à provocação. Para o concurso escreveu tese bastante arrojada — *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. Não podia ser aprovado. Disputando com vários outros candidatos, não tiveram a coragem de reprová-lo: não lhe deram o cargo de catedrático, mas o título de livre-docente. Já era alguma coisa. Mesmo esse título, porém, lhe foi cassado em 1968. Para ele o magistério não significava o emprego, meio de vida — não precisava dessa fonte —, mas oportunidade de divulgar suas idéias.

Assim, instado por amigos, admitiu fazer outro concurso depois, para a cátedra de História do Brasil do curso de História da Faculdade de Filosofia, pelo próximo afastamento do titular, Sérgio Buarque de Holanda, com a aposentadoria. Escreveu a tese — *História e desenvolvimento* —, mas o concurso nem chegou a ser feito, pois o referido movimento de 64 o tornava impossível. Quem perdeu foi a Universidade, é claro.

O escritor Caio Prado Júnior recolheu-se. Vive em São Paulo, faz episódicas viagens pelo país e pelo exterior. Simples e recatado, apesar de escritor de renome, não aparece muito, pois não participa de grupos literários. Para ele a obra é algo de muito sério, não objeto de promoções pessoais, como se dá com grande parte do chamado mundo intelectual. Dá entrevistas, quando solicitado, faz conferências ou pequenos cursos, a pedido dos alunos. Dedica-se sobretudo a seus livros: reedita os antigos e prepara novos títulos. Entrega-se mais à filosofia, sua paixão constante.

Como se vê por este esboço de biografia, Caio Prado Júnior é um homem simples, vivendo para a obra de escritor e para a militância política no campo que lhe parece mais exato e justo. Culto e de origem abastada, vive modestamente. Se faz constantes viagens por sua terra e ao exterior é pelo anseio de novos conhecimentos. Viajando, como em São Paulo, está sempre entregue ao estudo, cumprindo existência

de intelectual: optou pela busca da verdade e a ela se entrega. As várias prisões — que não escolheu ou pediu — e a luta na guerra civil espanhola dão à sua biografia a nota romanesca e de fuga à rotina. No mais, tem-se o caso de quem trabalha incansavelmente e cumpre com lucidez e coerência o destino que se traçou. Um padrão de inteligência e dignidade.

Historiografia

1. Como se assinalou, a estréia de Caio Prado Júnior deu-se em 1933, com um ensaio de síntese. Embora fosse a primeira obra do autor, ele já aparece amadurecido. Em *Evolução política do Brasil* pretendeu fazer a história do Brasil do princípio da colônia ao fim do Império, e o fez com êxito, embora com brevidade. Breve, mas não superficial. O autor dividiu a obra em 4 partes — a Colônia (2 partes), a Revolução, o Império. Tem-se aqui uma visão nova do passado brasileiro, pois alguns temas antes cultivados nos livros ficam de lado, enquanto outros até aí não considerados aparecem com relevo, o que confere ao volume uma nota de originalidade. Não quis fazer uma história completa, preferindo antes a síntese, com o realce do que lhe parecia significativo. A história completa ficaria para depois, como promete à p. 9 (adota-se aqui a 11.^a edição, de 1979). No capítulo sobre a colônia ora a caracteriza como feudal, ora não. Assim é que à p. 15 fala que “o regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal”, mas já em nota da p. 18 diz que nos faltou “este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu”, esclarecendo mais em nota da mesma página:

“Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade. Podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre a nossa economia e a da Europa medieval”.

Essa idéia terá importância na obra do autor, que nela insiste muito.

Em 1933 a tese do feudalismo era em geral aceita, e deixará de sê-lo quando se desenvolvem as obras de história econômica, como se vê em 1937 no livro de Roberto Simonsen *História econômica do Brasil*, depois no do mesmo título de Caio Prado Júnior em 1945 ou em 1959 em *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado. Os historiadores

da economia afastaram a caracterização da vida brasileira como feudal, em tese de justo triunfo.

Outra idéia que aparece no livro e será uma das chaves da obra do autor é o estudo do latifúndio, com a sua condenação, mas com o entendimento do fato no período colonial. A primeira frase do subtítulo "A economia colonial" diz: "Muito se tem discutido sobre os latifúndios brasileiros" (p. 18). Várias vezes depois Caio escreveu sobre o assunto: seu último livro, de 1979, chama-se *A questão agrária*, focalizando bem o tema. Ainda no capítulo sobre a colônia, no final, há um esquema periodizador que se consagra sobre o longo período:

"a nossa evolução política segue portanto passo a passo a transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVIII. Esta transformação, que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual da nossa autonomia local do primeiro século e meio da colonização. Desloca-se a autonomia das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para as da colônia portuguesa. E é nesta que ela se vai consolidar. (...) No correr do século XVIII só existe na colônia uma autoridade: a da metrópole portuguesa" (p. 41).

A idéia seria muito repetida pelos sucessores, como se poderia demonstrar com autores que a repetem e não costumam citar a fonte. A parte sobre a revolução é do maior interesse, pois focaliza e bem as revoltas populares da Regência, antes objeto de poucas linhas e de compreensão imperfeita. Os autores só viam a chamada desordem, não sentiam a fermentação popular que faz do período regencial um dos mais sedutores de nossa história. A revolta dos cabanos, a dos balaíos e a agitação praieira têm lúcidas análises, quando antes quase não eram objeto de atenção. Esse sentido de luta do povo, o justo apontar das contradições da época são bem captados pelo historiador, graças à sua formação marxista. Como se vê, o ensaio é estimulante. Com justiça é publicado até hoje — quase cinquenta anos depois —, sem que lhe toquem nas teses essenciais.

Publicado em 33, o livro tinha o subtítulo de "Ensaio de interpretação materialista da história do Brasil". De fato o era, e pioneiramente, mas o autor fez bem em tirar o rótulo, mantendo só o título *Evolução política do Brasil*. Republicando a obra em 1946, o autor acertou em acrescentar-lhe outros estudos, e ela passa a chamar-se *Evolução política do Brasil e outros estudos*. Depois, há as análises da cidade de São Paulo (geografia e história), com "O fator geográfico na formação e no

desenvolvimento da cidade de São Paulo", "Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo". O escritor tem pronunciado gosto pela geografia. Sua história está entranhada de sentido geográfico, como se dá neste livro e mais ainda no segundo. Apesar de escritos há vários decênios, conservam atualidade e podem ser relidos com proveito. Caio participou muito de grupos geográficos, que publicaram a revista *Geografia*, na década de trinta, e tanto fizeram pela ciência geográfica. Poderia organizar um volume, de valor científico, se reunisse em livro os muitos artigos que publicou na especialidade. Manteve sempre relacionamento com os geógrafos franceses que vinham a São Paulo para a Faculdade de Filosofia ou outras áreas, como se deu sobretudo com Pierre Deffontaines, cientista de sua admiração.

Os estudos históricos acrescentados são todos de valor, como se vê com "Formação dos limites meridionais do Brasil", "Aires do Casal, o pai da geografia brasileira e sua 'Corografia Brasílica'", "O *Tamoio* e a política dos Andrada na Independência do Brasil", "Roteiro para a historiografia do Segundo Reinado" e "Cipriano Barata". Eram em geral antes capítulos de livros de muitos colaboradores ou prefácios para reedições de obras famosas. Fez bem em juntá-los em livros, pois estavam esgotados e eram de difícil acesso. Há harmonia e coerência de temas em escritos de épocas e circunstâncias variadas. Termina o volume uma parte de "Estudos demográficos", com duas análises dos "Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural" e "A imigração brasileira no passado e no futuro", em que são sensíveis as notas de formação sociológica e econômica. O livro, pela sua qualidade, deverá ser muito reeditado ainda, pelo serviço que presta aos cultores de história e ciência social. Tem quatro partes bem distintas, vindo a ser um estudo de história, de geografia e de demografia. Dá-lhe densidade a visão da ciência social com caráter de interdisciplinaridade.

2. O segundo livro de história do Brasil de Caio Prado Júnior e mais importante título de sua bibliografia é *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*, publicado em 1942. O autor pretendia prosseguir a obra, escrevendo mais pelo menos dois volumes (p. 13, da 16.^a edição, de 1979, a seguida aqui). Infelizmente não o fez. Embora o título tivesse êxito, logo proclamado obra-prima, exercendo influência, o responsável não o prosseguiu, enveredando antes pelas especialidades da filosofia e da economia. Escreveria mais dois livros de história, sem a importância de *Formação*, fato sempre lamentado pelos historiadores. Se completasse sua obra de história, com três ou quatro volumes da altitude daquele, Caio seria talvez o maior nome da historiografia brasi-

leira. Optou, porém, por outros caminhos, nos quais sua repercussão é menos sensível.

Formação tem plano interessante: faz um corte na realidade, considerando o fim do século XVIII e a primeira década do século XIX, para caracterizar o que foi a colônia. Não apresenta um quadro evolutivo do período, do século XVI ao XIX, mas se fixa nesse corte, em que se verifica o declínio do sistema colonial e o país vai dar os passos para a independência, afirmando sua nacionalidade. O panorama desses poucos anos não é estático, mas dinâmico, como condiz com o estilo histórico, cuja categoria essencial é a de processo. A matéria é bem dividida, o livro de sólida arquitetura. Após breve Introdução, tem-se "O sentido da colonização", um dos pontos altos do volume e chave para entendimento do período colonial. Depois há três partes: "Povoamento", "Vida material" e "Vida social". O estudo do povoamento evidencia a força do autor em captar os aspectos geográficos. Nunca se escreveram páginas tão seguras sobre o assunto. Veja-se, por exemplo, o quadro completo que dá da ocupação do interior, na região das minas, em que é dito o necessário. O capítulo sobre raças é admirável, na captação do significado de cada segmento étnico: há aparentes deslizes, como, a propósito de índios, falar nas "contingências de sua raça bastarda" (p. 105); em "raça bastarda" a propósito de "negros e seus derivados mais escuros" (p. 114). No Rio Grande do Sul, sobre o contingente indígena, falará em "pureza racial" (p. 115). Pior, "a empresa do colono branco", recrutando trabalho "entre as raças inferiores que domina" (p. 31), em passagem repetida na *História econômica do Brasil* (p. 22), que, como se sabe, no seu terço inicial, aproveita o texto de *Formação*. Não se vão atribuir ao escritor preconceitos contra o negro ou contra o índio ou a discutível idéia de "pureza racial". O capítulo sobre raças e o livro no conjunto são corretos e essas passagens podem ser vistas como cochilos ou falta de vigilância mais rigorosa. Escreveu-as na primeira edição, em 1942, e não as emendou depois, embora certamente muito crítico lhe apontasse a insegurança ou o erro. Considerou a questão de somenos.

O capítulo "O sentido da colonização" é um dos pontos altos da historiografia nativa e já é clássico. O autor se mantém fiel ao corte temporal que fez e não o abandona: quer esmiuçar "um momento dado e que é o da transição do século XVIII para o seguinte" (p. 71); fala várias vezes "no momento que nos ocupa" (p. 81). Às vezes chega a rigor didático, inclusive no estilo pesado e grave, como se dá em "Vias de comunicação e transporte" (p. 237-65), ricamente informativo. Em

"Vida material" dá retratos da economia, grande lavoura, agricultura de subsistência, mineração, pecuária, produções extrativas, artes e indústria, comércio, o já referido "Vias de comunicação e transporte". A parte final trata da organização social, da administração (bem didático), vida social e política. O autor não foge ao julgamento da política portuguesa, falando no "tom geral de vida frouxa que caracteriza o país" (p. 237), fustigando a administração por falta de lucidez, indolência, corrupção, censurando as administrações por falta de inteligência, ganância e roubo, desinteresse pelas funções. Destaca o papel da Igreja, mais positivo que outros, embora lhe reconheça identificação nos seus erros com o administrador português.

Caio fala pouco em povo neste livro (p. 316, por exemplo), enquanto se preocupa tanto com ele no anterior *Evolução*. A leitura ficaria facilitada e esclarecida com títulos mais curtos ou com subdivisões e subtítulos que orientassem o leitor. Como está, a leitura é por vezes árida e difícil, como se verifica no longo item sobre a administração. Quando aponta as realizações intelectuais mostra como foram reduzidas: parece-nos, contudo, severo ao dizer que

"o gênero literário único em que a colônia produziu alguma coisa de mais destaque foi a oratória sacra. A nossa poesia não pode ter a pretensão de ultrapassar o consumo interno e de erudição literária" (p. 338),

pois esqueceu alguns grandes nomes de poetas cujas obras sobrevivem e guardam hoje o mesmo viço de quando apareceram. Como bom marxista, sabe apontar as contradições que movem o processo, como se vê à p. 366. Fala em "massa popular" (p. 285), embora não encha o seu texto com a palavra povo, como alguns autores, para obterem a aparência de revolucionários ou marxistas. Não precisa desses recursos para vencer.

O texto é fruto de reflexão e larga pesquisa. Esta, parece-nos, foi feita sobretudo com documentos impressos. Caio usa fontes primárias, mas impressas. Não parece ser frequentador de arquivo, no manuseio de papéis soltos. Para escrever esse livro usou muitos documentos, mas há dois que sobrelevam a tudo mais: de *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, do fim do século XVIII e possivelmente pronto em 1802, Luís dos Santos Vilhena, professor de grego na Bahia, homem culto do período estudado e que deixou retrato admirável em livro sob a forma de cartas; e *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*, publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*

Brasileiro no século passado, de autoria desconhecida. São as fontes mais empregadas: do *Recopilação* dá notícias ou faz citações 51 vezes e do *Roteiro* 25 vezes. Frequentemente a citação é seguida de elogios: "descrição igualmente sugestiva de Vilhena" (p. 137), "numa das suas admiráveis cartas, Vilhena..." (p. 139), "Vilhena nos fornece uma síntese admirável" (p. 351), "o nosso tão conhecido e lembrado Vilhena" (p. 361), entre muitas outras vezes. Do *Roteiro* dirá outro tanto: "um escrito precioso, datado provavelmente do último quartel do século XVIII, e que contém, a meu ver, a mais lúcida síntese da economia brasileira de fins daquele século" (p. 125-6), "o *Roteiro*... admirável trabalho" (p. 202), "deste grande economista que foi o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*" (p. 234), "o exemplo mais típico deste modo de pensar é o do autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*, que utilizei largamente nos capítulos anteriores, e que foi sem dúvida um espírito brilhante, de larga cultura, e profundo conhecedor da colônia" (p. 360-1).

Não há dúvida de que a maior fonte de Caio Prado Júnior está no anônimo do *Roteiro do Maranhão* e em Luís dos Santos Vilhena. Cita muitas outras fontes, mas não se pode deixar sem estranheza que não use como autoridade para os costumes as *Cartas chilenas*, de Critilo, pseudônimo escondendo Tomás Antônio Gonzaga. Não cita também, o que é imperdoável para o conhecimento de Minas, José João Teixeira, autor da *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, de 1780. Seus capítulos sobre mineração ou peculiaridades das Minas Gerais são notáveis, mas seriam melhores se usasse também esses autores. Caio usa, muito e criteriosamente, os viajantes, destacando-se Saint-Hilaire, Martius, Koster, Hercule Florence, Luccock, Príncipe Maximiliano, Pohl e outros. É uma base valiosa, nunca empregada com excesso.

Em síntese, *Formação* é bem documentado, sério, coerente. O crítico José Honório Rodrigues teve razão em escrever: "pode-se legitimamente afirmar que este livro marca uma fase crítica na história da nossa história"⁵. É uma das obras-primas da historiografia brasileira e bastava, só ele, para dar glória a seu autor, classificando-o entre os grandes historiadores do país. É o maior livro sobre a colônia: escrito há quase quarenta anos, não foi superado e aí está, a fundamentar outras obras. Publicado em 1942, fez com que *Capítulos de história colonial*, de

⁵ RODRIGUES, José Honório. *Formação do Brasil Contemporâneo*. In: —. *Notícia de várias histórias*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951. p. 92.

Capistrano de Abreu, de 1907, ficasse em segundo plano, pois é menor e menos abrangente, embora seja também uma das obras-primas da historiografia nativa. Capistrano dominou sem contraste um período menos longo que o de Caio Prado Júnior.

3. Em 1945, Caio publicou novo livro de história: *História econômica do Brasil*, de êxito imediato. O livro atendia a uma necessidade do público, com a multiplicação dos cursos de História, Ciências Sociais e Ciências Econômicas. A bibliografia era pequena, pois não se atentava para a historiografia econômica então: a bibliografia era eminentemente de história política. Só em nosso século aparecem as histórias econômicas: em 1922, Vítor Viana edita *Histórico da formação econômica do Brasil*, e, no ano seguinte, surge o de Lemos Brito, *Ponto de partida para a história econômica do Brasil*. As duas obras se encaixam na série de redescobrimientos do Brasil a que já fizemos referência, como se vê pelos títulos, pelos sentidos e pelas datas. O primeiro livro mais importante é o de Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil*, de 1937, escrito para a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em cujo currículo constava História econômica. O volume de Roberto Simonsen trata só da colônia, enquanto os períodos subsequentes são os mais significativos.

Escrevendo estudo que cobre toda a história, vindo aos nossos dias, Caio Prado Júnior publica sua *História econômica do Brasil* em 1945 (usamos aqui a 22.^a edição, de 1979). Cerca de um terço da obra é reaproveitamento de *Formação do Brasil contemporâneo*, como se dá com a agricultura e com a mineração; o autor repete o que escrevera ali. A contar da parte "A era do liberalismo" (1808-50) o livro é de fato novo. Com grande repercussão, as edições se sucediam: o autor não alterava o texto, mas por uma vez escreveu capítulo de acréscimo, pretendendo atualizá-lo. De 45 a 80 já saíram 23 edições, fato raro em livro de ciência social.

História econômica do Brasil é dividido em 9 partes: "Preliminares" (1500-1530), "A ocupação efetiva" (1530-1640), "Expansão da colonização" (1640-1770), "Apogeu da colônia" (1770-1808), "A era do liberalismo" (1808-1850), "O Império escravocrata e a aurora burguesa" (1850-1889), "A República burguesa" (1889-1930), "A crise de um sistema" (1930-?), *Post-scriptum* em 1976, além de anexos e bibliografia. O autor se preocupou mais em interpretar que em informar, mas o texto não é seco em dados e permite ao leitor, em parte,

acompanhar com minúcias e rigor o processo econômico. É didático, embora de nível alto, pois é manual para universitários. A estruturação parece-nos superior à da obra de Roberto Simonsen, pelo fato de Caio Prado ter visto o problema globalmente e vir até os nossos dias, enquanto aquele só se atém à colônia. A cronologia é tida em conta, como não podia deixar de ser em livro de história, mas para base de periodização inteligente. Se há cuidados especiais com certas áreas, o objetivo é o entendimento de uma unidade. Problemas novos ou insuficientemente tratados antes têm aqui o seu lugar, como se nota com o exame da industrialização, do imperialismo, do debate da vida econômico-financeira de nossos dias e dos que mais imediatamente os antecederam. De maneira direta, sem pompas de erudição e sem emprego abusivo de aspecto numérico de quantidades, valores e índices, traço que vicia muita historiografia econômica, não há ostentações, mas a sensibilidade para o social. Essa é uma *História econômica* escrita por um historiador que sabe economia e que trata do assunto mais como historiador que como economista.

A distribuição da matéria permite ao leitor captar o processo econômico, do século XVI ao atual. O penúltimo capítulo — “A crise de um sistema” (1930- ?) — ressen-te-se de certa falta de didática. O autor faz uma reflexão sobre a realidade econômica atual, mas fornece poucos dados informativos e não se detém nas interpretações, de modo que o estudioso pode embarçar-se ou ter dificuldades de compreensão da matéria. Sem maior apego às longas séries numéricas, em que se comprazem os quantitativistas, a informação fica precária; sem análise mais rigorosa dos eventos e do processo que os modela e muda, não fica sempre clara essa realidade e quais suas perspectivas. Em estudo de julho de 1975, o autor publicou crítica sobre “História quantitativa e método da historiografia” (revista *Debate & Crítica*, n.º 6), escalpelando o quantitativismo estreito. Seu raciocínio é severo e correto, mas parece-nos conter certo exagero, pois se há história que deve lidar com números, estatísticas, índices é a econômica. Um livro ideal do gênero devia ter mais números e indicadores que o de Caio Prado Júnior. Ele está certo ao condenar o excesso quantificador (que um crítico azedo já chamou de quantofrenia), mas não se deve chegar ao excesso oposto, descarnando a história econômica de um elemento que é uma de suas matérias-primas. O capítulo “A crise de um sistema”, a nosso ver, ressen-te-se de certo comentário jornalístico; embora de bom nível, adquire um acento que a parte anterior do volume não tem.

O certo é que a *História econômica do Brasil* é mais um importante livro do autor. Se os economistas costumam fechar-lhe a fisionomia, acusando-o de ligeireza, por certo não têm razão. Existe hoje, com tendências ao agravamento, uma luta entre a história dos economistas e a história dos historiadores. Parece-nos que ambas têm o seu lugar: o diferente enfoque dá diferentes resultados, e, se bem conduzidas, são eficientes, como se diria com certo acacianismo. A história econômica de Caio Prado Júnior é antes a dos historiadores que a dos economistas. Razão para ser saudada, pois há poucos autores bons que cultivam a história econômica do ângulo da história, enquanto há muitos economistas que a cultivam do ângulo da economia, embora sejam raros os bons resultados com esse enfoque. Em síntese, o livro de Caio Prado Júnior é bem feito, sólido, brilhante mesmo em algumas passagens. Figura com o anterior de Roberto Simonsen (1937) e com o posterior de Celso Furtado (*Formação econômica do Brasil*, de 1959), como os três pilares da historiografia econômica brasileira. Eles se completam e não se dispensam, em seus diversificados enfoques. Verifica-se com alegria que os três títulos obtêm êxito, esgotando prontamente suas edições. Já há um público universitário amplo para eles e este público é magnificamente atendido pelos três livros que formam entre as obras indispensáveis a biblioteca do cientista social patricio.

4. Alguns anos se passaram sem que Caio Prado Júnior voltasse à história do Brasil. Publicou livros em outras especialidades. Voltaria à disciplina em 1968, quando foi forçado por amigos a inscrever-se em concurso para professor catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. O titular, Sérgio Buarque de Holanda, desejava que ele fosse o seu sucessor. Nada de melhor poderia ser escolhido, pois só assim poderia haver sucessão em condições de igualdade. Caio, porém, precisava inicialmente tornar-se livre-docente. Na verdade não desejava o encargo: já não era moço, não estava cultivando a história do Brasil e teria de fazer uma tese. A contragosto entregou-se à tarefa, elaborando pequena tese de 148 páginas, em formato pequeno e não compacto. Deu-lhe o título de *História e desenvolvimento*, com o subtítulo *A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento econômico*, imprimindo-a em 1968. O trabalho em síntese é muito simples:

“Nosso objetivo, na presente tese, é pesquisar na evolução histórica brasileira e na formação econômica e social do país, algumas das premissas essenciais da problemática atual” (p. 5).

Mais adiante:

"para o objetivo que temos aqui em vista — a saber, o estabelecimento das premissas históricas da problemática do desenvolvimento brasileiro — trata-se primeiramente de buscar a linha central da marca da nossa história, a fim de destacar o sentido fundamental que condicionou a nossa forma, evolução e maneira peculiar de ser" (p. 25).

O autor chama a atenção para o conceito de desenvolvimento econômico, uma das modas da economia e da política nos últimos anos. Faz breve parte teórica e mostra, em capítulos subsequentes, como a economia se apresentou ao longo da história, do século XVI ao atual, em reconstituições resumidas, passando pelas fases do extrativismo, da cana-de-açúcar, da pecuária, da mineração, do café, da indústria. Fixa o que foi o sistema colonial e suas vicissitudes.

Para tanto não precisa fazer qualquer pesquisa, pois lida com o que está farto de saber, matéria sobre a qual já escreveu superiormente. Usa dados do censo industrial de 1920 com pouco rigor e até equívoco, repetindo falta comum em quase todos os autores (p. 114). Concluir da tese que a história tem seu elemento esclarecedor no processo econômico ou que o estudo do desenvolvimento é fruto do processo histórico é muito pouco. O certo é que o pequeno texto não chega a produzir entusiasmo: de quanto fez o autor em história e o escrito menos expressivo. Não era preciso ser historiador como ele para escrever de modo tão pouco convincente. Ao que parece, Caio não deu maior atenção à tarefa e fez com a tese apenas o bastante para cumprir o ritual acadêmico. Fosse o que apresentasse e o título seria seu, por todos os direitos, pois não havia nome que se lhe sobrepusesse. E afinal o concurso não foi feito. O clima de 68 e 69 ou a década de 70 não admitiria um concurso para a universidade com um candidato notoriamente comunista. Da aventura só ficou a tese, livro que pode ser lido com prazer e consultado com proveito, mas não que não acrescenta nada à glória de historiador de Caio Prado Júnior. É seu título menos importante de história.

5. Aí está sua historiografia. Para terminar, breve comentário. Além do valor das obras, pelas pesquisas e interpretações, a produção historiográfica de Caio Prado Júnior se distingue por ser a primeira em que o marxismo é sistemática e superiormente aplicado. O que se deu com *Evolução política do Brasil*, de 1933, como se viu. Não é esta a opinião de Edgar Carone, na seguinte passagem:

"deve-se a Castro Rebelo a primazia de uma interpretação marxista da história do Brasil, com *Maudé, restaurando a verdade* (o livro é de 1932, mas alguns capítulos saíram em 1929)"⁶.

Ele recorda que Caio Prado Júnior lança o seu ensaio no ano seguinte, com a história vista através da luta de classes. Ora, o livro de Castro Rebelo é a contestação de certas teses e opiniões sustentadas por Alberto de Faria no seu *Maudé*, de 1926. Polêmico e valioso, não tem a abrangência do de Caio: Castro Rebelo era sobretudo professor de Direito e sociólogo, de modo que não se pode dizer que inaugura uma historiografia marxista, afirmação que se pode fazer relativamente a Caio Prado Júnior. Poder-se-ia lembrar que já antes a tese revolucionária, mas não marxista, é a florada, como diz em um ensaio Astrogildo Pereira:

"principalmente nos primeiros anos do nosso século, alguns escritores apareceram, no romance, no ensaio, na crítica, afirmando-se adeptos de tais ou quais tendências socialistas ou anarquistas; mas, com uma ou outra rara exceção, não passavam de diletantes à procura de novidades, sem nada de comum com a ação representativa daquelas tendências"⁷.

Não se trata de marxismo, nem vem ao caso dizer se tal ou qual escritor citou Marx em alguma eventual passagem. Marx é usado — e mal — em *Agrarismo e industrialismo*, de Fritz Mayer, em 1926 (pseudônimo do militante comunista e fraquíssimo teórico Otávio Brandão, obra cujo mérito é ser uma análise marxista — embora tosca — da situação nacional. Não é história, mas ensaio sócio-político). Como afirma Nelson Werneck Sodré, é de Caio Prado Júnior "o primeiro ensaio de aplicação do materialismo histórico ao conjunto do passado nacional"⁸. O próprio Nelson Werneck Sodré começa a sua obra de historiador marxista no decênio, mas em 1938. Leôncio Basbaum começa em 1957 uma obra de historiador com a mesma orientação, tendo publicado livro em 1934, mas de teoria revolucionária. Cabe a Caio Prado Júnior não só o pioneirismo como o fato de ser sua obra marcada pela alta qualidade, o que nem sempre se dá nos primeiros marxistas.

⁶ CARONE, Edgar. *A segunda República (1930-37)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973. p. 346.

⁷ PEREIRA, Astrogildo. Pensadores, críticos e ensaístas. In: —, MORAIS, Rubens Rocha de, e BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949. p. 656.

⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967. p. 217.

Uma compreensão da obra de Marx só a temos em Caio e em alguns cientistas sociais de hoje.

Já se questionou, entretanto, o materialismo histórico de Caio Prado Júnior. Ora, a atitude parece-nos contestável. O que é característico do marxista, como a ênfase na luta de classes, no papel desempenhado pelo povo, no atrito das contradições conduzindo o processo social, a importância dos fatores de produção e de suas formas, a acumulação e a alienação, a espoliação, o embasamento econômico, tudo está presente no historiador paulista e em dose certa. Há quem o censure por não dar o devido realce ao povo, por falar pouco nele: nesse caso, marxistas seriam os que falam em povo ou dialética em cada página, mesmo sem correspondente conteúdo. O autor de *História do povo brasileiro* seria o marxista supremo, quando nele o povo só aparece no título demagógico. Com o desenvolvimento dos estudos marxistas, hoje de influência avassaladora no mundo, desapareceu a versão oficial, a cartilha dos tempos de Stalin. Como qualquer autor ou pensamento, Marx e o materialismo histórico admitem muitas interpretações ou leituras, pois, como fala a nova crítica, ele é, como todos os outros, uma obra aberta. Caio Prado Júnior mesmo escreveu sobre o marxismo de Louis Althusser, denunciando-lhe o "equivoco idealista", criticando-o asperamente, quando Althusser é dos marxistas que mais repercutiram, fazendo discípulos. Pode ser censurado, ele deve ter a sua justificativa. Em nossa modesta opinião Caio Prado Júnior é marxista e até próximo do convencional modelo oficial, embora inteligentemente. Leu muito o autor de *O Capital* — e quantos o fizeram? —, absorveu seu sentido mais profundo e o aplica com critério científico e sem ser por motivos políticos.

Mais bibliografia

Vistos os livros de história, vejamos agora os demais que Caio Prado Júnior escreveu. Há os de viagens, os de filosofia, os de economia, os de política.

1. De viagens há dois: o primeiro é seu segundo livro, e foi escrito em 1934. Depois das vicissitudes da Revolução de 32, ameaças e prisões, esteve na Europa e visitou a União Soviética. No começo da década de trinta o mundo comunista ainda era desconhecido. Viviam-se a ansiedade do primeiro plano quinquenal e a necessidade de defesa do território e do regime contra possíveis inimigos e invasores.

O cordão sanitário era real. Havia a propaganda que falava no paraíso vermelho e a oposição que só destacava o inferno igualmente vermelho. O regime caminhava para a consolidação, superado o dilema Stalin-Trotsky. As dificuldades ainda deviam ser grandes. Caio visitou a União Soviética e depois escreveu seu livro — *U.R.S.S., um novo mundo* —, editado em 1934. O assunto despertava interesse e deve ter aparecido muito leitor. Já em 35 estava esgotado e fazia-se a segunda edição. Esta foi recolhida pela polícia, pois o clima da época não admitia a liberalidade (o fato deve ter lembrado a Caio o que se deu com o escrito do tio-avô Eduardo Prado, cuja *A ilusão americana*, de 1893, foi recolhido pela polícia. Os sistemas repressivos não mudam suas receitas). Da segunda edição os livros foram consumidos, de modo que a obra é hoje raridade. As bibliotecas públicas não a possuem, pois foram destruídos nas vistorias do policiamento de 1935, depois na época do Estado Novo e, se algum sobrou por descuido, os guardas de 64 completaram o auto de fé. *U.R.S.S.* é livro de leitura agradável, mas prende menos como reportagem que como debate de problemas políticos. O autor não viu muito, mesmo lá o clima era tenso e não dava livres movimentos aos viajantes.

Alguns anos depois, Caio voltaria ao tema, quando escreveu *O mundo do socialismo*, de 1962, fruto de uma viagem à União Soviética e à China em 1960. É menos a descrição de uma viagem que o debate de problemas comunistas. Teorizante, é pouco descritivo ou documental. Caio quase não fala de paisagens, visitas ou excursões, detendo-se antes no debate de temas como a liberdade, o Estado socialista, o partido comunista, a inflexibilidade da marcha para o comunismo. Francamente, para escrever como o fez, quase não precisava fazer a longa viagem, podia concluir da dedução, de análises de depoimentos, de leituras. Quando escreve que "é nesse sentido que orientei minha viagem pelo mundo do socialismo e a coleta de observações e informações" (p. 183), alguém pode comentar que a viagem era desnecessária. O autor era e deve ser ainda admirador do mundo socialista, pois quase só pinta aspectos favoráveis, explica à sua maneira muitas críticas comuns ao socialismo coletivista, como o problema da liberdade. É livro de um defensor da ordem que os dois países instituíram. Sem ser ingênuo, incide em certo maniqueísmo de só ver o bem no lado que abraça, enquanto o outro lado é a personificação do mal. A União Soviética é mais presente do que a China. Fala dos XXI e XXII Congressos do Partido Comunista, não refere o XX, tão mais importante e que abalou o bloco monolítico soviético e do comunismo internacional.

Como Caio é um escritor mais seco que derramado, não se empolga fazendo proselitismo, de modo que os livros não devem ter amplo alcance catequético e não prendem a atenção com relatos de maravilhas. Ser agente de propaganda não combina bem com o seu modo. Assim, *U.R.S.S.*, de 1934, e *O mundo do socialismo*, de 1962, estão entre os menos interessantes do autor. Em sua bibliografia, se quiséssemos dizer quais os dois títulos menos fundamentais, diríamos que são esses dois livros de viagens. Para começar, são pouco livros de viagens, no estilo convencional, pois quase não falam do que o escritor vê.

2. Caio escreveu também livros de economia, como *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, *Esboços dos fundamentos da teoria econômica* e *A questão agrária no Brasil* (este poderia ser questionado, se de economia ou de política, pois tem tanto de uma como de outra: parece-nos mais rigoroso considerá-lo como de economia).

Estudioso, pensou em disputar a cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, publicada em 1954. O ato era audacioso, porque a instituição, eminentemente conservadora, não admitiria um professor comunista na cadeira de Economia. Demais, sua tese era mesmo arrojada, capaz de assustar os membros da Congregação da casa. Como se vê logo no início:

"Se a perspectiva histórica é necessária para a compreensão e interpretação de quaisquer fatos naturais — e portanto para se efetivar o domínio do homem sobre eles, o que constitui o objetivo último de toda ciência — isso é tanto mais verdade no que diz respeito aos fatos sociais; e aos econômicos de que me ocupo aqui, em particular" (p. 5).

Objetivamente:

"só aquele processo que se revela através da história e na sua perspectiva nos pode dar assim a compreensão do que representa e significa realmente um fenômeno econômico, permitindo-nos com isso penetrar-lhe o dinamismo e dirigi-lo para os fins que nos interessam" (p. 5).

Considera a perspectiva histórica fecunda na análise da economia brasileira. Mostra como o país, em suas dimensões continentais, é irregular, apresentando as mais diversas fisionomias do norte ao sul, o mais adiantado coexistindo com o mais retrógrado: "a nossa história ainda é, por isso, em muitos casos, uma atualidade" (p. 6). Como se vê, o historiador não deixa a história, embora a abandone como gênero, pois vai encontrá-la em outros campos que passa a cultivar.

O autor insiste em verdades que já escreveu em outros livros:

"aliás a nossa história, e particularmente a nossa história econômica, é antes uma sucessão de episódios muito semelhantes, de ciclos que se repetem monotonamente no tempo e no espaço. E continuam repetindo-se. Essa a razão por que afirmei anteriormente ser a nossa história um presente de nossos dias. Para observá-la, é muitas vezes preferível uma viagem pelas nossas diferentes regiões, à compulsa de documentos e textos" (p. 30).

A contar do capítulo II faz em parte a história do Brasil, em seus processos, do século XVI em diante: "os portugueses vinham para montar aqui uma empresa comercial, e não constituírem uma nova sociedade" (p. 37). Daí o retorno do regime escravista, então em decadência. Impõe-se a empresa agrícola e extrativa, com os fatores da produção organizados em base precária. E sucedem-se os ciclos: pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração, algodão, anil, café, borracha e cacau. Uns são episódicos e rápidos, como o ciclo do cristal de rocha. Ante o país,

"não se trata certamente de 'inventar' uma ciência econômica nova e original, e sim de utilizar o que nos proporciona a experiência teorizada de outros povos e feita em ciência, na constituição de uma economia que seja expressão teórica de nossa experiência própria" (p. 53).

O autor mostra ainda como a teoria do desenvolvimento se impôs, embora ela não use "senão muito insuficientemente a experiência histórica desses países subdesenvolvidos" (p. 55). Defende o método dialético para a realização de um programa "que indique o sentido no qual se há de caminhar para a constituição daquela ciência" (p. 58).

A seu ver, o Brasil continua a ser um centro produtor de matérias-primas para o mercado externo; o capitalismo continua a ser frágil, mais aspiração que realidade, perdendo longe em confronto com os países industriais onde se encontram os centros do capital financeiro. O país perde permanentemente, pois suas necessidades de importar crescem mais rapidamente que as de exportar. Denuncia o preço alto pelo "liberalismo econômico que dominou o Brasil até 1930" (p. 127):

"em vez de completarmos a solução do nosso problema de contas externas com o monopólio estatal do comércio exterior, que é o que evidentemente se imporá mais dia menos dia, teimamos em olhar para trás..." (p. 127-8).

Crítica acerbamente a forma pela qual se forma o mercado industrial do país, por sua irracionalidade. É duro:

"ainda hoje, e em conjunto, o nosso parque manufatureiro se constitui de uma débil indústria leve que repousa de fato na indústria estrangeira. Não passa, em rigor, de um apêndice dela, uma seção de acabamento: e assim mesmo muito incompleta" (p. 131).

O quadro que traça é negativo e sombrio, seja da indústria ou da agricultura. Em síntese,

"isso não implica todavia um intervencionismo do Estado que exclua a iniciativa privada e a ela se substitua. Pelo contrário, (...) a mola mestra do processo de transformação da economia brasileira encontra-se precisamente no impulso daquela iniciativa, para o que se trata de criar e proporcionar os estímulos convenientes" (p. 235).

Caio conclui que

"os novos juristas e legisladores deverão capacitar-se de que o direito não é mais que expressão normativa das relações econômicas, políticas e sociais efetivamente presentes no organismo social para que se elaborem seus princípios, sistemas e leis. Cabe-lhes, assim, em primeiro lugar, conhecer essas relações; e no que diz respeito às economias, é o que se propõe a economia política. Mas não uma pseudociência econômica abstrata e absoluta que seria um pobre e inútil substituto do velho direito natural; e sim uma teoria econômica que nesse momento e para o Brasil em que vivemos deverá ser a expressão de uma economia em germinação no âmago do nosso país e nacionalidade de seu longo passado colonial" (p. 239-40).

Como se deduz da leitura, a tese não é teorizante e abstrata, mas pragmática. Deve ter assustado os juizes da banca examinadora, com suas proposições arrojadas com fundamento na dialética. Não o reprovaram, dando-lhe o título de livre-docente. Curiosamente, não sabemos por quais razões, o autor parece ter renegado o escrito, pois não o reeditou mais, nem o incluiu na bibliografia. O estudo é consistente e deve ser lido.

Esboço dos fundamentos da teoria econômica foi publicado em 1957. Ao contrário do anterior, é livro eminentemente teórico, como o título sugere. Examinam-se aqui as bases da ciência econômica, seus pressupostos explícitos e implícitos, de modo a formar aquele que vai lidar com a matéria. A economia não é fácil, põe em jogo todas as particularidades da ação humana. Como foi a primeira ciência social a constituir-se com rigor e por sua própria especificidade dá a idéia de que é a mais científica de todas. O fato econômico é examinado como uma relação entre os homens, desde a sua elaboração, uso, troca, até

a mercantilização, da qual não se exclui a força de trabalho humano. A mercantilização máxima dos bens econômicos se dá no capitalismo. Seu funcionamento, bem como as peculiaridades da economia, são examinados no escrito, que mostra também suas diferentes abordagens ou interpretações por parte dos economistas, notadamente Adam Smith, Ricardo e Marx, com referências aos precursores, às vezes de tão importante papel. Se o capitalismo é esmiuçado, também o é o socialismo. O autor se detém no exame da crítica moderna da economia feita pelos teóricos do capitalismo, especialmente Keynes, ao qual se refere muito. Aponta o entrave ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, pela dependência e subordinação em que se acham do sistema internacional do capitalismo trustificado. Mostra a necessidade para os periféricos de uma teoria econômica que seja expressão autêntica de suas experiências, fundada pois em seu processo histórico. Passar-se-á então da economia complementar e dependente à economia nacional. Estabelece ainda quais as perspectivas para o socialismo.

O estudo de Caio Prado Júnior é erudito, comprovador de sua cultura econômica e em ciência social. Se é teórico, não é abstrato, porque há sempre uma palavra de encaminhamento de soluções e superação de impasses. O teórico é otimista, acredita no encaminhamento das questões. Este só se dará, porém, com muito esforço e o encontro na própria realidade das respostas, sem mimetismos ou mecanicismos, como é tão comum entre os pretensos cientistas sociais nativos. A leitura do texto é fácil, no sentido de clareza, mas é árida. Seria facilitada com outro estilo expositivo, com mais subdivisões, nomes de capítulos e subcapítulos, de forma a ajudar o leitor a guiar-se em um assunto que requer o máximo de atenção. De qualquer modo não se pode dizer que é impenetrável e afasta leitores, pois, aparecido há poucos anos, já conta com várias edições. Aqui, como em todos os outros escritos, Caio é um expositor seguro, sem concessões à facilidade, apegado ao que lhe parece certo. Não afasta os leitores com a linha rigorosa que adota, pois todos os seus títulos conhecem muitas edições. O meio universitário atual o explica. O êxito editorial de autor tão sério é sinal promissor do nível do estudo do país nestas décadas finais do século.

Outro título de economia é *A questão agrária*, de 1979. Pode ser qualificado de político, sociológico e econômico. Parece-nos preferível a última possibilidade. Trata-se de problema que sempre preocupou o historiador, como se comprova ao longo de toda a sua obra, nos livros e nas dezenas de estudos e artigos produzidos. Incluiu aqui apenas o

considerado principal: a reunião de todos exigiria vários volumes. São cinco os textos de Caio Prado Júnior, mais uma "nota prévia" e a resposta a um artigo de Cláudio Tavares — "Caio Prado e a questão agrária no Brasil" —, que transcreve. Os dois primeiros artigos são pequenos livros, enquanto os outros três são menores, atendo-se à condição de artigos. Publicados antes na *Revista Brasileira*, já então foram muito comentados, pela matéria polêmica e pelo tratamento que lhes foi conferido. Neles Caio aborda o assunto de um ângulo que não é o mais seguido pelos comunistas ou pela esquerda em geral. Têm uma tese original. "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil" e "Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil" ocupam mais de cem páginas, mais da metade do livro.

Examinam o problema agrário em sua generalidade e colocam assuntos básicos, como a natureza da sociedade brasileira ao longo dos tempos: se ela é ou foi feudal, esteve ou está na transição de "restos feudais" ou "pré-capitalistas", para nova fase capitalista e progressista. Caio, aqui e em outros escritos, nega este caráter feudal ou de "restos feudais", pois a seu ver o processo sócio-econômico foi sempre caracteristicamente capitalista. Vê na meação, por exemplo — forma frequente de pagamento e que muitos autores associam a feudalismo —, uma forma de trabalho assalariado. A questão é fundamental: não se trata de aspecto acadêmico, se dessa caracterização resultará tudo mais, inclusive o encaminhamento do problema. O debate vem de longe e não há de parar nesse livro, pois o ângulo atacado por Caio teve e tem ainda muitos defensores. Sua análise é brilhante e revela a cultura histórica que lhe permite desfazer os paralelos com os camponeses europeus.

No tema ele vê uma das muitas transposições mecanicistas feitas da Europa para o Brasil de situações sem real equivalência. Caio deseja a reforma agrária para elevar o nível de vida do povo, mas rejeita as fórmulas simples de exclusiva partilha da terra, sem mais complementos. Os dois ensaios são eruditos e representam contribuição ao assunto, reflexão amadurecida de temas vitais para a ciência social.

O terceiro artigo — "A reforma agrária e o momento nacional" — cogita sobretudo da situação de São Paulo: é o exame do projeto de reforma agrária enviado pelo governador Carvalho Pinto à Assembléia. Segue-se o exame do Estatuto do Trabalhador Rural (lei de março de 1963), veementemente criticado, com a denúncia de seus erros. Em

"A marcha da questão agrária no Brasil" fornece um quadro do problema e sua efervescência em 1963 e princípio de 64. O livro termina com a transcrição de um artigo de crítica às idéias de Caio Prado Júnior sobre o tema, publicado em dezembro de 1960 na *Revista Brasileira*, brevemente respondido pelo autor em foco na crítica.

O livro representa excelente contribuição ao debate da questão agrária, pois Caio Prado sempre se ocupou dessa matéria que foi objeto de longas reflexões. É para ser lido e discutido; aceito ou contestado, presta um serviço à ciência social e à práxis política.

3. *A revolução brasileira* é o texto essencialmente político do escritor, publicado em 1966. Deve-se encarar a obra como o testemunho e, em parte, testamento, de quem viveu desde os vinte anos preocupado com a política, participando dela intensamente. Sua militância traduziu-se em atos e em livros. O que faz aqui não é o balanço de seu trabalho, mas a crítica da atividade política praticada no Brasil. Vira-se não para o inimigo, seu combate permanente, mas sobretudo para o objeto de sua eleição, que é o Partido Comunista, bem como as demais forças de esquerda ou chamadas progressistas na política brasileira, para apontar os erros cometidos e que comprometeram não só suas carreiras, mas o próprio destino nacional. Depois da experiência de governo de João Goulart, em que o poder foi empolgado pela esquerda — o Partido Comunista pensou estar à frente de tudo, como os conservadores e reacionários também pensaram —, que se desmandou na administração, com um *show* de incompetência e irresponsabilidade, era mesmo chegado o instante de examinar a esquerda e seus erros. Nunca os resultados de um comportamento foram tão catastróficos, pois conduziram o país ao êxito do golpe de 64, que degradaria a nação e retardaria o Brasil por muitas décadas. Dele ainda não nos livramos de todo e pode-se dizer que muitos anos se passarão sem o apagamento de seus sinistros efeitos.

O escrito de Caio Prado Júnior é uma reflexão sobre os equívocos da esquerda, em parte responsáveis por quanto aconteceu. Em sete capítulos, um adendo e depois mais uma parte — "Perspectivas em 1977" —, o autor desenvolve sua matéria. Faz aí uma espécie de catarse, pois durante todos os anos de sua militância partidária Caio estranhou interpretações e teses, resoluções e caminhos do Partido Comunista. Como autêntico partidário, guardava silêncio sobre as críticas, não discutia de público a política a ser seguida e por ele seguida. Sabe-se da obediência e fidelidade dos membros do Partido. O quadro se alterou

um pouco em 1956, quando o Partido Comunista Bolchevista realizou o seu rumoroso XX Congresso, em que Krushev atacou o stalinismo que dominara tantos anos, censurou o culto da personalidade e, sem exagero pode-se dizer, estremeceu o mundo. A direita mais rancorosa não faria retrato tão cruel. O resultado é que o movimento comunista deixou de ser monolítico e os diferentes partidos começaram a pensar por conta própria. Os chefes locais, absolutos e infalíveis como o velho Stalin, sofreram as consequências e também passaram a ser questionados. Se à primeira vista a atitude de Krushev foi um mal, por certo ela purificou os partidos, renovou-lhes os ares e permitiu alguma criatividade. Já se tem perspectiva para saber que foi um bem.

Caio Prado Júnior não liga seu livro a esse movimento, é claro. Bem antes dele o célebre informe de 56 produziu os seus frutos no Brasil. Uma parte apreciável do movimento separou-se de Prestes. Caio, em alguns momentos anteriores, já estivera em vésperas de dissidência — lembre-se de 1945 —, mas de certo se manteve sempre fiel a Prestes, conciliando essa adesão com críticas que nunca deixou de fazer. O livro *A revolução brasileira* não é personalista, mas feito para apontar enganos da direção comunista. Evidencia-se como as palavras de ordem no Brasil surgem muitas vezes de abstrações, elaboradas aqui mesmo ou vindas do exterior, partindo de uma teoria do que é o país e do que é a revolução. Sabe-se como nos primeiros tempos o Partido recebia instruções vindas de comitês com funcionamento em Moscou, em Montevideu ou outros centros, formuladas por gente que nada sabia do Brasil, embora às vezes houvesse até algum brasileiro no grupo. Criava-se um catecismo dogmático *soi disant* marxista, ao qual tudo devia submeter-se. Como escreve,

“a teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isso é, de conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos” (p. 29, 6.^a edição, 1978).

Ora,

“a idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas e intencionalmente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo, cuja atenção — no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularmente para o caso dos países europeus” (p. 32).

O autor invoca o caso dos tão falados “restos feudais” que ocupariam uma linha a ser seguida, para mostrar que

“um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado” (p. 39).

Caio mostra que em documentos de congressos do Partido Comunista no Brasil se fala muitas vezes em linguagem que nada tem a ver com o Brasil, enquanto a realidade nacional é desconhecida. Cita o caso de reivindicações feitas de matérias que já são conquistas, regulamentadas, objeto de leis que atendem há muito o reivindicado, não mais subsistente. Veja-se o caso do Programa do PCB de 1954 (p. 54). Aponta o uso de conceitos inaplicáveis a nós:

“é isso que explica a freqüente ocorrência de conceitos sobre cujo sentido preciso pairam as maiores dúvidas, concentrando-se parte do debate na hermenêutica desses conceitos. Isto é, a procura de fatos efetivamente observados na realidade brasileira a que tais conceitos se apliquem. É o caso, entre outros, dos conceitos de ‘latifúndio’, ‘restos feudais ou semifeudais’, ‘camponeses ricos, médios e pobres’, ‘burguesia nacional’ etc.” (p. 77).

No “adendo”, em que responde a críticas feitas ao livro, mostra que

“a tese de que a teoria consagrada na qual se apoiava, e aparentemente ainda se apóia, a política de esquerda no Brasil, não se aplica aos fatos reais da nossa história, e não passa, na sua maior e principal parte, de um esquema abstrato, copiado de modelos exóticos artificialmente transplantados para a nossa realidade. E assim sendo, aquela teoria, longe de abrir perspectivas para a luta revolucionária e uma ação fecunda, freqüentemente embarçou e desorientou esta ação e luta, uma vez que propõe objetivos imaginários e irreais nas condições brasileiras (...) e adota como ponto de apoio forças igualmente fantásticas” (p. 209-10).

A teoria errada conduz a uma prática falsa ou inoperante, é a conclusão.

“A tese central de *A revolução brasileira* — diz — vem a ser: as graves consequências de ordem política, no que se refere à ação das forças de esquerda e progressistas brasileiras, resultantes de uma falseada teoria revolucionária” (p. 221).

Haveria muito a comentar sobre essas páginas densas, mas a matéria nos levaria longe. O que se desejou fixar foi apenas sua denúncia principal, suficiente, ela só, para convencer os leitores da importância do livro.

4. Por último, refiram-se as obras de filosofia. Possivelmente são as que Caio mais preza, pois a filosofia é a atividade mais de seu interesse. Agora mesmo trabalha em um alentado volume de filosofia, não de história. Sua bibliografia filosófica tem os seguintes títulos: *Dialética do conhecimento*, em 2 volumes, de 1952; *Introdução à lógica dialética (Notas introdutórias)*, de 1959; *Estruturalismo de Lévi-Strauss — O marxismo de Louis Althusser*, de 1971. Dispensamo-nos de comentá-los, mesmo com a ligeireza com que procedemos até aqui. Contribui para o fato a certeza de nossa falta de formação filosófica e mesmo certa falta de gosto e sensibilidade para o assunto. Lemos os livros pelo interesse pelo autor e para perceber em que medida eles dizem respeito à história. De certo esse interesse é grande, pois se questiona o próprio problema do conhecimento. Parece-nos dispensável porém seu comentário. O leitor que também cultivava a filosofia poderá lê-los, e certamente o fará com proveito, porque o autor pôs em sua elaboração a mesma seriedade, o mesmo esforço de estudo, a mesma pesquisa incansável.

5. Como se vê é ampla a bibliografia de Caio Prado Júnior: de 1933 a 1979 publicou 13 livros (14 volumes), divididos em vários setores: 4 de história do Brasil, 2 de viagens, 3 de economia, 1 de política e 3 de filosofia (4 volumes). Em todos o autor tem sua contribuição a dar, pois resultam de estudo atento de uma inteligência original, de alta criatividade. Assim, no Brasil de hoje, o autor se distingue pela sua produção e por sua qualidade. Tanto o escritor como o homem público se afirmam pela sua lucidez e trabalho, projetando-se como um dos expoentes da *intelligentsia* nesta penúltima década do século XX. A qualidade de quanto fez e a dignidade pessoal impõem-lhe o nome que já se garante no futuro pela obra realizada.

Justificação

Não é fácil fazer uma seleção de textos, notadamente se a obra é ampla e diversificada, como é o caso de Caio Prado Júnior. Na coleção *Grandes Cientistas Sociais* evidentemente ele é apresentado como historiador. Embora seja também economista, filósofo, cientista político, a atividade que exerceu mais amplamente e na qual se projetou, firmando nome, é a de historiador. De história são os seus principais livros, e mesmo outros, como os de economia e ciência política, são elaborados sob a óptica do historiador. Para esta antologia não se tirou nada de

seus livros de filosofia, como dos de viagem e de um de economia. Enfim, se o autor escreveu 13 livros, aproveitaram-se textos de 7.

Não se pode ter a pretensão de dar uma visão abrangente, clara e profunda de obra tão rica e densa. Espera-se apenas uma idéia objetiva do historiador. Afinal, é a ele que se dedica o volume. Que os interessados em história tenham em sua leitura incentivo para se entregarem ao estudo dos livros de base da antologia e dos outros escritos pelo autor e dos quais se dá breve notícia na Introdução.

Bibliografia de Caio Prado Júnior

Evolução política do Brasil. 1. ed., 1933.

U.R.S.S., um novo mundo. 1. ed., 1934. 2. ed., 1935.

Formação do Brasil contemporâneo — colônia. 1. ed., 1942. 16. ed., 1979.

História econômica do Brasil. 1. ed., 1945. 23. ed., 1980.

Evolução política do Brasil e outros estudos. 1. ed., 1946. 11. ed., 1979.

Dialética do conhecimento (2 volumes). 1. ed., 1952. 5. ed., 1969.

Diretrizes para uma política econômica brasileira. 1. ed., 1954.

Esboço dos fundamentos da teoria econômica. 1. ed., 1957. 5. ed., 1969.

Introdução à lógica dialética (Notas introdutórias). 1. ed., 1959. 4. ed., 1979.

O mundo do socialismo. 1. ed., 1962. 3. ed., 1967.

A revolução brasileira. 1. ed., 1966. 6. ed., 1978.

História e desenvolvimento. 1. ed., 1968. 3. ed., 1978.

Estruturalismo de Lévi-Strauss — O marxismo de Louis Althusser. 1. ed., 1971.

A questão agrária no Brasil. 1. ed., 1979. 2. ed., 1979.

Traduções

Evolução política do Brasil (espanhol, inglês).

Formação do Brasil contemporâneo (inglês).

História econômica do Brasil (espanhol, russo, japonês).

A revolução brasileira (espanhol).

Bibliografia sobre Caio Prado Júnior

Já se escreveu sobre todos os livros do autor. Quando de seus lançamentos, sobretudo, a imprensa se ocupou deles, em breves notícias ou em artigos críticos, de dimensões e qualidades variáveis. Dando-se balanço nesta produção percebe-se que, na verdade, ela é pobre, pois poucos artigos alcançam um bom nível. É curioso e lamentável verificar que um autor da magnitude de Caio Prado Júnior, com 13 livros publicados, intensa produção na imprensa e quase cinquenta anos de atividade, não tenha merecido ainda um grande estudo, um livro sobre sua obra. Insuficiências da vida intelectual brasileira.

O livro que suscitou mais críticas foi *A revolução brasileira*, publicado em 1966, pelos seus acentos polêmicos sobre a política brasileira, notadamente a atividade do Partido Comunista. Sobre ele saíram dezenas de artigos, em debate apaixonado.

Pareceu ao organizador do volume que a longa relação de artigos, a maior parte de pequeno valor, meramente episódicos, notícias do aparecimento de livros, não tem maior interesse. Os artigos de mais densidade não chegam a 10, o que prova a indigência da crítica brasileira. Daí a supressão da bibliografia sobre o autor, a nosso ver pobre e muitas vezes insubsistente.

TEXTOS DE CAIO PRADO JÚNIOR

Seleção e Organização:
Francisco Iglésias

I. EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E OUTROS ESTUDOS

1. D. JOÃO VI NO BRASIL *

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 veio dar à nossa emancipação política um caráter que a singulariza no conjunto do processo histórico da independência das colônias americanas. Todas elas, mais ou menos pela mesma época, romperam os laços de subordinação que as prendiam às nações do Velho Mundo. Mas enquanto nas demais a separação é violenta e se resolve nos campos de batalha, no Brasil é o próprio governo metropolitano quem, premido pelas circunstâncias, embora ocasionais, que faziam da colônia a sede da monarquia, é o governo metropolitano quem vai paradoxalmente lançar as bases da autonomia brasileira.

A vinda da Corte deriva do conjunto de circunstâncias que assinalam o agitado momento por que então atravessa a Europa. Mas, em última análise, representa muito mais uma hábil manobra da diplomacia britânica. A situação anormal do Velho Mundo, presa das convulsões que sobre ele desencadeara a revolução francesa de 89, não foi senão a arma de que se utilizou a Inglaterra para completar a sua já tradicional política de abstração econômica do pequeno reino lusitano.

A questão então em vista era a da liberdade do comércio das colônias portuguesas, especialmente do Brasil. Interessava-se a Inglaterra

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 11. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 42-7.

sobremaneira por estes mercados, até então praticamente fechados ao seu comércio. É verdade que desde o tratado de 1654 obtivera de Portugal o privilégio de mandar seus navios ao Brasil. Mas era esta uma concessão parcial e muito limitada nas suas vantagens. Não só devia o comércio se fazer indiretamente por Portugal, tocando nos seus portos na ida e na volta, como ainda deviam os navios ir incorporados às frotas portuguesas e sujeitos por conseguinte aos ônus daí decorrentes. Também é certo que se fazia correntemente o tráfico direto, e como confessava o próprio cônsul inglês em Lisboa, chegou-se a publicamente anunciar em Londres a saída de navios para o Brasil. Mas tudo isto era precário, e ferindo como feria a letra dos tratados, estava constantemente sujeito a protestos e reações do governo português. Não satisfazia por isso às aspirações britânicas.

Com a transferência da Corte parecia resolvido o problema. Era esta pelo menos a previsão inglesa: não só com o abandono de Portugal punha-se o governo lusitano ainda mais na dependência da Inglaterra, pois valia isto por reconhecer-lhe expressamente a tutela, como ainda, entregue o reino aos franceses, não seria mais possível fazer-se por ele o comércio do Brasil. Discursando no Parlamento inglês, prognosticava Pitt que uma vez assente o trono português no Brasil "o império da América do Sul e a Grã-Bretanha ficarão ligados eternamente, fazendo estas duas potências um comércio exclusivo"¹.

Não se enganava o ministro britânico. O primeiro ato do regente, apenas desembarcado no Brasil, foi justamente franquear os seus portos ao comércio das "nações amigas", o que queria dizer — a Inglaterra. Quanto ao Brasil, e é isto que aqui nos interessa, veio a manobra inglesa profundamente alterar suas condições políticas e sociais. A transferência da Corte constituiu praticamente a realização da nossa independência. Não resta a menor dúvida que ela viria mais cedo ou mais tarde, mesmo sem a presença do Regente, depois Rei de Portugal. Mas também é certo que nossa condição de sede provisória da monarquia foi a causa última e imediata da independência, substituindo, talvez, sem vantagem alguma, o processo final da luta armada que foi o das demais colônias americanas.

O certo é que se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos não se estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a

sua significação íntima, a independência brasileira seria antedatada de quatorze anos, e se contaria justamente da transferência da Corte em 1808. Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera.

Todos os caracteres de tal regime desaparecem, restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho. São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país. São estes os efeitos diretos e imediatos da chegada da Corte. Naquele mesmo ano de 1808 são adotadas mais ou menos todas as medidas que mesmo um governo propriamente nacional não poderia ultrapassar.

Sem a menor dúvida podemos ligar estes fatos diretamente à vinda do Regente. A simples circunstância de aqui exercer o seu governo exigia naturalmente um aparelhamento político e administrativo que não fosse o de uma simples colônia, quando Portugal, abandonado e ocupado primeiro por franceses, depois por ingleses, já não estava em condições de desempenhar sua função de metrópole. Concorrerá também para a atitude do Regente português, favorável aos interesses nacionais, de um lado o próprio ambiente brasileiro que o cercava, e a que não se poderia furtar, e doutro, talvez o desejo íntimo, em todo caso nunca expressamente manifestado, de se fixar definitivamente no Brasil. Mas fosse este ou aquele o motivo que ditasse a política de D. João, o certo é que os quatorze anos que decorrem da sua chegada até a proclamação formal da Independência não podem ser computados na fase colonial da história brasileira.

Pode-se imaginar como repercutiu no seio dos interesses ligados ao regime de colônia esta curiosa inversão de papéis que fazia do Soberano português e da sua política instrumentos quase inconscientes da autonomia nacional! A isto devemos filiar, como um de seus principais efeitos, a revolução constitucional do Porto. Naturalmente esta revolução tem causas internas ao reino português. Dirige-se sobretudo contra a ordem estabelecida em Portugal, isto é, o absolutismo monárquico e o regime econômico, social, político e administrativo a ele ligado. Mas é certo também que o profundo dano sofrido pelos interesses portugueses com a nova política adotada pelo Soberano com relação ao Brasil, levaram para o lado da revolução setores importantes do reino movidos unica-

¹ Citado por MONTEIRO, Tobias. *História do Império* 68.

mente por este fato. Aquela política representara nada menos que a supressão de um secular parasitismo colonial a que Portugal se acostumara e em que fundava, pode-se dizer, a sua economia. O comércio com o Brasil, que a abertura dos portos em 1808 e o tratado de 1810 fizeram passar para a Inglaterra, representava nada menos que nove décimos de todo o comércio externo português. Éramos os únicos consumidores — forçados, está visto — dos medíocres produtos das indústrias portuguesas, que de forma alguma poderiam agora, em igualdade de condições, concorrer com os da Inglaterra². Perdido assim seu principal e quase único mercado, as manufaturas portuguesas receberam um golpe de morte. Além disto, os demais proveitos que Portugal, sob as mais variadas formas, recebia do Brasil cessam bruscamente, levando o reino a uma situação econômica desesperadora. É contra tal ordem de coisas que em grande parte se dirige o movimento constitucional do Porto; e a atitude das Cortes convocadas pelos revolucionários será disto prova cabal: uma de suas preocupações máximas consistirá em reconduzir o Brasil ao antigo regime de colônia.

Também aqui repercutira desfavoravelmente em certos meios a política de D. João. Já nos referimos à classe que no Brasil prosperava à sombra do regime de colônia, regime a que direta ou indiretamente se ligavam seus interesses. Queremos falar dos comerciantes portugueses. Também eles se viram prejudicados pela supressão das inúmeras restrições que oneravam a economia brasileira. Com o declínio do regime colonial, sentiam-se decair dos passados privilégios e vantagens. Senhores exclusivos, até então, do comércio da colônia, são agora dele excluídos por concorrentes de outras nações, que depois da vinda de D. João não somente encontram abertas as portas do Brasil, como ainda se vêem favorecidos por vantagens múltiplas: juízes privativos, liberdade religiosa, etc. Era natural portanto que os antigos monopolistas do nosso comércio se constituíssem em adversários do novo sistema, e se aliassem por isso à revolução de que esperavam um retorno ao passado. Serão eles dos seus principais agentes no Brasil.

Mas para compreendermos a revolução constitucional e sua repercussão entre nós, é preciso considerar ainda outro aspecto que nela ocorre. O desencadeamento da insurreição faz com que venham à tona

² Pelo tratado de 1810 ficaram até em piores condições, pois pagavam nas alfândegas brasileiras 16% *ad valorem*, enquanto os ingleses estavam sujeitos a 15% apenas.

e explodam em agitações, as diferentes contradições econômicas e sociais que se abrigavam no íntimo da sociedade colonial e que a ordem estabelecida mantinha em respeito. Assim as profundas diferenças sociais que separavam entre si as classes e setores sociais, relegando a massa da população para um ínfimo padrão de vida material e desprezível estatuto moral. São ainda as contradições de natureza étnica, resultando da posição deprimente do escravo preto, e em menor escala, do indígena, o que dá no preconceito contra todo indivíduo, mesmo livre, de cor escura. É a grande maioria da população que é aí atingida, e que se ergue contra uma organização social que, além do efeito moral, resulta para ela na exclusão de quase tudo quanto de melhor oferece a existência na colônia. A condição dos escravos é outra fonte de atritos. Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos (perturbada aliás pelas fugas, formação de quilombos, insurreições mesmo, por vezes) fosse expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, e que não se manifesta mais porque a comprime todo o peso e força organizada da ordem estabelecida.

São todas estas contradições e oposições que deflagram quando a colônia é abalada pela revolução constitucional. O país entra em ebulição, e são grandes movimentos de massa que provocam ou acompanham a derrubada dos governos locais das diferentes capitanias, a sua substituição por Juntas eleitas e a implantação do regime constitucional no Brasil. O próprio soberano é atingido pela agitação, e em consequência do movimento de 26 de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro, sede do trono, ele é obrigado a aceitar o novo regime, reorganizar seu ministério com elementos de confiança popular e jurar a Constituição que estava sendo elaborada pelas Cortes convocadas em Lisboa.

A agitação que em consequência da revolução portuguesa se alastrou pelo Brasil, propagando-se de norte a sul do país, assume por efeito de heterogeneidade de interesses e reivindicações que nela se manifestam, uma feição complexa e muitas vezes até contraditória. Encontramos nela, como vimos, forças reacionárias que não pensam senão no retorno do país ao seu passado colonial e de segregamento econômico e comercial. Ao lado destas forças alinham-se paradoxalmente outras, em particular as classes superiores da colônia que esperavam pelo contrário consolidar, com a revolução e o estabelecimento de um regime constitucional, as vantagens, liberdades e autonomia adquiridas pelo Brasil nos anteriores anos de governo quase próprio e que tanto os favorecera. Encontramos

finalmente as referidas forças populares, as camadas oprimidas da população brasileira que enxergavam na Constituição que lhes era oferecida perspectivas de libertação econômica e social.

É do entrechoque destas forças, procurando cada qual fazer prevalecer suas reivindicações, que resultam os diferentes fatos que constituem o agitado período que se estende de 1821 em diante. Não entraremos em pormenores, mas assinalemos sua resultante geral. No desenvolvimento da revolução constitucional no Brasil é o segundo grupo de forças citadas — isto é, o “partido brasileiro” como já então era chamado e que representava as classes superiores da colônia, grandes proprietários rurais e seus aliados — que ganhará a supremacia. A reação recolonizadora, embora contando com o apoio da metrópole e das Cortes portuguesas, será levada de vencida porque não era mais possível deter o curso dos acontecimentos e fazer o Brasil retrogradar na marcha da história. A isto se opunha o conjunto do país cuja própria subsistência, como vimos em capítulo anterior, se tornara incompatível com os estreitos quadros do antigo e já superado regime de colônia.

Quanto às camadas populares, elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação econômica e social. Daí aliás a descontinuidade e falta de rumo seguro nos seus movimentos, que, apesar da amplitude que por vezes atingem, não chegam nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país. As relações de classe existentes e contra que se insurgiam ainda se encontravam solidamente alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil, que descrevemos nos primeiros capítulos deste livro e que não somente não se alterara, como prosperava; as relações de classe dela derivadas não se podiam por isso modificar sensivelmente. E assim a luta popular contra elas desencadeada não as atingirá, e a revolução não irá além daquilo para que o Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política. Reformas mais profundas teriam ainda que esperar outros tempos e outro momento mais favorável e avançado da evolução histórica do país.

A agitação popular será por isso dominada, serenando aos poucos. E permanecerá mais ou menos intacta a organização social vigente. É simplesmente no sentido da independência que evoluirá a revolução constitucional. E caberá a direção deste processo ao “partido brasileiro”,

naturalmente indicado para isto, pois seus interesses e objetivos se confundiam no momento com a marcha dos acontecimentos. Este partido, divisando no príncipe herdeiro D. Pedro (que ficara como Regente depois da partida do Rei seu pai) um hábil instrumento de suas reivindicações, soube dele se utilizar, atirando-o, talvez sem que ele mesmo a princípio o sentisse, na luta contra as Cortes portuguesas e os projetos de recolonização do Brasil. Desta manobra, coroada de pleno êxito, resultaria a independência; e foi este o grande mérito de José Bonifácio e dos demais que o seguiram nesta política.

2. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NACIONAL *

Já vimos como a emancipação política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava, e que por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder. Em outras palavras, é a superestrutura política do Brasil colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infra-estrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução. A repercussão deste fato no terreno político — a revolução da independência — não é mais que o termo final do processo de diferenciação de interesses nacionais, ligados ao desenvolvimento econômico do país, e por isso mesmo distintos dos da metrópole e contrários a eles.

A intervenção de fatores por assim dizer estranhos ao Brasil, e que fazem dele momentaneamente sede da monarquia portuguesa, emprestam à independência brasileira um caráter em que faltam a violência e os conflitos armados que observamos nas demais colônias americanas. Tivemos um período de transição em que, sem sermos ainda uma nação de todo autônoma, não éramos tampouco propriamente uma colônia. Mas no fundo o fenômeno é o mesmo. Realizada por esta ou aquela forma, a emancipação de uma colônia resulta sempre de sua evolução

econômica incompatível com o estatuto colonial. E se nos foi poupada uma luta de proporções talvez consideráveis, a exemplo da América espanhola ou inglesa, tivemos doutro lado, para o estabelecimento definitivo da nossa autonomia, que arcar com dificuldades não menos sérias, ainda que de outra natureza. É o que mais adiante veremos.

Outro efeito da forma pela qual se operou a emancipação do Brasil é o caráter de "arranjo político", se assim nos podemos exprimir, de que se revestiu. Os meses que medeiam da partida de D. João à proclamação da Independência, período final em que os acontecimentos se precipitam, decorrem num ambiente de manobras de bastidores, em que a luta se desenrola exclusivamente em torno do Príncipe Regente, num trabalho intenso de o afastar da influência das Cortes portuguesas e trazê-lo para o seio das autonomistas. Resulta daí que a Independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o Regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto.

Quanto ao papel representado por D. Pedro, ele é todo ocasional, como se depreende do que acima ficou dito. Regente do Brasil com a partida de D. João, pôde ele com toda a facilidade levar adiante os planos do partido brasileiro, e realizar a separação do país. Constituiu-se assim um mero instrumento das reivindicações nacionalistas, e a tais circunstâncias fortuitas deveu o trono do novel Império. A monarquia é por isso mesmo precária. Não é nela que assenta, ao contrário do que se passou nos modernos Estados europeus saídos do feudalismo, não é nela que assenta o Estado nacional brasileiro. Por isso não tivemos, e não poderíamos ter tido, um poder autocrático, que não caberia no quadro da nossa evolução política¹.

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. p. 47-9.

¹ Talvez se pudesse chamar "autocrático" ao poder do primeiro Imperador. Em todo caso, os oito anos de seu governo são apenas um período transitório e por sua natureza passageiro, e a sua própria instabilidade é a maior prova de que não se adaptava às condições brasileiras.

3. A REVOLTA DOS CABANOS NO PARÁ E A REGÊNCIA DE FELJO *

A revolta dos cabanos no Pará¹, que começa em 1833 para se estender até 1836, quando é debelada, não se distingue por seu conteúdo dos demais movimentos populares que assinalamos; o que a caracteriza, é a amplitude que tomou, chegando a dominar o governo da província por largos anos.

Contava o Pará já por esta época um longo passado de agitações. Formando no regime colonial um governo à parte, vivera esta província isolada do resto do país e em muito maior contato que qualquer outra com a metrópole portuguesa. Manteve-se por isso mais ou menos afastada do processo que se desenrolou no centro do país, e de que resultara afinal a proclamação da Independência. Durante este período esteve o Pará sob a administração de Juntas governativas lusófilas, que não escondendo suas marcadas simpatias pelas Cortes de Lisboa, tudo faziam para se isolar do governo do Rio de Janeiro. É nesta situação que a Independência veio encontrar a província. Tiveram por isso os paraenses que sustentar uma árdua luta contra o domínio lusitano, de que só veio livrá-los, em agosto de 1823, a intervenção do governo imperial.

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*, p. 64-70.

¹ Não confundir com as agitações de igual nome no sertão de Pernambuco e Alagoas, e que se estenderam de 1822 a 1835.

Os oito anos que decorrem da adesão à Independência à revolta de abril são de relativa paz. Mas logo depois começam as agitações. As autoridades da província, ora depostas por sedições populares, ora destituídas pelo governo regencial, que não sabia como resolver a situação, se sucedem ininterruptamente. Destaca-se nestes sucessos um aventureiro audaz, ambicioso ao extremo: o cônego Batista Campos. Gozando de um largo prestígio entre as massas populares, que com uma desenfreada demagogia açulava contra os governos provinciais, consegue ele, em 1832, sublevar a comarca do Rio Negro (depois província do Amazonas), e por esta forma submeter o então presidente da província, Machado de Oliveira. Este, embora mantendo-se no poder, teve que se sujeitar à orientação política do cônego.

Ainda que contraditório em suas atitudes, pois se de um lado agitava as massas, doutro procurava o apoio das classes abastadas, intrigando com elas o presidente que acusava de pretender a alforria dos escravos, compreendia Batista Campos perfeitamente a situação, e francamente apoiava as hostilidades populares contra a política reacionária das regências.

Para por cobro a tal estado de coisas, nomeia a Regência, em princípios de 1833, novas autoridades: José Mariani, presidente, e o tenente-coronel Inácio Corrêa de Vasconcelos, comandante das armas². Mas ao chegarem a Belém, o Conselho da província, inteiramente nas mãos de Batista Campos, recusa dar-lhes posse, e é à viva força repellido seu desembarque.

Em dezembro do mesmo ano aportam novas autoridades: Bernardo Lobo de Sousa e tenente-coronel José Joaquim da Silva Santiago, respectivamente presidente e comandante das armas. Tiveram estes melhor sorte que seus predecessores, conseguindo assumir o governo da província. Melhor ou pior, porque triste seria o seu fim.

É neste governo que propriamente se inicia a revolta dos cabanos. Os dois passados anos de agitação tinham fartamente preparado o ambiente para a eclosão do grande movimento de massa que se seguiria, e a atitude violenta e arbitrária do novo presidente veio dar-lhes o remate final.

² O comandante das armas era a segunda autoridade da província e cabia-lhe o comando das forças armadas.

Apenas empossado, inaugura Lobo de Sousa uma política de enérgica repressão. Indicado a dedo pela Regência para a difícil missão de repor a província revoltada no caminho da reação que se ia implantando no resto do país, não escolheu o presidente meios para atingir os seus fins. Perseguições, prisões arbitrárias, deportações em massa, de tudo se serviu. Mas como arma mais eficaz, lançou mão de um processo especialmente impopular (que aliás já vinha de longe), e que seria sucessivamente adotado com grande sucesso pelas situações dominantes em todo o correr do Império: o recrutamento intensivo para o exército e a armada. Era um expediente prático e eficaz, perfeitamente enquadrado nas normas legais, e que permitia o sumário afastamento pela incorporação às forças armadas de qualquer elemento incômodo aos governos.

Por estes meios conseguiu Lobo eliminar aqueles que, no dizer de um contemporâneo, "eram conhecidos por suas doutrinas subversivas, que pregavam e inoculavam no seio da população e que ameaçavam a ordem pública pela influência perigosa que exerciam entre as massas...".³ Entre suas vítimas figurou um democrata ardente, Eduardo Nogueira Angelim, já notável por feitos anteriores, e que teria em seguida um papel de destaque na revolta que analisamos.

Estas medidas do presidente levantaram logo contra ele a animosidade popular, e começa um trabalho intenso de agitação. Tanto na capital como no interior, entre as populações rurais, preparam-se os elementos para um levante armado. É nesta ocasião que se envolvem no projetado movimento os irmãos Vinagre, lavradores no rio Itapicuru, e que seriam as mais notáveis figuras da revolução. Ao mesmo tempo, um antigo jornalista do Maranhão, Vicente Ferreira Lavor, fazia ouvir em Belém, pelo periódico *A Sentinela*, sua inflamada voz revolucionária.

As primeiras agitações contudo, e a convocação da Assembléia provincial (outubro de 1834), em virtude da promulgação do Ato Adicional (votado pela Assembléia Geral neste mesmo ano e que determinava a convocação de assembléias provinciais), marcaram na história da revolução do Pará o início de um novo período. Alguns de seus elementos, entre eles o cônego Batista Campos, na esperança de obterem a maioria da futura assembléia e assim dominarem a situação sem o recurso violento das armas, preferem se afastar do movimento.⁴ Outros, alarma-

³ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos do Pará*. III, 97.

⁴ Batista Campos faleceu pouco depois destes sucessos.

dos pelo rumo que as coisas iam tomando, e pela atitude das massas populares, que tinham dado mostras do seu estado de espírito nos primeiros encontros com as armas legais, não se sentem mais com ânimo para continuarem na revolta. Processa-se assim o fenômeno que já assinalamos: um recuo dos elementos mais moderados que sentiam declinar sua influência no movimento que se armara e que, vendo o seu controle passar aos poucos para as camadas inferiores da população, preferem deixá-lo à sua sorte.

Mas isto não era suficiente para deter a onda revolucionária que já tomara um impulso notável. Pelo contrário, a insurreição parece ganhar maior eficiência, organizando-se, depois do seu fracasso parcial no interior, na própria capital da província. Era ferir a legalidade no seu centro.

Na noite de 6 para 7 de janeiro, depois de concentrados nos arredores da cidade, levantam-se os revoltosos em Belém. A situação é dominada com facilidade, sendo executados o presidente, o comandante das armas e outras autoridades.

Cometem então os cabanos o grande erro de chamarem para o governo um elemento que já participara da revolução, tendo mesmo sido preso (é na prisão que vão buscá-lo), mas que dera em seguida sobejas provas da dubiedade de suas atitudes. Chamava-se ele Félix Antônio Clemente Malcher. Ao ser preso, já estava Malcher decidido a abandonar o movimento, e deveu tão-somente à sua detenção o não ter podido levar a cabo este projeto. Assumindo o governo, protestou Malcher fidelidade ao Imperador, mas declarou conservar-se no poder até a maioria.

A política de Malcher logo desgostou os revoltosos. Não queria ele pactuar com seus companheiros de revolução, cujo extremismo lhe repugnava. Posto na alternativa de se deixar levar pela marcha natural dos acontecimentos, que exigiam dele uma atitude desassombradamente revolucionária, ou resistir, o que significava sua perda irremediável, julgou-se mais forte do que realmente era, e preferiu este segundo caminho. Já então completamente deslocado no movimento que passara muito além do que imaginava, não podia Malcher compreender a atitude e aspirações das massas que conduzia. E tal incompreensão ia naturalmente cavando-lhe a impopularidade. À agitação que em consequência então se esboça, responde o presidente com medidas de violenta repressão, que cada vez mais o incompatibilizavam com a opinião

pública. Entre outros atos, faz prender e deportar os elementos mais populares da revolução, como Angelim e o jornalista Ferreira Lavor.

Enquanto isto, cresce o prestígio dos irmãos Vinagre, principalmente de Francisco Pedro, que ocupava então o cargo de comandante das armas. Querendo se desfazer deste perigoso rival, tramou Malcher a sua prisão. Mas não encontrando o necessário apoio, é deposto e executado, substituindo-o o próprio Francisco Vinagre.

Parece todavia que os cabanos estavam fadados às traições de seus chefes. Vinagre no poder não se conduziu melhor que seu antecessor. Logo de início protestou fidelidade ao governo imperial, prometendo entregar a presidência a quem fosse por ele regularmente indicado. Assim, quando diante de Belém se apresentou uma esquadra legal pretendendo dar posse ao vice-presidente Ângelo Custódio Corrêa, quis Francisco Pedro negociar um acordo. Impediu-o seu irmão Antônio, que, pondo-se à frente dos revoltosos, conseguiu, depois de renhida luta, impedir o desembarque das tropas legais. Apesar da traição, continuou o presidente no poder. Caro iria este erro custar aos cabanos.

Enquanto isto, o governo da Regência, cada vez mais alarmado com o rumo que as coisas iam tomando e com os sucessivos reveses que suas armas sofriam no Pará, resolve intervir com redobrada energia. Seguem então forças consideráveis sob o comando do novo presidente que nomeia: Manuel Jorge Rodrigues. Protegido por Francisco Pedro, consegue Rodrigues, apesar da hostilidade dos cabanos, assumir sem grande esforço o governo da província.

Mas vencidos na capital, não se resignam os cabanos, e ainda em armas e sob o comando de Antônio Vinagre, retiram-se para o interior da província. Conseguem ali, mais uma vez, levantar as populações rurais, e depois de ocupada a cidade de Vigia, atacam e tomam em agosto a capital. Enquanto isto, refugia-se o presidente na ilha de Tatuoca, e lá estabelece a sede do seu governo. Pela segunda vez, estavam os cabanos senhores do Pará. Proclamam a República e declaram a província desligada do Império.

Mas desta vez ainda, não tardam as desinteligências entre os revoltosos. Ao lado disto, a prolongada luta que já vinha há tanto durando, e as sucessivas traições de que tinham sido vítimas, abalaram neles profundamente a confiança na vitória final. Assim mesmo, conseguem manter-se no poder por quase um ano. Infelizmente não souberam neste longo período organizar-se com eficiência. É verdade que os embaraços

eram grandes, vindo a eles juntar-se uma epidemia de bexigas, que grassou por largo tempo na capital da província.

Em abril de 1836 chega ao Pará uma poderosa esquadra trazendo o novo presidente legal, o brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréia. Depois de alguma luta, consegue o brigadeiro efetuar um desembarque, e ocupa a capital a 13 de maio. Os cabanos, refugiados no interior, já não podiam oferecer grande resistência. Atacados por forças consideravelmente superiores, vão cedendo terreno, e perseguidos sem quartel pelas armas legais, são afinal completamente esmagados.

Estava assim terminada a sublevação dos cabanos. É ela um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe contudo a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder.

Vejamos o que ao mesmo tempo se passava no governo central do Império. Fora em 1835 eleito Regente do Império, tomando posse no dia 12 de outubro, o antigo Ministro da Justiça da Primeira Regência, o padre Diogo Antônio Feijó. As condições do país eram agora muito mais difíceis que da primeira vez em que tivera de enfrentar a situação. Assinalara-se o ano de sua posse por um recrudescimento assustador da agitação. No Pará, como vimos, lavrava intensa a revolta dos cabanos; no Rio Grande do Sul, iniciava-se a interminável guerra dos farrapos. A Bahia, por seu turno, fora teatro de um levante de escravos, que, se não teve grande repercussão, sendo logo debelado, ficou contudo bem vivo como exemplo de um perigo que por vezes era esquecido: o latente espírito de revolta da grande massa escrava. Também em Pernambuco tinham-se registrado graves acontecimentos. A situação geral do Império era portanto ainda, e mais que nunca, de grande intranquilidade. Na fala do trono de 1836 dizia o Regente:

"Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações. Seja ele responsabilizado por abusos e omissões; dai-lhe porém leis adaptadas às necessidades públicas; dai-lhe forças, com que possa fazer efetiva a vontade nacional. O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império: aplicai a tempo o remédio".

Tal era a situação quando, a 3 de maio, abre-se a Assembléia Geral. Estavam então as antigas facções completamente desagregadas.

Os restauradores tinham desaparecido da cena. A luta parlamentar dos anos anteriores tornara completamente estéril a repressão à agitação que lavrara no país desde a abdicação de D. Pedro I. Algumas reformas, entre outras o Ato Adicional — pequenas concessões feitas à democracia —, eram consideradas como responsáveis em parte pelo enfraquecimento do governo central. É neste ambiente que se esboça um núcleo reacionário, que aos poucos engloba a maioria da Câmara. Logo na discussão da resposta à fala do trono, alude o deputado Rodrigues Torres à necessidade da interpretação do Ato Adicional, no sentido de se lhe apararem as arestas demasiado democráticas. Outro deputado, Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Marquês do Paraná, se insurge contra novas medidas democráticas, aconselhando o regresso.

Feijó não compreendeu a significação do partido que assim se formava. Não viu que representava o espírito das classes dominantes, e que sem o seu apoio não lhe seria possível governar. Conservador e reacionário, ele também, quis contudo fazer política pessoal, e levantou com isto a animosidade geral que, logo, repercutiu no Parlamento com a oposição desabrida da maioria.

A situação do país cada vez mais agravava as relações do Regente com o partido de que ele devia afinal ser, dentro da lógica dos fatos políticos, um dócil instrumento. As notícias do Rio Grande tornavam-se dia a dia menos favoráveis. Em fins de 1836 tinham-se registrado novos levantes populares em Laranjeiras no Sergipe, e nas povoações de Caitité, Nazaré e Santo Amaro na Bahia.

Na sessão legislativa do ano seguinte chega a crise a seu auge. A maioria do Parlamento se mostrava decidida a dar por terra com um governo que perdera por completo sua confiança. Explorava seus menores e mais insignificantes atos, e quaisquer circunstâncias que lhe fossem desfavoráveis como crimes de “traição à pátria”, na demagógica expressão então tanto em voga. A resistência de Feijó começa então a ceder. Mas preferindo renunciar a chamar para o governo o partido que o hostilizava, passa a regência, a 19 de setembro, a seu substituto legal, o ministro do Império Pedro de Araújo Lima.

4. O FIM DO IMPÉRIO *

A história do Segundo Reinado nos fornece em toda sua evolução as mais evidentes provas de que as instituições imperiais representavam um passado incompatível com o progresso do país, e que, por isso, tinham de ser, mais dia, menos dia, por ele varridas. A questão servil é disto o mais frisante exemplo. Na sua solução não fez o Império outra coisa que protelar, limitando-se a pequenas concessões (mais não foi a liberdade dos nascituros), numa palavra, marcar passo, enquanto a nação avançava vertiginosamente. Só resolveu o governo imperial alistar-se na corrente quando o problema já estava à sua revelia praticamente solucionado pela alforria particular e pela impossibilidade de reter os escravos que abandonavam em massa as fazendas, o que não só desorganizava por completo a vida econômica do país, como ainda tornava de todo precária a ordem pública que lhe cabia manter.

Não queremos discutir a pessoa do Imperador, e sua atitude individual nesta e noutras oportunidades porque, apesar de todo o seu tão decantado poder pessoal, seria naturalmente pueril pretender explicar a evolução política de um povo pelo caráter, pelas tendências ou predileções de uma só pessoa, fosse ela embora o supremo dirigente do país. A política de D. Pedro não foi, e não poderia ter sido outra coisa que o

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. p. 88-90.

reflexo de forças que atuavam no seio da sociedade; e podemos até dizer, se tivéssemos de determinar o grau de contribuição individual do Imperador para a evolução do país, que ela interveio em proporções insignificantes, praticamente nulas. D. Pedro foi sempre, e, na sua preocupação constante de consultar o que julgava a opinião dominante no país — e que não passava da dos rançosos conselheiros que mais de perto o cercavam —, parece que até fazia questão de ser um simples instrumento passivo da política que sempre dominou em todo seu longo reinado: política conservadora, mais que isto, retrógrada e rotineira. O Imperador é por isso mesmo uma figura de segundo plano, que aliás sempre se mostrou incapaz de compreender o processo social que se desenrolava sob suas vistas. Se D. Pedro não desconhecia os menores detalhes da administração pública, a ponto de estar a par, como alegam seus panegiristas, mesmo da vida privada de qualquer contínuo de secretaria, nunca foi no entanto capaz de uma visão de conjunto, e para ele política e administração se confundiam com o corriqueiro expediente diário de despachar papéis ou fiscalizar a conduta de subordinados. Numa palavra, nunca passou de um bom, e mesmo se quiserem de um ótimo burocrata.

É no sexto decênio do século passado que se situa o ponto crítico da história imperial. Nele começa a se desenhar com nitidez o entrelaço das forças que assinalamos no capítulo anterior. A *Liga Progressista*, que é a primeira formação política que surge por efeito desta luta, constitui-se neste período. Mas a *Liga*, híbrida composição de forças adversas, não é ainda senão um compromisso com o espírito conservador, que nela domina. Por isso entra logo em crise. Suas figuras verdadeiramente “progressistas”, como os José Bonifácio e Ottoni, dela se apartam. Nos últimos anos do decênio, o compromisso retrógrado-progressista, representado pela *Liga*, já não se pode mais manter. A política dominante tinha de se inclinar ou para a bandeira desfraldada desde 1866 pela *Opinião Liberal*¹ em que se inscreviam medidas radicais, como o Senado temporário e eletivo, o sufrágio direto e generalizado, a extinção do poder moderador, a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre²; ou então voltar ao ponto de partida — o *status quo*. É esta a

¹ Jornal liberal, fundado em 1866 por F. Rangel Pestana, José Monteiro de Sousa e Henrique Limpo de Abreu.

² O programa completo da *Opinião Liberal*, sistematizado em 1868, incluía os seguintes pontos: descentralização; ensino livre; polícia eletiva; abolição da Guarda Nacional; Senado temporário e eletivo; extinção do poder moderador; substituição

alternativa adotada com a formação do gabinete de 16 de julho de 1868. O Império se definia francamente pelo passado...

Dáí por diante é a degringolada. Forças surdas começam a minar as bases do trono, e embora a opinião republicana se alastrasse lentamente, é sensível o desprestígio em que vão caindo as instituições monárquicas. O Império se mostrava incapaz de resolver os problemas nacionais, a começar pela emancipação dos escravos, de cuja solução dependia o progresso do país. E por isso sua estabilidade estava definitivamente comprometida.

Por que esta imobilidade do Império? Por que esta incapacidade de se adaptar ao processo evolutivo do país? Já falamos nas instituições em que se fundava, e que lhe emperravam a marcha. Mas ao lado delas estava o próprio Imperador, escorando-as e escorando também todo o vetusto arcabouço da política retrógrada dos Cotegipes e Itaboraís. Absorvido por minúcias administrativas e manias literárias que em seu mediocre espírito degeneraram num diletantismo vazio, era D. Pedro o instrumento talhado para realizar esta política: apavorava-o tudo quanto fosse mudança, temia tudo quanto significasse marcha para frente.

O último decênio do Império é de completa decomposição. Arrastado *malgré soi*, ia cedendo em doses homeopáticas; mas com isto desgostava gregos e troianos: uns porque fazia de menos, outros porque fazia demais. A abolição, afinal decretada em 1888, em nada contribuiu para reforçar as instituições vacilantes: confiança perdida dificilmente se recupera, e por isso serviu a abolição apenas para alienar do trono as últimas simpatias com que ainda contava. Quando Ouro Preto pensou galvanizar o Império moribundo com seu imenso programa de reformas, era tarde: ele já agonizava. Uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro...

do trabalho escravo pelo trabalho livre; separação da judicatura da polícia; sufrágio direto e generalizado; presidentes de província eleitos pela mesma; suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e poder legislativo; magistratura independente, incompatível e escolha de seus membros fora da ação do governo; proibição dos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações; opção pelos funcionários públicos, uma vez eleitos pelo emprego ou cargo de representação nacional (Américo Brasiliense, *Programas dos partidos*).

A *Opinião Liberal* foi o núcleo do chamado Partido Liberal Radical, que em 1870 se bandeou em grande parte para o Partido Republicano.

5. ROTEIRO PARA A HISTORIOGRAFIA DO SEGUNDO REINADO (1840-1889) *

O Segundo Reinado constitui talvez o período mais interessante da evolução brasileira; para aqueles pelo menos que desejam, através da história, obter um conhecimento atual do país. De fato, ele representa, depois de acalmadas as lutas políticas e sociais que vêm desde a Independência, a fase de transição entre o passado colonial e o presente de nossos dias. A significação histórica do Império se mede pelo grau com que se fez aquela transformação da estrutura colonial para a moderna. Muito daquela estrutura permaneceu até hoje; outra parte foi apenas atingida; e finalmente um último grupo de instituições e elementos sociais sofreu mudança radical. A complexidade do Brasil de hoje, em que encontramos lado a lado uma civilização moderna e que se emparelha à dos povos mais desenvolvidos da atualidade, e formas antiquadas que sobram da colônia, explica-se precisamente pela história do Segundo Reinado, onde se situa, em sua parte fundamental e essencial, o processo da modificação parcial sofrida pelo país.

Compreende-se assim a dificuldade do assunto, e a razão por que até hoje ainda não tenha sido abordado de uma forma ampla e de conjunto. Não existe um estudo que se possa chamar completo e recomendável, do Segundo Reinado. Trabalhos parciais e fontes abundantes, eis

tudo o que se encontra à espera do historiador. Nessa massa considerável de dados esparsos, uma norma sobretudo deve orientar o pesquisador: ela se relaciona com o que foi dito acima — o Império é uma transição entre o passado colonial e o presente moderno. Deve-se pois investigar em que medida as instituições vindas da colônia (instituições no sentido mais amplo da palavra, econômicas, sociais e políticas) se transformaram.

O primeiro capítulo dessa pesquisa é naturalmente a questão do trabalho. A colônia foi o regime universal do trabalho escravo; pouco ou nada de importância (a não ser nas funções de direção), pertencia a outro senão o escravo. Coube ao Império transformar o trabalho servil em livre. Nesta matéria a bibliografia é relativamente abundante, mas falta-lhe quase sempre espírito científico. O historiador crítico, contudo, dispondo da perspectiva que hoje nos é dada, poderá com algum esforço orientar-se no assunto e compreender o processo difícil e moroso com que se realizou a evolução. Obra fundamental na matéria é a de Perdigão Malheiro (*A escravidão no Brasil*, ensaio histórico-jurídico-social, pelo Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1867. Em três partes com um apêndice de documentos), livro já antigo, mas ainda não igualado, em que se encontrará uma análise cuidadosa da situação jurídica e social do escravo brasileiro, tanto do africano como do indígena. Dos demais trabalhos, destacaremos aqui apenas a *Campanha da abolição (1879-1888)* (Rio de Janeiro, 1924) de Evaristo de Moraes, em que se estuda a luta, sobretudo a parlamentar, em torno da questão servil; bem como o livro de Sud Mennucci (*O precursor do abolicionismo no Brasil (Luís Gama)*, São Paulo, 1938), que se ocupa em particular da agitação popular da campanha. O que ainda faz falta na matéria é uma análise específica e de conjunto da luta dos próprios escravos através de revoltas e sobretudo de fugas em massa das fazendas em que trabalhavam, fugas essas que nas vésperas da abolição se tornam cada vez mais numerosas e concorreram decisivamente para o desenlace final da supressão da escravidão no Brasil.

As fontes documentais acerca da escravidão são relativamente escassas, isso porque o primeiro governo da República fez destruir todos os documentos existentes nos arquivos públicos relativos ao assunto; isso em parte por motivos sentimentais, e noutra para tornar inviáveis as reivindicações e pedidos de indenização de antigos proprietários de escravos. Nos debates parlamentares, que estão publicados, encontrar-se-á contudo muito material ainda não aproveitado. Além disso, os arquivos ingleses também possuem muitos documentos relativos ao assunto, porque, sobretudo na fase de extinção do tráfico africano (que só foi efetiva-

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. p. 191-200.

mente suprimido em 1850), a política inglesa se interessou consideravelmente pela escravidão no Brasil. Esta documentação inglesa ainda não foi suficientemente trabalhada.

Paralela à questão do trabalho servil, está a imigração européia. Esta foi estimulada sobretudo para substituir o trabalho dos africanos; e suas conseqüências, sob todos os pontos de vista, são do maior vulto. Basta, para nos certificarmos disso, comparar as regiões do país para onde afluíram os imigrantes europeus (sobretudo o Sul e o Centro-Sul), com aquelas onde ele faltou por um ou outro motivo: as diferenças econômicas, sociais, políticas e étnicas são profundas; e em grande parte, se não a maior, devido àquela repartição desigual das correntes migratórias da Europa. Não existe ainda trabalho de conjunto sobre a imigração européia, e a melhor sùmula da matéria encontra-se num breve trabalho de Eduardo Prado, incluído na coleção *Le Brésil en 1889* (Paris, 1889), reunida por Santana Néri.

A organização do trabalho livre condicionada pelos dois fatores apontados, a abolição da escravidão e a imigração européia, é matéria do maior interesse porque, ao contrário do que se poderia imaginar, a lei de 13 de maio de 1888, que libertou o escravo, não resolveu inteiramente o assunto. Até hoje mesmo, continuaram a vigorar em muitas regiões do país certas relações de trabalho que um observador afeito ao que se passa nos países de maior desenvolvimento capitalista, teria dificuldade em classificar entre as formas puras de trabalho assalariado. Em muitos casos, o que houve depois da supressão do regime servil foi antes uma adaptação mais ou menos bem sucedida do antigo trabalho escravo ao estatuto jurídico do homem legalmente livre; e essa situação de um regime neo-servil nas relações de trabalho constitui um elemento fundamental e essencial da evolução econômica e político-social de nossos dias. Assim o historiador do Império precisa levar em conta aquele fato apontado, isto é, que o processo da abolição não resolveu inteiramente a questão servil, e deixou problemas muito complexos para o futuro.

Depois do trabalho, o pesquisador da história do Segundo Reinado terá sua atenção fixada pela grande transformação material do país que se opera naquele período. O Brasil saiu da colônia em condições econômicas precárias. Tudo que diz respeito ao aparelhamento material do país e seus processos produtivos, é lamentável. A indústria não passava de um miserável artesanato sem expressão alguma; a exploração da terra se fazia por processos rudimentares e devastadores; a mineração do ouro e dos diamantes (ramo de grande importância na economia

colonial) não estava em melhor situação; os transportes e comunicações eram os mais primitivos possíveis, bastando lembrar a propósito que não havia em princípios do século passado uma única estrada carroçável em todo o país (a não ser as fornecidas gratuitamente pela natureza, como por exemplo nas grandes planícies do extremo-sul); e desconhecia-se quase inteiramente qualquer espécie de veículos. Uma consideração resume todas as outras nesse assunto: como forma de energia, não se empregava outra que a força humana e animal (e esta mesmo era muito insuficiente pela qualidade inferior do gado utilizado). O emprego da força motriz do vento ou da água era excepcional e praticamente desprezível. Estes índices bastam para fazer uma idéia do baixo nível material legado pela colônia. Caberia ao Império erguê-lo, e será esta uma de suas grandes realizações. Ajudou-o decisivamente, está claro, o desenvolvimento da ciência e da técnica modernas, que não são dele e lhe vieram do Velho Mundo; mas fica-lhe o merecimento de ter sabido aproveitar, pelo menos em parte, aquelas conquistas do conhecimento. O vapor foi introduzido na navegação (a primeira embarcação a vapor data no Brasil de 1819, mas o progresso apreciável da navegação a vapor pertence à segunda metade do século), e as primeiras estradas de ferro são construídas logo depois de 1850 — por iniciativa e com recursos financeiros nacionais, note-se de passagem. A grande indústria manufatureira (grande mais em oposição ao primitivo artesanato que em termos absolutos) também se inicia sob o Segundo Império. Em muitos outros setores o progresso material do país é neste período considerável; mas aqui também a bibliografia especializada é falha. Para estudar e acompanhar convenientemente aquele progresso, será indispensável consultar os relatórios oficiais publicados anualmente pelos Ministérios da Agricultura e Obras Públicas, e da Fazenda, bem como pelos diferentes governos provinciais. É de especial importância nesta matéria a grande coleção de trabalhos publicados pela *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, bem como os *Almanaques* das várias exposições nacionais e internacionais em que o Brasil figurou (Rio de Janeiro, 1861; Viena, 1873; Rio de Janeiro, 1875; Filadélfia, 1876; Paris, 1889). Não se esquecerá também a figura de Mauá, o primeiro grande homem brasileiro de negócios, que espalhou suas empresas industriais e comerciais por todo o Brasil, e ainda no estrangeiro (o Uruguai lhe deve seu primeiro banco). De Mauá, há várias biografias publicadas, destacando-se a de Alberto de Faria (*Mauá. Irineu Evangelista de Sousa. Barão e Visconde de Mauá. 1813-1889*. Rio, 1926), que é apologética, e a de Castro Rebelo (*Mauá. Restaurando a verdade*. Rio de Janeiro, 1932), que constitui

uma resposta crítica àquela. Lembremos ainda a esse respeito a *Auto-biografia* de Mauá, com prefácio e anotações de Cláudio Ganns (Rio de Janeiro, 1942).

Contribuiu sobretudo para o desenvolvimento econômico do Império a lavoura do café, que, embora de longa data no Brasil, só toma impulso na segunda metade do século passado com a abertura de largos mercados consumidores na Europa e nos Estados Unidos. Localiza-se então sobretudo na bacia do rio Paraíba (províncias, hoje Estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), estendendo-se mais, depois, pelo território paulista. O caso do café, além de seu interesse pelo vulto e importância econômica que representa, tem outra significação para o historiador. O Império, fundando na produção cafeeira suas forças econômicas, mostrará que não conseguiu desvencilhar o país dos quadros coloniais, lançando as bases de uma economia propriamente nacional. Com o café repetir-se-á o mesmo fato já ilustrado anteriormente pelas grandes atividades econômicas da colônia: o pau-brasil, o açúcar, o ouro e diamantes, o algodão. O Brasil continuava, como sempre fora, um produtor de matérias-primas para os mercados do exterior, e não superará neste setor, que é fundamental, seu estatuto de colônia. Sobre a história do café no Brasil existe o volumoso trabalho de Afonso de Taunay (*História do café no Brasil*. Edição do Departamento Nacional do Café, em 12 volumes), que, embora destituído inteiramente de espírito crítico e de sistematização, é um repositório considerável, e por enquanto único, de dados sobre a evolução da lavoura cafeeira entre nós. De grande interesse no assunto é o estudo mandado proceder no penúltimo decênio do século passado pelo governo neerlandês, e publicado pelo seu autor (Van Delden Laërne. *Rapport sur la culture du café en Amérique, Asie et Afrique*. La Haye-Paris, 1885).

Depois desta análise das transformações econômicas sofridas pelo país sob o Segundo Império, o historiador terá de se ocupar com a evolução de suas instituições políticas e administrativas. Na colônia, viveu o Brasil sob o regime do poder absoluto do Rei português, representado no Brasil por vice-reis, capitães-generais e governadores. A lei era praticamente a vontade do monarca e de seus mandatários, que exerciam de fato um poder despótico e sem freios. De instituições representativas a colônia possuía as Câmaras (governos municipais), constituídas por eleição de que participavam os cidadãos mais importantes de cada cidade ou vila. As Câmaras tiveram alguma importância e autonomia nos primeiros tempos da colônia, mas perderam depois toda a

sua força e no fim da era colonial tinham-se tornado em simples executores de ordens dos governadores. Com a Independência desaparecerá o poder absoluto dos soberanos. O Brasil será um Império, mas gozará de um regime parlamentar, em cujas Câmaras (de Deputados e Senado vitalício) estarão representadas as classes possuidoras do país. O Imperador (o segundo e último, que é aquele que aqui nos interessa: D. Pedro II) deixará o Parlamento funcionar livremente, e abandonará em suas mãos a direção política e administrativa do país. Será acusado de poder pessoal, de intervenção indevida num regime constitucional: a acusação é exagerada, se não destituída de fundamento. D. Pedro (homem aliás medíocre e de vistas muito curtas, embora de uma probidade moral elevada) exercerá sempre uma supervisão atenta dos negócios públicos, preocupando-se muito com a escolha para os cargos públicos, desde o ministério até o mais humilde posto administrativo, de indivíduos de comprovada e indiscutível honestidade pessoal; procurará também abrandar as paixões partidárias, evitando choques violentos e extremados; mas, no mais, deixou sempre que os estadistas que o rodeavam, selecionados pelo sufrágio popular, e elevados aos postos de governo pela opinião pública (pelo menos a das classes que dominavam econômica e socialmente), dirigissem à sua vontade os negócios governamentais. A imprensa gozou sempre da mais irrestrita liberdade, e o Parlamento, de uma forma geral, funcionou normalmente. Dele saíam os ministérios que formavam o poder executivo e administrativo do país, e era mesmo uma questão de honra para nossos homens públicos do Império imitar fielmente as normas parlamentares dos países da Europa, em particular da Inglaterra. Naturalmente faltava ao Brasil maturidade política suficiente, mesmo em seus setores socialmente mais elevados, para repetir com exatidão o modelo britânico; e o funcionamento das Câmaras imperiais terá por isso muito de artificial e cheirando a figurino exótico. É aí mais um aspecto das instituições brasileiras em que o historiador observará o esforço de adaptação da sociedade caótica e instável que nos legou a colônia — e que não conhecera até então em matéria de regime político e administrativo outra coisa que o poder pessoal e absoluto dos governantes — a formas progressistas de organização política. Haverá nesta tentativa de adaptação sucessos apreciáveis, mas também falhas inúmeras. Em geral todos aqueles que se ocupavam do Império têm analisado esta matéria. A contribuição mais importante é sem dúvida o livro de Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império* (Nabuco de Araújo. *Sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro). O pesquisador mais

minucioso poderá acompanhar o funcionamento do Parlamento imperial nos *Anais da Câmara dos Deputados e do Senado*.

A par das instituições políticas, e intimamente ligadas com elas, estão as administrativas e jurídicas. Nesse terreno também, o Império realizou uma grande transformação. Na colônia, quase toda a administração se resumia na pessoa dos governadores; o aparelhamento burocrático era reduzido, e funcionava sob as ordens diretas e imediatas deles. D. João VI, Rei de Portugal, transferindo sua Corte para o Brasil em 1808, trará consigo todos os órgãos administrativos de Lisboa. Dizia-se jocosamente na época que o Rei (aliás apenas Regente quando chegou) se limitara a copiar no Rio de Janeiro o *Almanaque de Lisboa* (O *Almanaque* era uma publicação oficial e anual em que figurava a lista de todos os departamentos da administração pública portuguesa). E assim foi efetivamente, com grande dano para o nosso país, que teve de suportar um aparelhamento complexo, altamente dispendioso, inadptável às condições brasileiras e por isso ineficiente. Coube ao Império a tarefa considerável de transformar estas instituições defeituosas e que não podiam funcionar normalmente no Brasil, em uma administração capaz de gerir e dirigir os negócios públicos. O problema foi muito difícil, porque, além das instituições, D. João e sua Corte trouxeram também o pessoal, que permaneceu quase todo depois da partida do Rei e da Independência do país, perpetuando-se mais tarde através de suas ligações familiares e de amizade. E assim o espírito e a rotina daquele pessoal se transmitirá a seus sucessores do Segundo Reinado, constituindo isso um dos principais motivos por que a administração brasileira funcionou sempre muito mal; o esforço de adaptação a processos mais eficientes encontrou grandes obstáculos na tradição que vinha do passado, e marchou por isso muito lentamente. Ainda hoje nos ressentimos desse mal tão antigo.

Mais brilhantes foram as realizações do Império em matéria de legislação. Entramos no Segundo Reinado já com um código criminal e de processo penal que tinham renovado inteiramente o passado. O Segundo Reinado nos dará um magnífico código de processo civil que durará até há poucos anos. O código comercial, promulgado em 1850, veio, embora modificado em parte, até hoje, e ainda se encontra, em seus traços essenciais, em vigor. A legislação civil teve uma elaboração mais lenta; somente a República conseguiu codificá-la, e durante o Império mantiveram-se em vigor as velhas Ordenações do Reino de Portugal que datavam de princípios do século XVII. Houve contudo,

paralelamente às obsoletas *Ordenações*, um trabalho legislativo e de juristas considerável; e pode-se dizer que o Império, embora sem codificá-la, chegara no seu termo a elaborar uma nova legislação civil. A República não terá mais quase senão que reuni-la em código.

Exatamente como nos demais setores da evolução do Império que vimos analisando, neste da legislação se observará também um esforço nem sempre bem sucedido de se livrar do passado e inaugurar instituições novas e mais compatíveis com a civilização e vida contemporâneas. No entanto os juristas brasileiros, muito apegados em geral ao passado, olharão demais para ele, sem enxergar muitas vezes as necessidades presentes. Deixar-se-ão também levar excessivamente pelos exemplos e modelos europeus, onde buscavam de preferência seus conhecimentos, sem tomarem na devida conta a diversidade e especificidade das condições do Brasil. Temos assim, em muitas instâncias, um direito artificial e inaplicável; e muitas situações peculiares ao país deixarão de ter uma devida regulamentação jurídica. O caso mais flagrante delas é talvez o regime de terras, tão importante num país agrícola e na maior parte ainda deserto e que apesar disto nunca foi devidamente tratado nas leis brasileiras. O que sempre tivemos na matéria foi copiado de legislações européias, onde naturalmente a situação é inteiramente outra. A única tentativa séria de regulamentação da propriedade fundiária no Brasil (a lei de terras de 1850) nunca foi efetivamente executada; e por isso sofremos até hoje da maior balbúrdia na matéria. Somente uma pequena fração do território brasileiro (mesmo considerando apenas sua parte ocupada) encontra-se regularmente inscrita e registrada; e basta para verificá-lo consultar a longa lista de processos e litígios em torno de questões de terras. Esse é apenas um exemplo, entre muitos outros, para ilustrar as falhas da elaboração jurídica do Império. A transformação do direito brasileiro, partindo do velho direito metropolitano, e que o Império em parte realizou, falhou em um sem-número de casos importantes. O historiador terá o maior interesse em analisar e balancear este ativo e passivo de sua obra. Para fazê-lo, não encontrará nenhum trabalho de conjunto; mas poderá utilizar-se da copiosa produção jurídica da segunda metade do século passado, em que avultam os trabalhos de Teixeira de Freitas e Nabuco de Araújo. Os anais do Parlamento também fornecerão a respeito importante documentação. É também recomendável o *Livro do centenário dos cursos jurídicos* (Rio de Janeiro, 1928), que inclui um volume sobre a evolução histórica do direito brasileiro, escrito sem critério sociológico, mas útil como sùmula e primeira aproximação do assunto.

Enquanto se transformavam assim as instituições brasileiras no curso do Segundo Reinado, o pensamento do país também sofria uma revolução. Portugal nos legara uma formação mental escolástica. As concepções racionalistas e científicas que sobretudo a partir do século XVII transformam a filosofia européia, não penetraram na península Ibérica; especialmente em Portugal, cujo ensino, e em particular o da Universidade de Coimbra, estava sob a orientação dos Jesuítas. A grande reforma realizada neste terreno por Pombal viera muito tarde, e quando o Brasil se emancipou, ela não fora ainda capaz de transformar os padrões mentais que vinham do passado. É certo que a filosofia dos enciclopedistas, que exerceu grande influência no Brasil, e em particular por ocasião da Independência, abriu algumas largas brechas na consciência medievalista do país; mas é propriamente na segunda metade do século passado, e acompanhando as demais reformas políticas, sociais e econômicas da época, que o pensamento brasileiro tomará decididamente novo rumo, embora se perceba ainda muito bem o embaraço de sua herança cultural escolástica. É sob uma forma acentuadamente agnóstica que se dará esse despertar do país para o pensamento moderno; a saber, um certo ceticismo religioso, que embora sem desprezar a tradição católica, a confinará contudo às matérias estritamente da fé e do culto. Tal é a fisionomia da consciência pensante do país sob o Segundo Reinado. O próprio Imperador, grande protetor das letras, e ele mesmo um estudioso, participará desse espírito que preparará a separação da Igreja e do Estado (realizada logo depois da proclamação da República), e a irreligiosidade predominante na primeira parte do período republicano.

No terreno político, o principal reflexo do novo pensamento será o Positivismo. A doutrina de Augusto Comte encontrou no Brasil uma acolhida que não teve em seu próprio país de origem, e embora o número de positivistas ortodoxos tenha sido sempre muito reduzido, a sua influência foi considerável. Pode-se dizer que forma o único corpo de idéias mais ou menos completo e coerente que existiu no Brasil na segunda metade do século passado. O Positivismo tornou-se mesmo em ação política efetiva, sobretudo depois que penetra nas forças armadas pela palavra de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, positivista convicto que utilizou para a propaganda de suas idéias a cátedra de Matemática que ocupava na Escola Militar. Será sob a égide do Positivismo que se proclama a República no Brasil, e isto particularmente devido à participação que tiveram nos acontecimentos oficiais militares. A evolução do Positivismo não pode por isso escapar à atenção do his-

toriador do Segundo Reinado. A doutrina conta aliás entre nós com uma bibliografia avultada. Organizados no *Apostolado Positivista*, seus adeptos no Brasil se davam a uma propaganda ativa sob forma de publicações; são particularmente importantes suas *Circulares* anuais. Dois nomes se destacam nesta propaganda, os dos dois grandes mestres do Positivismo no Brasil: Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

A todas essas transformações, no curso do Segundo Reinado, da estrutura econômica e política do Brasil, bem como de sua feição ideológica, correspondem naturalmente profundas modificações sociais — relações de classe e categorias sociais, sua psicologia e modos de vida. A sociedade brasileira adquire um tom inteiramente novo e bem diverso do que fora na colônia. A elevação do padrão de existência (pelo menos nas classes superiores e em certas camadas médias), fruto do progresso econômico; o desenvolvimento da cultura intelectual; um ritmo de vida mais acorde com o momento internacional; o largo contacto com o mundo exterior — coisa que a colônia não conhecera; a grande afluência de imigrantes europeus, tanto das classes inferiores como das médias e mesmo superiores — o que a colônia também não teve, a não ser de portugueses; tudo isso e outros fatores conexos revolucionam completamente a sociedade brasileira no curto espaço de meio século apenas. Mas ao lado dos aspectos desta revolução que se podem considerar progressistas e favoráveis, há que enxergar também as crises de ajustamento a uma nova ordem ainda mal assimilada. Daí os conflitos de toda ordem — econômicos, sociais, políticos e psicológicos —, que mantidos em relativa quietude pelo governo paternal do segundo Imperador, e a linha geral conservadora de seu reinado, irromperão com violência sob a República, tornando tão difícil sua estabilização e comprometendo muitas vezes seu desenvolvimento normal. O pesquisador encontrará um bom resumo da evolução social do Segundo Império, em seus diferentes aspectos e setores, no pequeno mas tão bem feito livro de Oliveira Lima, *O Império brasileiro*. Um trabalho mais recente que analisa, embora superficialmente e sem espírito crítico, a vida social das classes superiores do Império, é *Salões e damas do Segundo Reinado*, de Wanderley Pinho. O mais será encontrado nos diferentes setores analisados acima, e que fornecem os dados necessários para se concluir sobre o conjunto da profunda transformação social operada sob o Segundo Império.

II. FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO-COLÔNIA

6. INTRODUÇÃO *

O início do século XIX não se assinala para nós unicamente por estes acontecimentos relevantes que são a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil e os atos preparatórios da emancipação política do país. Ele marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova. Debaixo daqueles acontecimentos que se passam na superfície, elaboram-se processos complexos de que eles não foram senão o fermento propulsor, e, na maior parte dos casos, apenas a expressão externa. Para o historiador, bem como para qualquer um que procure compreender o Brasil, inclusive o de nossos dias, o momento é decisivo. O seu interesse decorre sobretudo de duas circunstâncias: de um lado, ele nos fornece, em balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental, eliminando do quadro ou pelo menos fazendo passar ao segundo plano, o acidental e intercorrente daqueles trezentos anos de história. É uma síntese deles. Doutra lado, constitui uma chave, e chave preciosa e insubstituível, para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele, que é o Brasil de hoje. Nele se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade — instituições funda-

mentais e energias — organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam. Entra-se então na fase propriamente do Brasil contemporâneo, erigido sobre aquela base.

Tínhamos naquele momento chegado a um ponto morto. O regime colonial realizara o que tinha para realizar. Sente-se que a obra da metrópole estava acabada e nada mais nos poderia trazer. Não apenas por efeito da decadência do reino, por maior que ela fosse: isto não representa senão um fator complementar e acessório que quando muito reforçou uma tendência já fatal e necessária apesar dela. Não é somente o regime de subordinação colonial em que nos achávamos que está em jogo: mas sim o conjunto das instituições, o *sistema colonial* na totalidade dos seus caracteres econômicos e sociais que se apresenta prenhe de transformações profundas. A obra colonizadora dos portugueses, na base em que assentava, e que em conjunto forma aquele sistema, esgotara suas possibilidades. Perecer ou modificar-se, tal era o dilema que se apresentava ao Brasil. Nem lhe bastava separar-se da mãe-pátria, o que seria quando muito passo preliminar, embora necessário. O processo de transformação devia ser mais profundo. E de fato o foi. O Brasil começa a se renovar, e o momento que constitui o nosso ponto de partida neste trabalho que o leitor terá talvez a paciência de acompanhar, é também o daquela renovação. Mas ponto de partida apenas, início de um longo processo histórico que se prolonga até os nossos dias e que ainda não está terminado. Com vaivéns, avanços e recuos, ele se desenrola através de um século e meio de vicissitudes. O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se no plano das realizações humanas algo de novo. Este "algo de novo" não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa "atitude" mental coletiva particular. Tudo isto naturalmente já se vem esboçando desde longa data. Os sintomas de cada um daqueles

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*. 16. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 9-13.

caracteres vão aparecendo no curso de toda nossa evolução colonial; mas é no termo dela que se completam e sobretudo se definem nitidamente ao observador.

Entramos então em nova fase. Aquilo que a colonização realizara, aquele "organismo social completo e distinto" constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. É então o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade.

Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea; "elementos" no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não "tomou forma". É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial.

Não me refiro aqui unicamente a tradições e a certos anacronismos berrantes que sempre existem em qualquer tempo ou lugar, mas até a caracteres fundamentais da nossa estrutura econômica e social. No terreno econômico, por exemplo, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo o país. Há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu. O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordi-

nação aliás que se verifica também em outros setores. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional.

No terreno social a mesma coisa. Salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado cunho colonial. Entre outros casos, estas diferenças profundas que cindem a população rural entre nós em categorias largamente díspares; disparidade que não é apenas no nível material de vida, já inteiramente desproporcionado, mas sobretudo no estatuto moral respectivo de umas e outras e que nos projeta inteiramente para o passado. Os depoimentos dos viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do século XIX são frequentemente de flagrante atualidade. Neste, como aliás em outros setores de igual relevo. Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas.

Mas não é somente isto. Coloquemo-nos num terreno prático. Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás. E é da solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente. Um dos aspectos mais chocantes do Brasil, e que alarma qualquer observador de nossas coisas, é esta atonia econômica, e portanto "vital", em que mergulha a maior parte do território do país. Pois bem, há século e meio, nas mesmas regiões ainda agora atacadas do mal, já se observava e discutia o fato. Autoridades representavam sobre ele à metrópole, particulares se interessavam pelo assunto e a ele se referiam em memórias e outros escritos que chegaram até nós, e cuja precisão e clareza não foram ainda, na maior parte das vezes, ultrapassadas por observadores mais recentes. Há outros exemplos: os processos rudimentares empregados na agricultura do país, infelizmente problemas ainda da mais flagrante atualidade, já despertavam a atenção em pleno século XVIII; e enxergava-se neles, como se deve enxergar hoje, a fonte de boa parte dos males que afligiam a colônia e que ainda agora afligem o Brasil-nação de 1942. Refere-se a eles, entre outras, uma memória anônima de 1770 e tantos (*Roteiro do Maranhão a Goiás*); em algumas de suas passagens, parece que estamos lendo o relatório de um inspetor agrícola recém-chegado do interior. Saint-Hilaire, quarenta anos depois, fará observações análogas, acrescidas de seus conhecimentos de naturalista que era. Inaugura-se o

Império, e o brigadeiro Cunha Matos abre o capítulo sobre a agricultura de Goiás na sua *Corografia histórica* que é de 1824, com a seguinte frase: "A agricultura, se é que tal nome se pode dar aos trabalhos rurais da província de Goiás..." Coisa que, repetida hoje acerca de quase toda atividade agrícola do Brasil, estaria longe de muito exagerada. As comunicações interiores do país constituem outro problema ainda em nossos dias nos primeiros ensaios de solução e que já nos fins do século XVIII se encontrava em equação quase nos mesmos termos de hoje, apesar de todo o progresso técnico realizado de lá para cá¹.

Estes são apenas exemplos colhidos mais ou menos ao acaso. Por toda parte se observará coisa semelhante. E foram estas, bem como outras considerações da mesma natureza, que me levaram, para chegar a uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa, àquele passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados. Pelo que ficou dito, também se justificará o plano que adotei aqui. Faço em primeiro lugar um balanço geral da colônia em princípios do século passado, ou antes, naquele período que cavalga os dois séculos que precedem imediatamente o atual; teremos então uma síntese do Brasil que saía, já formado e constituído, dos três séculos de evolução colonial; e tal será o objeto deste primeiro volume. As transformações e vicissitudes seguintes, que nos trouxeram até o estado atual, virão depois. Se esta primeira parte, que ora enceto, parecer muito longa para uma simples introdução, isto será porque a outra depende dela, e encontrará aí seus principais elementos de interpretação.

¹ Pessoalmente, só compreendi perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais depois que lá estive e examinei *de visu* os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos, exatamente os mesmos. Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado.

7. SENTIDO DA COLONIZAÇÃO *

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido". Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada no caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte.

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*. p. 19-32.

O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas. Portugal nos traz disto um exemplo frisante que para nós é quase doméstico. Até fins do século XIV, e desde a constituição da monarquia, a história portuguesa se define pela formação de uma nova nação européia e articula-se na evolução geral da civilização do Ocidente de que faz parte, no plano da luta que teve de sustentar, para se constituir, contra a invasão árabe que ameaçou num certo momento todo o continente e sua civilização. No alvorecer do século XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se, por assim dizer, do continente e volta-se para o oceano que se abria para o outro lado; não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial.

Vista deste ângulo geral e amplo, a evolução de um povo se torna explicável. Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublá-la o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano; e só então nos é dado alcançar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la. É isto que precisamos começar por fazer com relação ao Brasil. Não nos interessa aqui, é certo, o conjunto da história brasileira, pois partimos de um momento preciso, já muito adiantado dela, e que é o final do período de colônia. Mas este momento, embora o possamos circunscrever com relativa precisão, não é senão um elo da mesma cadeia que nos traz desde o nosso mais remoto passado. Não sofremos nenhuma descontinuidade no correr da história da colônia. E se escolhi um momento dela, apenas a sua última página, foi tão-somente porque, já me expliquei na Introdução, aquele momento se apresenta como um termo final e a resultante de toda nossa evolução anterior. A sua síntese. Não se compreende por isso, se desprezarmos inteiramente aquela evolução, o que nela houve de fundamental e permanente. Numa palavra, o seu sentido.

Isto nos leva, infelizmente, para um passado relativamente longínquo e que não interessa diretamente ao nosso assunto. Não podemos contudo dispensá-lo e precisamos reconstituir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos

países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita; paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso.

Realmente a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. Incompleto que se disfarça muitas vezes sob noções que damos como claras e que dispensam explicações; mas que não resultam na verdade senão de hábitos viciados de pensamento. Estamos tão acostumados em nos ocupar com o fato da colonização brasileira, que a iniciativa dela, os motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais se perdem de vista. Ela aparece como um acontecimento fatal e necessário, derivado natural e espontaneamente do simples fato do descobrimento. E os rumos que tomou também se afiguram como resultados exclusivos daquele fato. Esquecemos aí os antecedentes que se acumulam atrás de tais ocorrências, e o grande número de circunstâncias particulares que ditaram as normas a seguir. A consideração de tudo isto, no caso vertente, é tanto mais necessária que os efeitos de todas aquelas circunstâncias iniciais e remotas, do caráter que Portugal, impedido por elas, dará à sua obra colonizadora, se gravarão profunda e indelévelmente na formação e evolução do país.

A expansão marítima dos países da Europa, depois do século XV, expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o século XIV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem. Como se sabe, a grande rota comercial do mundo europeu que sai do esfacelamento do Império do Ocidente é a que liga por terra o Mediterrâneo ao mar do Norte, desde as repúblicas italianas, através dos Alpes, os cantões suíços, os grandes empórios do Reno, até o estuário do rio onde estão as cidades

flamengas. No século XIV, mercê de uma verdadeira revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, outra rota ligará aqueles dois pólos do comércio europeu: será a marítima que contorna o continente pelo estreito de Gibraltar. Rota que, subsidiária a princípio, substituirá afinal a primitiva no grande lugar que ela ocupava. O primeiro reflexo desta transformação, a princípio imperceptível, mas que se revelará profunda e revolucionará todo o equilíbrio europeu, foi deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente, por onde passava a antiga rota, para aqueles que formam a sua fachada oceânica: a Holanda, a Inglaterra, a Normandia, a Bretanha e a península Ibérica.

Este novo equilíbrio firma-se desde o princípio do século XV. Dele derivará não só todo um novo sistema de relações internas do continente, como nas suas conseqüências mais afastadas, a expansão européia ultramarina. O primeiro passo estava dado e a Europa deixará de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar o oceano. O papel de pioneiro nesta nova etapa caberá aos portugueses, os melhores situados, geograficamente, no extremo desta península que avança pelo mar. Enquanto holandeses, ingleses, normandos e bretões se ocupam na via comercial recém-aberta, e que bordeja e envolve pelo mar o ocidente europeu, os portugueses vão mais longe, procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos e já instalados, e para que contavam com vantagens geográficas apreciáveis; buscarão a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas. Nesta avançada pelo oceano descobrirão as ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores), e continuarão perlongando o continente negro para o sul. Tudo isto se passa ainda na primeira metade do século XV. Lá por meados dele começa a se desenhar um plano mais amplo: atingir o Oriente contornando a África. Seria abrir para seu proveito uma rota que os poria em contato direto com as opulentas Índias das preciosas especiarias, cujo comércio fazia a riqueza das repúblicas italianas e dos mouros por cujas mãos transitavam até o Mediterrâneo. Não é preciso repetir aqui o que foi o périplo africano, realizado afinal depois de tenazes e sistemáticos esforços de meio século.

Atrás dos portugueses lançam-se os espanhóis. Escolherão outra rota, pelo ocidente ao invés do oriente. Descobrirão a América, seguidos aliás de perto pelos portugueses que também toparão com o novo continente. Virão, depois dos países peninsulares, os franceses, ingleses, holandeses, até dinamarqueses e suecos. A grande navegação oceânica estava aberta, e todos procuravam tirar partido dela. Só ficarão atrás

aqueles que dominavam no antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneo e cujas rotas iam passando para o segundo plano: mal situados, geograficamente, com relação às novas rotas, e presos a um passado que ainda pesava sobre eles, serão os retardatários da nova ordem. A Alemanha e a Itália passarão para um plano secundário a par dos novos astros que se levantavam no horizonte: os países ibéricos, a Inglaterra, a França, a Holanda.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos "descobrimentos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É este último o capítulo que mais nos interessa aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos outros. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguidos de perto pelos ingleses, franceses e demais, procurarão outro caminho para o Oriente; a América, com que toparam nesta pesquisa, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado. Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem, cuja existência se admitiu *a priori*. Os espanhóis, situados nas Antilhas desde o descobrimento de Colombo, exploram a parte central do continente: descobrirão o México; Balboa avistará o Pacífico; mas a passagem não será encontrada. Procura-se então mais para o sul: as viagens de Sólis, de que resultará o descobrimento do rio da Prata, não tiveram outro objetivo. Magalhães será seu continuador e encontrará o estreito que conservou o seu nome e que constituiu afinal a famosa passagem tão procurada; mas ela se revelará pouco praticável e se desprezará. Enquanto isto se passava no sul, as pesquisas se ativam para o norte; a iniciativa cabe aí aos ingleses, embora tomassem para isto o serviço de estrangeiros, pois não contavam ainda com pilotos nacionais bastante práticos para empresas de tamanho vulto. As primeiras pesquisas serão empregadas pelos italianos João Caboto e seu filho Sebas-

tão. Os portugueses também figurarão nesta exploração do extremo-norte americano com os irmãos Corte Real, que descobrirão o Labrador. Os franceses encarregarão o florentino Verazzano de iguais objetivos. Outros mais se sucedem, e embora tudo isto servisse para explorar e tornar conhecido o novo mundo, firmando a sua posse pelos vários países da Europa, não se encontrava a almejada passagem que hoje sabemos não existir¹. Ainda em princípios do século XVII, a *Virginia Company of London* incluía entre seus principais objetivos o descobrimento da brecha para o Pacífico que se esperava encontrar no continente.

Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A idéia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. Aliás, nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no século XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolou o continente nos dois séculos precedentes. Na falta de censos precisos, as melhores probabilidades indicam que em 1500 a população da Europa ocidental não ultrapassava a do milênio anterior.

Nestas condições, "colonização" ainda era entendida como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses, holandeses e outros no extremo-norte da Europa e no Levante; como os portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aprovei-

¹ Também se tentou, a partir de meados do século XVI, a passagem para o Oriente pelas regiões árticas da Europa e Ásia. A iniciativa cabe ao mesmo Sebastião Caboto, que já encontramos na América, e mais uma vez a serviço dos ingleses (1553).

tável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí.

Aqui ainda, Portugal foi um pioneiro. Seus primeiros passos, neste terreno, são nas ilhas do Atlântico, postos avançados, pela identidade de condições para os fins visados, do continente americano; e isto ainda no século XV. Era preciso povoar e organizar a produção; Portugal realizou estes objetivos brilhantemente. Em todos os problemas que se propõem desde que uma nova ordem econômica se começa a desenhar aos povos da Europa, a partir do século XV, os portugueses sempre aparecem como pioneiros. Elaboram todas as soluções até seus menores detalhes. Espanhóis, depois ingleses, franceses e os demais, não fizeram outra coisa, durante muito tempo, que navegar em suas águas; mas navegaram tão bem, que acabaram suplantando os iniciadores e arrebatando-lhes a maior parte, se não praticamente todas as realizações e empresas ultramarinas.

Os problemas de novo sistema de colonização, envolvendo a ocupação de territórios quase desertos e primitivos, terão feição variada, dependendo em cada caso das circunstâncias particulares com que se apresentam. A primeira delas será a natureza dos gêneros aproveitáveis que cada um daqueles territórios proporcionará. A princípio, naturalmente, ninguém cogitará de outra coisa que produtos espontâneos, extrativos. É ainda quase o antigo sistema das feitorias puramente comerciais. Serão as madeiras, de construção ou tinturiais (como o *pau-brasil* entre nós) na maior parte deles; também as peles de animais e a pesca no extremo-norte, como na Nova Inglaterra; a pesca será particularmente ativa nos bancos da Terra Nova, onde desde os primeiros anos do século XVI, possivelmente até antes, se reúnem ingleses, normandos, vascos. Os espanhóis serão os mais felizes: toparão desde logo nas áreas que lhes couberam, com os metais preciosos, a prata e o ouro do México e Peru. Mas os metais, incentivo e base suficiente para o sucesso de qualquer empresa colonizadora, não ocupam na formação da América senão um lugar relativamente pequeno. Impulsionarão o estabelecimento e ocupação das colônias espanholas citadas; mais tarde, já no século XVIII, intensificarão a colonização portuguesa na América do Sul e a levarão para o centro do continente. Mas é só. Os metais, que a ima-

ginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelas prematuras descobertas castelhanas, não se revelaram tão disseminados como se esperava. Na maior extensão da América ficou-se a princípio exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações, subordinam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura.

Não é meu intuito entrar aqui nos pormenores e vicissitudes da colonização européia na América. Mas podemos, e isto muito interessa ao nosso assunto, distinguir duas áreas diversas, além daquela em que se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. São elas as que correspondem respectivamente às zonas temperada, de um lado; tropical e subtropical, do outro. A primeira, que compreende grosseiramente o território americano ao norte da baía de Delaware (a outra extremidade temperada do continente, hoje países platinos e Chile, esperará muito tempo para tomar forma e significar alguma coisa), não ofereceu realmente nada de muito interessante, e permanecerá ainda por muito tempo adstrita à exploração de produtos espontâneos: madeiras, peles, pesca. Na Nova Inglaterra, nos primeiros anos da colonização, viam-se até com maus olhos quaisquer tentativas de agricultura que desviavam das feitorias de peles e pesca as atividades dos poucos colonos presentes². Se se povoou esta área temperada, o que aliás só ocorreu depois do século XVII, foi por circunstâncias muito especiais. É a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas político-religiosas, que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções. Isto durará muito tempo; pode-se mesmo assimilar o fato, idêntico no fundo, a um processo que se prolongará, embora com intensidade variável, até os tempos modernos, o século passado. Virão para a América puritanos e quakers da Inglaterra, huguenotes da França, mais tarde morávios, schwenkfelders, inspiracionalistas e menonitas da Alemanha meridional e Suíça. Durante mais de dois séculos despejar-se-á na América todo resíduo das lutas político-religiosas da Europa. É certo que se espalhará por todas as colônias; até no Brasil, tão afastado e por isso tanto mais ignorado, procurarão refugiar-se huguenotes franceses

(França Antártica, no Rio de Janeiro). Mas se concentrará quase inteiramente nas da zona temperada, de condições naturais mais afins às da Europa, e por isso preferida para quem não buscava "fazer a América", mas unicamente abrigar-se dos vendavais políticos que varriam a Europa, e reconstruir um lar desfeito ou ameaçado.

Há um fator econômico que também concorre na Europa para este tipo de emigração. É a transformação econômica sofrida pela Inglaterra no correr do século XVI, e que modifica profundamente o equilíbrio interno do país e a distribuição de sua população. Esta é deslocada em massa dos campos, que de cultivados se transformam em pastagens para carneiros cuja lã iria abastecer a nascente indústria têxtil inglesa. Constitui-se aí uma fonte de correntes migratórias que abandonam o campo e vão encontrar na América, que começa a ser conhecida, um largo centro de afluência. Também estes elementos escolherão de preferência, e por motivos similares, as colônias temperadas. Os que se dirigirão mais para o sul, para colônias incluídas na zona subtropical da América do Norte, porque nem sempre lhes foi dado escolher seu destino com conhecimento de causa, o farão apenas, no mais das vezes, provisoriamente: o maior número deles refluirá mais tarde, e na medida do possível, para as colônias temperadas.

São assim circunstâncias especiais, que não têm relação direta com ambições de traficantes ou aventureiros, que promoverão a ocupação intensiva e o povoamento em larga escala da zona temperada da América. Circunstâncias aliás que surgem posteriormente ao descobrimento do Novo Continente, e que não se filiam à ordem geral e primitiva de acontecimentos que impelem os povos da Europa para o ultramar. Daí derivará um novo tipo de colonização — será o único em que os portugueses não serão os pioneiros — que tomará um caráter inteiramente apartado dos objetivos comerciais até então dominantes neste gênero de empresas. O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. Seja por motivos religiosos ou meramente econômicos (estes impulsos aliás se entrelaçam e sobrepõem), a sua subsistência se tornara lá impossível ou muito difícil. Procuram então uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem nela sua existência ameaçada. O que resultará deste povoamento, realizado com tal espírito e num meio físico muito aproximado do da Europa, será naturalmente uma sociedade, que, embora com caracteres próprios, terá

² HANSEN, Marcus Lee. *The atlantic migration, 1607-1680*. 13.

semelhança pronunciada à do continente de onde se originou. Será pouco mais que simples prolongamento dele.

Muito diversa é a história da área tropical e subtropical da América. Aqui a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo. Em primeiro lugar, as condições naturais, tão diferentes do habitat de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador, da categoria daquele que procura a zona temperada. Muito se tem exagerado a inadaptabilidade do branco aos trópicos, meia verdade apenas que os fatos têm demonstrado e redemonstrado falha em um sem-número de casos. O que há nela de acertado é uma falta de predisposição, em raças formadas em climas mais frios e por isso afeiçoadas a eles, em suportarem os trópicos e se comportarem similarmente neles. Mas falta de predisposição apenas, e que não é absoluta, corrigindo-se pelo menos em gerações subseqüentes, por um novo processo de adaptação. Contudo, se aquela afirmação posta em termos absolutos é falsa, não deixa de ser verdadeira no caso vertente, isto é, nas circunstâncias em que os primeiros povoadores vieram encontrar a América. São trópicos brutos e indevassados que se apresentam, uma natureza hostil e amesquinhadora do homem, semeada de obstáculos imprevisíveis sem conta para que o colono europeu não estava preparado e contra que não contava com nenhuma defesa. Aliás a dificuldade do estabelecimento de europeus civilizados nestas terras americanas, entregues ainda ao livre jogo da natureza, é comum também à zona temperada. Respondendo a teorias apressadas e muito em voga (são as contidas no livro famoso de Turner, *The frontier in american history*), um recente escritor norte-americano analisa este fato com grande atenção, e mostra que a colonização inglesa na América, realizando-se embora numa zona temperada, só progrediu à custa de um processo de seleção de que resultou um tipo de pioneiro, o característico *yankee*, que dotado de aptidão e técnica particulares foi marchando na vanguarda e abrindo caminho para as levas mais recentes de colonos que afluíam da Europa³. Se assim foi numa zona que afora o fato de estar indevassada, se aproxima tanto por suas condições naturais do meio europeu, que não seria dos trópicos?

Para estabelecer-se aí, o colono europeu tinha de encontrar estímulos diferentes e mais fortes que os que o impelem para as zonas

temperadas. De fato assim aconteceu, embora em circunstâncias especiais que por isso também particularizarão o tipo de colono branco dos trópicos. A diversidade de condições naturais, em comparação com a Europa, que acabamos de ver como um empecilho ao povoamento, se revelaria por outro lado um forte estímulo. É que tais condições proporcionarão aos países da Europa a possibilidade da obtenção de gêneros que lá fazem falta. E gêneros de particular atrativo. Coloquemo-nos naquela Europa anterior ao século XVI, isolada dos trópicos, só indireta e longinquamente acessíveis, e imaginemo-la, como de fato estava, privada quase inteiramente de produtos que se hoje, pela sua banalidade, parecem secundários, eram então prezados como requintes de luxo. Tome-se o caso do açúcar, que embora se cultivasse em pequena escala na Sicília, era artigo de grande raridade e muita procura; até nos enxovais de rainhas ele chegou a figurar como dote precioso e altamente prezado. A pimenta, importada do Oriente, constituiu durante séculos o principal ramo do comércio das repúblicas mercadoras italianas, e a grande e árdua rota das Índias não serviu muito tempo para outra coisa mais que abastecer dela a Europa. O tabaco, originário da América e por isso ignorado antes do descobrimento, não teria, depois de conhecido, menor importância. E não será este também, mais tarde, o caso do anil, do arroz, do algodão e de tantos outros gêneros tropicais?

Isto nos dá a medida do que representariam os trópicos como atrativo para a fria Europa, situada tão longe deles. A América lhe poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele.

Nesta base se realizaria uma primeira seleção entre os colonos que se dirigem respectivamente para um e outro setor do novo mundo; o temperado e os trópicos. Para estes, o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalhe para ele. Mais uma circunstância vem reforçar esta tendência e discriminação. É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades

³ HANSEN, Marcus Lee. *The immigrant in american history* — veja-se o capítulo "Immigration and expansion".

produtoras — fazendas, engenhos, plantações (as *plantations* das colônias inglesas) — que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade. Voltarei em outro capítulo, com mais vagar, sobre as causas que determinaram este tipo de organização da produção tropical. A grande maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível; ao trabalho em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. Não era para isto, evidentemente, que se emigrava da Europa para a América. Assim mesmo, até que se adotasse universalmente nos trópicos americanos a mão-de-obra escrava de outras raças, indígenas do continente ou negros africanos importados, muitos colonos europeus tiveram de se sujeitar, embora a contragosto, àquela condição. Ávidos de partir para a América, ignorando muitas vezes seu destino certo, ou decididos a um sacrifício temporário, muitos partiram para se engajar nas plantações tropicais como simples trabalhadores. Isto ocorreu particularmente, em grande escala, nas colônias inglesas: Virgínia, Maryland, Carolina. Em troca do transporte, que não podiam pagar, vendiam seus serviços por um certo lapso de tempo. Outros partiram como deportados; também menores abandonados ou vendidos pelos pais ou tutores eram levados naquelas condições para a América a fim de servirem até a maioridade. É uma escravidão temporária que será substituída inteiramente, em meados do século XVII, pela definitiva de negros importados. Mas a maior parte daqueles colonos só esperava o momento oportuno para sair da condição que lhe fora imposta; quando não conseguiam estabelecer-se como plantador e proprietário por conta própria — o que é a exceção, naturalmente —, emigravam logo que possível para as colônias temperadas, onde ao menos tinham um gênero de vida mais afeiçoado a seus hábitos e maiores oportunidades de progresso. Situação de instabilidade do trabalho nas plantações do sul que durará até a adoção definitiva e geral do escravo africano. O colono europeu ficará então aí na única posição que lhe competia: de dirigente e grande proprietário rural.

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do século XVI, inculto e abandonado; falta-

vam braços por toda parte e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do século XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros⁴. Nada havia portanto que provocasse no reino um êxodo da população; e é sabido como as expedições do Oriente depauperaram o país, datando de então, e atribuível em grande parte a esta causa, a precoce decadência lusitana.

Além disto, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram, nas suas colônias, indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores, nisto também, desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso em sua colônia quase que de início — possivelmente de início mesmo —, precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século⁵.

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de *povoamento* (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*), escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da

⁴ *História da colonização portuguesa do Brasil*. Introdução. vol. III, p. XI.

⁵ Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros ao Brasil; há grandes probabilidades de terem vindo já na expedição de Martim Afonso de Sousa em 1531. Na América do Norte, a primeira leva de escravos africanos foi introduzida por traficantes holandeses em Jamestown (Virgínia) em 1619.

Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.

É certo que a colonização da maior parte, pelo menos, destes territórios tropicais, inclusive o Brasil, lançada e prosseguida em tal base, acabou realizando alguma coisa mais que um simples "contato fortuito" dos europeus com o meio, na feliz expressão de Gilberto Freyre, a que a destinava o objetivo inicial dela; e que em outros lugares semelhantes a colonização européia não conseguiu ultrapassar: assim na generalidade das colônias tropicais da África, da Ásia e da Oceania; nas Guianas e algumas Antilhas, aqui na América. Entre nós foi-se além no sentido de constituir nos trópicos uma "sociedade com característicos nacionais e qualidades de permanência"⁹, e não se ficou apenas nesta simples empresa de colonos brancos distantes e sobranceiros.

Mas um tal caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, arti-

culados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O "sentido" da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar.

⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 16.

8. POVOAMENTO INTERIOR *

(...) Entre a mineração e o avanço dos rebanhos ocorre, no que diz respeito ao povoamento, uma primeira diferença que devemos logo notar. A primeira impele o homem num arranco brusco, do litoral para o coração do continente; não há contigüidade na expansão: os núcleos mineradores vão surgir muito longe dos pontos de partida das correntes migratórias, e no espaço intermediário permanecerá o deserto que só raras vias de comunicação atravessam. Estas articulações das minas com o litoral, donde lhes vem a vida e para onde se encaminha sua produção, às vezes nem ao menos respeitam o traçado dos roteiros e primeiras vias utilizadas para alcançá-las. Assim, os núcleos que se formam em torno das explorações do centro de Minas Gerais, que são cronologicamente as primeiras e ficarão sendo definitivamente as principais, aqueles núcleos se destacam da origem donde tinham partido os descobridores e as primeiras levas de povoadores, e que é São Paulo; destacam-se também do segundo centro de irradiação do povoamento que as ocupou, a Bahia; e vão convergir para o Rio de Janeiro, cujas comunicações com as minas só se estabelecem nos primeiros anos do século XVIII, quando elas já estavam bastante povoadas. As vias paulistas e baianas, apesar da prioridade, serão relegadas a um plano secundário.

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*, p. 55-8.

Isto serve para ilustrar a forma que tomou a dispersão mineradora; de tão brusca e violenta que é, até perde contato com as fontes de onde brotou. Coisa muito diversa se passa com a penetração levada pelas fazendas de gado. Dos seus focos, cujo principal é a Bahia, as fazendas, e com elas o povoamento, vão-se espalhando paulatinamente para o interior. A sua expansão é por contigüidade, e as populações fixadas no sertão conservam um contato íntimo e geograficamente contínuo com o seu centro irradiador. Da Bahia, tomemos este exemplo, o movimento da dispersão, começando já em fins do século XVI, alcança o rio São Francisco em meados do seguinte¹; sobe-lhes as margens, tanto direita, como esquerda, povoando todo o curso médio do rio com tantas fazendas que provocam em 1711 admiração de Antonil. Daí, transposta para o norte a bacia do São Francisco, as fazendas invadem o que é hoje o Piauí, descendo pelo rio Gurguêia e por aquele que deu seu nome à capitania.

Expansão rápida, não há dúvida — o seu mecanismo propulsor que explica tal rapidez será analisado em outro capítulo —, mas que fica muito longe da mineração; que fica longe dela também em área global abarcada; sobrepassando-a contudo em territórios efetiva embora raramente ocupados. E contíguos: ao contrário do povoamento provocado pela mineração, não se constitui de núcleos que surgem isolados no interior e largamente afastados uns dos outros, bem como de seus centros de origem no litoral.

Esta diferença determina uma estrutura de povoamento inteiramente diversa no centro-sul, setor da mineração, e no sertão do Nordeste. No primeiro o que vamos encontrar quando cessam a expansão mineradora, as explorações e novas descobertas que se sucedem continuamente, provocando migrações e deslocamentos bruscos da população; quando, numa palavra, se sedimenta e estabiliza o povoamento — e isto se verifica cerca de meados do século XVIII —, o que vamos encontrar então é uma nebulosa de estabelecimentos mais ou menos separados e isolados uns dos outros, e disseminados por uma área que não é inferior a dois milhões de quilômetros quadrados, isto é, que forma todo o miolo do que hoje constitui o território brasileiro, abrangendo os Estados de Minas Gerais, Goiás, parte de Mato Grosso e um pouco da Bahia. Aproximadamente 600 000 habitantes, ou seja, pouco

¹ Sobre a expansão da colonização na Bahia, em particular das fazendas de gado, são muito interessantes os estudos de Felisbello Freire, que usou como fonte as cartas de sesmaria, *História territorial do Brasil*.

menos de um quinto da população total da colônia, ocupavam esta área em começos do século XIX.

Aquela nebulosa de estabelecimentos mineradores se agrupa em três núcleos de maior densidade. Cada qual constituirá, administrativamente, uma capitania: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. Analisemo-los nesta ordem, que é a de seu aparecimento e entrada em cena da história.

Em Minas Gerais, o centro de condensação (para empregar um termo emprestado à Física e que a distribuição do povoamento que ora analisamos sugere tão vivamente) está localizado numa faixa que se estende de sul a norte, da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do *Jequitinhonha*; mais ou menos entre os pontos em que se formaram a vila de Lavras e o arraial do Tejuco (Diamantina). Ela corresponde à serra do Espinhaço, e geologicamente, a uma formação peculiar do terreno, as séries de *Minas* e de *Itacolomi*, ambos do *algonquiano*, onde se verificaram os principais afloramentos de ouro no país. Este fato explica suficientemente a concentração aí do povoamento, multiplicando-se as aglomerações, às vezes bem próximas umas das outras, e cujas principais são: as vilas de São João e São José del-Rei (Tiradentes), Vila Rica (Ouro Preto); cidade de Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (Serro) e Arraial do Tejuco (Diamantina), onde, como se sabe, exploraram-se os diamantes.

Em torno deste núcleo central, que constitui propriamente as "minas gerais", nome que mais tarde se estende a toda a capitania, foram surgindo outros secundários: *Minas Novas*, a nordeste, ocupadas desde 1726; *Minas do Rio Verde*, com Campanha por centro principal, que são de 1720; *Minas do Itajubá*, onde se formaria a cidade deste nome, exploradas a partir de cerca de 1723; *Minas do Paracatu*, a oeste, que são as últimas descobertas, em 1744.

Outros núcleos de povoamento tiveram origem em atividades subsidiárias da mineração ou que a elas se substituíram quando começa a decadência das explorações na segunda metade do século XVIII. As regiões mineradoras não eram, em conjunto, favoráveis nem à agricultura nem à pecuária. O relevo acidentado, a natureza ingrata do solo se opunham a tais indústrias. Para o abastecimento da população que nelas se adensou, o que se fez com grande rapidez, teve de se recorrer, a princípio, a territórios não muito próximos. A carne, elemento essencial da alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do São Francisco

(Bahia). Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiram mais a margem do rio, alcançando o território que é hoje mineiro, e penetraram até o rio das Velhas. Povoou-se assim uma área contígua ao norte dos centros mineradores. Ao sul deles, na bacia do rio Grande, que formaria a comarca do Rio das Mortes, instala-se, de permeio com os estabelecimentos mineradores locais, de pequeno vulto e logo decadentes, um outro centro pastoril. Constituirá o que hoje se denomina o sul de Minas. O progresso da pecuária nesta região, favorecida por condições naturais destacadas, foi rápido; e já em 1756 descia gado daí para São Paulo, concorrendo com o fornecimento dos campos do sul — Curitiba e Rio Grande². Aliás, a par da pecuária, pratica-se na comarca do Rio das Mortes alguma agricultura, e o Rio de Janeiro se abastecerá aí de muita coisa; de modo que a população se adensa bastante.

Nestas condições, a população da capitania, que em fins do século XVIII orçaria por 500 000 habitantes, ficou distribuída da seguinte forma: uma faixa central, estendida de Lavras ao Tejuco, compreendendo a parte mais antiga, mais povoada, e apesar da decadência da mineração, ainda a mais importante da capitania; articulada com quatro regiões distintas, distribuídas em torno dela, e todas menos povoadas. São, na ordem de importância, as seguintes: ao sul, a comarca do Rio das Mortes (bacia do rio Grande e seus principais tributários: Mortes, Sapucaí e Verde), zona sobretudo de pecuária, também agrícola, e onde a pequena mineração que se praticara no passado quase desaparecera de todo. A *nordeste*, as Minas Novas (bacia do Araçuaí), antiga região mineradora decadente que evoluíra já quase inteiramente para a agricultura, em particular do algodão. A *oeste*, a comarca de Paracatu, também zona de mineração decadente que se tentava refazer com a pecuária. Para o *norte* finalmente, o sertão do rio de São Francisco, zona de fazendas do tipo sertanejo — no capítulo relativo à pecuária veremos este ponto — escassamente povoado e mais ou menos vegetativa no ingrato meio físico que é o seu. (...)

² Roteiro do Maranhão. 62.

9. ECONOMIA *

No primeiro capítulo, em que procurei destacar o sentido da colonização brasileira, já se encontra o essencial do que precisamos para compreender e explicar a economia da colônia. Aquele "sentido" é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro... Vê-los-emos todos, com pormenores, mais adiante. A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial. Vejamos, pois, em primeiro lugar, como se organiza a produção de tais gêneros que fazem a base da riqueza e das atividades da colônia.

Na agricultura — depois falarei dos demais setores — o elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Este tipo de organização agrária, que corresponde à exploração agrícola em larga escala, em oposição à pequena exploração do tipo camponês, não resulta de uma simples escolha, alternativa eleita entre outras que se apresentavam à colonização. E é de todo interesse, para avaliar a profundidade com que penetram as suas raízes, indagar

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*. p. 119-29.

das causas que o determinaram. Dando à organização econômica da colônia esta solução, a colonização portuguesa foi estritamente levada pelas circunstâncias em que se processou, e sofreu as contingências fatais criadas pelo conjunto das condições internas e externas que acompanham a obra aqui realizada por ela. A grande exploração agrária — o *engenho*, a fazenda — é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil-colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e com consequência necessária daqueles fatores. Aliás em todas as colônias em que concorrem, não só no Brasil, tais caracteres reaparecem.

Já vimos no primeiro capítulo o tipo de colono europeu que procura os trópicos e nele permanece. Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar. Vemos assim que, de início, são grandes áreas de terras que se concedem no Brasil aos colonos. Salvo a exceção da colonização de açorianos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, isto já no século XVIII, e em poucas outras instâncias, que no conjunto representam quantidades desprezíveis, as "sesmarias", designação que teriam as concessões, se alargam por espaços muito grandes, léguas e léguas de terra. Nenhum daqueles colonos que emigravam com vistas largas, e não entendiam levar aqui vida mesquinha de pequeno camponês, aceitaria outra coisa. A política da metrópole, inspirada por estes elementos que cercam o trono ou dele se aproximam — sabe-se que boa parte dos colonos, sobretudo das primeiras levas, é de origem nobre ou fidalga — ou influída por eles, uma vez que formam o contingente de que o reino dispõe para realizar suas empresas ultramarinas, tal política se orienta desde o começo, nítida e deliberadamente, no sentido de constituir na colônia um regime agrário de grandes propriedades. Não lhe ocorreu, a não ser no caso tardio e excepcional já

citado dos açorianos, como também não ocorrerá a nenhum dos donatários, que partilharam um momento seus poderes soberanos, a idéia de tentar sequer um regime de outra natureza, uma organização camponesa de pequenos proprietários.

Teria influído nesta orientação a experiência que Portugal já adquirira da colonização dos trópicos e dos processos a adotar neles. Mas seja com este conhecimento de causa ou sem ele, levada por este ou outros motivos, o fato é que as condições naturais da colônia vinham ao encontro da política adotada. A experiência secular da história dos trópicos no-lo demonstra. A grande propriedade lavrada por trabalhadores dependentes, sejam escravos ou assalariados, ou bem formas intermediárias de trabalho, representa o sistema de organização agrária que sempre acaba dominando nos trópicos, mesmo quando outros são inicialmente tentados. Combinam-se as dificuldades que o meio natural oferece ao trabalho de indivíduos isolados, sobretudo quando se trata ainda de desbravamento, com as exigências técnicas da exploração tropical (aparelhamento necessário, organização das atividades), para fazer predominar aquele sistema. As colônias inglesas da América do Norte, pela contigüidade aí de zonas diferentes e variedade de tentativas e experiências ensaiadas, bem como pelo fato de serem todas da mesma origem nacional, nos fornecem exemplos flagrantes daquela norma. Nas de clima temperado (Nova Inglaterra, Nova Iorque, Pensilvânia, Nova Jérsei, Delaware), estabelece-se a pequena propriedade do tipo camponês; às vezes encontramos a grande propriedade, como em Nova Iorque, mas parcelada pelo arrendamento; a pequena exploração, em todo caso, realizada pelo próprio lavrador auxiliado quando muito por um pequeno número de subordinados. Ao sul da baía de Delaware, nesta planície litorânea úmida e quente onde já nos encontramos num meio físico de natureza subtropical, estabelece-se pelo contrário a grande propriedade trabalhada por escravos, a *plantation*. Na mesma altura, mas para o interior, nos elevados vales da cordilheira dos Apalaches, onde a altitude corrige os excessos da latitude, reaparece novamente a colonização por pequenos proprietários. A influência dos fatores naturais é tão sensível nesta discriminação de tipos agrários, que ela se acaba impondo mesmo quando o objetivo inicial e deliberado de seus promotores é outro. Assim, na Carolina e Geórgia, onde nos achamos em zona nitidamente subtropical, a intenção dos organizadores da colonização (neste caso, como em geral nas colônias inglesas, companhias ou indivíduos concessionários), foi constituir um regime de pequenas propriedades de área proporcional à capacidade de trabalho próprio

de cada lavrador; e com este critério iniciou-se a colonização e a distribuição das terras. Mas frustrou-se tal objetivo, e o plano inicial fracassou, instituindo-se em lugar dele o tipo geral das colônias tropicais¹.

Na ilha de Barbados passou-se qualquer coisa de semelhante. A primeira organização que se estabeleceu aí foi de propriedades regularmente subdivididas, não se empregou o trabalho escravo em escala apreciável. Mas pouco depois introduzia-se na ilha uma cultura eminentemente tropical como a da cana-de-açúcar: as propriedades se congregaram, transformando-se em imensas plantações; e os escravos, em número de pouco mais de 6 000 em 1643, sobem, 23 anos depois, a mais de 50 000².

A monocultura acompanha necessariamente a grande propriedade tropical; os dois fatos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial e por isso altamente lucrativos³. Não é com outro fim que se enceta, e não fossem tais as perspectivas, certamente não seria tentada ou logo pereceria. É fatal portanto que todos os esforços sejam canalizados para aquela produção; mesmo porque o sistema da grande propriedade trabalhada por mão-de-obra inferior, como é a regra nos trópicos, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico.

Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não só Portugal não contava população suficiente para abastecer sua colônia de mão-de-obra, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América. Nas inglesas do Norte, onde se tentaram a

¹ COMAN. *Industrial history of the United States*. 38.

² HANSEN. *The atlantic migration*. 41.

³ Reproduzo aqui a definição da agricultura tropical de um autor recente, e que assinala muito bem o caráter específico dela: "Commercial farming in the tropics is today one of the most distinctive types of farming, and the oldest of the modern types of large-scale, specialized agriculture. It began with the colonization of the hot humid portions of the Americas, but its development has taken place largely during the past hundred years. This type of farming involves the growing and processing of a cash crop for export to temperate countries, chiefly those of the Northern Hemisphere". JONES, Clarence Fielden. *Economic Geography*. 156.

princípio outras formas de trabalho, aliás uma semi-escravidão de trabalhadores brancos, os *indentured servants*, a substituição pelo negro não tardou muito. É aliás esta exigência da colonização dos trópicos americanos que explica o renascimento da escravidão na civilização ocidental em declínio desde fins do Império Romano, e já quase extinta de todo neste século XVI em que se inicia aquela colonização.

Utilizaram-se a princípio os autóctones. Lá onde a sua densidade é grande, e onde estavam habituados a um trabalho estável e sedentário, como no México e no altiplano andino, o escravo ou semi-escravo indígena formará o grosso da mão-de-obra. No Brasil ele é mais escasso, e sobretudo ineducado para o sistema de trabalho organizado que exige a agricultura colonial. Empregou-se na falta de melhor, particularmente naquelas regiões de nível econômico mais baixo que não comportavam o preço elevado do escravo africano. Este o substituirá sempre que possível, e encontramos-lo, como se sabe, em todas as grandes lavouras e na mineração. No fim da era colonial, cerca de um terço da população colonial era composta de escravos negros.

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a "grande exploração rural", isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. Note-se aqui, embora isto já esteja implícito no que ficou dito acima, que não se trata apenas da grande propriedade, que pode também estar associada à exploração parcelária; o que se realiza então pelas várias formas de arrendamento ou aforamento, como é o caso, em maior ou menor proporção, de todos os países da Europa. Não é isto que se dá no Brasil, mas sim a grande propriedade mais a grande exploração, o que não só não é a mesma coisa, como traz consequências, de toda ordem, inteiramente diversas.

Mutatis mutandis, a mineração, que a partir do século XVIII formará a par da agricultura entre as grandes atividades da colônia, adotará uma organização que afora as distinções de natureza técnica, é idêntica à da agricultura; concorreram para isto, de uma forma geral, as mesmas causas, acrescidas talvez da influência que a feição geral da economia brasileira já tomara quando a mineração se inicia. É ainda a exploração em larga escala que predomina: *grandes unidades* traba-

lhadas por escravos. A atividade dos "faiscadores", que corresponde na mineração ao trabalho individual do pequeno lavrador autônomo da agricultura, e que chegou a tomar vulto considerável no Brasil, é, como veremos, resultado da decomposição do regime econômico e social das minas. Representa um índice de decadência e extinção gradual da atividade mineradora, e não constitui em si uma forma orgânica e estável; é a transição para o aniquilamento.

O terceiro setor das grandes atividades fundamentais da economia brasileira é o *extrativo*. Ele próprio, quase exclusivamente do vale do Amazonas. Organizar-se-á de forma diferente, porque não terá por base a propriedade territorial. A colheita do cacau, da salsaparrilha, da noz de pixurim e outros produtos espontâneos da floresta amazônica não se faz em áreas determinadas e exclusivas para cada empresa; os colhedores têm a liberdade de se dirigirem para onde lhes convenha nesta floresta suficiente para todos e que forma uma propriedade comum. Além disto, a extração não é uma atividade permanente, e se organiza de cada vez, para se dissolver logo depois da estação apropriada em que se efetua. Trata-se em suma de uma exploração primitiva e rudimentar, um primeiro esboço de organização econômica que não será ultrapassada até o fim da era colonial. Mas afora isto, a extração não se distingue, na organização do seu trabalho e estruturação econômica, dos demais setores da atividade colonial. Encontra-se ainda aí o empresário, embora não seja proprietário fundiário como o fazendeiro e o minerador, mas que dirige e explora, como estes, uma numerosa mão-de-obra que trabalha para ele e sob suas ordens.

Além destas atividades fundamentais — fundamentais porque representam a base em que assenta a vida da colônia, e constituem mesmo sua razão de existência — poderíamos acrescentar outras, como a pecuária, certas produções agrícolas, em suma aquelas atividades que não têm por objeto o comércio externo, como as que acabamos de ver. Mas não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, e categoria de segunda ordem. Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras. Não têm uma vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependências. Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios. Deixamo-las por isso, no momento, de lado.

Não insistirei aqui em pontos que o desenvolvimento subsequente do assunto irá naturalmente esclarecendo. O que procuro é apenas

destacar os elementos fundamentais e característicos da organização econômica da colônia. Elas são em todos os setores, como acabamos de ver, a *grande unidade produtora*, seja agrícola, mineradora ou extra-tiva. Esta última, móvel no espaço e instável no tempo, constituindo-se para cada expedição colhedora e desfazendo-se depois; mas ainda assim, grande unidade naquilo em que reúne — e é isto que mais interessa —, um número relativamente avultado de trabalhadores subordinados sob as ordens e no interesse do empresário. É isto que precisamos sobretudo considerar, porque é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial. Concentração de que a presença na população de 30% de escravos, e mais outra porcentagem ignorada, mas certamente avultada, de indivíduos desprovidos inteiramente de quaisquer bens e vegetando num nível de vida material ínfimo, constituem a consequência mais imediata, ao mesmo tempo que um índice seguro daquela organização econômica do país⁴.

São estes, em suma, os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Nestas bases se lançou a colonização brasileira, e nelas se conservará até o momento que ora nos interessa. Não há na realidade modificações substanciais do sistema colonial nos três primeiros séculos de nossa história. Mais não se fez neste período de tempo que prolongá-lo e repeti-lo em novas áreas ainda não colonizadas. Em certos aspectos, ele naturalmente se complica, surgindo elementos novos, ou pelo menos tendências que alteram a simplicidade inicial do quadro que traçamos de uma colônia produtora de alguns gêneros destinados ao comércio da metrópole. O fato elementar do crescimento da população já constitui por si só um fator de transformação, porque determina a constituição e desenvolvimento do mercado interno, e com ele, de um

⁴ Mas índice apenas, e não o mal originário em si, o que é bom notar porque nem sempre foi lembrado, como não o foi pelos idealistas da abolição, que libertando o escravo, pensaram realizar outra coisa mais que uma simples modificação do estatuto jurídico e nominal do trabalhador. O que mantinha a massa da população brasileira naquele grau ínfimo de existência material e em consequência moral, que era o seu, não era somente a escravidão, mas antes a organização fundamental do país, de que o trabalho escravo não é senão um dos aspectos, que, abolido, se substitui por outro que continuou, com pouca diferença, mantendo o trabalhador e portanto a massa da população naquele nível ínfimo de existência.

setor econômico propriamente nacional, isto é, orientado já não exclusivamente para a exportação, mas para as necessidades do país. Este setor vai ganhando em importância, e tende a se tornar, de um elemento subsidiário de expressão mínima e desprezível no conjunto da economia brasileira, numa parte ponderável dela, e que por si só, sem a dependência de um outro setor que lhe dê vida e o impulsione, exprima alguma coisa. É verdade que aquele crescimento é muito mais quantitativo que qualitativo: no alvorecer do século passado, a massa da população brasileira ainda é constituída por escravos ou recém-egressos da escravidão; ou então por indivíduos deslocados, sem posição econômica e social definida e fixa; essencialmente instáveis. Analisarei noutro capítulo estes aspectos da sociedade brasileira, que no terreno econômico, que por ora nos interessa, reduz muito o alcance do desenvolvimento demográfico do país. Em substância, nas suas linhas gerais e caracteres fundamentais de sua organização econômica, o Brasil continuava, três séculos depois do início da colonização, aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo da sua subordinação política e administrativa), à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio. Empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas, dominadas mas ainda não fundidas na sociedade colonial.

Este é o fato fundamental da economia brasileira; e é interessante notar que na teoria econômica da época, isto já era não só afirmado, mas elevado à categoria de um postulado, numa necessidade absoluta e insubstituível. Entre outros, possuímos a este respeito um escrito precioso, datado provavelmente do último quartel do século XVIII, e que contém, a meu ver, a mais lúcida síntese da economia brasileira de fins daquele século⁵. O que o autor em suma procura expor e demonstrar, é que às colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole; este benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros de que necessita, não só para si própria, mas para comerciar com o supérfluo no estrangeiro; que, finalmente, o povoa-

⁵ *Roteiro do Maranhão a Goiás*. Não se conhece o seu autor, nem a data precisa em que foi redigido. No texto, o último ano a que se refere é o de 1770, mas parece ter sido escrito algum tempo depois. Foi encontrado nos arquivos da Secretaria dos Negócios Ultramarinos em 1802, e dali copiado. Publicou-o o *Patriota*, mensário editado no Rio de Janeiro em princípios do século passado, em seus números de maio a dezembro de 1813. Reproduziu-o a *Revista do Instituto Histórico* em 1900, tomo 62, parte I.

mento e organização das colônias deve subordinar-se a tais objetivos, e não lhes compete se ocuparem em atividades que não interessem o comércio metropolitano. Admite no máximo, mas como exceção apenas, a produção de certos gêneros estritamente necessários à subsistência da população é que seria impraticável trazer de fora.

Esta citação é interessante naquilo em que seu autor, afirmando uma norma de política econômica, não faz mais que reconhecer um fato real. Tal era, efetivamente, o conteúdo essencial da economia brasileira. Os pequenos desvios da regra, ele os discute adiante; e atribuindo-lhes os males de que sofria a colônia, previne contra eles a política metropolitana. Não eram aliás muitos nem muito graves.

O autor dirigia-se a um bom entendedor: nunca o reino e sua política tiveram outro pensamento que utilizar sua colônia no sentido por ele apontado. O Brasil existia para fornecer-lhe ouro e diamantes, açúcar, tabaco e algodão. Assim entendia as coisas e assim praticava. Todos os atos da administração portuguesa com relação à colônia têm por objeto favorecer aquelas atividades que enriqueciam o seu comércio, e pelo contrário opor-se a tudo mais. Bastava que os colonos projetassem outra coisa que ocupar-se em tais atividades, e lá intervinha violentamente a metrópole a chamá-los à ordem: o caso das manufaturas, da siderurgia, do sal, de tantos outros, é bastante conhecido.

O resultado desta política, reduzindo o Brasil à simples situação de produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional, acabou por se identificar a tal ponto com a sua vida, que já não se apoiava unicamente em nossa subordinação de colônia, já não derivava apenas da administração do reino. Orientada em tal sentido desde o início da colonização, determinada por fatores mais profundos que simplesmente a política deliberada do reino, fatores que já analisei no primeiro capítulo e que vão condicionar a formação e toda a evolução da economia brasileira, esta última assim se organiza e tal se tornara, no fim da era colonial, a natureza íntima de sua estrutura. A responsabilidade da metrópole estava já então apenas em contribuir com sua ação soberana para manter uma situação que se tornara, mesmo apesar dela, efetiva; mais forte aliás que seus propósitos, fossem eles em sentido contrário, o que não era o caso.

Tanto não era apenas o regime de colônia que artificialmente mantinha tal situação, que abolido ele com a Independência, vemo-la perpetuar-se. O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana,

de seu estatuto colonial a outros respeitos, e em que o "sete-de-setembro" não tocou. A situação de fato, sob o regime colonial, correspondia efetivamente à de direito. E isto se compreende: chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como desde o princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda sua riqueza; e doutro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isto; máquina de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema. Pela própria natureza de uma tal estrutura, não podíamos ser outra coisa mais que o que fôramos até então: uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio.

De tudo isto resultará uma conseqüência final, e talvez a mais grave: é a forma que tomou a evolução econômica da colônia. Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total. Processo este ainda em pleno desenvolvimento no momento que nos ocupa e que continuará assim no futuro. À primeira fase de prosperidade, que alcança os mais antigos centros produtores de açúcar da colônia, em particular a Bahia e Pernambuco, e que vai até o fim do século XVII, segue-se a decadência logo no início do seguinte. Substituem-se a estas regiões, na linha ascendente de prosperidade, os centros mineradores. Esta ascensão não irá muito além da metade do século; já antes do seu terceiro quartel, assistimos ao progressivo aniquilamento das minas. Volta novamente a prosperidade dos primitivos centros agrícolas do litoral; a eles se acrescentam alguns outros; e o açúcar é subsidiado pelo algodão. No momento em que abordamos a história brasileira, achamo-nos em plena fase ascendente deste último ciclo. E embora o período seguinte ultrapasse o nosso assunto, sabemos que esta fase não duraria, como as anteriores, muito tempo: em meados do século passado, a situação já se retornara completamente. Começava a degringolada das regiões até então no primeiro plano, e outras vinham tomar-lhes o lugar, já agora com um produto novo: o café.

Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra

origem que o caráter da economia brasileira acima analisado. Como vimos, é em bases precaríssimas que ela assenta. Não constitui a infra-estrutura própria de uma população que nela se apóia, e destinada a mantê-la; o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela; mas um "mecanismo", de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. Subordina-se portanto inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias e existência autônoma. Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer, impulsiona o seu funcionamento e dá a impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou que se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção decline e pereça, tornando impossível manter a vida que ela alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo de produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava. Para isto, imediatamente, se mobilizam os elementos necessários: povoa-se uma certa área do território mais conveniente com empresários e dirigentes brancos, e trabalhadores escravos — verdadeira turma de trabalho — desbrava-se o solo e instala-se nele o aparelhamento material necessário; e com isto se organiza a produção. Não se sairá disto, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem: continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois abandona-se tudo em demanda de outras empresas, outras terras, novas perspectivas. O que fica atrás são restos, farrapos de uma pequena parcela de humanidade em decomposição.

É assim que se formou e sempre funcionou a economia brasileira: a repetição no tempo e no espaço de pequenas e curtas empresas de maior ou menor sucesso. Algumas foram fulgurantes, mas pouco ou nada sobrou delas. No conjunto, a colônia não terá nunca uma organização econômica que mereça este nome, e alcançará o seu termo sem conseguir equilibrar estavelmente a sua vida. Oscilará com altos e baixos violentos, semeando de cada vez mais um pouco de destruição e miséria neste vasto território que lhe foi dado operar. Os resultados, o balanço final de três séculos deste processo, não podiam deixar de ser parcos, de um ativo muito pobre. E assim foi efetivamente; mas deixemos isto para a análise que adiante se empreenderá.

Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um

lado, na sua *estrutura*, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro lado, no *funcionamento*, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua *evolução*, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país. É isto a economia brasileira que vamos encontrar no momento em que ora abordamos sua história.

10. ADMINISTRAÇÃO *

(...) Os quadros militares e civis que vimos analisando até aqui não esgotam este assunto da administração colonial. Por mais indevida que à primeira vista pareça sua inclusão neste lugar, a religião e o clero a ele pertencem por todos os títulos. A posição da Igreja e do seu culto é então muito diferente da de hoje. E para compreendê-la na sua intimidade, não nos basta assinalá-la traçando paralelos. Precisamos transportar-nos com um esforço de imaginação para ambiente inteiramente diverso, procurar participar daquela atmosfera clerical e de religiosidade em que mergulha a vida colonial. Não que haja então um sentimento religioso mais agudo, mais profundo e elevadamente sentido. Ou se houve, não é isso que mais importa aqui. De muito maiores consequências é o fato da onipresença de um conjunto de crenças e práticas que o indivíduo já encontra dominantes ao nascer, e que o acompanharão até o fim, mantendo-o dentro do raio de uma ação constante e poderosa. Ele participará dos atos da religião, das cerimônias do culto, com a mesma naturalidade e convicção que de quaisquer outros acontecimentos banais e diuturnos de sua existência terrena; e contra eles não pensaria um momento em reagir. Será batizado, confessará e comungará nas épocas próprias, casar-se-á perante um sacer-

dote, praticará os demais sacramentos e freqüentará festas e cerimônias religiosas com o mesmo espírito com que intervém nos fatos que chamaríamos hoje, em oposição, da sua vida civil. Uma coisa necessária e fatal, como vestir-se, comer a certas horas, seguir um regime de vida geral para todo o mundo. O cidadão da colônia atravessará seus anos de existência sem que lhe aflore à mente um instante sequer a mais leve suspeita de que tais atos poderiam ser dispensados. Haverá incrédulos e céticos — e a época no momento que nos ocupa era propícia à sua multiplicação — mas a incredulidade deles ficará restrita a seus pequenos, fechados e insulados círculos de maçons e livres-pensadores que escondem cuidadosamente sua descrença; mais que criminosos, eles apareceriam aos olhos do mundo que os cerca como loucos temíveis. A religião não era ainda admitida, ela “era” simplesmente.

Decorre daí que as necessidades espirituais se colocam no mesmo plano que as exigências da vida civil. A participação nas atividades religiosas não é menos importante que nas daquela última. *Poder* freqüentar os sacramentos, o culto, as cerimônias da Igreja, constitui urgência que nada fica a dever ao que se pede noutro setor: a justiça, a segurança, ou as demais providências da administração pública. O Estado não se podia furtar a ela. E nem jamais cogitou disto. Pelo contrário, disputou sempre à Igreja de Roma o direito de ministrar ele próprio, a seus súditos, o alimento espiritual que reclamavam. Nunca lhe escapou a importância política disto¹.

Mas não é só inconcebível e inconcebida uma existência à margem da religião e da Igreja: ela é impraticável mesmo para o incrédulo convicto e relutante. Atos de que ninguém se podia passar, mesmo pondo de parte qualquer sentimento religioso, só se praticavam por intermédio da Igreja: a constatação do nascimento se fazia pelo batismo, o casamento só se realizava perante autoridade clerical. Além disto, o poder eclesiástico tinha jurisdição privativa em muitos assuntos de fundamental importância, como nas questões relacionadas com o casamento: divórcio (ou se preferirem, o “repúdio”), separação de corpos, anulação. Tam-

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*, p. 328-40.

¹ A irreligiosidade é um fato moderno. Na secular disputa entre o Estado e a Igreja não se trata em absoluto de excluir a religião, como se fez modernamente; mas sim afastar a interferência da Igreja de Roma em assuntos de transcendente importância política então, e de que o Estado já não se preocupa mais; provimento dos ministros da religião, questões de doutrina religiosa, etc.

bém nos assuntos que envolvessem matéria de pecado². Eram as estipulações do Concílio de Trento, que Portugal foi a única das nações cristãs a aprovar sem restrições; e que se mantiveram em vigor no Brasil, em seus traços essenciais, até a República³.

Se juridicamente, perante o direito positivo, era esta a posição da Igreja, não era ela de menor relevo na rotina de todos os dias. Aceitava-a o senso comum, e universalmente, como uma autoridade; ela e seus ministros. Não só se participava inteiramente da sua atividade e do seu culto externo, mas para ela se sujeitavam os indivíduos mesmo em assuntos de sua vida privada e íntima. Não é o caso de abordar aqui a secular controvérsia sobre as atribuições respectivas da Igreja e do Estado, o "papa e o rei", como se dizia, e que só muito recentemente perdeu seu sentido e sua razão de ser. Mas, *de fato*, e particularmente na sociedade colonial que ora nos interessa, a intervenção da Igreja e de seus ministros é considerável. Não só pelo respeito e deferência que merecem, o que lhes outorga uma ascendência geral e marcada em qualquer matéria; mas ainda pelo direito reconhecido de se imiscuírem em muitos assuntos específicos e particulares. Assim na vida doméstica dos casais, zelando pela sua boa conduta, pela sua existência em comum; podendo e devendo mesmo chamá-los eventualmente à ordem e dar parte dos renitentes às autoridades religiosas superiores; também na educação dos filhos, em que lhes compete de pleno direito intervir e fiscalizar a ação dos pais. De um modo geral, consideram-se os religiosos como zeladores dos bons costumes; e contam para isto com sanções que vão desde as repreensões, expondo os faltosos à reprovação pública, até às penalidades mais específicas, inclusive a maior delas, a excomunhão, que exclui o indivíduo do grêmio da Igreja. Isto fará sorrir os céticos de hoje, mas não assim os seus antepassados de um século apenas. O anátema religioso isolava o atingido por ele num círculo distante de repulsa geral; fazia dele um banido da sociedade de seus semelhantes. Mesmo que o seu íntimo não fosse afetado, sofria cruel-

² Assim nos *contratos jurados*, pois o perjúrio constituía pecado. É por isso que as *Ordenações proibiam* os contratos com juramento, pois isto seria transferir para a jurisdição eclesiástica a competência para conhecer de seu não cumprimento (*Ordenações*, livro 4, título 73). Competia ainda às autoridades eclesiásticas a abertura dos testamentos, por causa dos eventuais legados em favor da Igreja. Sobre jurisdição eclesiástica em geral na colônia, veja-se ALMEIDA, Lacerda de. *A Igreja e o Estado*.

³ As disposições do Concílio foram confirmadas no Brasil independente pelo decreto de 3 de novembro de 1827.

mente a sanção da opinião pública que os sacerdotes facilmente manejavam e alarmavam. E isto sem contar que ficava, nos casos extremos, excluído da participação de atos indispensáveis à sua vida normal⁴.

Ainda há muitos setores em que a atividade administrativa da Igreja teve não só a participação notável, mas ainda, em muitos casos importantes, exclusiva. Assim em tudo que hoje chamaríamos de assistência social ao pauperismo e indigência; à velhice e infância desamparadas; aos enfermos, etc. O mesmo podemos dizer do ensino. Também da catequese e civilização dos índios, em que, apesar de excluída do terreno temporal pela legislação pombalina, continuava a ação da Igreja, através de suas missões regulares, e mesmo em alguns casos seculares. E ainda, finalmente, não devemos esquecer o papel que representa no setor das diversões públicas, sabido como é que a maior parte das festividades e divertimentos populares se realizava sob seus auspícios ou direção⁵.

A Igreja forma assim uma esfera de grande importância da administração pública. Emparelha-se à administração civil e é mesmo muito difícil, se não impossível distinguir na prática uma da outra em muitos correntes casos. Daí os atritos, que são freqüentes, entre autoridades civis e eclesiásticas⁶. Porém mais comum e normal é a colaboração; colaboração tão íntima e indispensável ao funcionamento regular da administração em geral que nada há que lembre o que se passa na atua-

⁴ Sobre as atribuições eclesiásticas, além do que se conhece da teoria do direito canônico, é interessante consultar as provisões de cargos eclesiásticos que encerram em regra muitas delas, e naturalmente as mais interessantes para o historiador por serem as mais atuais e importantes no período em questão. Encontram-se algumas provisões nos documentos já publicados da colônia, como por exemplo no *Registro da Câmara de São Paulo*; entre outras, veja-se para amostra, *Registro*, XII, 361. É pena que os arquivos eclesiásticos ainda não estejam, na sua maior parte, ao alcance do grande público. Eles deitariam grande luz sobre a vida íntima da sociedade colonial.

⁵ Notemos que em todos estes setores cabe ainda hoje em dia à Igreja um papel considerável entre nós. Mas entre o presente e o passado há uma diferença a tal respeito essencial, porque hoje ela age como entidade privada, e não se distingue, senão quantitativamente, de outras com objetivos iguais; enquanto na colônia, ela constitui autoridade pública.

⁶ Veja-se, entre outros, um caso de conflito de competência ocorrido em São Paulo nos últimos anos do século XVIII, e que é particularmente interessante porque o encerra o governador com um longo ofício dirigido ao bispo em que discute e procura discriminar cuidadosamente as esferas respectivas, eclesiástica e civil (*Registro*, XII, 473).

lidade. É um anacronismo berrante projetar relações de hoje da Igreja com a administração civil, naquele passado, procurando analisá-las com critérios semelhantes. Mais que simples relações, o que havia era uma verdadeira comunhão, uma identidade de propósitos animados pelo mesmo espírito.

Não entrarei nos pormenores da organização eclesiástica da colônia, tanto do clero secular como do regular, não nos esquecendo também das *ordens terceiras* e outras irmandades leigas que sempre tiveram no Brasil papel saliente nas atividades religiosas. Nada há de particular, neste terreno, que diga respeito à Igreja da colônia. Aqui como alhures, no passado como no presente, a organização clerical é em substância a mesma. Lembremos unicamente o *padroado*, concedido ao rei de Portugal e nas suas possessões ultramarinas, o que lhe permitia larga ingerência nos negócios eclesiásticos, inclusive e sobretudo a criação e provimento dos bispados; ereção de igrejas e delimitação de jurisdições territoriais; autorização para estabelecimento de ordens religiosas, conventos ou mosteiros. Cabia ainda ao monarca, por concessão à Ordem de Cristo, a percepção dos dízimos, que é um tributo eclesiástico destinado originalmente à manutenção do clero. Em compensação, competia à coroa prover a esta manutenção, e tal é o objetivo das *côngruas*, isto é, subvenções pecuniárias aos membros do clero⁷.

A par desta fonte de renda, tinha o clero outras. Assim os emolumentos por atos religiosos ou da jurisdição eclesiástica — ministração dos sacramentos, dispensas, custas em processos eclesiásticos, etc.; e sobretudo a *desobriga* da quaresma que se pagava por ocasião da comunhão pascal e a que estavam sujeitos todos os maiores de sete anos obrigados à comunhão. A maior parte destas imposições da Igreja ainda subsiste; mas enquanto hoje têm um caráter de donativo e contribuição graciosa, constituem então verdadeiros tributos públicos, impostos ou taxas em nossa terminologia moderna, pois ninguém se podia regular e normalmente furtar a elas.

Por efeito do *padroado*, a Igreja não gozou nunca, no Brasil, de independência e autonomia. Os negócios eclesiásticos da colônia sempre estiveram inteiramente nas mãos do rei, que deles se ocupava através do departamento de sua administração, a *Mesa de Consciência e Ordens*.

⁷ Sobre o *Padroado* da coroa, veja-se a *Alegação jurídica, etc.*, de D. José Joaquim de Azeredo Coutinho.

Mas a Igreja de Roma exerceu sobre eles uma influência indireta e decisiva através da preponderância de que gozou por muito tempo na corte portuguesa a Companhia de Jesus, que teve o reino, até a época de Pombal, enfeudado a si e ao papa. Depois da expulsão dos jesuítas (1759), desaparece aquela influência, e o clero e negócios eclesiásticos do Brasil ficam inteiramente entregues ao poder soberano da coroa. Isto mesmo depois da reação ultramontana do reinado de D. Maria, que nada modificou em essência na matéria, apesar do seu clericalismo e devoção de fanática em vésperas da insanidade mental em que terminaria seus dias. Aliás o papado, já muito enfraquecido e com as atenções ocupadas em outros setores mais importantes, não assume, relativamente ao Brasil e à sua metrópole, nenhuma atitude reivindicatória de seus direitos: abandona inteiramente nas mãos do Rei Fidelíssimo os assuntos religiosos da colônia. Bastará para nos certificarmos disto percorrer a correspondência das autoridades, tanto civis, como religiosas, relativamente a tais negócios, e se perceberá claramente a liberdade de movimentos do governo metropolitano da matéria⁸. A Igreja no Brasil se tornara em simples departamento da administração portuguesa, e o clero secular e regular, seu funcionalismo. (...)

Está aí, em suma, o esboço da organização administrativa da colônia. Uma boa parte das críticas que lhe podemos fazer já está contida nessa análise. Vimos aí a falta de organização, eficiência e presteza do seu funcionamento. Isto sem contar os processos brutais empregados, de que o recrutamento e a cobrança dos tributos são exemplos máximos e índice destacados do sistema geral em vigor. A complexidade dos órgãos, a confusão de funções e competência; a ausência de método e clareza na confecção das leis, a regulamentação esparsa, desencontrada e contraditória que a caracteriza, acrescida e complicada por uma verborragia abundante em que não faltam às vezes até dissertações literárias; o excesso de burocracia dos órgãos centrais em que se acumula um funcionalismo inútil e numeroso, de caráter mais deliberativo, enquanto os agentes efetivos, os executores, rareiam; a centralização administrativa que faz de Lisboa a cabeça pensante única em

⁸ Veja-se particularmente a longa e minuciosa informação do Vice-Rei Luís de Vasconcelos, prestada em 1783 ao secretário de Estado do governo português: *Negócios eclesiásticos*. Também a coleção *Correspondência de várias autoridades*, em que há muitas cartas de autoridades religiosas da colônia, sobre matéria de sua jurisdição, ao governo metropolitano.

negócios passados a centenas de léguas que se percorrem em lentos barcos a vela; tudo isto, que vimos acima, não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial. E com toda aquela complexidade e variedade de órgãos e funções, não há, pode-se dizer, nenhuma especialização. Todos eles abrangem sempre o conjunto dos negócios relativos a determinado setor, confundindo assuntos os mais variados e que as mesmas pessoas não podiam por natureza exercer com eficiência. O que mais se assemelharia a departamentos especializados, como as Intendências do Ouro, a dos Diamantes, as Mesas de Inspeção e alguns outros, nada são disto na realidade. Acumulam atribuições completamente distintas, ocupando-se das simples providências administrativas e de política, como do fomento da produção, da direção técnica, arrecadação de tributos e solução de contendas entre partes. E é por isso que raramente se encontram neles técnicos especializados. Nas várias Intendências do Ouro, por exemplo, nunca se viu um geólogo, um mineralogista, um simples engenheiro. Eram indivíduos inteiramente leigos em ciências naturais e conhecimentos técnicos que se ocupavam com os assuntos de mineração. E isto porque deviam ser, ao mesmo tempo, e sobretudo, burocratas, juristas, juízes.

Mas não precisamos ir procurar funções especializadas para descobrir as fraquezas da administração colonial. Nas próprias atividades essenciais do Estado, ela é lamentável. Justiça cara, morosa e complicada; inacessível mesmo à grande maioria da população. Os juízes escasseavam, grande parte deles não passava de juízes leigos e incompetentes; os processos, iniciados aí, subiam para sucessivos graus de recurso: Ouvidor, Relação, Suplicação de Lisboa, às vezes até Mesa do Desembargo do Paço, arrastando-se sem solução por dezenas de anos. A segurança pública era precária. Já vimos os recursos e adaptações a que a administração teve de recorrer para suprir sua incapacidade neste terreno da ordem legal, delegando poderes que darão nestes quistos de mandonismo que se perpetuam pelo Império adentro, se não a República; e tornando tão difícil em muitos casos a ação legal e política da autoridade. Mas mesmo com esta adaptação forçada, não se conseguiu fazer predominar a ordem; a insegurança foi sempre a regra, não só nestes sertões despolicados que constituem a maior parte da colônia, mas nos próprios grandes e maiores centros, à sombra das principais autoridades. Se o banditismo e o crime permanente não assolaram a colônia excessivamente, isto se deveu muito mais à índole da população.

e não às providências de uma administração inexistente na maior parte do território da colônia⁹.

As finanças não estão em melhor postura; alguma coisa, e bastante ilustrativa, já foi dita acima com respeito à arrecadação das rendas públicas. O manejo delas não é de melhor qualidade. Nunca se viveu, em todas as capitanias, cidades e vilas de cujas finanças temos notícias, senão em regime permanente de déficit. E um déficit "desorganizado", se podemos sem pleonismo acrescentar este qualificativo para caracterizar o sistema financeiro da colônia, onde a falta de rendimentos para cobrir as despesas se resolvia sumariamente com o calote, não se pagando, nem com boas intenções, os credores que não fossem protegidos das autoridades. Nem o soldo das tropas se satisfazia regularmente, e o espetáculo de soldados mendigando pelas ruas era comum.

Se nas suas funções essenciais a administração era isto, nas outras é pior. A instrução pública estava reduzida a umas poucas aulas de primeiras letras, latim e grego, esparsas pelos principais centros, e ao parco ensino ministrado nas maiores cidades pelas ordens religiosas¹⁰. Os serviços de higiene e saúde pública se constatarem pelo estado das principais cidades, Bahia e Rio de Janeiro¹¹. Hospitais não havia senão uns raríssimos militares, como o do Rio de Janeiro, que se instalou no antigo colégio dos jesuítas¹², e as Santas Casas de Misericórdia, que embora poucas, constituem a mais bela e quase única instituição social de certo vulto da colônia. Das obras públicas, vimos já uma amostra nestes miseráveis caminhos e mais vias de comunicação. E afora isto, legou-nos a colônia pouquíssimas obras dignas de menção; algumas

⁹ Sobre a justiça e segurança na colônia, veja-se a crítica de Saint-Hilaire, que resume admiravelmente o assunto: *Voyage aux provinces de Rio de Janeiro...* I, 364 e segs.

¹⁰ Sobre o ensino da Bahia, consulte-se VILHENA. *Recopilação*. Carta VIII, que escreve com a autoridade própria de professor régio que era. Para o Rio de Janeiro, vejam-se as interessantes considerações duma representação dos professores régios em 1787, e publicada na *Correspondência de várias autoridades*, 215. Um resumo sumário, mas bem feito, da instrução colonial, é o trabalho de AZEVEDO, Moreira de. *Instrução nos tempos coloniais*.

¹¹ Para a Bahia: VILHENA. *Recopilação*; para o Rio de Janeiro, sobretudo LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Inscrevia-se no ativo da administração a introdução da vacina nos primeiros anos do século XIX.

¹² Sobre este hospital: CARVALHO, Pedro Cúrio de. *História da hospitalização militar no Brasil*.

fortalezas medíocres e o aqueduto da Carioca, no Rio de Janeiro, quase esgotam a lista ¹³.

O fomento da produção estava inteiramente entregue à boa vontade de um ou outro administrador mais esforçado, e nunca passou de pequenas e limitadas providências ¹⁴. A lista poderia ser alongada, mas inutilmente, neste mesmo diapasão: a mesma falta de esforço construtivo, a mesma ineficiência e negligência se encontrará por toda parte. Um exemplo bastaria para caracterizar a administração colonial: a mineração. Durante quase um século, a exploração do ouro e dos diamantes constituiu a maior riqueza da monarquia, a base em que assentou a prosperidade e até mesmo a existência do trono português. Pois nem assim ela mereceu mais que a consideração de um bem tributável, uma fonte de renda que se tratava de explorar ao máximo. Afora isto, nada se fez, e deixou-se toda a matéria ao abandono. A incapacidade da administração colonial, a negligência e inércia que demonstrou diante da imensa dissipação e destruição de riqueza natural que se praticava nas minas, é um atestado que dispensa quaisquer outros comentários.

Se no terreno da eficiência é este o retrato da administração colonial, não é ele mais avantajado no da moralidade. De alto a baixo da escala administrativa, com raras exceções, é a mais grosseira imoralidade e corrupção que domina desbragadamente. Poder-se-ia repetir aqui, sem nenhuma injustiça, o conceito do *Soldado Prático*: "Na Índia não há cousa sã: tudo está podre e afistulado, e muito perto de herpes..." Os mais honestos e dignos delegados da administração régia são aqueles que não embolsam sumariamente os bens públicos, ou não usam dos cargos para especulações privadas; porque de diligência e bom cumprimento dos deveres, nem se pode cogitar. Aliás o próprio sistema vigente de negociar os cargos públicos abria naturalmente portas largas à corrupção. Eles eram obtidos e vendidos como a mais vulgar mercadoria. Mas isto ainda é o de menos, porque estava nos métodos aceitos e reconhecidos. O que fazia Vieira, já século e meio antes, conjugar

¹³ Há ainda os edifícios públicos, poucos além das igrejas. O valor dessas tem sido consideravelmente exagerado. Algumas têm, não há dúvida, valor artístico; mas nenhuma a grandeza ou suntuosidade que se lhes quer emprestar. Ao lado dos monumentos religiosos das colônias hispano-americanas, México e Peru em particular, fazem medíocre figura.

¹⁴ Lembremos aqui a administração, única sob este aspecto, do Marquês do Lavradio no Rio de Janeiro. Também a de Lobo de Almada na capitania do Rio Negro.

no Brasil o verbo "rapio" (no sermão do Bom Ladrão) em todos os modos, tempos e pessoas, era esta geral e universal prática, que já passara para a essência da administração colonial, do peculato, do suborno e de todas as demais formas de corrupção administrativa. Se fosse alinhar aqui testemunhos, seria um não acabar nunca. E mesmo fazendo neles o desconto da maledicência, a administração não sairia mais reabilitada: isto porque, salvo em discursos laudatórios e de ordem pessoal (que pela sua frequência já não constituem nenhum bom sintoma), não se encontra nos depoimentos contemporâneos nenhum conceito, já não digo elogioso, mas de tolerância e justificativa para com a administração. Parta de onde partir a crítica ou observação, dos simples cidadãos nascidos na colônia ou dos reinóis, como dos mesmos delegados do poder, a opinião é invariável e igualmente severa. Acrescente-se a isto o que referem os viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do século passado, quase todos eles da maior consciência e honestidade e sem motivo especial algum para não dizerem a verdade, e ter-se-á uma coleção de dados tais que, a não ser que se conteste a própria hipótese fundamental de toda pesquisa histórica e que é a "possibilidade de reconstruir o passado", levam com segurança absoluta ao que ficou dito acima.

Tem uma larga responsabilidade em tudo isto, afora o vício que é geral na administração portuguesa desde o tempo longínquo das Índias, o espírito particular que anima o governo metropolitano no gerir a sua colônia. Se se justifica o conceito do autor anônimo do *Roteiro do Maranhão* que "as colônias são estabelecidas em utilidade da metrópole" ou daquele outro contemporâneo para quem "seu efeito primário e comum é certamente o de enriquecer a metrópole e aumentar-lhe o poder" ¹⁵ — confissões em que há ao menos franqueza em matéria onde a hipocrisia tem hoje assento incontestado —, Portugal no entanto sempre interpretou mesquinhamente este objetivo primordial e latente em todas as colonizações de caráter oficial. Suas vistas raramente foram além dos proveitos imediatos que sob a forma de tributos podia auferir da colônia. Um governador do Rio Grande do Sul, aliás um dos mais notáveis, Silva Gama, resumia em 1805 este pensamento numa confissão crua e nua:

"Nada me interessa com mais fervor, escrevia ele ao governo do reino, do que a fiscalização da Real Fazenda. Diminuir as suas despesas

¹⁵ *Roteiro*, 102; e RODRIGUES BARATA. *Memória da capitania de Goiás*, 337.

o quanto é possível, fazer arrecadar ansiosamente tudo que possa pertencer-lhe sem dano dos vassallos, e esquadrihar novos recursos para aumentá-la, são os objetivos do meu maior desvelo" ¹⁶.

Um objetivo fiscal, nada mais que isto, é o que anima a metrópole na colonização do Brasil. Raros são os atos da administração ou os administradores que fazem exceção à regra. Pombal, cujo governo é o único talvez, depois do período heróico da história portuguesa, que teve vistas largas, Pombal mesmo não conseguiu desvencilhar-se inteiramente do que estava no fundo da consciência nacional, ou antes da política da monarquia. O ouro e os diamantes, então, fizeram perder o resto da cabeça e bom-senso que sobravam à metrópole. Com uma ânsia sem paralelo, ela se atira sobre o metal e as pedras como um cão esfaimado sobre o osso que aflora na terra cavada. Só que não tinha sido ela quem o escavara. . . Durante um século quase, não haverá outra preocupação séria e de consequência que a cobrança dos direitos régios, o quinto; a história administrativa do Brasil se contará em função dela.

Assente numa tal base, a administração colonial não podia ser outra coisa que foi. Negligencia-se tudo que não seja percepção de tributos; e a ganância da coroa, tão crua e cinicamente afirmada, a mercantilização brutal dos objetivos da colonização, contaminará todo mundo. Será o arrojo então geral para o lucro, para as migalhas que sobravam do banquete real. O construtivo da administração é relegado para um segundo plano obscuro em que só idealistas deslocados debateram em vão.

Tudo isto se refere, em particular, à administração civil. A eclesiástica, nada ou quase nada lhe fica a dever. Admitamos contudo, de início, uma restrição que é de justiça salientar. Se não muito pouco ao nível moral, pelo menos no da capacidade, o clero da colônia é nitidamente superior ao funcionalismo civil, como aliás a qualquer outra categoria particular da população colonial. Não seria por simples coincidência que boa parte dos indivíduos de formação intelectual acima do comum extremamente baixo com que tomam contato os viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do século passado, seja de eclesiásticos. Em Goiás, Saint-Hilaire chega a afirmar que as únicas pessoas com "alguns conhecimentos" são os padres ¹⁷. Também não

¹⁶ Documentos relativos à história da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. 285.

¹⁷ Voyage aux sources. I. 347.

será tida como fruto do acaso a circunstância da tamanha proporção de membros do clero aparecerem entre aqueles que se destacaram nas letras e ciências da colônia; e de terem saído dele os expoentes de seus principais ramos ¹⁸. Aliás já referi no capítulo anterior a razão por que o clero se tornou a carreira intelectual por excelência na colônia; é a única que abre as portas a todos sem distinção de categoria. Refugiar-se-ão nele todos ou quase todos a quem a inteligência faz cócegas.

Mas noutro terreno, no seu teor moral médio, a massa do clero não se destaca muito acima de seus colegas da administração leiga. A mercantilização das funções sacerdotais tornara-se pela época em que nos achamos um fato consumado. Citei já a observação de uma autoridade eclesiástica, que reconhece ter-se tornado a batina um simples "modo de vida", um emprego, parecendo aliás perfeitamente conformado com o fato ¹⁹. Que se podia esperar daí? A geral e persistente grita dos povos contra os tributos eclesiásticos é aliás um sintoma bem sensível do caminho que tomara o clero colonial. Baltasar da Silva Lisboa, alto funcionário da administração, expondo ao vice-rei os assuntos de suas atribuições, assim rematava as considerações que faz sobre o clero: "Eles só querem dinheiro, e não se embaraçam que tenham bom título" ²⁰. Noutro ofício do ano seguinte repete conceito semelhante ²¹. Para se ter uma idéia do que ia pelos conventos do Brasil em matéria de costumes e corrupção, leia-se a longa exposição que a respeito faz o vice-rei Luís de Vasconcelos ao secretário de Estado, e que repete resumidamente no relatório com que entrega o governo ao sucessor que o vinha substituir ²²; se se desejar um depoimento ainda mais autorizado e insuspeito, veja-se o que dizem de seus conventos respectivos os superiores dos carmelitas e dos capuchos ²³. Mas não é de um

¹⁸ José Mariano da Conceição Veloso, nas ciências naturais; José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, nas ciências econômicas; José de Souza Azevedo Pizarro e Gaspar da Madre de Deus, na historiografia; José Maurício Nunes Garcia, na música. E isto para não falar senão dos contemporâneos do momento que nos ocupa. Note-se ainda que o gênero literário único em que a colônia produziu alguma coisa de mais destaque foi a oratória sacra. A nossa poesia não pode ter a pretensão de ultrapassar o consumo interno e da erudição literária.

¹⁹ Frei Antônio da Vitória, superior dos capuchos do Rio de Janeiro, *Correspondência de várias autoridades*. 291.

²⁰ Carta de 20 de outubro de 1787. *Correspondência de várias autoridades*. 226.

²¹ Loc. cit. 228.

²² *Negócios eclesiásticos, e Ofício*. 33.

²³ *Correspondência de várias autoridades*. 168 e 285.

bispo, frei Antônio do Desterro, do Rio de Janeiro, e em correspondência oficial ao secretário de Estado, o seguinte texto tão elucidativo da compreensão que tinha o clero colonial de suas funções sacerdotais?

"Como prêmio e remuneração do trabalho", escreve ele, "que estimula fortemente a todos, principalmente neste Brasil onde se cuida mais no interesse do que na boa fama e glória do nome, me parecia mais preciso e justo que sua Majestade remunerasse enefectivamente a estes párocos (aqueles que tivessem servido com os índios) com igrejas de Minas, dando a cada um tantos anos de párocos nas ditas igrejas, *por serem pingues*, quantos tiverem servido nas freguesias dos índios." ²⁴

Poderiam ser alongados estes testemunhos, encontradiços nos documentos da época, e que se não abundam tanto como os relativos à administração leiga, não são menos precisos ou convincentes. Mas bastará para suprimi-los todos, o que Saint-Hilaire, católico e crente convicto, deplorando-o embora e procurando consolar o leitor cristão de tantos golpes vibrados à sua sensibilidade, descreve com minúcias em seu longo capítulo dedicado ao clero brasileiro ²⁵.

Nestas condições, não é de esperar do clero colonial, animado de tal espírito, grande diligência no cumprimento dos seus deveres. E de fato, é o que se verifica. Ele exercerá ativamente sua função de satisfazer às necessidades espirituais da população lá onde pode ser e é bem remunerado por ela: nas paróquias "pingues" a que se refere o bispo acima citado; nas capelas de engenhos abastados. O resto da população fica ao desamparo. Para ela, os padres rezarão no máximo as missas e ministrarão a comunhão da desobriga que constitui o melhor de seus rendimentos. O resto do tempo, ocupar-se-ão em afazeres bem distanciados de suas obrigações: muitos são fazendeiros; era eclesiástico o melhor farmacêutico de São João del-Rei, e preparava e vendia ele próprio suas drogas; um outro sacerdote vendia tecidos no balcão de sua loja... ²⁶.

²⁴ Correspondência do bispo do Rio de Janeiro (1754-1804). 42. O grifo é meu.

²⁵ *Voyage aux provinces de Rio de Janeiro*. I, cap. VIII. Apesar de suas afirmações, que constituem o mais veemente libelo, acrescenta Saint-Hilaire que neste assunto poderão acusá-lo de reticências, mas nunca de exageros. Em outras muitas passagens de seus diários, o naturalista francês abunda em observações sobre os padres e seus costumes no Brasil. Católico fervoroso, o assunto lhe despertava naturalmente a atenção. O maior e único elogio que lhes faz, em conjunto, é relativamente ao clero da comarca de Minas Novas, onde afirma *parecer-lhe haver menos simonia que no resto da capitania*. Id., II, 256.

²⁶ SAINT-HILAIRE. *Voyage aux sources*... I, 132.

E se assim cumpriam, ou deixavam de cumprir seus deveres fundamentais, que dizer dos de assistência e amparo social que a tradição, como seus estatutos e a divisão estabelecida das funções públicas lhes impunham? Algumas ordens, alguns de seus membros pelo menos, ocupavam-se ainda com a catequese dos índios e citei em capítulos anteriores alguns destes raríssimos exemplos. Em certos conventos ministravam-se educação e ensino; mas só nas maiores capitais, e para grupos reduzidos da população. Algumas irmandades leigas dedicavam-se aos enfermos, expostos e indigentes, como os sempre lembrados com justiça Irmãos da Misericórdia. Há exemplo de dedicação e trabalho, e não quero subestimá-los; mas infelizmente exceções, casos raros num oceano de necessidades não atendidas e de que ninguém se preocupava. A grande maioria do clero, secular e regular, desde os mais altos dignitários até os mais modestos coadjutores, deixava-se ficar numa indiferença completa de tais assuntos, usufruindo placidamente suas côngruas e demais rendimentos ou suprimindo a deficiência deles com atividades e negócios privados.

Que parcela de responsabilidade caberá disto, diretamente, à política metropolitana? Com a expulsão dos jesuítas, desfalcara-se a colônia do quase único elemento que promovera em larga escala uma atividade social apreciável. Mas os efeitos nocivos da medida de Pombal, neste terreno de que nos ocupamos, não devem ser exagerados. Já passara, fazia muito, o tempo dos Nóbregas e Anchietas, e a Companhia de Jesus decaíra consideravelmente. O que seria no futuro, é difícil se não impossível assentar com segurança. Mas avaliar a perda pela bitola daqueles primeiros missionários, seria anacronismo lamentável.

A ineficiência do clero no momento que nos ocupa tem causas mais profundas que esta ou aquela medida singular da política metropolitana ou da própria Igreja de Roma. Uma de caráter geral, e que atinge o conjunto da estrutura eclesiástica universal nos tempos que precedem a nossa época. Não me cabe aqui abordá-las. Outras locais, próprias da colônia. E estas se resumem na resposta a ser dada a uma questão fundamental: estava a sociedade colonial apta a produzir um clero capaz, de elevado teor moral e na altura de suas funções? Havia nela ambiente social e moral para isto, e para a manutenção e florescimento de um clero daquele naipe? As conclusões gerais sobre a sociedade colonial em princípios do século passado, e que me esforçarei por esboçar no próximo capítulo, fornecerão talvez alguns elementos para a resposta pedida.

11. VIDA SOCIAL E POLÍTICA *

(...) Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. Neste verdadeiro descalabro, ruína em que chafurdava a colônia e sua variegada população, que encontramos da vitalidade, capacidade renovadora?

Naquela tremenda desordem colonial esboçava-se uma reação. Fruto das mais variadas situações, como todas as reações que vêm das profundezas, e levada por outros tantos impulsos diversos, ela se esboçava e ia precisando os seus contornos. Um denominador comum somará e identificará todas aquelas situações: o mal-estar generalizado que de alto a baixo perpassa a sociedade colonial e lhe tira estabilidade e equilíbrio. Mal-estar econômico e social de raízes profundas, que no caso particular de cada indivíduo ou grupo se explicará por esta ou aquela circunstância especial e imediata, mas que em última análise derivará de qualquer coisa de mais fundamental e geral: o próprio sistema da colonização brasileira.

A colonização produziu seus frutos quando reuniu neste território imenso e quase deserto, em 300 anos de esforços, uma população catada

em três continentes, e com ela formou, bem ou mal, um conjunto social que se caracteriza e identifica por traços próprios e inconfundíveis; quando devassou a terra, explorou o território e nele instalou aquela população; quando finalmente remeteu por cima do oceano, para os mercados da Europa, caixas de açúcar, rolos de tabaco, fardos de algodão, barras de ouro e pedras preciosas. Até aí construiu; mas ao mesmo tempo, e a par desta construção, foi acumulado um passivo considerável. Não por "erros", seja a nossa apreciação moral ou de capacidade, mas por contingências que não poderia ter obviado, e que só com o tempo se revelariam vícios profundos e orgânicos: a incorporação apressada de raças e culturas tão diferentes entre si, o trabalho servil, a dispersão do povoamento, tantos outros elementos que caracterizam a colonização e a constituem. Tudo isto que fora em seu tempo inevitável, necessário e por isso mesmo "acertado", revelava agora bem claramente, três séculos depois do início da colonização, seu lado negativo. E é isto que vemos no momento em que abordamos aqui a nossa história: daí o aspecto de decomposição em que se apresenta então a nossos olhos o sistema colonial brasileiro.

Mas por baixo palpita uma outra vida, uma transformação que se esboça. Não é evidentemente possível, em terreno desta natureza, essencialmente dinâmico e não estático, fixar rigorosamente "momentos"; trata-se de uma situação que ainda não existe, que não tem conteúdo próprio, mas é apenas um estado latente que se revela por alguns precursores, sintomáticos mas isolados. Tais fatos vêm de longe, desde o início da colonização, se quiserem. E em rigor, poderíamos ir apanhá-los em qualquer altura de nossa evolução histórica. Divertimento a que se têm dedicado muitos historiadores. Mas limitando nossa atenção àquele período que cavalga os dois séculos que precedem imediatamente o atual, e que aliás escolhi por isso mesmo, vamos encontrá-los mais salientes, mais claros e precisos. A decomposição do sistema colonial está então mais adiantada, os germes de autodestruição que contém, desde o início embora, se definem então com mais nitidez. E ao mesmo tempo, as forças renovadoras que laboram em seu seio, e que são aqueles mesmos germes vistos de um outro ângulo, começam a apontar com mais frequência e já podem ser apanhados mais facilmente.

Elas então já indicam uma situação de conjunto nova, diferente e contrária ao sistema colonial ainda dominante; e que, embora ainda não exista, começa a se desenhar. É muito difícil, se não impossível, caracterizá-la nesta fase anterior à sua eclosão; ela não passa de reação

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*, p. 356-70.

informe, incoerente e desconexa que se revela apenas por sintomas, circunstâncias exteriores diversas, às vezes até contraditórias entre si. O historiador, ao ocupar-se dela, enfrenta o risco de tratar o assunto anacronicamente, isto é, conhecedor que é da fase posterior, em que ocorre seu desenlace, em que ela se define, projetar esta fase no passado. O que não raro tem sido feito. Como o processo que ora nos ocupa vai dar na separação da colônia de sua metrópole, na Independência, são as manifestações neste sentido que se procuram. Simplismo lamentável, que não somente restringe consideravelmente o objeto da pesquisa, como a desvia de seu verdadeiro sentido. O final da cena, ou antes, o primeiro grande acontecimento de conjunto que vamos presenciar será, não há dúvida, a independência política da colônia. Mas este final não existe ainda antes dela, nem está "imane" no passado; ele será apenas a resultante de um concurso ocasional de forças que estão longe, todas elas, de tenderem, cada qual só por si, para aquele fim. Algumas, possivelmente; todas certamente não. Mas como concorrem sem exceção, e têm cada qual seu papel, nenhuma pode ser desprezada. Além disto, e sobretudo, são elas e não o seu desenlace que nos devem inicialmente ocupar.

É esta a única atitude legítima de uma pesquisa objetiva, e que está muito longe do que freqüentemente se faz, e que consiste, depois de conhecida a evolução de uma situação histórica, admiti-la *a priori* como contida e imane nela desde seus primeiros passos. Partir da presunção, no caso vertente, que o fim fatal e necessário de uma colônia é tornar-se politicamente independente da metrópole, e que isto já estava incluído em nosso destino quando Cabral avistou os primeiros paus que boiavam no mar e faziam suspeitar da proximidade de terras; e procurar, daí por diante, todos os sinais remotos de uma "independência" futura, necessária e fatal.

Está claro que a previsão da separação da metrópole, a idéia de que o Brasil seria um dia nação independente, já aparece muito antes da realização do fato, e está no pensamento de alguns indivíduos, que, ou por intuição, ou no mais das vezes por simples mimetismo e ilação de exemplos semelhantes ocorridos noutras partes, esperavam, e mesmo às vezes trabalhavam pela sua realização. E isto também precisa ser levado em consideração. Mas não esgota o assunto, e sobretudo não o explica, porque não será esta ou aquela idéia, de um ou de muitos indivíduos — aliás, no caso vertente, de poucos relativamente —, que será a "causa" da Independência. Muitas outras idéias até opostas

àquelas, e esposadas por um número incomparavelmente maior de pessoas, interpretavam as coisas de outra forma. Idéias são matéria que nunca falta: há-as sempre de todos os naipes e para todos os gostos. E se paramos nelas sem procurar diretamente os fatos que as inspiram, ficamos na impossibilidade de explicar por que, de um momento para outro, uma destas idéias e não outra qualquer, ganha impulso, se alastra, vence e acaba se realizando. As idéias por si, não fazem nada; e para o historiador não devem servir senão de sinais, expressões ou sintomas aparentes de uma realidade que vai por baixo, nos fatos concretos, e que as provoca.

Abstraiamos portanto aqui, e inicialmente, do que se passaria num futuro que por ora ignoramos, e indaguemos apenas daquelas "forças" a que me referi acima, e que são o motor de uma transformação, cujo sentido e direção não podemos ainda conhecer, mas que trabalham contra o sistema colonial. Note-se que emprego esta expressão, "sistema colonial", não no sentido restrito do regime de colônia, de subordinação política e administrativa à metrópole; mas no de conjunto de caracteres e elementos econômicos, sociais e políticos que constituem a obra aqui realizada pela colonização, e que deram no Brasil.

O fio condutor que na complexidade dos fatos com que temos de lidar nos conduzirá ao mais íntimo da sociedade colonial para nele descobrirmos a origem de tais "forças", que se manifestam exteriormente sobretudo por aquele mal-estar generalizado que assinali acima e que atinge toda a colônia, é a mesma infra-estrutura econômica descrita nos primeiros capítulos deste trabalho. Achar-nos aí, vamos repeti-lo, em presença de uma economia constituída na base da exploração, e exploração precipitada e extensiva dos recursos naturais de um território virgem, para abastecer o comércio internacional de alguns gêneros tropicais e metais preciosos de grande valor comercial. É esta, em última análise, a substância da nossa economia colonial, a própria explicação e definição da obra colonizadora que Portugal aqui realizou. Tal base, com o desenvolvimento da população, com o concurso de outros fatores vários, se torna, através do tempo, restrita e incapaz de sustentar a estrutura que sobre ela se formara. Suficiente de início, e ainda por muito tempo para prover aos fins precípuos da colonização — a ocupação do território, o aproveitamento dele com um relativo equilíbrio econômico e social; para promover, enfim, o progresso das forças produtivas —, aquela base acabou por se tornar insuficiente para manter

a estrutura social que sobre ela se constituíra e desenvolvera; e a isto se chegou sem que fosse preciso a intervenção de fatores estranhos, mas pelo simples desdobramento natural do processo da colonização.

Tal insuficiência se verifica pelos resultados a que levara aquele desdobramento, e que, acumulados, tornavam iminente, na fase que nos ocupa, uma desagregação completa, se não a paralisação da vida do país. O mais saliente dele, o mais sensível, é o estado a que se reduzira o acervo material do território, com que se contara até então para manter aquela vida. Tinham-se já quase esterilizado as fontes mais acessíveis de riqueza: terras esgotadas por processos bárbaros de cultura ou por devastações impensadas, depósitos minerais exauridos... Note-se que não vai aqui recriminação alguma aos métodos de exploração empregados, e que eram, dadas as circunstâncias, os únicos possíveis. Eles são fruto do sistema geral que se adotou na colonização do território brasileiro, fazem parte integrante dele; e tal sistema não poderia ter sido evitado e substituído por outro na fase preliminar da colonização.

Há ainda outro resultado fundamental que se precisa destacar, e a que levara o processo de colonização. Correlato aliás, e intimamente ligado àquele primeiro, e sempre ao mesmo sistema colonial. É a proporção considerável de populações que com o tempo vão ficando à margem da atividade produtiva normal da colonização. O círculo desta atividade se encerra quase exclusivamente com os dois termos fundamentais da organização econômica e social da colônia: senhores e escravos; os primeiros, promotores e dirigentes da colonização; os outros, seus agentes. Enquanto houve apenas senhores e escravos, e é o que se dá no início da colonização, tudo ia bem. Todos os povoadores do território brasileiro tinham seu lugar próprio na estrutura social da colônia, e podiam normalmente desenvolver suas atividades. Mas formaram-se aos poucos outras categorias, que não eram de escravos nem podiam ser de senhores. Para elas não havia lugar no sistema produtivo da colônia. Apesar disto, seus contingentes foram crescendo, crescimento que também era fatal, e resultava do mesmo sistema da colonização. Acabaram constituindo uma parte considerável da população e tendendo sempre para o aumento. O desequilíbrio era fatal.

A tais feições mais salientes e fundamentais do processo evolutivo da colonização, agregam-se outras derivadas delas ou com elas intimamente relacionadas. Dispensamo-nos de enumerá-las aqui, porque isto seria recapitular toda a matéria deste livro; nela se encontram, embora vistas

de um ângulo estático, em vez do dinâmico que ora nos interessa. O que em suma se verifica, é que o sistema de colonização adotado no Brasil, o nosso "sistema colonial", depois de ter produzido durante três séculos frutos apreciáveis que contrabalançavam o negativo da sua feição, tocara o extremo de sua evolução, pelo menos em alguns e principais de seus aspectos; e a curva que desenhara na história começava a infletir decididamente para baixo, para sua consumação. Esgotara suas possibilidades, e seria necessariamente substituído por outro.

O fato aliás se tornara tão sensível e patente que não houve entre os contemporâneos esclarecidos e que nos legaram seus pensamentos, quem não o enxergasse. Lá pelos fins do século XVIII começam a aparecer e se multiplicar os "reformadores" e seus projetos. No curso deste trabalho tenho recorrido a muitos deles, não pelos planos que apresentam, o que não tem hoje interesse prático, mas pela lucidez com que muitos enxergavam a situação, fornecendo-nos por isso dados precisos para a reconstrução de um passado que era para eles um "presente" tão bem compreendido. Uns, a maioria, pregava uma espécie de cristalização das condições vigentes, uma perpetuação, em ambiente de estufa, do sistema colonial tal como tinha sido e ainda era praticado. Os males, que enxergavam muito bem, não os atribuíam ao sistema propriamente, mas ao modo pelo qual se praticava, e sobretudo aos desvios que nele se tinham introduzido. Em suma, o que propõem é o restabelecimento dele em sua pureza original. O exemplo mais típico deste modo de pensar é o do autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*, que utilizei largamente nos capítulos anteriores, e que foi sem dúvida um espírito brilhante, de larga cultura, e profundo conhecedor da colônia.

Outros, de feitio menos conservador, enxergavam mais longe, já falam em reformas substanciais. O nosso tão conhecido e lembrado Luís dos Santos Vilhena, professor régio na cidade do Salvador, e autor da *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, os representa¹.

O governo metropolitano não fica à margem destas cogitações. O final do século XVIII e primeiros anos do seguinte se caracterizam por inúmeras medidas legais e providências que revelam muito bem a compreensão em que se estava da necessidade de reformas; ou pelo me-

¹ Veja-se sobretudo, para o que nos interessa aqui, a 24.^a e última de suas cartas.

nos, de que alguma coisa tinha de ser feita. Na realidade, contudo, nada se fez de verdadeiramente eficaz². As medidas mais bem intencionadas, e aparentemente revolucionárias do sistema colonial, como por exemplo a liberdade para o estabelecimento de manufaturas de ferro em 1795, ou a reforma do regime da mineração em 1803, bem como outras semelhantes, se frustraram na prática, e isto porque, sobretudo, não se tocou nos elementos substanciais do sistema.

Por que esta incapacidade, que não se explica unicamente pelos vícios da administração portuguesa e a profunda decadência da dinastia reinante, de realizar reformas efetivas? Precisáramos aqui, para esclarecer bem a questão, remontar muito longe, e perscrutar intimamente a própria história portuguesa. Não temos espaço para isto, que foge ao assunto que diretamente nos interessa. Mas não podemos passar-lhe inteiramente ao largo, porque muitas circunstâncias da matéria que nos ocupa não se compreenderiam sem ele. Assinalemos portanto, sumariamente, o que de modo mais direto se liga ao nosso assunto, e que explica muita coisa dos fatos que se seguem.

Trata-se da atitude geral do governo português com relação à sua colônia americana. A monarquia portuguesa se tornara desde o século XV, de um pequeno e insignificante reino continental europeu, em grande império marítimo e colonial; é na base deste império que a seu tempo se alargara por vastas áreas de três continentes, e se reduzira na fase que ora nos ocupa praticamente só ao Brasil, que se reorganiza sua estrutura e sua vida, em que a parte continental, o reino propriamente, forma o ápice e centro controlador. Mas isto em condições especialíssimas, que distinguem o império português dos outros com que ombreia no Universo, do britânico em particular. A monarquia absoluta portuguesa tem por figura central e convergente de toda vida dela, o rei; e com ele a corte, esta chusma de palacianos que cercam o trono e constituem, quase todos, uma nobreza togada que ocupa os empregos,

² Destaquemos aqui o nome de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares, que em 1796 assume a Secretaria do Ultramar, e cuja longa administração, que só veio terminar no Brasil para onde acompanhou o regente em 1808, é assinalada por uma constante e inteligente preocupação relativamente aos negócios do Brasil. A presença do seu irmão D. Francisco no Pará, que governou até 1803, mostra os laços que ligavam o ministro à colônia, semelhantes nisto aos do Marquês de Pombal, que também teve um irmão no governo da mesma capitania: o autor do *Diretório dos Índios*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

comissões e outras funções mais ou menos ligadas à estrutura administrativa da monarquia³.

A política portuguesa é determinada por tal circunstância. Os usufrutuários são o rei e sua corte que ele mesmo constitui e com quem reparte os seus proventos; não a *nação portuguesa*, que só indiretamente se beneficiava das possessões imensas da monarquia. Assim foi desde o início da expansão lusitana no ultramar. É aliás ao rei que Portugal deve suas conquistas: os descobrimentos lusitanos resultam de uma obra empreendida exclusivamente, desde seus primeiros passos até a última providência, por iniciativa e atos dos soberanos ou de seus delegados imediatos⁴. Foi esta aliás a base do absolutismo português, do poder imenso e incontrastável do monarca.

Por estas razões, o império lusitano não será um desdobramento natural da nação, e esta não figurará na sua base, nem será ela o núcleo convergente da monarquia. Sem entrar em mais pormenores, que estenderiam demasiado o assunto, podemos concluir relativamente ao conteúdo da política lusitana, em particular no que diz respeito ao Brasil. Ela é antes de tudo um "negócio" do rei, e todos os assuntos que se referem à administração pública são vistos deste ângulo particular. Assim os problemas políticos e administrativos que suscita a colônia americana são sempre abordados de um ponto de vista estritamente *financeiro*. Para a política portuguesa, não havia aqui uma sociedade ou uma economia de que se ocupar, fosse embora em função dos interesses portugueses, mas tão-sómente "finanças" a cuidar. Lendo-se a maior e mais importante parte da correspondência oficial e da legislação relativa ao Brasil, percebe-se isto imediatamente. Aliás nunca se procurou escondê-lo, e o Real Erário é o personagem que representa em nossa história colonial, e sem nenhum disfarce, o maior papel.

³ A influência territorial é em Portugal mínima, e acessória da outra, a burocrática. As proporções do reino, em relação a seu vasto império, explicam o fato suficientemente.

⁴ Só há uma exceção de vulto a esta regra: é o *sistema das donatárias*, adotado nas ilhas e repetido no Brasil, em que se procurou substituir a iniciativa privada à do rei. O fracasso no Brasil foi completo, como se sabe, ou então serviu apenas, num ou noutro ponto, para um tímido ensaio. E logo depois deste modesto início, a intervenção dos donatários praticamente desaparece e só subsiste nos proveitos que auferiam de suas capitanias, sem contribuírem em nada para a obra da colonização, que será toda de iniciativa real. Depois dos primeiros tempos da colônia os donatários somente serão lembrados pela história do Brasil quando se trata de fazer reverter seus direitos à coroa, o que se consuma no século XVIII.

Será esta a razão fundamental da incapacidade da política portuguesa em realizar reformas substanciais que atingissem o seu "sistema colonial". Porque este sistema não podia ser outra coisa para ela senão o que era: um simples sector, embora o essencial, daquela grande empresa comercial que é a monarquia portuguesa, com o seu rei no balcão. Esta organização que começa com o tráfico de escravos, marfim e ouro na costa da África, continua com o da pimenta e das especiarias na Índia, e se encerra com o do açúcar, ouro, diamantes e algodão no Brasil; que permitiria ao reino ocupar dois continentes e povoar um terceiro, tornara-se obsoleta. Já não funcionava normalmente, e os sacrifícios que se faziam para mantê-la apesar de tudo, recaíam inteiramente no último retalho que ainda lhe sobrava: a colônia americana. Como reformá-la portanto, se isto destruiria a última base da organização? Só com a substituição desta por outra qualquer. Mas isto não ocorreria, e não podia ocorrer aos dirigentes de Portugal, porque seria a sua autodestruição. Não ocorreria, pouco mais tarde, nem àqueles que derrubariam o poder absoluto do rei, procurando, aliás inutilmente, substituir-se a ele.

Verifica-se assim que o sistema colonial não é uma criação arbitrária, reformável a seu talante. Suas raízes vão longe e mergulham no mais profundo da monarquia portuguesa de que a colônia faz parte. A sorte de uma estava ligada à outra. Como pois reformá-la senão pela separação da colônia? Mas esta separação, se se tornava assim a primeira providência para a reforma que se impunha — pelo menos hoje podemos afirmá-lo, porque estamos na posição cômoda de quem vê tudo que se passou, antes e depois; mas naquele tempo, e para os contemporâneos, a coisa não era tão simples e clara —, nem por isso a "idéia" daquela separação surgiu assim espontaneamente, lampejo *ex-nihilo* de um cérebro privilegiado e angustiado por um problema que pedia solução; e que, partindo daí, se propagou como uma epidemia ou o incêndio de uma floresta, até reunir um número suficiente de adeptos decididos e suficientemente valorosos para se transformar, num passe de mágica, em ação. Os fatos históricos são infelizmente mais complexos que este gênero fácil e suave de explicação, tipo "conto da carochinha", em que se deleitam muitos historiadores.

Houve, é certo, já o notei, quem visse prematuramente a separação da colônia. Ocupemo-nos com estes profetas, para liquidar o assunto, de importância aqui aliás secundária, e colocá-lo em seus devidos ter-

mos. É depois da independência das colônias inglesas da América do Norte (1776), e claramente por inspiração dela, que se começa a cogitar nas rodas brasileiras do exterior em imitar-lhes o exemplo. Um estudante brasileiro de Montpellier (França), onde era grande a colônia⁵, Joaquim José da Maia, escreve sobre o assunto a Jefferson, então embaixador da União Americana em Paris, pedindo o auxílio do seu país para a Independência do Brasil; chega mesmo a entrevistar-se com ele. Mas a coisa não teve maior andamento. Outros dois estudantes, José Álvares Maciel e Domingos Vidal de Barbosa, este último também de Montpellier, levaram suas conversas e discussões mais longe, pois de volta ao Brasil participam da Inconfidência Mineira, tendo sido o primeiro, com toda probabilidade, quem forneceu a Tiradentes o material ideológico de que o ardente alferes se utilizaria para colorir e enfeitar a conspiração e a projetada revolta. Nesta, bem como na chamada Inconfidência da Bahia (1798), talvez menos na última, e possivelmente também naqueles conluíus do Rio de Janeiro em 1794, de que resultou a prisão, entre outros, de Mariano José Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá e único moralista que as letras tiveram até hoje, a idéia da separação teve, como se sabe, bastante relevo. Falou-se aí claramente do estabelecimento no Brasil de um regime político independente da metrópole. Mas este pensamento nunca saiu de pequenas rodas e conciliábulos secretos. Nem mesmo entre os espíritos mais esclarecidos da colônia tratava-se de uma idéia generalizada. Pelo contrário, muito poucos, excepcionais mesmo eram aqueles que, mesmo admitindo a necessidade de reformas, e batendo-se por elas, levavam sua opinião a extremos revolucionários. Até às vésperas da Independência, e entre aqueles mesmos que seriam seus principais fautores, nada havia que indicasse um pensamento separatista claro e definido. O próprio José Bonifácio, que seria o Patriarca da Independência, o foi apesar dele mesmo, pois sua idéia sempre fora unicamente a de uma monarquia dual, uma espécie de federação luso-brasileira⁶.

⁵ As primeiras gerações de médicos do nosso país, formados no último quartel do século XVIII, vêm sobretudo desta Universidade, então a primeira da Europa na matéria.

⁶ Observou Martius que na Bahia, onde esteve em 1819, a gente mais fina e de boa educação era toda apegada a Portugal e à conservação de suas leis e praxes. Era a "ralé" que hostilizava os portugueses: *Viagem*, II, 291. Aliás os portugueses *individualmente*, muito mais que o *regime*, noção abstrata que a maioria ainda não alcançava.

Assim, a explicação de que é a "idéia" da Independência que constitui a força propulsora da renovação que se operava no seio da colônia parece pelo menos arriscada. Mais coerente com os acontecimentos é que as várias idéias da separação da federação, da liquidação do português vendeiro ou taberneiro (esta última, sobretudo, andava na boca de todo mundo), bem como outras que também se agitavam, embora fossem menos salientes: a libertação dos escravos, a supressão das barreiras de cor e de classe; que estas várias idéias não fossem mais que reflexos, no pensamento dos indivíduos de situações objetivas, exteriores a qualquer cérebro; que estão nos fatos, nas relações e oposições dos indivíduos entre si: o senhor de engenho ou fazendeiro devedor que é perseguido pelo comerciante português credor; o pé-descalço que o vendeiro português não quer como caixeiro; o mulato que o branco exclui da maior parte das funções, que despreza e humilha; o lavrador "obrigado" que se sente espoliado pelo senhor de engenho que lhe mói a cana; o escravo que se quer libertar... Oposições todas que com igual justeza podem ser vistas pelo lado inverso: o comerciante que emprestou seu dinheiro e não faz senão cobrar o devido; o vendeiro que prefere seus patrícios mais diligentes e afins com seu temperamento; o branco que se formou na convicção, inculcada desde o nascimento e oficialmente reconhecida, da superioridade de sua raça; o senhor de escravos que precisa de mão-de-obra e não faz mais que se conformar com o que está nas leis, nos costumes, na moral, em toda ordem estabelecida e reconhecida. Todos estão com a razão, e cada qual forjará ou adaptará — é este naturalmente o caso mais freqüente — alguma "idéia" para seu uso próprio e que justifique sua posição e suas pretensões.

Se desço ao que poderá parecer minúcias, é que são elas que mais importam. Cada uma daquelas situações que aparecem à tona dos acontecimentos, que podemos apalpar e acompanhar, ligam-se a contradições gerais que vêm do âmago do sistema colonial, que resultam daquilo que chamei os "vícios" do sistema, e que o processo da colonização foi pondo, um a um, em evidência. Em todos os casos citados, como em outros quaisquer da mesma natureza, os indivíduos em jogo não são senão criaturas daquele sistema, e sofrem-lhe as contingências: o proprietário endividado que não pode pagar, o comerciante credor que não recebe seu crédito, o pé-descalço que não encontra trabalho e meios de subsistência, e assim por diante. Tudo isto provém, direta ou indiretamente, daquele sistema colonial, e são todos estes pequenos conflitos, somados uns aos outros, que porão a sociedade colonial em ebulição, preparando o terreno para sua transformação. O sentido desta

será no de solucionar tais conflitos, pondo termo às contradições profundas do sistema donde provêm; harmonizando-as com elementos novos que vão surgir no próprio processo das oposições em jogo, e tirando a estas a razão de ser. Tais elementos novos constituirão a transformação esperada⁷.

É assim nas contradições profundas do sistema colonial, donde brotam aqueles conflitos que agitam a sociedade, e donde brotará também a síntese delas que porá termo a tais conflitos, fazendo surgir um novo sistema em substituição ao anterior, é aí que encontraremos as forças motoras que renovarão os quadros econômicos e sociais da colônia. Vejamos, pois, tais contradições. A primeira, porque é a que representa maior papel e atinge as classes influentes e dominantes na ordem colonial, tem por conteúdo a cisão que se verifica entre proprietários — senhores de engenho, lavradores, fazendeiros —, de um lado, comerciantes do outro. Já me tenho referido ao assunto, procurando caracterizar a posição relativa destas classes, separadas por interesses antagônicos que têm sua origem, sobretudo, na situação respectiva de devedor e credor. O que aguça o conflito é a insolvabilidade crônica dos débitos comerciais na colônia, resultante da crise mais ou menos intensa em que se debate a produção brasileira, em particular a do açúcar, no correr do século XVIII, e que, em última análise, provém das condições de uma economia débil, mal estruturada e conduzida, e visceralmente ligada a um mercado exterior precário e incerto⁸. Aguça-o também a diferença profunda de vida e psicologia que separa as classes referidas e os indivíduos que respectivamente as compõem, fruto também de condições inerentes ao sistema colonial: de um lado brasileiros proprietários que se consideram a "nobreza" da terra, educados num regime de vida larga e de grandes gastos, desprezando o trabalho e a economia; doutro o "mascate", o imigrante enriquecido, formado numa rude escola de trabalho e parcimônia, e que vem fazer sombra com

⁷ Como esta "harmonização" em todos os casos que temos em vista é posterior ao período que ora nos ocupa, não cabe aqui o seguimento do processo que ficará para a segunda parte deste trabalho. Mas da análise que segue das contradições fundamentais que solapam o sistema colonial, se perceberá o rumo para o qual tendem.

⁸ Não me deterei no assunto que pertence antes à história econômica em particular; para mais apreciações sobre a situação comercial e financeira da produção brasileira no momento que ora nos ocupa e na fase que o precede, remeto o leitor, entre outros, para o trabalho contemporâneo já diversas vezes citado: *Descrição econômica...*

seu dinheiro ao prestígio e posição social daqueles⁹. A oposição ao negociante português — mascate, marinho, pé-de-chumbo, o epíteto com que o tratam varia — se generaliza, como referi noutro capítulo, porque este, empolgando o comércio da colônia, o grosso como o de retalho, exclui dele o brasileiro, que vê cercearem-se-lhe os meios de subsistência; o conflito assim se aprofunda e estende.

Outra contradição do sistema colonial é de natureza étnica, resultado da posição deprimente do escravo preto, e em menor proporção, do indígena, o que dá no preconceito contra todo indivíduo de cor escura. É a grande maioria da população que é aí atingida, e que se ergue contra um sistema que além do efeito moral, resulta para ela na exclusão de tudo quanto de melhor oferece a existência na colônia. O papel político desta oposição de raças, ainda pouco avaliado, é no entanto considerável. Afora o que se percebe da luta surda e revolta latente das raças oprimidas, e que os depoimentos contemporâneos, apesar de muito reticentes no assunto, não podiam esconder — como por exemplo a observação de Vilhena sobre o “atrevimento” dos mulatos¹⁰ —, ocorrem sintomas mais graves e prenúncios de choque em perspectiva. A devassa procedida por ocasião da Inconfidência Baiana revela-nos, através dos depoimentos prestados, bem como no texto de papéis sediciosos que se fixaram nos lugares públicos da cidade, que o nervo principal do levante projetado era a diferença de castas, a revolta contra o preconceito de cor¹¹. Aliás quase todos os conspiradores presos são pardos e mulatos da mais baixa extração.

A condição dos escravos é outra fonte de atritos. Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos, perturbada aliás pelas fugas, formação de quilombos, insurreição mesmo — como as que agitam a Bahia em princípios do século passado, e que se repetem em 1807, 09, 13, 16, 26, 27, 28, 30 e 35¹² —, fosse expressão de um conformismo

⁹ “Os portugueses são ativos e industriais, escreverá Martius, os brasileiros, nascidos na fatura e criados entre escravos domésticos de pouca educação, preferem o gozo ao trabalho, e deixam aos forasteiros o comércio, preferindo desfrutar o bem-estar da fazenda.” *Viagem*. II, 479. Boa parte da crise social e política brasileira de princípios do século passado está contida nesta observação.

¹⁰ *Recopilação*. 46.

¹¹ *Inconfidência da Bahia, em 1798. Devassas e seqüestro*. O texto dos papéis sediciosos foi publicado por Brás do Amaral em apêndice ao seu trabalho sobre *A conspiração republicana da Bahia de 1798*.

¹² Estudou-se até hoje, unicamente, RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 166

total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles sobretudo lá onde são mais numerosos, mais conscientes de sua força, ou de um nível cultural mais elevado, o que se dá particularmente na Bahia¹³. Relativamente a esta cidade, que foi o maior centro de agitações servis na história brasileira, conta-nos Vilhena o estado de perpétuo alarma da população livre, sob a ameaça perene desta “corporação temível”, como ele chama os escravos¹⁴.

A estas situações específicas de oposições e atritos, acrescem outras mais gerais que resultam diretamente da administração metropolitana, de seus atos e processos. São os que, no assunto, mais se estudaram: a ação do fisco, os processos empregados no recrutamento, a mesquinha política econômica da metrópole, o despotismo dos capitães-generais, etc. Mas o papel deste fator, embora mais aparente, é relativamente pequeno no conjunto do processo revolucionário que agitava a colônia. No mais das vezes, os atos e abusos da administração serviram antes de pretexto e justificação de atitudes extremadas e revolucionárias, ou contribuíram apenas como fatores imediatos, a gota d'água no copo transbordante¹⁵. A ação da política metropolitana com relação à colônia é mais interessante, no caso vertente, não nestas medidas particulares,

¹³ Note-se que a par de reivindicações materiais, ou envolvendo-as e com elas se confundindo, aparecem outras de natureza religiosa, como ficou bem claro na revolta de 1835 na Bahia.

¹⁴ O temor perfeitamente justificável em que se vivia revela-se no alarma considerável que causavam quaisquer opiniões contra a legitimidade da escravidão, como neste caso ocorrido em 1794, e de que nos dá conta a correspondência do governador D. Fernando José de Portugal. Tratava-se de um capuchinho, frei José de Bolonha, que andava propagando, até pelo confessional, idéias pouco ortodoxas a respeito. Logo que o fato chegou ao conhecimento das autoridades, o frade foi severamente punido pelo arcebispo, suspenso de confessar e embarcado incontinenti no primeiro navio de partida. *Carta do governador de 18 de junho de 1794*. O trabalho servil deu origem a muitas outras contradições iminentes no sistema colonial, e que só se resolveram inteiramente muito mais tarde, pela abolição. Não me ocupo aqui do assunto, já tratado noutro lugar (*Evolução política do Brasil*), porque embora presentes na fase que nos interessa, pertencem mais ao período posterior. Referi-me no texto unicamente à contradição mais geral e imediata que resulta da escravidão, e que é a oposição de escravos e senhores, porque é a que representa em nosso momento o principal papel, contribuindo para a intranquilidade geral que será o terreno propício para as transformações que se elaboravam no seio do sistema colonial.

¹⁵ O caso da “derrama”, em Minas Gerais, para o pagamento do quinto, e que devia servir de pretexto aos conspiradores da Inconfidência para desencadear o movimento, é um exemplo no assunto.

mas no seu aspecto geral e de conjunto que lembrei acima, e que age como força conservadora principal do "sistema colonial", e freio às transformações em elaboração.

Não haveria vantagem em continuar aqui nesta dissecação das contradições e fontes de atrito que laboram no seio da colônia e do sistema político e econômico que a constitui, o que aliás se encontra implícito em todas as páginas deste trabalho em que procurei analisar a obra da colonização em princípios do século passado. A enumeração que fiz acima das que aparecem com mais evidência é antes exemplificação. É o sistema colonial em conjunto que aparece profundamente minado e corroído. Os aspectos com que tal desagregação aparece na superfície dos acontecimentos, desabrochando em choques e conflitos vários, são multiformes e complexos, e é só por abstração e para facilitar a exposição que podemos reduzi-los aos esquemas simples que apresentei, e que são uma sombra da realidade integral. As contradições do sistema colonial têm de comum unicamente isto: o de refletirem a desagregação deste sistema e de brotarem dele. No seu conteúdo, bem como nos aspectos cambiantes a cada momento e em cada lugar com que se apresentam, divergem consideravelmente. Não é possível alinhá-los num dualismo rígido, em dois campos opostos e nitidamente definidos. Se os seus termos respectivos se opõem num caso, penetram-se e se confundem noutro. Para exemplificar com os mesmos casos que empreguei acima, temos os proprietários e indivíduos das classes inferiores livres unindo-se contra os negociantes; mas juntando-se também com estes últimos contra os escravos; e vemos ainda aquelas classes inferiores congregando-se contra proprietários e comerciantes que estão por cima, e que para este efeito, como possuidores, se aliam contra as não-possuidoras... Veremos brancos lutar com pretos e mulatos contra o preconceito de cor (Inconfidência Baiana); mulatos e pretos, com os brancos, a favor dele; portugueses contra a metrópole, e brasileiros a favor... Isto num momento para mudarem de posição respectiva logo em seguida, e de novo mais tarde... É este, aliás, o espetáculo em todas as situações análogas, em qualquer época ou lugar; e cuja aparente ilogicidade se procura explicar ingenuamente, generalizando casos muito particulares e no conjunto insignificantes, em termos individuais e morais: incoerência, idealismo... conforme o gosto e as preferências pessoais do julgador. Quando os homens, joguetes dos acontecimentos, são por eles levados e dispostos no tabuleiro da história, sem que no mais das vezes sequer se dêem conta do que estão fazendo e do que se passa.

Precisamos acrescentar que aquela aparência ilógica e incongruente dos fatos não só torna difícil sua interpretação, como constitui a razão da dubiedade e incerteza que apresentam todas as situações semelhantes a esta que analisamos. Dubiedade e incerteza que estão nos próprios fatos, e que nenhum artifício de explicação pode desfazer. Os fatos claros em seu conjunto, e definidos, só vêm em seguida, quando tais situações amadurecem. Inútil procurá-los antes, torcendo os acontecimentos ao gosto particular do observador. E mesmo depois daqueles primeiros fatos decisivos, quanto não decorrerá até que o processo se complete inteiramente com a solução de todas as contradições para se repetir e renovar noutras que se vão formando e surgem incessantemente? É o movimento eterno da história, do homem e de todas as coisas, que não pára e não cessa, e de que nós, com os pobres instrumentos de compreensão e de expressão que possuímos, não apanhamos e sobretudo não podemos reproduzir senão numa parcela ínfima, cortes desajeitados numa realidade que não se define estática, e sim dinamicamente. (...)

III. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

12. APOGEU DE UM SISTEMA *

A larga expansão das forças produtivas e o progresso material a que assistimos nos últimos decênios do Império ainda se ativarão mais com o advento da República. Os anos que se seguem e o primeiro decênio do século atual assinalam o apogeu desta economia voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, e que vimos em pleno crescimento no período anterior. Em nenhum momento ou fase do passado o país tivera diante de si, neste sentido, perspectivas mais amplas. Para isto concorrem ao mesmo tempo, estimulando-se reciprocamente, fatores externos e internos. Entre aqueles encontramos o grande incremento adquirido pelo comércio internacional; era o fruto do considerável desenvolvimento da população européia e norte-americana em particular, da ascensão do seu nível de vida, da industrialização, e finalmente, do aperfeiçoamento técnico, tanto material — os sistemas de transporte — como da organização do tráfico mercantil e financeiro. E tudo isto condicionado e estimulado pelo amplo liberalismo econômico que proporcionava a todos os países e povos da terra uma igual e equitativa oportunidade comercial. Como resultado disto, alargavam-se os mercados para as matérias-primas e gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil.

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 22. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 207-17.

A conjuntura interna, igualmente favorável, completará este quadro para oferecer ao país um máximo de possibilidade no terreno econômico. A solução do problema da mão-de-obra, a grande questão do passado, fora completa: de um lado, pela abolição da escravidão se removera o obstáculo oposto ao desenvolvimento do trabalho livre; doutro, pela imigração subvencionada e contando com o superpovoamento de várias regiões da Europa, se conseguira canalizar para o Brasil uma forte e regular corrente de trabalhadores. Não se devendo esquecer que este afluxo considerável de imigrantes só foi possível graças ao aperfeiçoamento técnico da navegação, bem como ao próprio desenvolvimento econômico do país, de que ele seria um dos principais estimulantes. O entrelaçamento de causas e efeitos é neste caso, como sempre, completo. E, aliás, em boa parte o progresso da técnica moderna que permitirá aquele acentuado desenvolvimento da produção brasileira, pondo a seu serviço não somente a maquinaria indispensável (sem os aperfeiçoados processos de preparação do café não teria sido possível a larga expansão da sua cultura) e a energia necessária para acioná-la (a eletricidade), como também os transportes ferroviários e marítimos indispensáveis para a movimentação através de grandes distâncias, dos volumes imensos da produção agrícola do país.

A par destes fatores imediatos, concorre nesta fase para o estímulo das atividades econômicas brasileiras a convulsão ocasionada pelo advento da República. Não que esta tivesse profundezas políticas ou sociais; a mudança de regime não passou efetivamente de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular. O povo, no dizer de um dos fundadores da República, assistira "bestializado" ao golpe, e sem consciência alguma do que se passava. Mas a República agiu como bisturi num tumor já maduro; rompeu bruscamente um artificial equilíbrio conservador que o Império até então sustentara, e que dentro de fórmulas políticas e sociais já gastas e vazias de sentido, mantinha em respeito as tendências e os impulsos mais fortes e extremados que por isso se conservavam latentes. Estes se fazem então sentir com toda sua força longamente reprimida, abrindo perspectivas que a monarquia conservadora contivera ou pelo menos moderara muito. No terreno econômico observaremos a eclosão de um espírito que se não era novo, se mantivera no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. Isto, na monarquia, nunca se tivera como um ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará. O contraste

destas duas fases, anterior e posterior ao advento republicano, se pode avaliar, entre outros sinais, pela posição respectiva do homem de negócios, isto é, do indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer. No Império ele não representa senão figura de segundo plano, malvista aliás e de pequena consideração. A República levá-lo-á para uma posição central e culminante. A transformação terá sido tão brusca e completa que veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupadas unicamente com política e funções similares, e no máximo com uma longínqua e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negociasta. Ninguém escapará aos novos imperativos da época. Os próprios governantes terão sua parte nestas atividades, e até o espetáculo de ministros e altas autoridades metidos em negócios — coisa que nunca se vira no Império — será freqüente. A primeira crise governamental logo após a proclamação da República, e que deu por terra com todo um mistério, teve por origem imediata a questão da concessão de um porto marítimo no Rio Grande do Sul, e até o presidente da República aparecerá envolvido no assunto. O Império, em suas sucessivas crises de governo, nunca assistira a nada que a isto se assemelhasse; naquele tempo um dos homens mais capazes e empreendedores que o Brasil jamais produziu, Mauá, fora posto no índice da nação somente porque, como deputado, ousara defender no Parlamento interesses privados. Estes se tornavam agora, com o consentimento de todo mundo, um dos principais eixos das atividades políticas.

Em suma, a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se acordavam. Inversamente, o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócio subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrará-se como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado.

Outro fator ainda virá estimular as atividades brasileiras. É a finança internacional que entra a participar delas ativamente. A ação direta dos interesses comerciais estrangeiros já se fazia sentir desde longa data. Referi-me anteriormente aos empréstimos públicos que vêm desde os primeiros anos da Independência e que tiveram tamanho papel na evolução do Brasil; lembrei também as iniciativas do capital estrangeiro em alguns setores privados (estradas de ferro, empresas de mineração, companhias de navegação, etc.). Não esqueçamos também a participação de tantos estrangeiros nas atividades econômicas do país, e ocupando sobretudo no comércio e na indústria posições de relevo. Mas tudo isto ficará a grande distância do que ocorre nesta nova fase que agora se inaugura, em que é propriamente a finança internacional, multiforme e variada, e não apenas indivíduos ou inversões esporádicas de capital, que começa a interferir na vida brasileira procurando participação efetiva, constante e crescente em todos os setores que oferecessem oportunidades e perspectivas de bons negócios. O estabelecimento de filiais dos grandes bancos estrangeiros (ingleses, alemães, franceses, norte-americanos e outros) e o largo impulso que logo adquirem seus negócios serão sintomas desta situação inteiramente nova. Dentro em pouco encontraremos a ação progressiva dos interesses financeiros internacionais alastrando-se e se infiltrando ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até colocá-la inteiramente a seu serviço. A produção cafeeira, em particular, a grande atividade econômica do país, será naturalmente logo atingida, e veremos adiante a luta internacional que se desenvolverá em torno dela.

Tudo isto trará, é natural, um grande estímulo às atividades do Brasil, pois põe a serviço delas os amplos recursos e a larga experiência da finança internacional. Serviço bem remunerado é certo, e preenche de graves problemas futuros; mas no momento, sem dúvida, estimulante poderoso que contará por muito no surto econômico brasileiro desta fase. O largo incremento da lavoura cafeeira, por exemplo, não teria sido possível sem os capitais e créditos fornecidos pela finança internacional. Boa parte dos fundos necessários ao estabelecimento das plantações e custeio da produção provém de bancos ingleses e franceses, ou então de casas exportadoras do produto ou outros intermediários, muitos deles firmas estrangeiras ou financiadas com capitais estrangeiros.

O grande surto econômico, resultante direta ou indiretamente de todos estes fatores que vimos analisando, se verifica sobretudo no desenvolvimento do comércio externo, índice máximo numa economia como

a brasileira. Apesar das oscilações e vicissitudes de cada um de seus ramos em particular, o progresso no conjunto será estupendo, e com um ritmo de crescimento sem paralelo em qualquer outro período da história brasileira. Ao café acrescentam-se, na lista dos grandes produtos exportáveis, a borracha, que chegará quase a emparelhar-se a ele, o cacau, o mate, o fumo. O Brasil tornar-se-á neste momento um dos grandes produtores mundiais de matérias-primas e gêneros tropicais. Dedicará, aliás, a isto, em proporção crescente, todas suas atividades, já não sobrando mais margem alguma para outras ocupações. Em consequência, decairá a produção de gêneros de consumo interno que se tornam cada vez mais insuficientes para as necessidades do país, e obrigam a importar do estrangeiro a maior parte até dos mais vulgares artigos de alimentação. Os gêneros alimentícios figurarão na importação com porcentagens consideráveis, cerca de trinta e mais por cento, situação paradoxal e inteiramente anômala num país exclusivamente agrário como o Brasil.

As exportações maciças compensam contudo estas grandes e indispensáveis importações; e obtêm-se mesmo saldos comerciais apreciáveis. Os maiores que o país jamais teve são, aliás, deste período, cifrando-se, no primeiro decênio do século atual, numa média anual de 273 000 contos (15 700 000 libras esterlinas). E são estes saldos vultosos que permitirão fazer frente regularmente aos grandes compromissos externos em ascensão contínua e paralela ao desenvolvimento do país; serviço da dívida pública, pagamento de dividendos e lucros comerciais das empresas estrangeiras operando no Brasil; e mais uma nova parcela, quase ignorada no passado e que começa então a tomar vulto e pesar seriamente nas finanças brasileiras: as remessas de fundos feitas pelos imigrantes a seus países de origem.

Para atender a estes compromissos, e em reforço dos saldos comerciais, concorrem as inversões de capitais estrangeiros, e em particular os empréstimos públicos. Agora não é mais apenas o governo central que recorre ao crédito estrangeiro; os Estados, tornados autônomos pela República, dele se utilizam largamente; e as simples municipalidades seguem o exemplo. A dívida externa do Brasil cresce de pouco menos de 30 milhões de libras por ocasião da proclamação da República, para quase 90 milhões em 1910. Em 1930 alcançará a cifra espantosa de mais de 250 milhões. As inversões em atividades privadas também são consideráveis, embora difíceis de computar. É graças a este concurso que as finanças externas do país conseguem se equilibrar, saldando-se

normalmente durante certo prazo a sua balança de contas com o estrangeiro. Isto se refletirá no câmbio externo, que depois de 1900 e passada a crise do primeiro decênio da República, estabilizar-se-á com forte tendência para a alta; tão forte que se sentirá a necessidade de limitar suas oscilações fixando artificialmente a taxa. Normalizou-se assim, durante algum tempo, o sistema monetário.

Mas ao mesmo tempo que se ampliavam as forças produtivas do país e se reforçava o seu sistema econômico, acentuavam-se os fatores que lhe comprometiam a estabilidade. A concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis, e a estruturação de toda a vida do país sobre base tão precária e dependente das reações longínquas de mercados internacionais fora do seu alcance, tornavam aquele sistema essencialmente frágil e vulnerável. E paradoxalmente, cada passo no sentido de ampliá-lo mais o comprometia porque o tornava mais dependente. Os efeitos desta contradição logo serão sentidos: no auge da prosperidade começarão a abater-se sobre o Brasil as primeiras crises e desastres graves que comprometerão irremediavelmente o futuro da sua organização econômica. No caso do café, já se principiam a sentir perturbações sérias desde os primeiros anos do século, se não já antes: superprodução, queda de preços, dificuldade de escoamento normal da produção. Mais grave será a crise da borracha, que depois de 1910 começa a ser excluída dos mercados internacionais pela concorrência do Oriente. Em menor escala se passará coisa semelhante com o cacau; e a vida econômica do Brasil, apoiada na exportação destes gêneros, entra numa crise que a levaria até o desastre final.

Não é, aliás, apenas esta contradição máxima do sistema econômico brasileiro que lhe comprometerá a estabilidade. Outras ainda decorrem de sua própria estrutura, e vamos encontrá-las nos mesmos fatores que sob outros aspectos vistos acima, o favorecem e impulsionam. Assim no trabalho livre, em particular do imigrante europeu. Se de um lado a transformação do regime de trabalho assegurou o progresso do sistema produtivo do país, doutro ela se revelará um dos mais fortes elementos de desintegração da estrutura básica daquele sistema: a grande propriedade agrária. A adaptação do trabalhador livre ao regime da grande lavoura não se mostrará fácil. Em primeiro lugar, porque introduz um novo elemento desfavorável e desconhecido sob o regime anterior da escravidão: a instabilidade da mão-de-obra. O trabalhador livre não estará, como o escravo, preso a seu empregador e obrigado, por isso, a sofrer passivamente todas as vicissitudes da exploração do seu trabalho.

Logo às primeiras dificuldades o abandonará em busca de situação mais favorável. Tal contingência, particularmente grave num país de baixa densidade demográfica, e portanto de poucas disponibilidades de mão-de-obra, forçará a adoção de um sistema de relações no trabalho que obrigasse o empregado, embora juridicamente livre, a conservar-se no seu lugar. O processo para chegar a este fim e que mais se difundiu no Brasil será o de reter o trabalhador por dívidas. Pagando salários reduzidos, e vendendo-lhe ao mesmo tempo, por preços elevados, os gêneros necessários ao seu sustento, o empregador conseguirá com relativa facilidade manter seus trabalhadores sempre endividados, e portanto impossibilitados de o deixarem. Este sistema tornar-se-á geral em muitas regiões do país; em particular na indústria da extração da borracha. Torna-se fácil estabelecê-lo por causa das distâncias que em regra separam as explorações rurais dos centros urbanos e do comércio, o que faz do proprietário, quase sempre, um fornecedor obrigatório dos gêneros consumidos por seus trabalhadores. Doutro lado, o baixo nível cultural da massa trabalhadora do país, tão recentemente egressa da escravidão, facilita o manejo arbitrário das contas sempre em prejuízo do empregado.

A adoção de tais expedientes é naturalmente mais difícil no caso do imigrante europeu. Este dispõe de outros recursos de defesa dos seus interesses; além disto, localiza-se sobretudo em regiões que a lavoura cafeeira, em largo e rápido progresso, e ele próprio com a sua presença, tinham elevado a um nível econômico e social relativamente alto. Além disto, a concorrência no mercado do trabalho, a demanda de trabalhadores é aí muito mais forte, anulando assim em benefício do trabalhador, os recursos de que em outros lugares os proprietários podem lançar mão para reterem os empregados contra a própria vontade. Verifica-se assim no caso do trabalhador europeu uma instabilidade muito maior que chega a determinar crises gerais muito graves. Em última instância, ele tem sempre o recurso da emigração e retorno a seu país de origem; ou então a procura dos outros países onde as condições lhe sejam mais favoráveis. Muitos imigrantes europeus, depois de um estágio mais ou menos longo no Brasil, irão fixar-se na Argentina. Esta emigração de trabalhadores agrícolas constituiu sempre, entre nós, um fato normal e permanente. Nos primeiros tempos da imigração, contudo, a entrada de grandes contingentes novos compensava sempre largamente, no conjunto, as saídas. Em 1900, porém, verifica-se pela primeira vez um déficit imigratório, tendo as saídas superado as entradas. Isto se reproduzirá em 1903 com um excesso de saídas de mais de 18 000 indivíduos.

Não é somente na emigração para o exterior, mas também na mudança freqüente de uma para outra propriedade que se verificará a instabilidade da mão-de-obra agrícola. O trabalhador também deixará as fazendas para se estabelecer por conta própria. Lutará para isto com grandes dificuldades: o alto valor das terras aproveitáveis, e sobretudo a pouca disposição dos grandes proprietários em cederem parcelas de suas posses. A regra neste assunto de transações imobiliárias era a venda global das propriedades, e só muito excepcionalmente parte delas. Virão em auxílio dos pretendentes a pequenas propriedades as crises sucessivas que atravessa a agricultura, quando na falta de outro meio de resolver uma situação difícil, o fazendeiro se vê na contingência de retalhar sua propriedade. Também o Estado, com o objetivo de estimular a imigração, tornando-a mais atraente, tomará a iniciativa de às vezes facilitar a aquisição de pequenas propriedades, lançando mão para isto do processo dos núcleos coloniais já descrito anteriormente. Esta iniciativa contudo, ditada por interesses muito diferentes que propriamente o objetivo de desenvolver a pequena propriedade, sofrerá vicissitudes consideráveis e não terá continuidade. Será tomada nos períodos de crise de mão-de-obra, quando a imigração declina; mas abandona-se logo depois. E no conjunto, nunca terá amplitude apreciável.

Em todo caso, nenhum destes obstáculos antepostos à livre circulação dos trabalhadores conseguirá garantir a sua estabilidade. Ainda sob outro aspecto o trabalho livre comprometerá o sistema da grande lavoura. É que substitui à subordinação passiva do antigo escravo uma luta permanente por direitos e reivindicações que afeta muito seriamente a normalidade das relações de trabalho. A diferença notar-se-á desde logo; em particular no caso do imigrante europeu que não precisará de um estágio preparatório, como o ex-escravo, para ter consciência de sua situação de homem livre. Os atritos se multiplicam e agravam porque em regra os fazendeiros, formados até então no antigo regime servil, não se habituarão facilmente a lidar com trabalhadores livres. E no caso dos trabalhadores europeus, estes atritos chegarão mesmo a ter larga repercussão internacional, obrigando os governos de origem da imigração brasileira a intervir em favor de seus nacionais. Será entre outros o caso da Itália, que neste período fornecia o maior contingente imigratório. Diante dos abusos praticados nas fazendas contra trabalhadores italianos, chegou-se a propor no Parlamento daquele país a proibição terminante da emigração para o Brasil; e os cônsules aqui

acreditados andavam constantemente às voltas com as reclamações de seus compatriotas maltratados nas fazendas.

Esta situação terá grande importância na evolução da legislação brasileira; em particular no Estado de São Paulo, o grande receptáculo da imigração estrangeira. A administração pública ver-se-á forçada a adotar medidas de proteção ao trabalhador rural contra excessos de seus patrões que estavam comprometendo o bom nome do país e a continuidade das correntes imigratórias de tão grande importância para a sua prosperidade. Dentre as principais providências tomadas, destaca-se a reorganização do aparelhamento policial para tirar os delegados de polícia da influência direta em que se encontravam dos grandes proprietários rurais, e conceder-lhes liberdade suficiente para a defesa dos mais elementares direitos e interesses dos trabalhadores. Organizar-se-ão, também com o mesmo fim, aparelhos judiciários e administrativos que velarão pelo cumprimento, pelos proprietários, dos contratos de trabalho.

Em suma, a substituição do trabalho escravo pelo livre, determinará para a grande propriedade contingências muito graves e que ameaçarão seriamente sua solidez. Provocando de um lado a instabilidade da mão-de-obra; introduzindo doutro nas relações de trabalho um estado permanente de atritos, e mesmo de conflitos mais graves que enfraquecem consideravelmente a antiga posição dominadora e incontrastável do grande proprietário, ela muito lhe compromete a existência. Atinge-lhe mesmo diretamente, em muitos casos, a própria margem de proveitos: a necessidade de concorrer num mercado livre de trabalho, a pressão por melhoria de salários e condições gerais de vida do trabalhador, afetarão gravemente a base financeira das explorações de menor rendimento, apressando assim o seu colapso. É o que efetivamente verificará em grande escala nas regiões mais antigas, de condições naturais já tornadas precárias por uma longa exploração. Assim, nas velhas zonas cafeeicultoras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e mesmo partes de São Paulo, onde não se resistirá às dificuldades criadas pelo novo regime de trabalho livre. Em muitos lugares a produção agrícola será aniquilada, e em seu lugar, onde o latifúndio se consegue manter, desenvolver-se-á quando muito a pecuária, onde o problema da mão-de-obra é menos premente. Mas uma pecuária extensiva, de nível econômico muito baixo. Em suma, a estagnação, a decadência, o despovoamento.

Em outros lugares, nem esta grande propriedade semi-improdutiva e espectro de um passado brilhante se consegue manter. Ela é eliminada por um novo tipo de exploração agrária, baseado na pequena e média

propriedade, que a substitui e vai assim destruindo o antigo sistema agrário do país. Este processo de substituição da grande pela pequena propriedade, será uma das grandes forças com que contará o Brasil para remodelar a sua estrutura econômica e partir de uma outra base para uma nova etapa do desenvolvimento de suas forças produtivas. Este assunto, que ainda é dos dias que hoje correm, é de fundamental importância na contemporânea evolução econômica do Brasil, e sobre ele voltarei com mais vagar em capítulo próximo.

Nas zonas açucareiras do Nordeste apresentar-se-á uma forma particular de evolução. Também aí a grande lavoura do tipo tradicional sofre um rude golpe com a abolição do trabalho escravo. E, dada a decadência em que já se encontrava, não resistirá e entra num processo geral de decomposição. Em lugar do engenho aparecerá a grande usina, unidade tipicamente fabril e maquinofatureira, que passará a produzir o açúcar extraído da cana fornecido pelas lavouras dos antigos engenhos transformados assim em simples produtores de matéria-prima; divisão de funções que será o germe de novas e profundas contradições em que se oporão a usina absorvente, que tende a recompor em seu benefício uma grande propriedade de novo tipo, e os engenhos (que de engenhos conservam quase sempre apenas o nome, pois já não passam de simples lavouras fornecedoras de cana-de-açúcar) que procuram tenazmente, mas sem sucesso nem perspectivas, se conservar.

Não ficam neste capítulo do trabalho e da produção as contradições do sistema econômico brasileiro desta fase que nos ocupa. Funcionando sua produção, sobretudo e quase exclusivamente, para a exportação, fazem-se necessárias — como aliás já vimos — grandes importações dos gêneros indispensáveis ao consumo do país e manutenção da sua população. Daí, avultados pagamentos no exterior, a que se acrescentam outros, também ligados diretamente àquele sistema e dele derivados: a remuneração dos capitais estrangeiros invertidos no país, o serviço das dívidas públicas, as remessas ou retiradas de fundos pelos imigrantes. Tais pagamentos agirão como fatores constantes de desequilíbrio das finanças externas do país, e comprometerão com isto muito seriamente a estabilidade daquele nosso sistema econômico que, sobretudo depois do primeiro decênio deste século, evoluirá através de crises graves. Mas, noutro sentido, tal desequilíbrio será fecundo, pois contribuirá para uma tendência à diferenciação das atividades econômicas e produtivas do país a fim de livrá-lo da dependência excessiva em que ficara do exterior, e restabelecer o equilíbrio rompido. E assim, en-

quanto de um lado vemos que se restringem cada vez mais aquelas atividades, centralizando-se a economia brasileira na produção de um pequeno número de gêneros exportáveis, com desprezo de tudo mais, desabrocha em oposição uma evolução em sentido contrário, para tirar daqueles gêneros a exclusividade de que gozavam. O interessante é que será justamente em São Paulo, onde aquela restrição de atividades alcançara talvez sua expressão extrema com a monocultura do café levada ao máximo do exagero, que se encontrarão as primeiras iniciativas no sentido de diversificar a produção. A administração pública terá aí um papel considerável, criando e multiplicando campos de experimentação, onde será cultivada e selecionada toda sorte de produtos agrícolas, e postos zootécnicos. Tais iniciativas permanecerão longamente sem grandes resultados; mas terão no futuro efeitos econômicos consideráveis.

Mas é sobretudo num outro setor que esta diferenciação de atividades sairá logo de seu estado potencial, assumindo rapidamente importância e determinando conseqüências de vulto: na indústria manufatureira. E neste caso, como veremos em seu lugar próprio, o progresso das atividades estará direta e imediatamente ligado às circunstâncias derivadas do desequilíbrio crônico das finanças externas do país. É assim do íntimo das contradições inerentes ao sistema econômico do país que brotam as forças que com o tempo o vão transformando.

Vemos portanto que são vários os fatores que atuam nesta fase que nos ocupa, no sentido de desintegrar o sistema econômico brasileiro fundado na grande propriedade agrária e voltado para a produção exclusiva de alguns gêneros exportáveis de grande expressão comercial nos mercados mundiais. É pois sob a ação de fatores contraditórios que evoluirá a nossa economia: por um lado assistiremos ao desenvolvimento daquele sistema, que atinge então um máximo de expressão com o largo incremento, sem paralelo no passado, de umas poucas atividades de grande vulto econômico, com exclusão de tudo mais. Mas doutro veremos resultar daquele mesmo desenvolvimento os germes que evoluirão no sentido de comprometer a princípio, e afinal destruir (se bem que o processo não esteja ainda terminado nos dias que correm) a estrutura econômica tradicional do país. Vejamos agora, em particular, cada um dos principais aspectos deste processo evolutivo.

13. EXPANSÃO E CRISE DA PRODUÇÃO AGRÁRIA: CAFÉ *

De todos os produtos brasileiros modernos, o primeiro e soberano lugar cabe ao café. Já o encontramos na fase anterior, sob o Império, em marcha ascendente e avassaladora das principais e melhores atividades do país. Encontrá-lo-emos agora na República atingindo o zênite da sua grandiosa trajetória, e colocando-se em nível que deixará definitivamente numa sombra medíocre todas as demais produções brasileiras. Mesmo em termos absolutos e mundiais, o café adquirirá posição de relevo. Ele se classificará, no século atual, entre os primeiros, se não o primeiro gênero primário do comércio internacional; e o Brasil com sua quota de 70% da produção, gozará de primazia indisputada.

As condições naturais do país, ou antes, de algumas de suas regiões (o clima, a qualidade do solo) contribuem para isto, naturalmente, em grande e primordial parte. Mas o fator decisivo que permitiu o enorme surto da lavoura cafeeira do Brasil, neste último meio século, foi sem dúvida a imigração européia que forneceu os braços e o trabalho necessário. A íntima dependência do progresso cafeeiro com relação à imigração foi aliás sempre notória e muito bem compreendida. A administração do Estado de São Paulo (o principal e grande produtor, e que se tornará autônomo com a implantação do novo regime republicano federativo) fez da questão imigratória o programa central de suas

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. p. 225-35.

atividades e resolveu-a dentro de um sistema que se pode considerar perfeito e completo. O imigrante (o italiano sobretudo) será trazido, com todo auxílio e amparo oficiais, desde seu domicílio na mais recôndita aldeia dos Apeninos ou de outra região qualquer, até a fazenda de café, através de uma organização que vai da propaganda do Brasil na Europa à distribuição perfeitamente regularizada dos trabalhadores entre as diferentes propriedades do Estado. Para este complexo e dispendioso serviço que será a mola mestra da prosperidade paulista, a administração de São Paulo destinará sempre o melhor dos seus esforços e rendas. Com sucesso e resultados notáveis, pois do ano da República até 1930, o Estado receberá mais de 2 milhões de imigrantes (sendo que cerca da metade subvencionados), de que a parte substancial se destinará à cultura do café. Esta não resulta assim do acaso ou de circunstâncias fortuitas; mas de um longo e persistente esforço conduzido com inteligência e notável capacidade de organização.

O desenvolvimento da lavoura cafeeira do Brasil, desde o último decênio do século XIX, admirável no conjunto, foi entretanto muito irregular se considerarmos as diferentes regiões do país. Não houve de modo algum crescimento uniforme e harmônico; e à expansão em alguns setores correspondeu o declínio, e mesmo o aniquilamento completo em outros. Já observamos sob o Império esta evolução cíclica do café, sucedendo-se em cada zona produtora, no espaço de poucos decênios, uma fase ascendente seguida de outra próxima de decadência. A grande área de progresso neste momento que nos ocupa é o oeste de São Paulo; tratava-se de uma região quase deserta que será rapidamente conquistada e ocupada pelas novas culturas.

Coisa muito diversa dar-se-á em outros setores de ocupação mais antiga; mesmo em São Paulo, na sua parte oriental, bem como no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. A decadência da lavoura cafeeira, já iniciada aí no Império, chegará agora em boa parte destas regiões à sua consumação final. Somente as ruínas de velhas mansões senhoriais, antigas residências de opulentos fazendeiros, denotam nela a rápida passagem da riqueza do café; as plantações desapareceram e em seu lugar não encontramos outra coisa que uns pobres pastos que alimentam um gado miserável e ralo. O que sobra de café são apenas culturas decadentes e esparsas, em processo contínuo de aniquilamento. Só em Minas Gerais se observará um certo progresso, mas modesto e em setores reduzidos, onde se aproveitarão umas últimas sobras de terras utilizáveis.

Fora de São Paulo (e da zona limítrofe do norte do Paraná que é alcançado pela marcha paulista para oeste), somente o Espírito Santo verá desenvolver-se apreciavelmente sua lavoura cafeeira. Serão usadas para isto as reservas de terras virgens que a colonização incipiente da região respeitara até esse momento. E se contará para isto, como em São Paulo, mas em proporções muito reduzidas, com uma regular corrente imigratória. Mas o Espírito Santo não irá muito longe porque ao contrário de São Paulo, faltar-lhe-á a abundância de terras aproveitáveis que caracteriza este último Estado; e a sua lavoura será sempre, por isso, relativamente medíocre. Quanto às regiões produtoras do norte (Bahia, Pernambuco, e também um pouco o Ceará), estas não conseguirão nunca sair da posição de terceiro plano em que sempre se tinham mantido. O fator solo, isto é, a carência de terras propícias ao café, será aí a explicação principal da estagnação. O clima, mais acentuadamente tropical e por isso menos atraente para o trabalhador europeu, terá também a sua parte de responsabilidade.

Em suma, a concorrência das terras virgens do oeste de São Paulo, com seus magníficos solos, sua topografia regular que proporciona boas facilidades para o transporte, e com seu clima a que o trabalhador europeu se adaptou fácil e admiravelmente, desviou para elas os melhores esforços e recursos do país; e lá se concentrou a maior e melhor parcela da lavoura cafeeira do Brasil; mais da metade do número total de seus cafeeiros, com uma produção que ultrapassa 60% da produção global do país. É sobretudo com esta considerável parcela paulista que o Brasil contará para colocar-se tão esplendidamente, como vimos acima, no comércio internacional do café.

O progresso quantitativo da cultura cafeeira no Brasil não foi contudo acompanhado de igual progresso qualitativo. Continuarão sendo empregados, mais ou menos, os mesmos processos agrícolas rudimentares do passado. Haverá certa melhoria no preparo e beneficiamento do produto: a lavagem e decorticação dos grãos. Para isto se empregarão maquinaria e instalações mais aperfeiçoadas. Mas no que diz respeito à cultura propriamente (trato do solo e da planta, seleção de variedades, etc.) ficar-se-á em conjunto onde se estava. E esta será a razão principal do invariável decréscimo da produtividade das culturas, que observamos mesmo nas regiões de melhores solos e de condições altamente favoráveis.

O único progresso sensível e de vulto na agricultura desta fase que nos ocupa será ainda a introdução geral do trabalho livre, e particular-

mente do imigrante europeu, o que melhorará consideravelmente as condições da exploração agrária em confronto com o que se dava antes com o emprego do escravo. Na generalidade da lavoura cafeeira, em São Paulo em particular, adotar-se-á nas relações de trabalho um sistema que combina o salariado (um salário fixo anual, mais uma quota por ocasião da colheita e variável na proporção desta última) com o direito concedido ao trabalhador de utilização de certas áreas de terra em proveito próprio. Haverá ao lado deste tipo de trabalhador (o colono como se chama), mas geralmente em número muito menor, o assalariado puro que será simples jornaleiro. Para todos a fazenda fornecerá residência mas não os instrumentos de trabalho. Estes aliás são muito simples, pois não passam da enxada; na cultura do café, que é planta permanente e cuja colheita é manual, não se emprega maquinaria.

Outro aspecto da produção cafeeira, muito mais importante na sua história, como também na evolução da economia brasileira em geral, são as vicissitudes financeiras que sofreu no período que segue à República. Se a larga expansão da produção trouxe para o país riqueza e progresso, não lhe faltou, e muito cedo, a contrapartida da superprodução que acompanhará a vida da economia cafeeira do Brasil desde poucos anos depois do início do seu grande ciclo de crescimento até os dias de hoje; e isto com toda ordem de repercussões profundas na evolução geral da economia brasileira. Já assinalei que em 1896 se observarão os primeiros sinais de desequilíbrio. Era o resultado das grandes plantações efetuadas nos primeiros anos da República, e que começavam agora a produzir (lembramos novamente que o cafeeiro é uma planta cuja produção se inicia aos quatro ou cinco anos de idade). Verificam-se então os sintomas clássicos de superprodução: declínio de preços, formação de estoques invendáveis.

Nos primeiros anos da queda de preços a situação ainda se dissimulará em parte com a desvalorização da moeda brasileira; em papel, o preço do café não oscilará muito. É com a estabilização da moeda, depois da restauração financeira de 1898, que se sentirá todo o efeito da depreciação. Esta será até 1905, em ouro, de mais de 50%. E, paralelamente, acumular-se-ão estoques cada vez maiores de mercadoria invendável. Eles serão, em 1905, de 11 milhões de sacos de 60 kg que representavam 70% do consumo mundial de um ano¹.

¹ A média do consumo mundial de um ano, no quinquênio 1901-05, foi de 17 milhões.

O maior responsável da crise era sem dúvida o aumento das culturas. No período de 1890 a 1900 as plantações de São Paulo tinham duplicado (220 e 520 milhões de cafeeiros respectivamente). Procura-se remediar o mal restringindo as culturas, e estabelecer-se-á em São Paulo (1902) um imposto sobre novas plantações. Aliás, a própria queda de preços e dificuldades de venda tinham, já por si, reduzido muito o ritmo de crescimento. No decênio seguinte ao citado (1901-10), os cafeeiros paulistas aumentarão apenas de 150 milhões. Aliás, o mesmo fato observar-se-á nos demais países concorrentes do Brasil, onde se verifica mesmo um decréscimo da produção. Mas tudo isto não impedirá um desequilíbrio crônico entre a produção e o consumo mundiais. Alcançara-se nitidamente um teto de produção cafeeira pela saturação dos mercados consumidores.

É certo que a produção será sempre muito variável, com grandes oscilações que provêm da sucessão de anos ou períodos de condições climáticas mais ou menos favoráveis. Influirá também nas oscilações o trato mais ou menos conveniente dado às plantações, e que variou igualmente segundo a situação financeira dos produtores e as perspectivas do mercado. Compensar-se-iam assim, em regra, os excessos de um momento com as faltas de outro seguinte. Tomando-se em conjunto períodos mais ou menos dilatados, a produção marchará sensivelmente de par com a exportação. Só mais recentemente, depois de 1925, verificar-se-ão excessos permanentes que obrigarão à destruição de grandes quantidades do produto. Mas aquele equilíbrio a longo prazo não impedirá superproduções momentâneas que às vezes se prolongam por vários anos consecutivos. Daí crises sucessivas que se tornarão quase permanentes e que encherão a história do café até os dias que correm.

A especulação comercial jogará largamente com a situação. E este fator será de grande importância não somente no setor particular da produção e do comércio cafeeiro, mas em geral na vida econômica e financeira do Brasil. Dependendo como ela dependia do seu principal produto, sofrerá todas as contingências pelas quais ele passará. Já assinalei como a especulação comercial começa a intervir nos negócios do café depois de 1896. E a partir daí, seus manejos condicionarão em grande parte a evolução da economia cafeeira. As grandes colheitas serão aproveitadas para a formação de reservas que pesarão sobre os preços, e que se escoarão mais tarde, nos anos de produção menor, em condições vantajosas. Os fazendeiros, obrigados a ceder desde logo seu produto para atenderem aos encargos da produção, perdiam a diferença

para os intermediários que em última instância não eram senão grandes casas financeiras e bancos internacionais que operavam na sombra. Aquela manobra se verificava mesmo dentro do período de um único ano agrícola. A colheita do café se faz no Brasil num período relativamente curto de quatro meses (maio a agosto), quando então a produção afui para os portos exportadores forçando a baixa dos preços. Segue-se depois um período de carência do produto, e então os preços sobem. Os intermediários do comércio serão compradores na primeira fase, vendedores na segunda. Acaparam assim, em detrimento dos produtores, a maior parte dos lucros do negócio.

É a necessidade de se defenderem contra tal estado de coisas que levará os produtores a pleitearem medidas destinadas a sustentarem e estabilizarem os cursos do café. Elas se verificarão pela primeira vez em 1906, quando efetivamente se chegara a uma situação muito grave. Os preços, em declínio desde muito, chegam agora, com a valorização da moeda, a um nível nitidamente abaixo do custo de produção. Os prejuízos da lavoura eram consideráveis. Entretanto, a posição mundial do comércio cafeeiro não era desfavorável. Nos anos anteriores a produção se mantivera abaixo do consumo; graças a um forte aumento deste, compensara-se o alargamento da produção e haverá no período de 1901-05 um déficit de quase 5 milhões de sacas. Podia-se esperar com confiança que os estoques acumulados seriam rapidamente absorvidos. E é de notar que apesar do declínio dos cursos, os preços pagos pelo consumidor se mantinham inalteráveis. A crise era pois somente do produtor.

São estas circunstâncias que determinam a primeira intervenção oficial no mercado cafeeiro. Tudo se teria resolvido com um sistema de crédito que amparasse os produtores e não os deixasse na contingência de venderem precipitadamente a sua produção. Não será esta a solução escolhida. Optar-se-á por um expediente oportunista que consistirá em intervir no mercado com compras maciças para forçar a alta. É difícil averiguar hoje até onde teriam as manobras de interesses ocultos contribuído para uma solução tão precária e de caráter especulativo. Os grandes proveitos que dela tirarão grupos financeiros que nada tinham de comum com os produtores, autorizam-nos contudo suposições verossímeis. Os produtores propriamente serão beneficiados, não há dúvida, embora momentaneamente apenas; mas a parcela maior dos proveitos não irá para eles.

Mas seja como for, o plano proposto encontrou a melhor acolhida em muitos e importantes setores do país, e em favor dele se desencadeará uma larga campanha pela imprensa e no Congresso Nacional. A oposição não será menos forte, tanto no país como fora dele. O próprio governo federal hesitará muito antes de aceitá-lo, e o encargo de sua realização recairá sobre os principais Estados produtores (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). E é São Paulo, o maior interessado e o único que contava com recursos financeiros suficientes, que assumirá efetivamente a incumbência.

Compreende-se a oposição quando se considera o vulto dos interesses atingidos pela intervenção oficial que vinha perturbar o livre jogo da especulação. Mas os partidários da valorização, com o apoio de uma classe forte como a dos fazendeiros que, embora iludidos, viam nela a solução única da grave crise em que se debatiam, acabarão vencendo inteiramente a partida. Conseguem mesmo, em 1903, levar para o governo federal um aliado declarado e decidido, o presidente Afonso Pena. A política de valorização terá então sua consagração.

A primeira dificuldade foi obter os recursos necessários. Não se podia contar unicamente, para operação de tamanho vulto, com as débeis finanças nacionais; e o apelo ao crédito estrangeiro esbarrou com a recusa dos banqueiros e agentes financeiros do Brasil no exterior (a casa Rothschild e seu grupo em particular). Direta ou indiretamente, eles estavam por demais ligados aos interesses estabelecidos para aceitarem qualquer modificação no funcionamento em vigor do negócio cafeeiro. Entram então em cena outros grupos financeiros que se aproveitarão da oportunidade (se é que não foram eles mesmos que a prepararam...) para escamotear em seu favor o controle do comércio do café. Será a princípio uma grande firma exportadora alemã *Theodor Wille & Cia.* Era chegada a vez do imperialismo alemão que até esta data não participara senão modestamente das transações brasileiras. Atrás de *Theodor Wille* alinham-se os principais grupos financeiros daquele país: o *Disconto Gesellschaft* e o *Dresdner Bank*. Com eles se ligarão banqueiros ingleses e franceses que formavam oposição, em seus países, aos grupos que tinham em mãos os interesses brasileiros. São eles *J. Henry Shroder & Co.*, de Londres, e *Société Générale*, de Paris. A esta coligação virá juntar-se também o *National City Bank of New York*. Ela fornecerá a São Paulo os recursos necessários para levar adiante o plano da valorização, abrindo créditos na importância de 4 milhões de libras.

Diante disto, Rothschild, vendo inutilizada sua anterior recusa, e não querendo ficar de fora e comprometer suas posições, apressa-se em fornecer o seu concurso, e consegue impô-lo. São Paulo receberá por seu intermédio mais 3 milhões de libras. Mas nem todos os adversários da valorização cedem tão facilmente. O Banco de França, representando os interesses financeiros e comerciais já estabelecidos no negócio cafeeiro, declarará recusar-se a aceitar *warrants* de café calculados numa base superior a 40 francos a saca (o preço atingido pelo café oscilava então em torno de 50 francos); esperava com isto neutralizar os manejos da valorização. Ao mesmo tempo, as firmas importadoras do Havre, o grande centro francês do comércio cafeeiro, desencadeiam forte campanha de descrédito contra os empréstimos que estavam sendo lançados pelo Brasil na Europa.

A batalha será contudo ganha pelos altistas. Para consolidar os empréstimos anteriores e levar a cabo a operação, serão obtidos mais 15 milhões; e continuar-se-á a intervir no mercado até 1910 quando, cessada a tensão e firmados os preços, se interrompem afinal as compras. No período de 1906 a 1910 tinham sido retirados do mercado livre cerca de 8 500 000 sacas.

Os interesses financeiros envolvidos na operação venciam assim a partida. E serão eles, muito mais que os produtores em cujo nome se agira, que colherão seus melhores frutos. A mercadoria adquirida na fase das operações anteriores será agora revendida com larga margem de lucros; e os estoques oficiais retirados do mercado ficarão nas suas mãos para com eles manobram. Para geri-los e proceder à sua liquidação, constituir-se-á um organismo especial, a Comissão do Café do Estado de São Paulo, em que os banqueiros terão quase unanimidade (cinco membros contra um de nomeação do governo paulista). Ficam assim efetivamente e por muito tempo com o controle completo do mercado cafeeiro. A importância deste controle se poderá avaliar pelos protestos que levanta nos meios que ficaram fora do negócio, nos grupos financeiros concorrentes que viam escapar-lhes as oportunidades agora reservadas aos felizes agentes do plano de valorização. A questão repercutirá até nos parlamentos alemão e francês, onde se proporão medidas drásticas para forçar a Comissão do Café a entregar seus estoques. O pretexto será o interesse dos consumidores (pretexto inteiramente infundado, porque o preço pago pelo consumidor nunca se modificara, nem na baixa anterior nem na alta subsequente), e os partidos socialistas em particular, arrastados pela demagogia, tomarão

o assunto a peito sem suspeitarem que estavam servindo de meros instrumentos de despeitados interesses financeiros. Nos Estados Unidos a questão tomará outra feição, e sob alegação de que a retenção de estoques infringia a lei Sherman contra os trusts, obrigou-se judicialmente a comissão a liquidar a mercadoria depositada naquele país. Nos demais, ela continuará com o controle do mercado até a I Grande Guerra, quando se terão esgotado as reservas remanescentes, com exceção da parte conservada na Alemanha que será confiscada pelo governo desse país quando o Brasil lhe declara guerra².

Enquanto os agentes financeiros da valorização usufruíram assim largamente a operação, os produtores, embora obtivessem durante alguns anos melhores e mais estáveis preços, arcarão depois com todo o ônus dela. São eles que assumem a responsabilidade das grandes dívidas contraídas para executá-la. Para isto se estabelecerá um novo imposto de 5 francos-ouro sobre cada saca de café exportada. Com este imposto pagar-se-ão os juros e amortizações da dívida que até hoje, mais de cinquenta anos depois, e quando a valorização de 1906-10 já passou inteiramente para o domínio da história, ainda não foi de todo resgatada. Os momentâneos proveitos da valorização custariam muito caro aos produtores e à economia brasileira em geral.

É esta em suma a história da primeira valorização, de tão funda importância na evolução econômica do Brasil. Ela se repetirá, embora em escala muito menor, no curso da guerra 1914-18, quando a desorganização do comércio internacional e a retração dos mercados consumidores determinarão nova queda de preços e redução das exportações brasileiras. Desta vez a solução final virá com uma grande geada que em 1918 devasta os cafezais paulistas, reduzindo a produção de vários anos consecutivos e refazendo assim o equilíbrio.

Terminada a guerra, o café terá, graças ao restabelecimento da normalidade na Europa e ao grande surto de atividades econômicas que o acompanham, um novo período de prosperidade. O consumo mundial se alarga, os preços sobem. Ocorrerá apenas uma pequena crise, reflexo das dificuldades financeiras que abalam a Europa em 1921. Mas logo depois restabelece-se o curso ascendente. A produção é estimulada, para o que concorre sobretudo o *boom* financeiro de após-guerra, que se refletirá no Brasil com a intensificação geral de seus negócios,

² Depois da guerra, o Brasil será indenizado com vários navios mercantes alemães que tinham sido embargados nos portos brasileiros durante o conflito.

o alargamento do crédito, e depois de 1923, o recurso a grandes emissões de papel-moeda destinadas a fazerem frente ao surto dos negócios e ativação da vida financeira que se verificara. Tudo isto provocará um grande incremento das plantações de café. Entre 1918 e 1924 o número de cafeeiros paulistas passará de 828 milhões para 949. E repete-se novamente a velha história da superprodução.

Mas desta vez (1924) tomar-se-ão medidas muito mais amplas. Em vez de simples expedientes e operações momentâneas (como fora em 1906), adota-se um largo esquema de valorização permanente. É que as condições já são outras. A Grande Guerra modificara profundamente as condições do comércio cafeeiro; e ele deixara de ser, como no passado, o terreno agitado em que se digladiavam os interesses financeiros de numerosos grupos concorrentes. Do grande conflito de 1914-18 resultara, neste como nos demais grandes setores da economia mundial, a formação de novos e muito maiores trustes financeiros que agora imperam sós, cada qual em seu terreno e sem concorrentes apreciáveis. É sob os auspícios de um destes grandes grupos internacionais que se realizará no Brasil a nova operação de valorização. E sem oposição, ele implantará um novo domínio financeiro muito maior e absoluto que o de seus predecessores de 1906, no campo da economia brasileira do café. Este grupo será o de *Lazard Brothers & Co. Ltd.*, de Londres.

Criar-se-á em São Paulo um órgão especial, o Instituto do Café, destinado a controlar inteiramente o comércio exportador do produto, regulando as entregas ao mercado e mantendo o equilíbrio entre a oferta e a procura. Para isto, o instituto terá o direito de reter a produção de café, sem limite de quantidade, conservando-a armazenada e liberando-a apenas na medida das necessidades do comércio exportador. Assim, ao contrário do plano de 1906 e dos posteriores, o órgão valorizador não intervém diretamente no mercado comprando e vendendo o produto; apenas regula as entregas, procurando equilibrá-las com o ritmo da exportação.

Resultava daí a necessidade de financiar os produtores que ficavam com suas colheitas retidas. Através de um banco oficial do Estado de São Paulo far-se-á o financiamento que será até 50% do valor da mercadoria retida. O mesmo banco operará também com hipotecas de propriedades agrícolas. O instituto e todo o plano eram de iniciativa paulista, e somente se ocupavam com o café e o comércio de São Paulo. Por acordo, os demais Estados produtores adotaram medidas semelhantes e paralelas com relação ao seu produto. Para todas estas operações,

Lazard Bros. adiantavam os recursos necessários; e criava-se sobre o café um novo imposto de mil-réis-ouro por saca (isto é, 2s. 3d. em moeda inglesa) destinado às despesas com a execução do plano e serviço das dívidas contraídas.

Todo este esquema, destinado inicial e aparentemente só a regularizar o escoamento da produção brasileira e manter a estabilidade dos preços, não tardará em transformar-se num *corner* imenso do café. Com os sessenta e tantos por cento que representavam sua contribuição para o consumo mundial, o Brasil poderá lançar-se numa grande manobra especulativa destinada a forçar a alta dos preços. É o que se fará, particularmente depois de 1926. Para isto não se terá mais que reduzir as ofertas na proporção conveniente, o que o aparelhamento do Instituto do Café facultava. Os banqueiros e demais interesses internacionais, que atrás da cortina manobravam o instituto, recolherão da manobra consideráveis proveitos.

Mas o resultado seria o acúmulo de estoque retidos e que se avolumavam cada vez mais. Situação que se ia agravando de ano para ano porque os altos preços estimulavam grandemente a produção. Só em São Paulo, o número de cafeeiros subirá dos 949 milhões em que o vimos em 1924, para 1 155 000 000 em 1930. Este aumento se fizera quase todo à custa de largos apelos ao crédito, e a lavoura achava-se pesadamente endividada. O que ainda agravava o problema é que se alargava também a produção dos concorrentes do Brasil, da Colômbia em particular. A sustentação dos preços exigia, por isso, retenções consideráveis.

Aparentemente a situação da lavoura era próspera: os altos preços do café prometiam larga margem de lucros. Prometiam apenas, porque efetivamente não se vendia e exportava senão uma parte da produção. O resto permanecia retido à espera de oportunidade que nunca chegará. O pior é que depois de alguns anos de funcionamento do plano, não havia mais como sair da situação artificial e precária que se criara. E na base de preços altos que se tinham contraído as dívidas da lavoura; era preciso, pois, mantê-los. E isto se tornará cada vez mais difícil, exigindo retenções que aumentavam de ano para ano, e portanto novas dívidas para o financiamento de uma produção que não era vendida.

O desenlace fatal virá com o craque da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929. O curso do café não resistirá ao abalo sofrido em todo o mundo financeiro, e declinará bruscamente de 30%. A queda

ainda será depois mais acentuada. Ao mesmo tempo estanca-se o crédito externo e suspende-se o financiamento do café retido; processa-se à liquidação dos débitos contraídos. *Lazard Bros.* ainda lançarão na fogueira mais 20 milhões de libras para tentar a salvação dos últimos restos do desastre. Mas isto de pouco servirá: os novos preços do café não eram suficientes para fazerem face aos débitos anteriormente contraídos pelos lavradores. A sua ruína era completa.

O resto da história não será mais que a liquidação da massa falida deixada pela aventura valorizadora. Mas ela entra num quadro muito mais amplo que é o da crise geral de todo o sistema econômico do Brasil. Ficarão pois para o capítulo final em que veremos em conjunto todos os aspectos desta crise que se processa ainda, com novas modalidades, sob nossas vistas atuais.

14. A INDÚSTRIA VALORIZAÇÃO *

Entre a primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna maquinaria, interpõe-se na evolução econômica do Brasil um grande hiato. Aquela decaiu e praticamente se anulou antes que outra surgisse. Assinalei em capítulo anterior que a abertura dos portos ao livre comércio exterior, em 1808, aniquilou a rudimentar indústria artesanal que existia na colônia. Não somente se abriram os portos, mas permitiu-se que as mercadorias estrangeiras viessem concorrer no mercado brasileiro em igualdade de condições com a produção interna, graças a tarifas alfandegárias muito baixas (15% *ad valorem*) que se mantiveram até 1844. As débeis manufaturas brasileiras, já tão embaraçadas pelas precárias condições econômicas e sociais do país, sofreram com isto um golpe de morte. Diante da concorrência dos produtos de baixo custo, europeia, de qualidade superior, muito mais variados e is praticamente elas não somente se tornavam incapazes de progredir, mas, a indústria se paralisam. E quando, mercê de novas circunstâncias, já sem tradição brasileira se restabelece, terá por isso que partir do nada, sem tradição humano manufatureira, sem condições materiais e sobretudo ele aproveitáveis.

Além das condições gerais que embaraçavam o progresso industrial do Brasil, ocorrem circunstâncias específicas que dificultam sobre-

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. p. 257-69.

maneira o estabelecimento da indústria moderna no país. Em primeiro lugar, a deficiência das fontes de energia. O Brasil é pobre em carvão-de-pedra; as jazidas existentes, de qualidade inferior, são ainda hoje de exploração difícil e precária. No século passado podem-se considerar inexistentes. E energia abundante é condição primordial da moderna indústria maquinofatureira; não podiam fornecê-la entre nós, em quantidade apreciável, nem a lenha nem a força motriz da água ou do vento que eram as únicas fontes (além da humana e da animal) que então possuíamos. Além da deficiência de energia, faltou ao Brasil outro elemento fundamental da indústria moderna: a siderurgia. Neste caso, a matéria-prima é abundante; o território brasileiro encerra uma das principais reservas de ferro do universo, tanto em qualidade como em quantidade. Mas encontra-se em lugares de difícil acesso para os grandes centros consumidores do país. E a falta de carvão-de-pedra (embora parcialmente substituível pelo de lenha) embaraçava seu aproveitamento.

Mas o que sobretudo dificultava o estabelecimento da indústria moderna no Brasil era a deficiência dos mercados consumidores, cuja amplitude encontra na produção em larga escala, que caracteriza a maquinofatura, uma condição essencial que nada pode suprir. A situação brasileira, neste particular, era a mais inconveniente. O nível demográfico e econômico do país e o padrão de vida da sua população eram ínfimos. Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes. A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis. Os poucos milhões de habitantes espalhavam-se ao longo de um litoral de quase 6 000 km de extensão, e sobre uma área superior a 8 milhões de km²; agrupam-se por isso em pequenos núcleos largamente apartados uns dos outros, e sem contatos apreciáveis. Era assim constituído o mercado que se oferecia à indústria brasileira; não lhe podia ser mais desfavorável.

Com tudo isto, todavia, contava a indústria com algumas circunstâncias no seu ativo. Em primeiro lugar, e sobretudo, a dificuldade que o país sentia de pagar no estrangeiro as manufaturas necessárias ao seu consumo. As exportações, donde provinham todos os recursos para saldar os pagamentos externos, não acompanhavam o ritmo de cresci-

mento da população e de suas necessidades. Isto se observa em particular no déficit constante do nosso comércio exterior, e que perdurará até meados do século passado. O desequilíbrio geral das contas externas do país se comprova, aliás, como já foi notado, pelo declínio constante do câmbio monetário, coisa que se observa em toda a evolução financeira do Brasil desde sua independência. E esta queda do câmbio, provocando o encarecimento das mercadorias de importação, formará por seu turno um dos estímulos à produção nacional.

Outro lhe virá das tarifas alfandegárias que a partir de 1844 são progressivamente elevadas. Nesta elevação estará às vezes presente a idéia de proteger a indústria do país; mas, sobretudo nos primeiros tempos, em plano muito secundário. O que realmente determina o progresso das tarifas são as necessidades financeiras do Tesouro público; o que convém destacar não somente porque explica convenientemente esta criação de barreiras alfandegárias num país em que a hegemonia política pertencia ainda a uma classe, a dos grandes proprietários rurais cujos interesses lhe eram naturalmente contrários, como ainda porque a política tarifária, objetivando necessidades financeiras e não especificamente proteção à indústria, onerará indiscriminadamente tanto os gêneros da sua produção, como direta ou indiretamente, outros que entram para os seus custos.

Outro fator favorável à indústria brasileira será a produção local de uma matéria-prima de grande importância para ela: o algodão. E efetivamente a maquinofatura se iniciará no Brasil com a indústria têxtil que até muito recentemente representará sua parte substancial.

Finalmente, uma última circunstância favorável ao estabelecimento de indústria será a disponibilidade de mão-de-obra e seu baixo preço. Numa economia agrária e escravista como a nossa, e onde a grande lavoura teve um papel absorvente e monopolizador das atividades rurais, a grande massa dos homens livres fica à margem. É o que se verifica efetivamente, e sintoma disto será a desocupação e a vadiagem que representaram sempre o estado normal de uma grande parte da população da colônia. Aí a indústria nascente encontrará um amplo abastecimento de mão-de-obra; deficiente, é verdade, e muitas vezes precária e incerta. Mas compensando-se com seu ínfimo preço.

São estas as circunstâncias principais que condicionarão o desenvolvimento de uma pequena indústria, sobretudo têxtil, na segunda metade do século passado. Ela terá um caráter local limitado a pe-

quenos mercados de curto raio. Já abordei a matéria em capítulo anterior (cap. 20).

Depois de seus modestos princípios, a indústria brasileira terá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-89), coincidindo com esta fase já assinalada de geral recrudescimento das atividades do país. O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de duzentos em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de seiscentos. O capital invertido sobe então a 400 000 contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3 1/2% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia.

Esta fase de progresso industrial prolongar-se-á na República, correspondendo à febre de iniciativas dos primeiros anos do novo regime. O brusco declínio de câmbio que então se verifica ainda virá reforçar a situação próspera da indústria; e o rompimento do equilíbrio conservador do Império abrirá as portas para uma política de mais consciente amparo à produção do país. As tarifas alfandegárias serão sucessiva e grandemente elevadas, e já desta vez com o objetivo deliberado de protecionismo industrial.

Entre 1890 e 1895 serão fundadas 425 fábricas, com inversão de mais de 200 000 contos, isto é, 50% do total invertido no começo do período. Segue-se a fase de grande crise financeira em que o surto industrial é paralisado. A revalorização da moeda depois de 1898 trará novas dificuldades para as indústrias. Mas a política de saneamento financeiro as compensará com um fator que sobretudo no futuro será para elas de grande significação: é a cobrança em ouro de uma porcentagem dos direitos alfandegários, a chamada "cláusula ouro". Esta medida, adotada para permitir ao Tesouro público fazer face a seus grandes compromissos externos sem sofrer as contingências das oscilações cambiais, representará desde logo um acréscimo considerável de tarifas, pois o mil-réis-ouro valia 27d. contra 15 para o papel. E funcionaria no futuro como um reforçamento da barreira tarifária em consequência de qualquer nova depreciação cambial, o que aliás se verificará continuamente daí por diante.

Em 1907 realiza-se o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras. Serão encontrados 3 258 estabelecimentos industriais com 665.576:663\$000 de capital, e empregando 150 841 operários. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33% da produção cabia

ao Distrito Federal (capital da República, a que se podem acrescentar os 7% do Estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente a mesma unidade); 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro Estado alcançará 5%. Com exclusão do Rio de Janeiro, que continuava, como sempre fora no passado, a encabeçar a produção industrial, a transformação desde o tempo do Império fora considerável. Seria particularmente notável o caso de São Paulo, que se tornaria logo o maior produtor do país, com a grande parcela de 40% do total.

Esta concentração da indústria em São Paulo se explica pelo número de circunstâncias favoráveis que aí se reuniam. A principal delas é o progresso geral do Estado, graças ao desenvolvimento sem paralelo de sua lavoura cafeeira, o que lhe trouxera riqueza e população. A imigração concorrerá com a habilitação técnica do trabalhador europeu, muito superior ao nacional recém-egresso da escravidão ou estados similares. Finalmente, mas não de menor importância, será a abundância de energia hidráulica, já agora aproveitável sob a forma de eletricidade, nas proximidades justamente dos setores mais povoados do Estado; em particular, de sua capital. A primeira usina elétrica paulista (empresa internacional com capitais ingleses, belgas e franceses, e sede em Toronto, Canadá) começa a funcionar em 1901, com um potencial de 8 000 HP.

A distribuição das atividades industriais ainda mantém em 1907 a estrutura anterior: a indústria têxtil e a de alimentação compreendem a parte substancial do conjunto. Outro caráter a assinalar é sua extrema dispersão. Somente as indústrias de fiação e tecelagem de algodão, lã e juta¹ apresentam certa concentração. Nas demais, encontra-se excepcionalmente algum grande estabelecimento; o resto são pequenas unidades que não passam realmente de modestas oficinas com reduzido número de operários e inversão insignificante de capital.

A Grande Guerra de 1914-18 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram

¹ A indústria da juta, então uma das mais importantes do país, deve seu desenvolvimento ao café que se acondiciona em sacos dessa fibra. A matéria-prima se importava da Índia. Hoje é produzida no Brasil (Amazonas e Pará). Lembremos, a propósito, o nome do pioneiro da indústria da juta, Antônio Álvares Penteado, que instalou sua primeira fábrica em 1892 com capital formado na exploração de fazenda de café. O pormenor é interessante, porque ilustra a maneira como se financiou em boa parte o início da indústria paulista.

nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. No primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13 336, com 1 815 156 contos de capital e 275 512 operários. Destes estabelecimentos, 5 936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra.

Quanto ao caráter desta indústria recenseada em 1920, ela se conserva mais ou menos idêntica à de 1907, tanto no que diz respeito à sua dispersão como à distribuição percentual da produção. A modificação mais sensível será a transferência para o primeiro lugar das indústrias de alimentação, que passam de 26,7% da produção em 1907, para 40,2% em 1920. Isto se deve ao aparecimento de uma nova indústria que tomará durante a guerra grande vulto: a congelação de carnes. Estimulara-a o consumo crescente dos países beligerantes, e a exportação brasileira de carnes, nula antes do conflito, sobe em 1918 para 60 509 toneladas anuais. Esta indústria localiza-se no Rio Grande do Sul, o principal centro pecuário no país desde o século XVIII, e em São Paulo, que conta não somente com seus rebanhos, mas com os do Triângulo Mineiro, Mato Grosso e também Goiás.

Chegada a este ponto de desenvolvimento, a indústria passara já a ocupar um lugar de grande relevo na economia do país. Uma boa parcela dos artigos manufaturados do seu consumo era de produção interna, dispensando assim importações correspondentes de artigos estrangeiros.

Este será um importante fator de equilíbrio das nossas contas externas e da normalidade financeira do país. É nesta conjuntura, aliás, que repousará em grande parte a indústria: tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo seu equilíbrio. Isto dará à indústria uma grande segurança; mas terá ao mesmo tempo conseqüências muito graves. A indústria poderá repousar, e faltar-lhe-á estímulo suficiente para um apreciável progresso qualitativo. A maior parte das indústrias brasileiras viverá parasitariamente das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial. Não terá havido para elas a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas, e o

responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna. Pode-se dizer que os mercados virão a elas, num apelo à produção interna de artigos que a situação financeira do país impedia que fossem comprados no exterior. Quanto à concorrência entre os diferentes produtores nacionais, ela sempre será pequena porque o campo era grande demais, e os recursos deles reduzidos para empreendimentos de vulto e aspirações de envergadura. Os industriais brasileiros viverão em família; família pacífica em que fraternalmente se repartem as oportunidades².

Além disto, a ação indiscriminada das tarifas e da depreciação monetária tinha estimulado indústrias inteiramente fictícias, simples atividades de "ajuntamento de peças", que dependiam de fontes externas e longínquas de abastecimento para todas as suas necessidades, desde a maquinaria até a matéria-prima e materiais semiprocessados que empregavam. Doutro lado, se as tarifas e a depreciação monetária asseguravam a existência de indústria, também a oneravam consideravelmente com o encarecimento do material que precisava adquirir no exterior. Este será o caso, para todas elas, de pelo menos a maquinaria, que o país não produzia. Constituirá isto sempre um obstáculo muito sério oposto à renovação e aperfeiçoamento das indústrias. E as já estabelecidas, mesmo quando obsoletas, gozavam com isto de um privilégio contra que dificilmente podiam lutar concorrentes novos³.

De tudo isto, aliado às circunstâncias gerais do país já assinaladas em época anterior e que, embora atenuadas, ainda persistiam (debilidade do mercado interno, dificuldades de transporte, deficiência técnica), resultará uma indústria rotineira e de baixo nível qualitativo. Não haverá no seu conjunto nem progresso técnico sustentado (uma das carac-

² A falta de espírito de luta e grandes aspirações na indústria brasileira (efeito das causas apontadas) se observa na facilidade com que ao primeiro sinal de dificuldades, os industriais se solidarizavam em *pools* e agrupamentos destinados a controlar, limitar e repartir a produção. Isto sem o menor espírito de combate ou idéia de eliminar algum terceiro, mas unicamente para usufruírem uma situação pacífica e cômoda.

³ Procurou-se corrigir este inconveniente, estabelecendo em 1911 tarifas diferenciais que gravavam sobretudo a importação de artigos sem similares na produção nacional, aliviando os demais. Mas isto somente em parte resolvia a situação, porque era a depreciação da moeda que sobretudo contribuía para onerar as importações. E esta depreciação não somente atingia todas as importações, mas elevava-lhes as tarifas alfandegárias com o funcionamento da cláusula-ouro.

terísticas essenciais da indústria moderna)⁴, nem a paralela e indispensável concentração da produção.

A maior parte da indústria brasileira continuará como dantes: largamente dispersa em unidades insignificantes, de rendimento reduzido e produzindo exclusivamente para estreitos mercados locais.

Haverá ainda uma circunstância geral que contribuirá para uma tão precária situação da indústria: é a carência de capitais. O baixo nível econômico do país, e sobretudo deficiências estruturais, tornam o processo de capitalização lento e muito débil. Não se chegara a formar no Brasil nada que se parecesse com um mercado de capitais semelhante ao de todos os países industriais da atualidade. Para isto seria necessário o concurso de camadas apreciáveis da população que tivessem atingido um certo nível de prosperidade financeira. Isto não era possível nas condições econômicas e sociais predominantes no país. A débil acumulação popular mal dará para os empréstimos públicos. O Estado, sempre grandemente necessitado de recursos, e oferecendo uma aplicação de capital muito mais certa e segura que as indústrias, absorverá todas as disponibilidades das modestas poupanças acumuladas. E assim os fundos necessários para a indústria dependerão unicamente do concurso individual de seus iniciadores. Isto se observa particularmente no fato de pertencer a firmas individuais (sociedades de pessoas e não de capitais) 42% do capital empregado na indústria brasileira em 1920, segundo o censo desse ano. E mesmo as sociedades anônimas são no quase sempre muito mais de nome do que de fato; o seu capital pertence efetivamente, no mais das vezes, a simples indivíduos, famílias ou pequeníssimos grupos, a que se associam quando necessário alguns sócios fictícios para completar o número de sete que a lei exige como mínimo das sociedades anônimas. São certas vantagens práticas, e algumas fiscais, que levam a preferir esta forma de sociedade mesmo quando realmente se trata de firmas individuais. Isto se verifica no Brasil, embora mais atenuadamente, até hoje.

A acumulação capitalista ainda é essencialmente no Brasil um fato individual restrito. Aqueles que têm capitais aplicados na indústria

são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente. Alguns obtiveram grandes lucros na lavoura, particularmente do café. Quando depois de 1907, por exemplo, o café produzia larga margem de proveitos graças à política de valorização, mas o seu plantio estava limitado e havia o perigo da recorrência da crise, muitos daqueles lucros foram aplicados na indústria que efetivamente, depois de 1910, se desenvolve com rapidez. Outros se enriquecerão nos momentos de grande atividade financeira, quando o crédito é largo e a especulação fácil. É o que ocorreu, entre outros casos, no período imediatamente posterior ao advento da República. O jogo de bolsa, e de câmbio, representam para aqueles que conseguiram se salvar do desastre posterior uma fonte de acumulação capitalista que irá em parte alimentar a indústria. É preciso não esquecer nestas ocorrências e em outras semelhantes o papel das emissões de moeda fiduciária, realizadas ou para alimentar o crédito e o giro dos negócios ou, mais freqüentemente, para atender às necessidades do Tesouro público. Os excessos do meio circulante, que sempre ocorrem quando as máquinas de imprimir moeda começam a funcionar para atenderem a gastos públicos indiscriminados e excessivos, ou para atenderem à especulação, vão acumular-se nas mãos de privilegiados momentaneamente bem situados e dão margem para a formação de capitais que, de preferência, procurarão a indústria, sempre próspera nestes momentos graças à desvalorização paralela da moeda. Este fato observar-se-á particularmente no correr da I Grande Guerra (época de grandes emissões), e no período imediatamente posterior, até 1924, quando cessa o jorro emissor. Como nestes casos verifica-se uma elevação geral dos preços e encarecimento da vida que não são acompanhados no mesmo ritmo pelos salários e outros rendimentos fixos, a acumulação capitalista se faz efetivamente à custa de um empobrecimento relativo da massa da população, sobretudo de suas classes trabalhadoras, e um acréscimo de exploração do trabalho. Será esta a verdadeira origem dos novos capitais formados. É o que na linguagem técnica dos economistas ortodoxos se denomina "poupança forçada", se bem que se trata no caso de um tipo curioso de poupança, pois quem "poupa" são os trabalhadores, mas, quem se apropria da "poupança" assim realizada, são os capitalistas seus empregadores...

Outra fonte importante de acumulação capitalista no Brasil tem sua origem nos próprios lucros diretos e normais da indústria e do comércio, e é condicionada sobretudo pelo caráter particular de seus detentores. Analisando-se o tipo dos industriais brasileiros, observa-se

⁴ Em São Paulo, o principal centro industrial do país, as estatísticas oficiais revelaram em 1939 que das 324 689 máquinas em funcionamento existentes no Estado, 36 610 tinham menos de cinco anos de uso, 45 919 tinham entre cinco e dez anos, 130 811 tinham mais de dez anos, e 111 349 tinham idade desconhecida. *Estatística Industrial, 1938-1939*. Departamento de Estatística, São Paulo.

que boa parte deles se constituiu de indivíduos de origem modesta que, estabelecendo-se com empreendimentos a princípio insignificantes, conseguiram, graças aos grandes lucros dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado para um mínimo do essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas empresas. Este será o caso, em particular, de imigrantes estrangeiros, colocados em situação social que lhes permitia tal regime de vida. Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventícios de recente data ou seus sucessores imediatos — os Matarazzo, Crespi, Jaffet, Pereira Ignacio, etc. E se formou assim por pequenos e sucessivos concursos de economia duramente reunidas. Esta circunstância, devido ao vulto que representa no conjunto da indústria brasileira, tem no terreno econômico grande significação, porque dá conta não só do grande número de pequenas empresas que não são mais que escalões de um processo de crescimento potencial (donde uma das explicações da grande dispersão da produção industrial brasileira), como sobretudo da debilidade de indústrias que repousam exclusivamente em bases financeiras tão estreitas e precárias.

Não é assim difícil compreender a debilidade orgânica em que se debaterá a indústria brasileira. E sua grande vulnerabilidade. A sua sorte estará indissolúvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. Qualquer conjuntura favorável das finanças externas brasileiras repercutirá duramente na indústria. Isto se observa em particular no período que se segue à I Grande Guerra. A prosperidade de que gozara no decurso do conflito prolongar-se-á no após-guerra, graças sobretudo à desvalorização da moeda e a emissões de vulto. Mas em 1924 inverte-se a situação: cessa a política de emissões, a moeda se revaloriza e depois de algumas oscilações, estabiliza-se a partir de 1927. Doutro lado, o comércio externo se fortalece com o aumento do valor das exportações (devido sobretudo à política de valorização do café); e intensifica-se o afluxo de capitais estrangeiros (empréstimos públicos, inversões privadas). Estas circunstâncias determinarão uma situação folgada das contas externas do país. Os saldos financeiros serão consideráveis, o que se observará no grande afluxo de ouro em espécie. Depois de um largo período de penúria total de ouro, o encaixe metálico do país subirá em

poucos anos para 1 266 000 contos (31 milhões de libras)⁵. Esta situação atingirá profundamente a indústria que não poderá mais fazer frente à concorrência estrangeira favorecida pela grande folga nas finanças externas do país. A importação de artigos manufaturados que vinha em declínio ou permanecia estacionária desde antes da Grande Guerra, cresce subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional. O período que vai de 1924 a 1930 será uma fase sombria para as indústrias brasileiras; muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se manterão muito próximas do nível mínimo de subsistência.

Mais sólido é um setor particular da indústria brasileira que se veio desenvolvendo sobretudo a partir da I Grande Guerra: refiro-me às indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras. Trata-se em regra de empresas que operando já de longa data no mercado brasileiro onde vendem seus produtos, acabam instalando-se no país para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, aproveitarem-se de mão-de-obra barata, ou por uma questão de facilidade de transporte. Montam então indústrias subsidiárias no Brasil que são como prolongamentos delas, uma seção de acabamento dos produtos. O processo da produção fica dividido em duas partes: a primeira é realizada na matriz; a última, na filial instalada no Brasil. Naturalmente é muito variável, de uma empresa para outra, e mesmo para cada qual delas em épocas sucessivas, a parte do processo da produção que cabe a uma e outra seção. Na indústria química e farmacêutica, por exemplo, há muitos casos em que a seção brasileira se limita quase só ao acondicionamento de artigos já acabados e produzidos na matriz. A *General Motors* e a *Ford Motor Company* instalaram em São Paulo oficinas para montagem de veículos motores com peças importadas de suas fábricas norte-americanas; aos poucos, algumas destas peças ou partes dos veículos foram sendo fabricadas nessas oficinas. Na fabricação de pneumáticos, a borracha era toda elaborada no Brasil, mas as lonas se importavam. Um caso extremo era o da indústria de cimento, em que a matéria-prima e sua elaboração é toda nacional; mas ainda aí o combustível (o óleo, que entra com 70% no valor do produto) se importava. Estes exemplos servem para mostrar como é variado o tipo das indústrias subsidiárias. As primeiras indústrias subsidiárias já datam no Brasil de antes da I Grande

⁵ Este valor é atingido nas vésperas do grande craque da Bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929.

Guerra. Entre outras, pode-se citar a *Pullman Standard Car Export Corporation*, a primeira de vulto, que se instalou no Rio de Janeiro, em 1913, com oficinas de montagem de material ferroviário. Durante a guerra, ou pouco antes, afluem várias indústrias subsidiárias, mas de um tipo diferente: são os frigoríficos, que não visam o mercado brasileiro, mas apenas o aproveitamento da matéria-prima abundante no país, e exportação de carne para a Europa. São eles: *Wilson & Company*, *Armour*, *Swift*, *Continental*, *Anglo*. Toda a indústria brasileira de carnes congeladas (a que se juntou logo a de conservas) foi sempre e ainda é na maior parte constituída de filiais de grandes empresas estrangeiras, norte-americanas em particular.

Mas é depois da I Grande Guerra que as indústrias subsidiárias se multiplicam no Brasil. Só as norte-americanas (são as mais numerosas, mais importantes e únicas de que possuímos dados completos) somam dezesseis, todas de grande vulto, estabelecidas entre 1919 e 1932. Os ramos principais da sua produção são: veículos motores, produtos farmacêuticos e químicos, aparelhamento elétrico, alimentação (farinhas, conservas, etc.).

Ao grupo de indústrias filiais de grandes empresas estrangeiras podem ser assimiladas outras que embora formadas com capitais brasileiros, e portanto nacionais (ou com parte apreciável de capital brasileiro), não fazem mais que montar peças acabadas ou semi-acabadas que importam. Elas se encontram sobretudo no setor de aparelhamento elétrico (motores, ascensores, rádios, vitrolas, etc.). Estas indústrias, embora nacionais, são muitas vezes ligadas intimamente e mesmo subordinadas inteiramente a organizações estrangeiras.

A posição econômica que todas estas indústrias subsidiárias ocupam é singular. De um lado, não passam efetivamente, muitas vezes, de pouco mais que simples agências comerciais destinadas a preparar para o consumo artigos já mais ou menos elaborados no estrangeiro. Mas em certos casos adquirem relativa e mesmo completa autonomia, suprimindo com fabricação própria a maior parte da sua produção. E assim, mesmo quando filiais de indústrias estrangeiras, começam a funcionar, no terreno da produção, como entidades autônomas e ligadas apenas financeiramente com suas matrizes. Foi esta aliás a evolução verificada, porque o problema dos transportes, o obstáculo das tarifas alfandegárias, os riscos das oscilações cambiais, e sobretudo a mão-de-obra mais barata e a necessidade de se adaptarem melhor às condições específicas do mercado brasileiro, levam as empresas estrangeiras por esse caminho.

A que se virão acrescentar os excepcionais favores que lhes foram concedidos depois da II Guerra Mundial, como se verá nos próximos capítulos. As empresas estrangeiras, sobretudo mais tarde, mas embora modestamente já no período de que ora nos ocupamos, trarão contribuição decisiva para o desenvolvimento da indústria brasileira. E será contribuição particularmente importante, porque serão os principais responsáveis pelo estabelecimento no país de uma indústria de base capaz de iniciar aqui mesmo a elaboração da matéria-prima e a produção do material semi-elaborado, e mesmo a maquinaria destinados às diferentes indústrias que trabalham diretamente para o consumo final.

Esta consideração nos leva para o terreno mais amplo da indústria de base moderna por excelência, que é a metalurgia do ferro. O Brasil, com suas imensas reservas de minério de ferro de boa qualidade, se encontra neste setor, a certos respeito, bem aparelhado. Já assinalei as dificuldades técnicas fundamentais da metalurgia brasileira: a localização das jazidas, afastada dos principais núcleos de população e de difícil acesso; a pobreza do carvão-de-pedra nativo. São circunstâncias que contaram por muito no atraso com que o ferro brasileiro começou a ser explorado em escala apreciável. É somente durante a I Grande Guerra e depois dela que a metalurgia começa propriamente a surgir no Brasil.

Ainda ocorrerá outro obstáculo oposto a seu desenvolvimento: será o controle exercido sobre as principais jazidas brasileiras de ferro por grupos financeiros internacionais. Desde antes da guerra, vários desses grupos tinham adquirido a maior parte das vastas áreas do Estado de Minas Gerais onde se encontram as ocorrências do minério. Dentre elas se destaca a *Itabira Iron Ore Co.*, ligada às casas *Rothschild*, *Baring Bros.* e *E. Sassel*, e que fez suas aquisições em 1911. Mas o objetivo de tais grupos era apenas obter o controle das reservas brasileiras e impedir seu acesso a concorrentes; não se interessavam em explorá-las, e por isso permanecerão inativos, apesar dos contratos e obrigações em contrário existentes.

A I Grande Guerra dará um primeiro impulso sério à exploração e aproveitamento industrial do minério brasileiro. Uma pequena usina instalada desde 1888 em Itabirito (Minas Gerais) produzirá, em 1915, 3 259 toneladas de gusa, que se elevarão em 1921 para 15 316. E neste último ano que se instala a primeira grande empresa siderúrgica, a *Belgo Mineira*, formada de capitais franco-belgo-luxemburgueses, que estabelece sua primeira usina com alto-forno em Sabará (Minas Gerais).

Outras, mas de menor importância, aparecem em seguida. Empregarão todas como combustível o carvão de lenha obtido localmente (trata-se de uma região de florestas) e uma pequena parte de coque importado. A siderurgia brasileira começa então a se desenvolver, embora ainda muito lentamente. Em 1931, a produção total era apenas de 71 000 toneladas entre aço, ferro-gusa, laminados, trefilados e peças fundidas ⁶.

A maior parte da produção era de ferro redondo para construções. Mas assim mesmo dará origem a pequenas manufaturas instaladas nos grandes centros (em particular São Paulo e menos no Rio de Janeiro), que elaboram o ferro produzido em Minas Gerais e fabricam diferentes artigos acabados de ferro e aço. Nestes centros também aparecem indústrias de aço que utilizam a sucata que se vai tornando abundante nestas aglomerações de grande vulto. Forma-se assim uma pequena indústria metalúrgica que produz toda a sorte de artefatos de uso corrente (pregos, ferramenta, cutelaria, etc.) e até peças e mesmo maquinaria de certa complexidade (como por exemplo teares, geradores elétricos, etc.). Esta indústria, contudo, ainda será por muito tempo incipiente e rudimentar. Somente a partir da II Grande Guerra adquirirá certo vulto e atingirá padrões mais elevados.

IV. DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA

15. A BASE NA HISTÓRIA *

Se a perspectiva histórica é necessária para a compreensão e interpretação de quaisquer fatos naturais — e portanto para se efetivar o domínio do homem sobre eles, o que constitui o objetivo último de toda ciência — isso é tanto mais verdade no que diz respeito aos fatos sociais; e aos econômicos de que me ocupo aqui, em particular. Os fatos econômicos são essencialmente dinâmicos, e as situações em que se configuram e onde vamos analisá-los representam sempre o termo de um processo, um momento apenas, em si insignificante e privilegiado unicamente por ser o último de uma série anterior onde se gerou e onde adquire a individualidade e particularidade que o caracterizam. Só aquele processo que se revela através da história e na sua perspectiva nos pode dar assim a compreensão do que representa e significa realmente um fenômeno econômico, permitindo-nos com isso penetrar-lhe o dinamismo e dirigi-lo para os fins que nos interessam.

Particularmente na análise da economia brasileira, a perspectiva histórica se mostra fecunda. Constituímos um complexo de formas econômicas onde se articulam e mais ou menos frouxamente se entrosam entre si as mais variadas situações que em outros países que nos fornecem os padrões científicos com que pesquisamos e de que inferimos

⁶ Esta é a produção das usinas de Minas Gerais que empregam como matéria-prima o ferro extraído do minério nacional.

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo, Gráfica Urupês, 1954. p. 5-12. (O título deste texto é do autor da seleção.)

normas práticas de ação, se distribuem temporalmente através de uma longa evolução. Por força das contingências do mundo moderno e contemporâneo em que se situa a história do Brasil, a nossa evolução se precipitou num ritmo irregular e espasmódico que o país em conjunto não pôde acompanhar. Acumularam-se, por isso, lado a lado, e frequentemente numa confusão inextricável, formas econômicas de contraste chocante que pertenceriam, numa evolução mais regular, a épocas largamente afastadas entre si. A nossa história ainda é, por isso, em muitos casos, uma atualidade.

Não me refiro aqui unicamente a tradições e a certos anacronismos berrantes que sempre existem em qualquer tempo ou lugar, e sim a caracteres fundamentais de nossa estrutura econômica. Encontramos no Brasil, e participando ainda ativamente do conjunto de nossa vida econômica, feições que segundo os padrões oficiais da economia política pertencem a um passado longínquo. A começar pelo pioneirismo de aventureiros que desbravavam territórios inteiramente desertos, ou que lutam, para conquistá-los, contra outros povos e nações, como é o caso dos silvícolas que ocupam, embora esparsamente, boa parte do território brasileiro. Já no presente século, os plantadores de café do próprio São Paulo combatiam os índios de armas na mão; e em nossos dias, os seringueiros da Amazônia em cujos braços assenta a produção da matéria-prima essencial de uma das mais importantes indústrias do Brasil, a dos artefatos de borracha, esses seringueiros ainda se defendem, nos extremos de sua avançada, da "agressividade dos índios", maneira eufêmica de dizer que é pela guerra (pois isso constitui uma guerra, em miniatura embora) que avançam na conquista do território. Coisa semelhante se passa com fiscadores e mineradores de ouro e diamantes nos confins de Goiás e Mato Grosso.

Um pioneirismo mais pacífico, mas nem por isso menos primitivo, se desenrola em outras regiões do Brasil: refiro-me ao dos *caboclos*, largamente disperso em nosso país, e que abre caminho para a avançada do café e da colonização na bacia do Paraná, no chamado Mato Grosso de Goiás, nos confins do Espírito Santo e Minas Gerais. Avançada frequentemente cheia de lances dramáticos cujos ecos mal chegam até nós habitantes das cidades, e em que figuram camponeses espoliados de suas posses e frutos de longo trabalho; grileiros que agem com a complacência e não raro cumplicidade das autoridades; mateiros que vêem derrubar a floresta numa façanha que só vista de perto se pode avaliar; e finalmente ocupantes mais pacíficos e estáveis que vão lavrar a terra e cultivá-la. Mas até aí, é geralmente o barbarismo dos mais

crus que domina, relembrando episódios hoje da competência exclusiva, nos países da Europa e mesmo na América do Norte, de historiadores.

Ao lado desse pioneirismo, que não é desprezível, mas pelo contrário conta ainda por muito em nossa vida econômica, encontramos em regiões de colonização já antiga situações que "oficialmente" se ignoram e que nos transportam para um passado medieval. Refiro-me a relações de trabalho que pouco se distinguem da servidão da gleba, como a desses trabalhadores rurais presos por dívidas a seus patrões, e por isso completamente à mercê deles. Encontramos disso, quase juridicamente reconhecido, em muitas regiões do Brasil; e endêmico por toda parte, com exceção de raras zonas de maior progresso. Tal situação acha-se aliás praticamente legalizada pelo Código Civil, cujo artigo 1230 dispõe que o locatário de serviços agrícolas responde pelos débitos do locador para com o locatário anterior¹. Só o fato de tal disposição figurar no direito brasileiro a par da legislação do trabalho, é bem a prova da complexidade de nossa estrutura econômica.

Ao pioneirismo acrescenta-se assim o escravismo e feudalismo. A Europa medieval também se acha representada entre nós por esse artesanato primitivo que se difunde por toda parte e que não está ausente nem mesmo em importantes centros urbanos. Particularmente no norte do país, ele constitui um traço característico tanto do interior como das capitais, para grande satisfação de turistas e folcloristas. Mas aqui mesmo em São Paulo, é suficiente visitar essas feiras e festas que se realizam periodicamente nos centros de peregrinação religiosa, para se deparar com cenas que relembram vivamente velhas estampas medievais. Que dizer então de extensas regiões, particularmente no norte, mas que não faltam no sul, onde encontramos populações que vegetam em nível econômico que não se distingue muito, senão para pior (porque lhe faltam outros valores), daquele que caracterizava os países europeus de muitos séculos passados?

A par disso, mas por uma gradação evolutiva que se poderia alinhar com uma escolha adequada das infinitas e tão variadas feições que encontramos esparsas pelo Brasil, deparamos com aquilo que sobretudo nós habitantes desta parte meridional do país conhecemos tão bem

¹ Outras medidas restritivas da liberdade do trabalho rural encontram-se nas disposições relativas ao *aliciamento* de trabalhadores (art. 1235 do Cod. Civ.). O aliciamento de trabalhadores rurais constitui crime legalmente definido até a promulgação do novo Código Penal de 1940.

porque faz parte integrante de nossa vida rotineira, a saber, esses padrões que em nada se distinguem dos grandes centros europeus e norte-americanos e que são nossas metrópoles comerciais e industriais com seus arranha-céus, palácios, fábricas e cortiços.

De tudo isso resulta, para o economista que pretende observar a vida brasileira, uma extrema complexidade. Há que acrescentar-lhe ainda a confusão em que se apresenta a distribuição geográfica daquelas formas econômicas tão variadas. Encontramo-las lado a lado, as mais primitivas metidas em cheio noutras altamente desenvolvidas, como se dá em São Paulo, por exemplo, na maior parte do território que medeia entre a capital e os centros agrícolas, industriais e comerciais que se dispõem a seu redor num raio de algumas dezenas de quilômetros: além do porto paulista que é Santos, as regiões de Moji-das-Cruzes, Jundiaí, Sorocaba. Nesses territórios intermédios e nas portas da grande capital, o que encontramos em matéria econômica é uma pobre agricultura de caboclos e uma rudimentar indústria extrativa de lenha e carvão vegetal. Inversamente, são numerosos no Brasil estes oásis de progresso e alto nível perdidos em meio de regiões primitivas, como entre outros os centros metalúrgicos de Minas Gerais, onde os altos-fornos pontilham desertos onde apenas algumas roças de caboclo assinalam a presença da vida humana.

Para o economista, reconhecer o terreno nessa complexidade tremenda, destacar e isolar formas, classificá-las convenientemente, descobrir suas relações e entrosá-las num sistema geral em que se configurem os problemas reais e profundos da economia brasileira, fazer ciência em suma, tudo isso se torna extremamente difícil, e mesmo impraticável sem uma perspectiva de conjunto e que não é outra, como logo veremos, senão a história. Na falta de uma tal perspectiva de conjunto, ou se eliminam arbitrariamente as complicações que parecem desfigurar os modelos consagrados, e perde-se aí de vista a realidade brasileira; ou desorientam-se os esforços em teias inextricáveis onde os círculos viciosos apontam a cada passo e não é possível cortar-lhes o nó górdio. Encontramo-los referidos amiúde e debatidos incessantemente, como sejam: "os nossos índices econômicos são baixos porque não há recursos para estimulá-los, mas não há recursos porque aqueles índices são baixos"; "a produção brasileira é onerosa e seus produtos caros, porque ela se realiza em pequena escala e para mercados reduzidos, mas esses mercados não podem ser ampliados porque a produção é cara"; "as atividades produtivas são deficientes porque lhes falta técnica, mas falta-lhes técnica porque uma atividade deficiente não comporta o custo

da técnica"; "o país é pobre porque faltam-lhe capitais, mas faltam-lhe capitais porque o país é pobre..."

Fecham-se assim os nossos horizontes, e enquanto os pessimistas apontam causas fundamentais e irremovíveis para nossos males (quantas vezes, por exemplo, não se fala entre nós em inferioridade racial ou na inconveniência do clima tropical que é o nosso?), os otimistas esperam no milagre permanente de um progresso fatal e necessário ditado pelo destino. E enquanto uns se conformam com a mediocridade da vida brasileira (que em regra não os atinge), e outros aguardam passivamente o milagre, vão-se provisoriamente receitando mezinhas, como entre outras de natureza econômica, o retorno ao liberalismo e à não-intervenção do Estado; mas logo depois aos projetos de aquisição maciça, por esse mesmo Estado, de safras invendáveis; ou então se apela para soluções imediatistas cujas conseqüências futuras não são pesadas, como essa de solicitar o concurso de capitais estrangeiros, esquecendo o velho apólogo do vaso de barro e do vaso de cobre...

V. SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

16. EM "A REVOLUÇÃO BRASILEIRA" *

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como "restos feudais". Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver "restos", haveria por força de preexistir a eles um sistema "feudal" de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado¹. Ao analisarmos no próximo capítulo a conjuntura econômico-social brasileira da atualidade, remontando para isso às suas origens históricas, teremos ocasião de considerar aquele passado, no qual se deveria situar, caso tivesse ocorrido, o feudalismo de que hoje encontramos os "restos". Desde já, contudo, vejamos esses "restos", ou antes aquilo que se tem entendido e ainda se pretende interpretar como tal. Afastar-se-ão assim desde logo, ao que penso, alguns obstáculos de idéias e convicções preconcebidas que usualmente perturbam e dificultam a análise adequada da estrutura econômica e social brasileira.

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. p. 39-43.

¹ Não é preciso insistir em que as *capitanias hereditárias* nas quais se dividiu o território brasileiro no início da colonização, e que tinham formalmente um estatuto jurídico inspirado em modelos feudais, nada têm de comum com o assunto que tratamos aqui.

Um elemento do sistema de produção agropecuária brasileira que invariavelmente se aponta como caracterizando a natureza semifeudal da nossa economia é a *parceria* (meia ou terça). Já tive ocasião, em outro lugar², de considerar o assunto, procurando analisá-lo em profundidade e em seus diferentes aspectos econômicos e sociais. A conclusão a que se chega, conclusão que me parece incontestável e que aliás nunca foi contestada, nem mesmo argüida, é que a parceria, sob a forma em que geralmente se pratica no Brasil e nos setores de alguma expressão no conjunto da economia do país, não constitui propriamente a "parceria" clássica e tal como se apresenta em outros lugares, e na Europa em particular, como sejam o *métayage* francês ou a *mezzadria* italiana. Trata-se entre nós, pelo menos naquelas instâncias de real significação econômica e social no conjunto da vida brasileira, de simples relação de emprego, com remuneração *in natura* do trabalho. Isso é, com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, a metade, na meação; duas terças partes, na terça. A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho. Ao menos no que respeita a suas implicações sócio-econômicas. Não voltarei aqui sobre esse assunto, suficientemente desenvolvido, segundo me parece, no estudo acima citado. Mas lembrarei algumas circunstâncias que comprovam, além de qualquer dúvida, não constituir a parceria, que encontramos incluída nas relações de trabalho da agropecuária brasileira, e não constituir sobretudo do ponto de vista que presentemente nos interessa, e que é o político-social, uma forma "anacrônica" de relações de produção, resultante de sistemas obsoletos de organização econômica e que se trataria de superar a fim de abrir caminho para o desenvolvimento das forças produtivas. É nesses termos que se situa, ou deve situar-se a questão quando considerada em seu aspecto político e revolucionário. Além disso, veremos também que não é no sentido da eliminação da parceria que atuam as forças sociais progressistas e revolucionárias que impõem o processo de desenvolvimento brasileiro, como foi o caso — para exemplificarmos com o ocorrido em sistemas efetivamente feudais que foram objeto da análise dos clássicos do marxismo, Marx e Lenin em particular — da servidão da gleba e outras restrições da mesma ordem que atuaram no processo revolucionário que presidiu nos países

² Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense*, n.º 28, março-abril de 1960.

européus à transição do feudalismo para a etapa então superior de desenvolvimento econômico que é o capitalismo.

Observe-se em primeiro lugar que em São Paulo, onde se encontra o principal setor da economia agrária brasileira, e sem dúvida o decisivo em termos político-sociais, a parceria constitui tão pouco uma forma anacrônica ou obsoleta, que somente se difundiu e se tornou elemento ponderável na economia do Estado, em época relativamente recente, posterior a 1930, e ligada a uma cultura específica, a do algodão. Antes daquela data, e em outras culturas ainda hoje (salvo unicamente em pequenas culturas subsidiárias de cereais) não tem expressão econômica apreciável. Sempre foi praticamente desconhecida na cultura cafeeira, a mais importante e fundamental do Estado. Falar assim da parceria como forma institucional de relações de trabalho e produção que sobrevive anacronicamente de um passado feudal, é evidentemente falso. Tanto mais que no próprio caso da cultura algodoeira, única instância de grande expressão em que a parceria se apresenta em proporções apreciáveis, ela se acha ligada não a reminiscências ou anacronismos feudais ou outros quaisquer, e sim a circunstâncias peculiares da cotonicultura e conveniências técnicas e financeiras que lhe dizem respeito. Tanto assim que não somente em São Paulo, mas em outras regiões do país onde o algodão é cultivado em larga escala, bem como em outros países de grande produção da fibra — lembremos o caso dos Estados Unidos com o seu *share-cropping* — as relações de produção se estabelecem em geral, e tal como em São Paulo, na base da divisão do produto³. Onde portanto os “traços feudais” atribuídos como característicos a esse tipo de relações econômicas?

De outro lado, a parceria representa no Brasil, no que diz respeito ao trabalhador, suas conveniências e seu padrão e estatuto sociais, um tipo superior de relações de trabalho e produção, quando comparados às puras e típicas relações capitalistas que são o salariado. Esse é um fato que nenhum conhecedor da vida rural brasileira ignora. Acrescente-se a isso que nas circunstâncias da agropecuária brasileira, a parceria (isto é, a remuneração do trabalho e serviço prestados com participação no produto) apresenta geralmente, e em particular no caso do algodão, um sistema superior de organização econômica e padrões

³ Nos Estados Unidos, o sistema do *share-cropping*, que é idêntico à meação praticada na cotonicultura brasileira, somente começou a ser substituído pela remuneração do trabalhador em dinheiro, depois da introdução da colheita mecânica, na década 1940-1950.

mais altos de produtividade. Por isso, aliás, é o adotado em regra. Não se pode assim considerar a ocorrência da parceria, no caso específico do Brasil e suas peculiares condições, um fator negativo no processo de desenvolvimento da economia, e por conseguinte um foco de contradições de potencialidade revolucionária. Note-se que não se trata aqui da defesa e muito menos apologia da parceria em si e como sistema de organização da produção agrária. Não é esse o nosso ponto, e sim a avaliação da parceria em termos econômicos e sociais na fase atual de nossa evolução histórica. E numa perspectiva dessas, que é o que interessa no momento, a parceria representa antes um fator positivo e de nível tecnológico e social superior. Que sentido social e revolucionário, portanto, tem a conceituação da parceria no Brasil (ou aquilo que formalmente corresponderia à parceria propriamente) como elemento integrante de uma ordem econômica e social obsoleta, que seria o feudalismo, a ser superada revolucionariamente por reformas democrático-burguesas?

Citam-se outros elementos presentes nas relações da agropecuária brasileira que caracterizariam, segundo os teóricos que estamos criticando, remanescentes feudais ou semifeudais. Assim a instituição do chamado “barracão” (fornecimento de gêneros aos trabalhadores pelo proprietário ou seus prepostos, em regra a preços extorsivos); o “cambão” (prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra, sistema esse ocorrente sobretudo no Nordeste), bem como outras formas intensivas de exploração do trabalho. Tudo isso, todavia, nada tem de “feudal” ou “semifeudal”, no sentido próprio da expressão, e não naquele que se vulgarizou por força da própria teoria que lhe deu essa qualificação. Para fundamentar e coonestar essa teoria, foi-se forçado a deformar não apenas os fatos da realidade a que se pretendia aplicá-la, mas também os próprios conceitos de que se utiliza. “Feudal” tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso. Tais formas, sem dúvida ainda largamente difundidas nas relações de trabalho rural brasileiro, constituem remanescentes, isto sim, do sistema de trabalho vigente legalmente no Brasil até fins do século passado, a saber: a escravidão. É a escravidão, em que o Brasil se formou, e que apenas duas gerações passadas ainda conheceram, é isso que se prolonga até hoje à margem da lei e imprimindo seu cunho anacrônico nas relações de trabalho de boa parte do campo brasileiro. Mas escravismo e feudalismo não são a mesma coisa, e no que se refere à estrutura e organização econômica constituem sistemas bem distintos.

E se distinguem sobretudo no que concerne ao assunto de que estamos tratando, isto é, a natureza das relações de trabalho e produção e o papel que essas relações desempenham no processo político-social da revolução. O que nesse particular essencialmente caracteriza o feudalismo tal como o encontramos na Europa medieval, e como nos seus remanescentes ainda subsistia na Rússia czarista de fins do século passado e princípios do atual, onde e quando Lenin se ocupou dele para elaborar a sua teoria da revolução democrático-burguesa, o que caracteriza esse feudalismo é a ocorrência na base do sistema econômico-social, de uma economia camponesa, isto é, da exploração parcelária da terra pela massa trabalhadora rural. Economia camponesa essa a que se sobrepõe uma classe nitidamente diferenciada e privilegiada, de origem aristocrática, ou substituindo-se a essa aristocracia. Essa classe privilegiada e dominante explora a massa camponesa e se apropria do sobreproduto do seu trabalho, através dos privilégios que lhe são assegurados pelo regime social e político vigente, e que se configuram e realizam sob a forma de relações de dependência e subordinação *pessoal* do camponês.

17. EM "A QUESTÃO AGRÁRIA" *

Contribuição para a análise

É muito importante a caracterização precisa da verdadeira natureza das relações de trabalho na agropecuária brasileira, como vimos tentando fazer, sobretudo porque em muitos casos o aspecto formal de que se revestem leva ou pode levar a confusões que na prática se revelam da maior inconveniência. É assim a qualificação que freqüentemente se faz dessas relações como sendo de natureza "feudal" ou "semifeudal". Em rigor, a expressão "feudal" poderia servir, como qualquer outra de igual carga pejorativa e emocional, para designar certas formas extremamente brutais de exploração do trabalho. Seria uma simples questão de conveniência e convenção lingüística, não fossem as conotações que o termo comporta, e os inconvenientes que daí derivam, tanto de ordem teórica, como prática, e que logo veremos. O emprego da designação "feudal" ou "restos feudais" atribuída às relações de trabalho na agropecuária brasileira implica a idéia que se trata de situações institucionais, isto é, implantadas se não no direito positivo e na legislação, o que naturalmente não é o caso, pelo menos no direito consuetudinário e em relações jurídicas institucionais não escritas. Ora,

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 65-8.

não é isso que ocorre. Como acabamos de verificar na análise a que procedemos acima, certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde se foi buscar a designação, não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro — mas sempre motivo de ordem circunstancial — o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza. Salvo algumas raras situações que no conjunto são excepcionais — como a referida retenção do trabalhador por dívidas contraídas a serem reembolsadas com serviços —, o que se apresenta no terreno das relações de proprietários e trabalhadores da agropecuária brasileira, é um mercado livre de trabalho. “Liberdade jurídica”, bem entendido, que é a liberdade de contratar, sem atenção a injunções de outra natureza que juridicamente não se levam em conta, mesmo que se trate da alternativa de perecer à míngua... O que o mercado livre de trabalho implica, é tão-somente, como em qualquer mercado, a concorrência de pretendentes e ofertantes, de compradores e vendedores de mercadorias, que no caso é a mercadoria *força de trabalho*. É isso que constitui um mercado livre, no qual as partes concorrentes, pesando as respectivas necessidades e possibilidades, acordam nas condições do contrato; condições essas que na situação tal como se apresenta, são julgadas pelas partes as mais convenientes para todos.

Ora, é isso precisamente que ocorre nas relações de trabalho da agropecuária brasileira. Proprietários e trabalhadores, na posição respectiva de pretendentes e ofertantes de força de trabalho, se defrontam e de comum acordo estipulam as condições em que se fará a cessão ou compra e venda da mesma força. Se a transação não se realiza em bases puramente monetárias, isto é, com pagamento em dinheiro exclusivamente, e se assume formas não monetárias, isso não se dá por nenhuma restrição de ordem jurídica e institucional, e sim unicamente por conveniências práticas e circunstanciais. Em outras palavras, não são relações de pessoa e estatutos pessoais que interferem na transação, e sim unicamente relações mercantis. Não há pois diferença essencial.

É isso que se precisa ressaltar. O que caracteriza as relações feudais, e as contrasta com transações mercantis, é que nelas intervém o estatuto pessoal das partes, peculiar a cada qual delas. E é na base

desse estatuto pessoal, ou pelo menos com ponderável interferência dele, que as relações se estabelecem. Ora, isso não ocorre nas relações de trabalho da agropecuária brasileira. Como aliás nas suas relações de produção em geral, que se estruturam em base puramente mercantil. A agropecuária brasileira constitui um empreendimento essencialmente comercial — e temos insistido nesse ponto, que é da máxima importância — em que os indivíduos nela engajados participam em pé de igualdade jurídica, isto é, com estatutos pessoais idênticos.

Se se quiser considerar as relações de trabalho da agropecuária brasileira em função de suas origens históricas, acentuando os anacronismos que nelas se observam — como parece ser o caso nas referências feitas a pseudo “restos feudais”, e relações “semifeudais” —, seria mais acertado e adequado falar em restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas ou semi-servis. Isso porque efetivamente, não seria preciso lembrá-lo, o tipo de relações de trabalho que precederam as atuais, e que aliás ainda se acham muito próximas no tempo, pouco mais de duas gerações, foi o trabalho escravo. E é indubitável que esse passado tão recente ainda pesa na vida social e econômica de nossos dias, pelo menos em algumas regiões do país, dando-lhe por vezes um certo matiz escravista. Mas numa economia de base escravista não se confunde com economia feudal, e as relações de produção são em ambas distintas. Houve economias escravistas, como em particular algumas do Mundo Antigo, em que o elemento mercantil teve grande relevo, e mesmo papel decisivo na vida social dos povos. Em contraste, as relações feudais constituíram historicamente o contrário e oposto das relações mercantis que elas substituíram na Europa depois do fim do Mundo Antigo. Para serem elas próprias, mais tarde, eliminadas pelo retorno de uma nova organização mercantil.

No Brasil, o que vemos como organização econômica, desde o início da colonização, foi a escravidão servindo de base a uma economia mercantil. Com a abolição legal da escravidão (precedida de um processo de substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre, desde a supressão do tráfico africano), era natural que as classes dominantes e senhoras dos meios e fatores de produção, inclusive e sobretudo a terra, procurassem se aproveitar da tradição escravista ainda muito próxima e viva, para o fim de intensificarem a exploração do trabalhador. E foi efetivamente o que sucedeu. Mas as formas peculiares de relações entre proprietários rurais e seus trabalhadores, que resultam

daquela situação (formas essas aliás em franco declínio, na medida em que a última geração de escravos e senhores de escravos se extingue e desaparece), não têm nada de "feudais". Apresentarão quando muito traços que fazem lembrar a escravidão. Mas isso é outra coisa. O emprego de expressões que de qualquer maneira evocam o feudalismo, nas referências às relações de trabalho na agropecuária brasileira, é assim pelo menos imprópria.

VI. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

18. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO *

Nosso objetivo, na presente tese, é pesquisar na evolução histórica brasileira e na formação econômica e social do país, algumas das premissas essenciais da problemática atual. A historiografia não constitui simples exercício acadêmico, e sim disciplina científica. E como tal, destina-se a integrar o conhecimento que o homem necessita ter do meio físico, do meio social e de si próprio, a fim de se conduzir em sua ação e de se comportar convenientemente. A problemática brasileira de nosso tempo se centraliza essencialmente em torno do "desenvolvimento", condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar. Isto se encontra na consciência de toda a geração de nosso tempo, e não é sem incontestável justificação que as atenções e preocupações mais generalizadas nos dias de hoje se concentram nesta questão do desenvolvimento. Ora, o desenvolvimento, que sem dúvida se há de alicerçar no crescimento econômico — pois é somente através dele que o país, dado o retardo em que se encontra, poderá alcançar o nível e os padrões da civilização moderna — o desenvolvimento e crescimento econômico constituem tema essencialmente histórico, e ao contrário do tratamento que lhe vem sendo

* Reproduzido de PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento*. São Paulo, Gráfica Urupês, 1968. p. 5-9, 138-9, 141-3, 147-8.

dado pelos economistas (logo veremos este assunto mais de perto), não pode ser incluído em modelos analíticos de alto nível de abstração, e deve ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado. Este é pelo menos o ponto de partida necessário da investigação da questão do desenvolvimento. Sobretudo quando se trata em particular do "subdesenvolvimento" — como se dá no caso brasileiro — que constitui o característico dos países que não apresentam nas suas instituições as formas amadurecidas do capitalismo, ou não oferecem nas suas origens as formas clássicas das quais envolveu esse capitalismo. Formas todas estas que são precisamente as que ditaram os padrões segundo os quais se conduz a análise econômica que se pretende agora substituir à análise historiográfica própria e específica do país subdesenvolvido que se considera.

No caso brasileiro, e em favor da preferência pela abordagem historiográfica da questão do desenvolvimento, há que acrescentar o pequeno recuo no tempo de nossa história, e a intensidade com que por isso um passado ainda tão recente pesa na situação atual cuja análise e interpretação não podem assim prescindir de suas premissas históricas. A história, isto é, a consideração do passado e a inclusão dos dados que nos fornece na análise da problemática atual é assim essencial. É particularmente notável o papel reservado à historiografia na conceituação da realidade brasileira de nossos dias. Temos isto em comum, em tão alto grau, possivelmente só com os demais países do continente latino-americano. De um modo geral, a historiografia constitui dado essencial para a elaboração do conhecimento relativo ao homem, na acepção exata e precisa que o conhecimento deve ter. A saber: sistematização da experiência coletiva do homem e elaboração teórica dela com vistas à orientação e condução da ação humana. Conhecimento ou ciência (entre ciência e conhecimento não vai outra distinção que o nível respectivo de elaboração teórica e sistematização) não é senão aquilo. E em tal conceituação, a historiografia se enquadra como expressão ou manifestação da experiência humana a ser teoricamente elaborada a fim de servir como fonte de dados para as ciências humanas em geral, premissa do conhecimento prático destinado à condução da ação do homem. A história e sua expressão teórico-conceitual que é a historiografia, constituem a principal ou pelo menos básica informação relativa ao comportamento coletivo do homem. Se isto é verdade no que se refere à história em geral, é assim particularmente e especialmente no caso de coletividades como a brasileira, onde uma experiência tão recente e de tão curta duração não se

decantou ainda em formas novas que possam ser direta e imediatamente apreendidas, compreendidas e interpretadas sem ser na perspectiva de suas origens e raízes no passado. Numa palavra, o Brasil de hoje, apesar de tudo de novo e propriamente contemporâneo que apresenta — inclusive estas suas formas institucionais modernas, mas ainda tão rudimentares quando vistas em profundidade — ainda se acha intimamente entrelaçado com o seu passado. E não pode por isso ser entendido senão na perspectiva e à luz desse passado. Daí o grande papel e função do historiador brasileiro, que muito mais ainda que seus colegas de outros lugares onde já se romperam mais radicalmente os laços com o passado — na medida bem entendido em que este rompimento é possível —, lida com dados essenciais e imprescindíveis para o conhecimento e interpretação do presente. História e sociologia, e ciência social em geral, podemos dizer que quase se confundem ou se devem confundir no Brasil. Apenas se distinguem nos métodos de pesquisa e elaboração científica — e mesmo assim com muitas restrições. Os dados, o material pesquisado é da mesma natureza. O que faz com que o historiador brasileiro não deva nunca perder de vista que é também para o conhecimento do presente que ele imediata e diretamente trabalha. E que lhe cumpre portanto acentuar mais a sua atenção para aquelas circunstâncias históricas que passadas embora, se projetam mais vivamente, em seu desdobramento e processamento futuro, nas circunstâncias de nossos dias. Seus esforços serão assim mais fecundos e de maior interesse.

Estas considerações dizem respeito, em especial, à problemática proposta pelo desenvolvimento e crescimento econômicos que se apresentam hoje com tanta acuidade e premência. É na história, nos fatos concretos da formação e evolução de nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento. E não nas puras abstrações da análise econômica onde aqueles fatos aparecem fatalmente distorcidos e desfigurados, uma vez que tais abstrações, mesmo quando são até certo ponto justificáveis em outras situações para as quais e na base das quais foram elaboradas, não se ajustam a situações tão distintas como as nossas. Mais ainda que em países e povos que já atingiram um elevado nível de desenvolvimento, e que por assim dizer, e de certa forma já romperam suas amarras com aquele passado (pelo menos para os fins da análise econômica), é sobretudo em nosso passado que se há de buscar a informação necessária para a proposição adequada e

a solução acertada dos problemas atuais. O tema do desenvolvimento penetra assim em cheio na historiografia. E esta lhe ocupa mesmo a maior e principal parte (p. 5-9).

(...) Vejamos como este fato se insere na questão do crescimento econômico e desenvolvimento. Isto é, como e em que medida ele condiciona esse desenvolvimento e nele se reflete e traduz. Para dar o devido contraste, comecemos por analisar as concepções já hoje clássicas na questão do desenvolvimento, e a teoria econômica que sobre elas se estrutura. Estas concepções e teorias voltam centralmente sua atenção para a renda nacional e em especial a renda *per capita* (que não é afinal mais que uma média aritmética que pouco ou nada informa sobre a distribuição dessa renda, o que é essencial), bem como sobre o fator que no processo cíclico de um capitalismo já maduro que é aquele cujo desenrolar se traduz nos modelos teóricos consagrados, condiciona direta e imediatamente a flutuação daquela renda e que vem a ser o ritmo das inversões. Fator que se extrapola, segundo já observamos no primeiro capítulo do presente trabalho, para o processo do desenvolvimento, inclusive e particularmente o dos países como o nosso, de baixos índices de progresso econômico. Os países tidos como "subdesenvolvidos".

Ora, se é verdade que o ritmo das inversões constitui de certa forma índice adequado de desenvolvimento capitalista, ele por si apenas pouco ou nada pode informar acerca das contingências a que o desenvolvimento está submetido e portanto sobre a maneira mais adequada de promovê-lo. A não ser, como em regra se faz, simplisticamente recomendando e estimulando inversões, seja a que título ou a que custo social forem. O a-historicismo e subestimação da especificidade histórica dos países subdesenvolvidos torna a teoria ortodoxa incapaz de avaliar as circunstâncias peculiares que em cada lugar ou categoria sócio-econômica condicionam as inversões e dão a medida de sua fecundidade e capacidade de determinar um processo auto-estimulante de crescimento que é o que se procura realizar. A teoria ortodoxa fica no simples relacionamento das inversões, em nível de alta abstração... (p. 138-9).

(...) De outra parte, a atividade produtiva é função do mercado, isto é, é essencialmente condicionada e proporcionada pela ocorrência do mercado. É assim na perspectiva do mercado, em última instância, ou pelo menos também dele, e no caso brasileiro diremos mesmo sobretudo, que a capitalização e o conjunto das atividades produtivas hão de ser consideradas. E pois também o desenvolvimento. Isto não é para

dizer que a teoria ortodoxa deixa de lado o mercado, que se inclui em seus esquemas como uma das variáveis. Mas é uma variável dependente das inversões. Sem entrar em mais pormenores que nos levariam muito longe para dentro da economia, lembremos apenas que se esta maneira de colocar a questão pode ter alguma procedência nas economias de alto nível de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, e onde o mercado propriamente, se não suas flutuações, constitui um dado preliminar que independe da conjuntura, no caso dos países subdesenvolvidos de renda muito baixa, muito mal distribuída e precária, ela não se justifica. Neste ponto a nossa experiência histórica (o que nos mostra mais uma vez a importância da participação da historiografia na análise da questão do desenvolvimento) é definitivamente concludente. O fator e impulso imediato realmente decisivos em todos os momentos e fases de progresso econômico verificados no Brasil, foram invariavelmente conjunturas comerciais favoráveis a nossos produtos, isto é, a ocorrência de mercado para os gêneros de nossa produção. Tudo mais seguiu-se a isto sem maior obstáculo. A própria formação e existência de nosso país tem aí suas raízes, como a história fartamente o comprova. As vicissitudes da nossa economia e da própria sociedade brasileira, no seu conjunto e em todas as partes de que geograficamente se compõe, acompanharam sempre, muito estreitamente, as flutuações da conjuntura comercial dos respectivos produtos de exportação, tanto nos seus altos como nos baixos. O capital, as inversões, as atividades produtivas e tudo mais, até mesmo os índices demográficos, se condicionam direta e imediatamente àquela conjuntura. São seu reflexo e sua consequência.

É assim a questão do mercado que ocupa entre nós o centro de problemática do desenvolvimento. E é somente na história e na especificidade própria das diferentes situações históricas brasileiras que o mercado para os artigos de nossa produção, a natureza dele, sua estrutura e vicissitudes, podem ser compreendidas e devidamente avaliadas. A começar pelo característico dualismo daquele mercado rigidamente discriminado e dividido em dois setores bem apartados um do outro e inconfundíveis: respectivamente o externo e o interno (p. 141-3).

(...) É esta em suma a conjuntura em que hoje se encontra a economia brasileira como resultante do processo histórico em que ela se formou e evoluiu até nossos dias, e que consideramos e procuramos analisar no correr do presente trabalho. Conjuntura esta onde se insinuam as contradições em que se debate a economia brasileira e que se configuram sobretudo na permanência de um sistema que vindo do passado e

embora já obsoleto e anacrônico, persiste e põe obstáculos ao desenvolvimento, porque algumas de suas principais circunstâncias que são precisamente aquelas que impulsionam a sua renovação e substituição por novo sistema, se apresentam por outro lado como obstáculo e empecilho a esta mesma renovação.

É na base destas circunstâncias presentes na atual conjuntura econômica em que se encontra o país, que se faz possível formular as premissas necessárias para o equacionamento do problema do desenvolvimento brasileiro. Mas isto já ultrapassaria os limites do presente trabalho que não objetivou senão mostrar que aquele equacionamento resulta e somente pode resultar de uma apreciação do processo histórico que é onde a questão do desenvolvimento se propõe (p. 147-8).

ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO

- abertura dos portos, 50, 165
 Abreu, Henrique Limpo de, 64
 Abreu, João Capistrano de, 10, 27
 absolutismo, 49, 133
 Ação Integralista Brasileira, 15
 açorianos, 101, 102
 açúcar, 70, 91, 94, 100, 108, 109, 127, 134, 137, 151
 acumulação capitalista, 172, 173
 administração, atos e abusos da, 139
 colonial, 49, 112, 118, 120-2
 eclesiástica, 122
 pública, 64, 113, 115, 133, 150, 152
 aforamento, 104
 África, 83, 84, 86, 94, 134
 agricultura, 27, 36, 79, 80, 98-100, 104, 105, 155
 de caboclos, 182
 de subsistência, 25
 agropecuária, 186, 189-91
 algodão, 35, 70, 94, 99, 100, 108, 109, 127, 134, 167, 169, 186
 Aliança Nacional Libertadora, 8, 15, 16, 18
 Almada, Manuel da Gama Lobo d', 120
 Almanaque de Lisboa, 72
 Almeida, Francisco de Paula Lacerda de, 114
 Althusser, Louis, 32
 Amaral, Brás do, 138
 América, 83, 85-94
 descobrimento da, 83-5, 88, 91
 do Norte, 89, 93, 181
 espanhola, 55
 "fazer" a, 89
 Andrade, Mário de, 12
 Andréia, brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de, 61
 Angelim, Eduardo Nogueira, 58, 60
 anil, 31, 91
 Antonil, 97
 Apostolado Positivista, 75
 Araújo, José Tomás Nabuco de, 73
 arquivos eclesiásticos, 115
 Arraial do Tejuco, 98, 99
 arrendamento, 103, 104
 artesanato, 68, 181
 Ásia, 83, 86, 94
 Assembléia Constituinte, 17
 Ato Adicional, 58, 62
 Azevedo, Manuel Duarte Moreira de, 119
 Bahia, 25, 61, 96, 97, 99, 109, 135, 139, 155
 expansão da colonização na, 97
 higiene e saúde pública na, 119
 Revolta de 1835 na, 139
 Barata, Cipriano, 23
 Barata, Francisco José Rodrigues, 121
 Barbosa, Domingos Vidal de, 135
 barreiras, alfandegárias, 167, 168
 de cor, supressão das, 136
 Basbaum, Leôncio, 31
 Berrien, William, 31

Bolonha, frei José de, 138
 borraça, 35, 146, 148, 175, 180
 crise da, 147
 branco(s), 24, 93, 136, 140
 inadaptabilidade dos, aos trópicos, 90
 Brandão, Otávio, 31
 Brasil, 9-12, 15-17, 35-41, 47-54, 61, 66, 68-77, 79, 80, 82, 83, 88, 92, 94, 101, 103-5, 107-9, 114, 116, 117, 120, 122, 124, 128, 129, 132, 133, 135, 140, 143, 145-8, 151, 153, 158, 161-3, 167, 172, 175-7, 181, 184-7, 191, 197
 evolução, colonial do, 79, 94
 econômica do, 54, 143, 151, 161, 165
 financeira do, 167
 histórica do, 52, 127, 187, 193
 política do, 53
 formas, econômicas do, 179, 181
 institucionais modernas do, 194
 progresso industrial do, 165
 propaganda do, na Europa, 154
 sistema, agrário do, 151
 econômico do, 147, 151, 152, 164
 tradição historiográfica do, 11
 Brasiense, Américo, 65
 Brito, José Gabriel de Lemos, 27
 burguesia nacional, 41
 cabanos, 57, 59-61
 caboclos, 180, 182
 Caboto, João, 85
 Caboto, Sebastião, 85, 86
 Cabral, Pedro Álvares, 128
 cacau, 35, 105, 146, 147
 café, 30, 35, 70, 94, 109, 143, 146, 153, 154, 156-63, 169, 173, 179, 180
 financiamento do, retido, 164
 monocultura do, 152
 preço(s) do, 156, 163, 164
 valorização do, 158-62
 esquema de, permanente, 162
 história da primeira, 161
 política de, 159, 173, 174
 Caitité, levantes populares de, 62
 câmbio, 187
 câmbio, 167, 173
 queda do, 167, 168, 170, 176
 oscilações do, 168, 176
 depreciações do, 168, 170, 171
 Campanha Liberal, 13
 camponês, 188
 Campos, cônego Batista, 57, 58
 cana-de-açúcar, 30, 35, 103, 151
 capital(is), 145, 151, 172, 173, 176, 197
 estrangeiros, 145, 146, 174, 183
 capitalismo, 35, 37, 186, 194, 195
 capitania, 21, 51, 119, 133, 184
 capuchos, 123
 carmelitas, 123
 Carone, Edgar, 30
 Carvalho, Pedro Cúrio de, 119
 carvão, de lenha, 178
 de pedra, 166, 177
 Casal, Manuel Aires do, 23
 censura pré-estadonovista, 8
 Chaves Neto, Elias, 19
 classe(s), 55
 barreiras de, supressão das, 136
 dominantes, 62, 191
 inferiores livres, 140
 luta de, 31, 32
 relações de, 52, 75, 79
 trabalhadora, 173
 cláusula ouro, 168, 171
 clericalismo, 117
 clero, 112, 117
 brasileiro, 124
 regular, 116, 117, 125
 secular, 116, 117, 125
 clima tropical, inconveniência do, 183
 Código, Civil, 181
 Comercial, 72
 de Processo Civil, 72
 de Processo Penal, 72
 colheita mecânica, introdução da, 186
 Colombo, Cristóvão, 85
 Colônia, 21, 22, 24, 26-8, 47, 51, 54, 66-8, 70-2, 75, 79, 82, 95, 98, 102, 104, 105, 108, 109, 118, 119, 121, 125, 126, 129, 130-7, 139, 140, 165, 167
 assuntos religiosos da, 117
 autoridades religiosas da, 117
 banditismo e crime na, 118
 classes superiores da, 51, 52, 65
 clero da, 122

gênero literário da, 25, 123
 jurisdição eclesiástica da, 114
 letras e ciências na, 123
 negócios eclesiásticos da, 116
 regime de, 49, 50, 52, 54, 56, 77, 108, 109, 113, 115, 129
 colonialismo, ideologia, 12
 colônias, americanas, 48, 54
 de povoamento, 93
 espanholas, 87
 inglesas, 92, 102, 135
 subtropicais, 103
 temperadas, 89, 92, 94
 tropicais, 92, 93, 103
 colonização, 22, 76-8, 83, 86-9, 94, 95, 100, 106, 122, 126, 130, 184
 dos trópicos, 94, 102, 104
 européia, 94
 colono europeu, 90-2, 101, 103
 Coluna Prestes, 16
 comércio, 25, 48, 148
 cafeeiro, 158, 159, 162
 continental europeu, 83-5, 94, 100
 exterior, 105, 145, 167, 174
 intermediários do, 158
 internacional, 129, 142, 153, 161
 liberdade de, 47
 monopólio estatal do, 35
 Comissão do Café do Estado de São Paulo, 160
 Companhia de Jesus, 117, 125
 Comte, Augusto, 11, 74
 Concílio de Trento, 114
 congruas, 116
 consciência nacional, 122
 Constant, Benjamin, 74
 contratos jurados, 114
 coque, 178
 Corrêa, Ângelo Custódio, 60
 correntes imigratórias, 150, 155
 Corte(s) portuguesa(s), 52, 53, 55, 56, 72, 117
 transferência da, para o Brasil, 47-9, 72
 Corte Real, irmãos, 86
 Costa, general Miguel, 16
 Coutinho, D. Francisco de Sousa, 132
 Coutinho, D. Rodrigo de Sousa, 132
 Coutinho, José Joaquim de Azeredo, 116, 123

craque da Bolsa de Nova York, 163
 crédito, alargamento do, 162
 apelos ao, 163
 estrangeiro, 146, 159
 crescimento econômico, 194-6
 crise de 1929, 164
 Deffontaines, Pierre, 23
 derrama, 139
 derrocada colonialista, 12
 descobrimentos, era dos, 85
 desenvolvimento, brasileiro, 30, 193-5, 198
 capitalista, 196
 dos países subdesenvolvidos, 37
 do Império, 70
 problemática do, 193-5, 197, 198
 desobriga, 116
 Desterro, frei Antônio do, 124
 Deus, Gaspar da Madre de, 123
 diamantes, 68, 70, 94, 98, 108, 122, 134, 180
 Diamantina, 98
 direita, 12, 15, 40
 direito(s), alfandegários, 168
 brasileiro, 73
 evolução histórica do, 73
 canônico, 115
 consuetudinário, 189
 positivo, 189
 Distrito Federal, 17, 169
 dízimos, 116
 donatarias, sistema das, 133
 donatários, 102, 133
 economia, brasileira, 50, 78, 99, 104, 105, 107, 108, 110, 145, 152, 156, 161, 166, 167, 170, 179, 182, 186, 197
 do café, 156, 157, 162
 natureza semifeudal da, 185
 camponesa, 188
 colonial, 69, 78, 100, 105, 106, 129
 de base escravista, 191
 feudal, 191
 emigração, 89, 148, 149
 empresa(s), agrícola e extrativa, 35
 estrangeiras, 146, 176, 177

ultramarinhas, 87, 101
 empréstimos públicos, 146, 147
 energia, fontes, 165, 169
 Engels, Friedrich, 40
 engenho(s), 92, 101, 151
 senhores de, 136, 137
 Eschwege, Guilherme, 80
 Escola Militar, 74
 escravidão, 67, 68, 93, 103, 104, 106, 107, 139, 147, 148, 169, 187, 192
 abolição da, 143, 191
 legitimidade da, 139
 escravismo, 187
 escravo(s), 51, 67, 68, 85, 93, 100, 103-7, 130, 136, 138-40, 147, 149, 156, 192
 abolição dos, 67, 68, 136, 139, 142, 151, 191
 alforria dos, 53, 57
 fugas em massa de, 67
 levante de, 61
 senhores de, 136, 192
 situação jurídica e social dos, 67
 tráfico de, extinção do, 67, 134
 Espanha, 17, 92
 espanhóis, 84, 85, 87, 93
 especiarias, 84, 85, 134
 Espírito Santo, 155, 180
 esquerda, 12, 15, 38, 39, 41
 Estado, 36, 112, 114, 118, 172, 174, 183
 e Igreja, 74, 113, 114
 nacional brasileiro, 55
 Estado Novo, 16, 17, 33
 Estados Unidos, 10, 12, 70, 161, 186
 Estatuto do Trabalhador Rural, 38
 estradas de ferro, 69
 Europa, 10, 12, 16, 17, 32, 38, 47, 70, 71, 83, 85-7, 89-92, 94, 104, 107, 127, 135, 143, 176, 181, 185, 191
 excessos demográficos da, 93
 lutas político-religiosas da, 88
 medieval, 21, 181, 188
 população da, em 1500, 80
 exportação(ões), 12, 140, 146, 147, 151, 157, 162, 170, 176
 Faria, Alberto de, 31, 69
 fazendeiros, 105, 124, 136, 137, 149, 154, 157, 159

Febvre, Lucien, 13
 Feijó, Diogo Antônio, 56, 61, 62
 feitorias, 86-8, 93, 94, 109
 Fernando José, D., 139
 ferro, 165, 167, 177, 178
 manufaturas de, 132
 metalurgia do, 177
 feudalismo, 21, 38, 55, 181, 184, 186-8
 Florence, Hercule, 26
 floresta amazônica, produtos espontâneos da, 105
 forças produtivas, 54, 129, 144, 147, 151
 desenvolvimento das, 185
 expansão das, 142
 formas econômicas, 179, 181, 182
 França, 16, 17, 85, 87
 Antártica, 85
 franceses, 48, 49, 84-7
 Franco, Francisco, 16, 17
 Freire, Felisberto, 97
 Freitas, Augusto Teixeira de, 73
 Freyre, Gilberto, 10, 94
 Furtado, Celso, 21, 29
 Furtado, Francisco Xavier de Mendonça, 132

Gama, Paulo José da Silva, 121
 Ganns, Cláudio, 70
 Garcia, José Maurício Nunes, 123
 Garcia, Rodolfo, 10
 geada de 1918, 161
 Goiás, 97, 98, 122, 170, 180
 golpe, de 1937, 16
 militar de 1964, 19, 39
 Gonzaga, Tomás Antônio, 26
 Goulart, João Belchior Marques, 39
 grileiros, 180
 Guarda Nacional, abolição da, 64
 guerra, civil espanhola, 16, 17
 dos farrapos, 61
 fria, 18

Hansen, Marcus Lee, 88, 90, 103
 História, 9-12, 23, 29-32, 34, 42, 49, 64, 179, 194, 197
 colonial, 133

do Brasil, 10, 20, 29, 30, 35, 42, 94, 109, 133, 139, 145, 180, 184
 interpretação marxista da, 31
 portuguesa, 84, 132
 período heróico da, 122
 historiografia, 123, 193-5, 197
 brasileira, 7, 9, 15, 23, 24, 26, 27, 29
 do Segundo Reinado, 65
 econômica, 28, 29
 marxista, 31
 Holanda, Sérgio Buarque de, 11, 20, 29
 holandeses, 84, 86, 93
 huguenotes, 88

Igreja, 15, 25, 112-7
 de Roma, 113, 117, 125
 e Estado, 113, 114
 separação, 74
 imigração, 148-50
 européia, 68, 153
 imigrante, 143, 146, 151, 153, 174, 193
 europeu, 68, 147-9, 156
 imperialismo alemão, 159
 Império, 20, 55, 58, 60, 61, 63, 67, 69, 70-3, 80, 118, 142-4, 153, 154, 168, 169
 importação, 146, 167, 169-71
 de artigos manufaturados, 175
 de artigos sem similares, 171
 de gêneros alimentícios, 146, 151
 imprensa, 44, 71
 Inconfidência Baiana, 135, 138, 140
 Inconfidência Mineira, 135, 139
 indentured servants, 104
 Independência, 23, 48, 49, 52-7, 66, 71, 72, 74, 108, 128, 135, 136, 145, 167
 centenário da, 12
 proclamação da, 55, 56
 Índias, 84, 86, 120, 121, 134
 roteiro das, 85, 91
 indígenas, 92-4
 semi-escravos, 104
 índios, 24, 124, 179
 agressividade dos, 179
 catequese dos, 125

indústria brasileira, 25, 30, 36, 68, 165-77
 da juta, 169
 de alimentação, 168-70
 de base, 177
 de carne, 170, 176
 de cimento, 175
 de conservas, 176
 de madeira, 168
 de produtos químicos, 168
 extrativa, 182
 farmacêutica, 175
 manufatureira, 69, 152
 maquinofatureira, 166
 metalúrgica, 168, 178
 primeiro censo completo da, 168, 170
 subsidiária, 175, 176
 têxtil, 167-9
 industriais brasileiros, 171, 173
 industrialização, 28, 42, 165
 Inglaterra, 13, 47, 48, 50, 71, 84, 85, 88, 92
 lutas político-religiosas, 88
 ingleses, 49, 50, 67, 84-7, 93
 inspiracionistas, 88
 instituições brasileiras, 63, 72
 Instituto do Café, 162
 instrução pública, 119
 integralismo, 16
 Intendência, do Diamante, 118
 do Ouro, 118
 Irmãos da Misericórdia, 125
 Itália, 16, 85, 177

Jefferson, Thomas, 135
 jesuítas, 13, 74, 117, 119, 125
 João VI, D., 47, 49, 50, 53, 55, 72

Keynes, John Maynard, 37
 Koster, Henry, 26

lã, 89, 169
 Laërne, Van Delden, 70
 Laranjeiras, levantes populares em, 62

latifúndio, 22, 41, 50
 Lavoura, Vicente Ferreira, 58, 60
 lavoura cafeeira, 70, 148, 153-6, 169
 Lavradio, Marquês do, 120
 lavrador "obrigado", 136
 Leão, Honório Hermeto Carneiro, 62
 legislação, brasileira, 150, 189
 pombalina, 115
 Lemos, Miguel de, 75
 Lenin, 185, 188
 Leroy-Beaulieu, Pierre Paul, 93
 Levi, Darrell E., 9
 liberalismo econômico, 35, 142, 183
 liberdade religiosa, 50
 Liga Hanseática do Báltico, 86
 Liga Progressista, 64
 Lima, Manuel de Oliveira, 75, 119
 Lima, Pedro de Araújo, 62
 Lisboa, 48, 51, 56, 93, 117
 Suplicação de, 118
 Lisboa, Baltasar da Silva, 123
 Luís, Washington, 13

 Maciel, José Álvares, 135
 maçons, 112
 madeiras, 87, 88
 Magalhães, Fernão de, 85
 magistratura independente, 64
 Maia, Joaquim José da, 135
 Malcher, Félix Antônio Clemente, 59, 60
 Malheiros, Agostinho Marques Perdigão, 67
 mão-de-obra, 103-5, 111, 136, 149, 167, 175, 176
 disponibilidade de, 148, 167
 escrava, 92, 93
 instabilidade da, agrícola, 147, 149, 150
 marfim, 85, 134
 Maria I, reinado de, 117
 Mariani, José, 57
 Maricá, Marquês de, 135
 Martius, Karl Friedrich von, 26, 135, 138
 Marx, Karl, 31, 32, 37, 40, 185
 marxismo, 7, 8, 11, 30, 31, 40, 185

mascates, 137, 138
 massa(s), movimento de, 61
 populares, 25, 55, 59, 61
 mate, 146
 Mato Grosso, 97, 98, 170, 180
 Matos, Raimundo José da Cunha, 80
 Mauá, Barão de, 69, 70, 144
 Mayer, Fritz, 31
 Maximiliano, Príncipe, 26
 meação, 38, 185
 Mendes, Raimundo Teixeira, 75
 menonitas, 88
 Menucci, Sud, 67
 mercado, 165, 176, 190, 196, 197
 dualismo do, 197
 internacional, 146, 147
 interno, 78, 106, 171
 mercantilização das funções sacerdotais, 123
 Mesa de Consciência e Ordens, 116
 Mesa do Desembargo do Paço, 118
 metais preciosos, 87, 88, 129
 métayage, 185
 método dialético, 35
 metrópole portuguesa, 22, 49, 52, 54-6, 79, 101, 106-9, 117, 122, 128, 129, 135, 140
 México, 85, 104, 120
 mezzaria, 185
 Minas Gerais, 26, 70, 80, 96-8, 124, 139, 150, 154, 159, 177, 178, 180, 182
 mineração, 25, 26, 30, 35, 96-9, 104, 105, 120
 reformas do regime de, 132
 monarquia, 47-9, 54, 55, 82, 120, 122, 132-4, 143, 144, 168
 monocultura, 101, 103, 104
 Monteiro, Tobias, 49
 Moraes, Evaristo de, 67
 Moraes, Rubens, 31
 movimento, comunista, 40
 modernista, 12
 de fevereiro de 1921, 51
 mulato(s), 136, 140
 atrevimento dos, 138

 Nabuco, Joaquim, 71
 Nazaré, levantes populares em, 62

Néri, Frederico José de Santana, 68
 Nordeste, 97
 levantes armados no, 16
 zonas açucareiras do, 151
nouvelle Histoire, escola da, 13
 noz de pixurim, 105

 Ocidente, 84-6, 91, 93, 147
 ocupação, 87, 88, 90, 91, 101
 Oliveira, J. J. Machado de, 57
Opinião Liberal, 64
 Ordem de Cristo, 114
Ordenações, 114
 ordens terceiras, 119
 organização clerical, 116
 ouro, 68, 70, 85, 94, 98, 100, 108, 120, 122, 127, 168, 174, 180
 Ouro Preto, 98

 padroado, 116
 países subdesenvolvidos, especificidade dos, 196
 Pará, 56, 58, 60, 61, 169
 Paraná, Norte do, 155
 parceria, 185-7
 Parlamento, 18, 62, 71, 72
 partido brasileiro, 52, 55
 Partido Comunista Brasileiro, 8, 10, 11, 14-19, 39-41, 44
 Partido Democrático, 8, 13
 Partido Liberal Radical, 65
 Partido Republicano, 65
 Partido Republicano Paulista, 13
 pau-brasil, 35, 70, 87
 pecuária, 25, 30, 98, 99, 105, 150
 pedras preciosas, 127
 Pedro I, D., 53-5, 59
 abdicação de, 62
 Pedro II, D., 63, 64, 71, 74
 peles, 87, 88
 Pena, Afonso, 159
 Pentecado, Antônio Álvares, 169
 Pereira, Astrogildo, 31
 Pereira Ignácio, os, 174
 périplo africano, 84

Pernambuco, 56, 61, 109, 155
 pesca, 87, 88
 Pestana, F. Rangel, 64
 pimenta, 91, 134
 Pinho, Wanderley, 75
 Pinto, Carlos Alberto Alves de Carvalho, 38
 pioneirismo, 180, 181
 Pizarro, José de Sousa Azevedo, 123
plantation, 102
 polícia, eletiva, 64
 separação da judicatura da, 65
 política, clientelística, 13
 internacional anticomunista, 18
 tarifária, 167
 Pombal, Marquês de, 74, 117, 122, 125, 132
 Portugal, 48-50, 74, 81-3, 84, 87, 92, 93, 102, 103, 114, 121, 129, 133, 135
 Ordenações do Reino de, 72, 73
 pós-guerra, 174
 boom financeiro de, 161
 positivistas ortodoxos, 74
 poupança forçada, 173
 povo, 15, 25, 32, 55, 81
 povoadores, primeiros, 90, 96
 povoamento, 86, 87, 89, 90, 93, 96, 98
 Prado, Eduardo, 9, 10, 33
 Prado, Paulo, 9, 10
 Prado Jr., Caio, 7-44, 47, 54, 56, 63, 66, 68, 76, 81, 96, 100, 112, 126, 142, 153, 165, 179, 184, 189, 193
 preconceito de cor, 138, 140
 preços, queda de, 147, 156-8, 163
 Prestes, Júlio, 13, 14
 Prestes, Luís Carlos, 16, 40
 Primeira Guerra Mundial, 12, 161, 162, 169, 170, 173-7
 produção, 120, 147, 151, 156, 163, 167, 172, 191
 agrícola, 150, 153, 187
 agropecuária, 185
 cafeeira, 145, 157, 162
 industrial, 169
 organização da, tropical, 70
 relações de, 185, 186, 188, 191, 197
 propriedade(s), 140, 148, 150, 190
 grande(s), 101-4, 147, 149-51

média(s), 151
 pequena, 149, 150
 proprietário(s), 105, 140, 148, 150, 190
 grandes, 149, 150, 167
 pequenos, 102
 protecionismo industrial, 168

Queirós, Eça de, 9, 10
 questão, agrária, 39, 184, 185
 imigratória, 153
 servil, 63, 67
 quilombos, 51, 138
 quinto, 139

raças, 24, 92, 107, 138, 183
 Raiol, Domingos Antônio, 58
 rebanhos, avanço dos, 96
 Rebelo, Edgardo de Castro, 69
 reforma agrária, 38
 Regência, 22, 57, 58, 60
 religião, 112, 113
 renda, 195
 República, 13, 60, 67, 72-5, 114, 118,
 142-4, 146, 147, 153, 154, 156, 168,
 173
 restauração financeira de 1898, 156
 restos feudais, 38, 40, 41, 184, 187, 189,
 191
 revolta, de abril, 57
 dos balaços, 22
 dos cabanos, 22, 56-9
 Revolução, Comunista de 1917, 12
 Constitucionalista de 1932, 8, 14,
 32
 de 1930, 12
 Ricardo, David, 37
 Rio de Janeiro, 70, 89, 96, 99, 119, 120,
 123, 124, 135, 150, 154, 169, 175,
 178
 conluio do, de 1754, 135
 Rio Grande do Sul, 24, 61, 62, 99, 121,
 144, 169, 170
 Rodrigues, José Honório, 26
 Rodrigues, Manuel Jorge, 60
 Rodrigues, Raimundo Nina, 138

Sabará, 98
 Saint-Hilaire, Auguste de, 26, 79, 119,
 122, 124
 Santiago, tenente-coronel José Joaquim
 da Silva, 57
 Santo Amaro, levantes populares em, 62
 São Paulo, 13, 14, 16, 20, 22, 23, 38,
 70, 96, 99, 115, 150, 152-7, 159, 160
 schwenkfelders, 88
 Secretaria de Ultramar, 132
 Segunda Guerra Mundial, 17, 177, 178
 Segundo Reinado, 63, 66, 69, 70, 72, 74,
 75
 Senado temporário e eletivo, 130
 sentimento religioso, 112, 113
 seringueiros, 180
 servidão da gleba, 181, 185
 sesmarias, 101
 share-cropping, 186
 Sherman, Lei, 161
 siderurgia, 108, 166, 178
 Silva, José Bonifácio de Andrada e, 53,
 64, 135
 Simonsen, Roberto, 21, 27-9
 sistema, colonial, 27, 77, 127, 129, 131,
 132, 134, 136-40
 feudal, 184
 semifeudal, 184
 Smith, Adam, 37
 socialismo, 11, 33, 37
 Sociedade Auxiliadora da Indústria Na-
 cional, 69
 sociedade colonial, 50, 107, 114, 115,
 125, 126, 129, 136
 Société Générale, 159
 Sodré, Nelson Werneck, 31
 Sousa, Bernardo Lobo de, 57, 58
 Sousa, José Monteiro de, 64
 Sousa, Martim Afonso de, 93
 superprodução, 147, 146, 162
 surto econômico brasileiro, 145

tabaco, 91, 94, 108, 127, 146
 tarifas, alfandegárias, 165, 167, 168,
 170, 171, 175, 176
 Taunay, Afonso de, 70
 Tavares, Cláudio, 38
 Teixeira, José João, 26

tenentismo, 12
 teoria econômica, 41, 195-7
 terça, 185
 terra(s), direito da, 187
 distribuição de, 103
 nobreza da, 137
 questões de, 173
 Tiradentes, 98, 135
 Torres, deputado Joaquim José Rodri-
 gues, 62
 trabalhador(es), 147-50, 156, 186, 190
 agrícola, 148, 150
 assalariado do campo, 103
 branco, 72, 104
 estatuto jurídico e nominal do, 106
 europeu, 148, 155, 169
 livre, 147
 relações entre proprietários e, 191
 retenção do, por dívidas, 181, 190
 trabalho, 151, 153, 187
 assalariado, 38, 68
 escravo, 67, 68, 101, 104, 106, 127,
 139, 151, 191
 força de, 104
 legislação do, 181
 mercado de, 148, 150, 190
 remuneração do, *in natura*, 185
 em dinheiro, 168, 190
 relações de, 68, 149, 150, 155, 181,
 186, 187, 190, 191
 sobreproduto do, camponês, 188
 traços feudais, 186

transportes, dificuldade de, 171, 176
 ferroviários, 143
 Tratado de 1654, 48
 de 1810, 50
 tributos, cobrança de, 117
 eclesiásticos, 123
 trópicos, 101, 102
 colonização dos, 94, 102, 104
 inadaptabilidade do branco aos, 90
 trustes financeiros, 161, 162

União Soviética, 7, 8, 15, 17, 32, 33
 usina, 151

Vargas, Getúlio, 13-7
 Vasconcelos, tenente-coronel Inácio
 Corrêa de, 57
 Vasconcelos, Vice-Rei Luís de, 117, 123
 Veloso, José Mariano da Conceição, 123
 viajantes estrangeiros, 79, 120, 122
 Viana, Vitor, 27
 Vilhena, Luís dos Santos, 25, 26, 119,
 131, 139
 Vinagre, irmãos, 58, 60
 Vitória, frei Antônio da, 123

yankee, 90

Preço: R\$ 2.800,00
Data 13-1-84

51.679



UNESP - CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, CIÊNCIAS
SOCIAIS E DA DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

Se este livro não for devolvido
dentro do prazo, o leitor perderá o direito
a novos empréstimos.

O prazo poderá ser prorrogado
se não houver pedido para este livro.

Mod. 33, 2.000, IV-79

IMESP



Impresso por
W. Roth & Cia. Ltda.
R. Professor Pedreira de Freitas, 580
Tel.: (PABX) 217-4868
São Paulo

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, CIÊNCIAS SOCIAIS E DA DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

DEVOLVER NA ÚLTIMA DATA FIXADA

8/4/86	25.05.88	02 APR 1987
10/5/86	03.07.88	14 OUT. 1988
31/5/86	04.12.88	21 OUT. 1988
05.76	6.12.88	04 NOV. 1987
13/8	9.12.93	
5.11	02.5.95	
5.87	3.5.96	
17.11	10.11.97	

- Tamás Szmrecsányi
25. MANNHEIM
Marialice M. Foracchi
26. CAIO PRADO JR.
Francisco Iglésias